

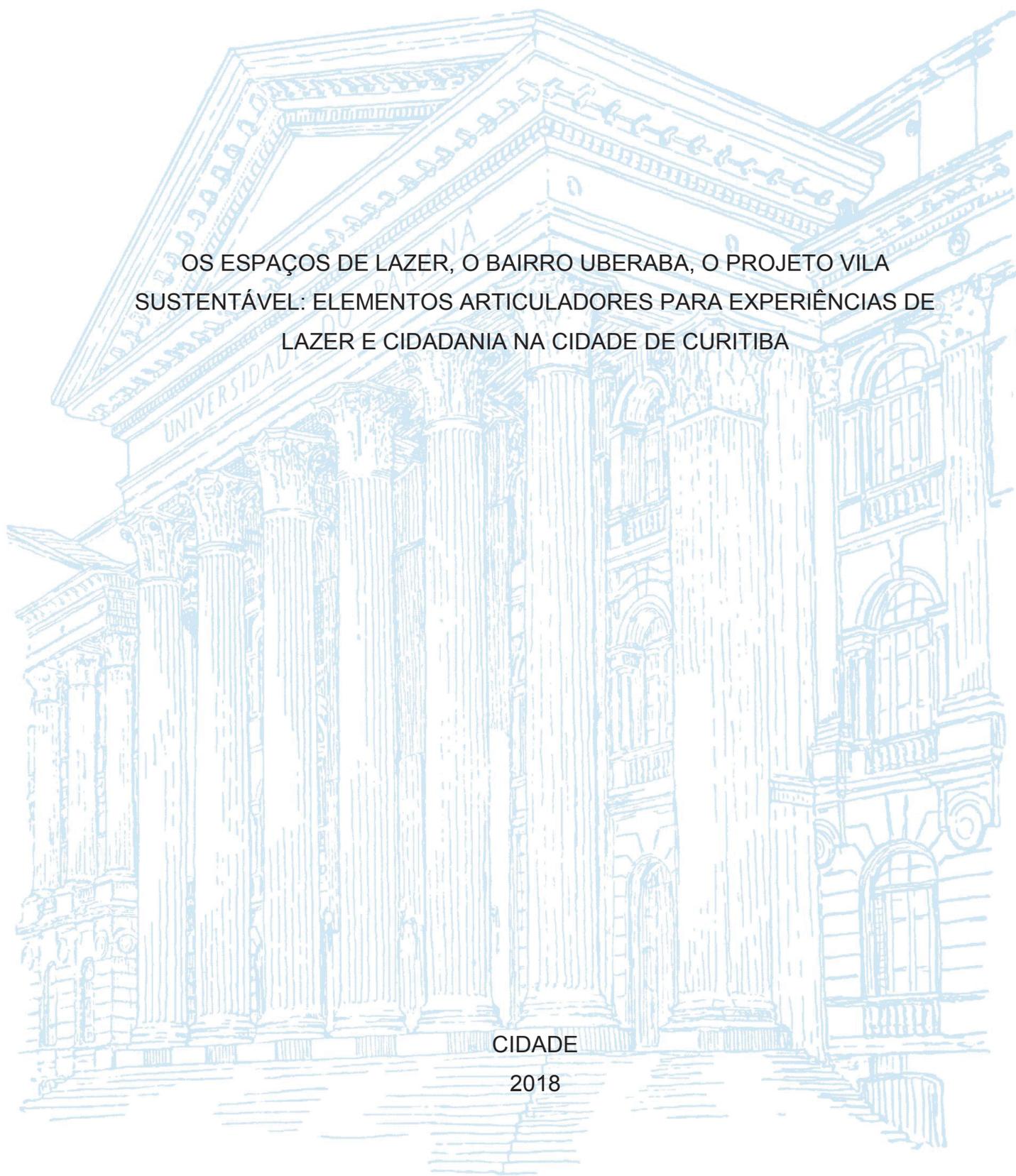
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

FELIPE SOBCZYNSKI GONÇALVES

OS ESPAÇOS DE LAZER, O BAIRRO UBERABA, O PROJETO VILA
SUSTENTÁVEL: ELEMENTOS ARTICULADORES PARA EXPERIÊNCIAS DE
LAZER E CIDADANIA NA CIDADE DE CURITIBA

CIDADE

2018



FELIPE SOBCZYNSKI GONÇALVES

OS ESPAÇOS DE LAZER, O BAIRRO UBERABA, O PROJETO VILA
SUSTENTÁVEL: ELEMENTOS ARTICULADORES PARA EXPERIÊNCIAS DE
LAZER E CIDADANIA NA CIDADE DE CURITIBA

Tese apresentada ao curso de Pós-Graduação em Educação Física, Setor de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Educação Física.

Orientador(a): Prof(a). Dr(a). Simone Rechia

CIDADE

2018

Universidade Federal do Paraná. Sistema de Bibliotecas.
Biblioteca de Ciências Biológicas.
(Rosilei Vilas Boas – CRB/9-939).

Gonçalves, Felipe Sobczynski

Os espaços de lazer, o Bairro Uberaba, o Projeto Vila Sustentável:
elementos articuladores para experiências de lazer e cidadania na cidade de
Curitiba. / Felipe Sobczynski Gonçalves. – Curitiba, 2018.

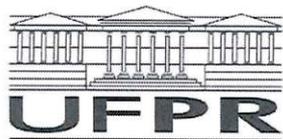
202 f. : il. ; 30cm.

Orientadora: Simone Rechia.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de
Ciências Biológicas. Programa de Pós-Graduação em Educação Física.

1. Lazer. 2. Espaços públicos. 3. Comunidade - Organização. I. Título. II.
Rechia, Simone. III. Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências
Biológicas. Programa de Pós-Graduação em Educação Física.

CDD (20. ed.) 790.069j



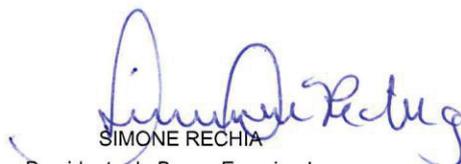
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO FÍSICA

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em EDUCAÇÃO FÍSICA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **FELIPE SOBCZYNSKI GONÇALVES** intitulada: **Os espaços de lazer, o bairro Uberaba, o Projeto Vila Sustentável: elementos articuladores para experiências de lazer e cidadania na cidade de Curitiba**, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua **APROVAÇÃO** no rito de defesa.

A outorga do título de doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 27 de Julho de 2018.


SIMONE RECHIA
Presidente da Banca Examinadora


MAURO MYSKIW
Avaliador Externo


MARIANO DE MATOS MACEDO
Avaliador Externo


PEDRO FERNANDO AVALONE DE ATHAYDE
Avaliador Externo


JOÃO FREDERICO RICKLI
Avaliador Externo

Dedico à Juliana, minha esposa, que esteve ao meu lado em todos os momentos e por todo amor e dedicação...

Dedico à minha filha, Clarice, que no início desse processo nem imaginávamos que estaria aqui, mas agradeço por estar....

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a Deus, pois nos momentos de angustias e dificuldade, a vós recorreis.

À minha esposa Juliana pelo amor, pela paciência, pelas contribuições, com seus diferentes pontos de vista, que muitas vezes me fez repensar a maneira de escrever, pelas leituras, traduções e pelo apoio incondicional desde a minha entrada no doutorado até este momento em que se encerra mais uma parte do processo. Te Amo!

À minha filha Clarice que chegou na parte final do doutorado, mas sempre me animando. Nos momentos em que o cansaço se fazia presente você estava sempre ali, sorrindo ou chorando, você é o meu bem mais precioso.

Aos meus familiares pelo apoio e pela força, em especial à minha mãe por oferecer ajuda a todo momento e como ela mesmo disse “gostaria de poder vivenciar isto ao seu lado”.

À Professora Simone Rechia pela segunda oportunidade que me deu nesse processo de formação acadêmica. Muitas vezes você acreditou mais em mim do que eu mesmo. Pelas orientações e desorientações realizadas ao longo desses anos, pela confiança despendida e principalmente por ser uma pessoa compreensível e amável com todos que estão ao seu lado. Sempre levarei a sua frase comigo, “se tiver que escolher entre ter razão ou ser feliz, seja feliz”. Muito obrigado!

Aos amigos antigos e aos novos que fiz nesse processo, Luize, Raíssa, Vania, Daniella, Bruno, Silvan, Antonio e principalmente a Emília pela ajuda e parceria na elaboração das tabelas, diagramas e análises.

Ao GEPEC pelas contribuições durante todo o processo a partir das discussões teóricas ou sobre o melhor caminho a ser percorrido. Em especial aos alunos da Iniciação Científica Yanajara, Igor, Michele, Zenilda e Caroline pelas contribuições no desenvolvimento dessa pesquisa.

Aos meus cunhados Maurício e Jarbas pelo excelente desenho realizado.

Ao coletivo do Projeto Vila Sustentável pela oportunidade de fazer parte de um grupo que pensa mais no outro do que em si mesmo.

Aos Professores Mauro Myskiw, Pedro Fernando Avalone de Athayde, João Frederico Rickli, pela participação desde a qualificação, ao professor Mariano de Matos Macedo por aceitar o desafio de estar apenas no momento da defesa e aos

professores Hélder Ferreira Isayama e Wanderley Marchi Júnior por aceitar a suplência nesse processo. Tenham certeza que se essa tese tiver qualidade, isso se deve às contribuições de vocês.

Ao secretário do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação Física, Rodrigo Waki, pela dedicação, paciência e atenção despendida durante todo o processo.

À Prefeitura Municipal de Curitiba pela oportunidade de ter dois anos de afastamento, que contribuíram decisivamente na conclusão das disciplinas e parte da pesquisa de campo.

Aos moradores do Bairro Uberaba, pois sem eles nada do que apresento nesta pesquisa seria possível e à todos aqueles que contribuíram direta ou indiretamente para que essa pesquisa fosse efetivada.

EPÍGRAFE

*“Minha verdade
Meu caminho redentor
Andei nas ruas
Nessas ruas já não vejo a mesma cor
Homens, destruição "tái", acordem!*

*Não adianta alcançarmos progresso sem a ordem
Cortaram nossas pernas
Cortaram nossos braços
Não podemos deixar que também cortem nossos laços*

*Tem que deixar chover
Tem que deixar lavar
A chuva é uma junção de não querer com precisar
O pé que usa chinelo hoje tem tênis pra calçar
Mas ainda leva o corpo pro mesmo lugar*

*Eu descí a ladeira pra ver o que tinha por lá
E voltei
Pra poder te contar que eu sempre vou voltar
Não há lugar melhor no mundo que o nosso lugar”.*

(Projota – Desci a ladeira)

RESUMO

Compreender a cidade como um espaço que proporciona diferentes relações sociais alicerçadas no cotidiano é de grande relevância para tematizar os espaços públicos de lazer e suas formas de uso e apropriação. Acompanhar as ações do Projeto Vila Sustentável, coordenado pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente ligada à Prefeitura de Curitiba, foi uma das preocupações dessa etnografia. Esse Projeto se caracterizou como um emaranhado institucional e contou com a participação de diferentes instituições e moradores do bairro Uberaba. A proposta era realizar ações, por meio de uma metodologia de gestão deliberativa, que permitissem desenvolver a autonomia e a sustentabilidade daquela região que apresenta um alto índice de criminalidade e exclusão. Levando em consideração essa realidade e minha participação, enquanto representante do GEPEC, que emergiu a seguinte problemática: qual é a possibilidade de uma proposta de ação coletiva, desenvolvida entre 2013 e 2016, viabilizar aos moradores do bairro Uberaba a apropriação dos diferentes espaços de lazer de maneira autônoma? Na tentativa de responder ao problema de pesquisa, o estudo caminhou na direção dada pelos seguintes objetivos específicos: situar como se desenvolve o Projeto Vila Sustentável e suas ações no bairro Uberaba; conhecer os diferentes interlocutores, mapeando os espaços de atuação dentro do PVS e perceber como se desenvolvem as teias de relações por meio dos emaranhados institucionais; analisar se os espaços incluídos nas ações do PVS sofreram influências nas suas formas de uso e apropriação no tempo e espaço de lazer da comunidade; investigar as práticas corporais vivenciadas/experenciadas cotidianamente nos diferentes espaços de lazer presentes no Bairro concomitante e para além do Projeto Vila Sustentável. Trata-se de uma pesquisa etnográfica que se identifica tradicionalmente com os métodos de pesquisa qualitativa e utiliza como estratégia as técnicas de observação participante, diário de campo, entrevista, o contato direto com o universo investigado, fotografia, desenho e outros meios auxiliares. A partir do trabalho de lapidação dos diferentes materiais encontrados, das análises e interpretações, surgiram as seguintes categorias de análise: “prática do bairro”; “do uso à apropriação”; “a bricolagem como possibilidade de ação”; “lugar ou não lugar” e “o espaço transformado em lugar”. O processo etnográfico desenvolvido no decorrer de três anos, em conjunto com a elaboração dos capítulos que compõem a tese, me permite afirmar que a apropriação dos espaços públicos de lazer só se efetiva por meio das experiências corporais sentidas, vividas e internalizadas. Dessa maneira as pessoas conseguem dar sentido e significado aos espaços transformando-os em lugar, para tanto, a comunidade precisa ser ouvida tanto em seus anseios quanto em suas necessidades. Mesmo com os problemas observados no bairro, existe vida com as crianças brincando nas ruas ou praças, gente passeando, conversando, procurando fazer desses espaços um lugar singular. Por fim, considero que os espaços públicos de lazer requerem um debate público e a participação cidadã ao longo de seu processo de concepção, produção e gestão, pois dispor de espaços e equipamentos públicos de lazer perto de onde se vive é condição de cidadania.

Palavras-chave: Lazer. Espaço Público. Projeto Vila Sustentável. Gepec. Participação Comunitária.

ABSTRACT

Understanding the city as a space that provides different social relations based on daily life is of great relevance to thematic the public spaces of leisure and their forms of use and appropriation. Accompanying the actions of the Projeto Vila Sustentável (PVS), coordinated by the Municipal Department of Environment linked to the Curitiba City Hall, was one of the concerns of this ethnography. This Project was characterized as an institutional tangle and had the participation of different institutions and residents of the Uberaba neighborhood. The proposal was to carry out actions, through a deliberative management methodology, that allowed to develop the autonomy and the sustainability of that region which presents a high level of crime and exclusion. Taking into account this reality and my participation, as a representative of GEPLC, the following problem emerged: what is the possibility of a collective action proposal, developed between 2013 and 2016, make feasible to residents of the Uberaba the appropriation of the different leisure spaces in an autonomous way? In an attempt to respond to the research problem, the study moved in the direction given by the following specific objectives: to situate how the Projeto Vila Sustentável and its actions are developed in the Uberaba neighborhood; to know the different interlocutors, mapping the spaces of action within the PVS and to understand how the webs of relationships are developed through the institutional entanglements; to analyze if the spaces included in the actions of the PVS have influenced their forms of use and appropriation in the time and space of leisure of the community; to investigate the corporal practices experienced daily in the different spaces of leisure present in the Neighborhood in and beyond the PVS. It refers to an ethnographic research that traditionally identifies with qualitative research methods and uses as a strategy the techniques of participant observation, field diary, interview, direct contact with the investigated universe, photography, drawing and other auxiliary means. From the work of lapidation of the different materials found, from the analyzes and interpretations, the following categories of analysis emerged: "neighborhood practice"; "From use to appropriation"; "DIY as a possibility of action"; "Place or no place" and "space transformed into place". The ethnographic process developed over the course of three years, together with the elaboration of the four chapters that make up the thesis, allows me to affirm that the appropriation of public leisure spaces is only effected through bodily experiences that are felt, lived and internalized. In this way, people can give meaning to spaces by transforming them into place. As a result, the community needs to be heard both in their desires and in their needs. Even with the problems observed in the neighborhood, there is life with children playing in the streets or squares, people walking, talking, trying to make these spaces a singular place. Finally, I consider that the public spaces of leisure require a public debate and citizen participation throughout the process of design, production and management, as having public spaces and leisure facilities near where one lives is a condition of citizenship.

Keywords: Leisure. Public Space. Projeto Vila Sustentável. Geplec. Community Participation.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – LOCALIZAÇÃO DO PVS DENTRO DO BAIRRO UBERABA NA CIDADE DE CURITIBA/PR.....	20
FIGURA 2 – DELIMITAÇÃO DO PVS EM AMARELO E EM DESTAQUE LARANJA O BOLSÃO AUDI-UNIÃO.....	21
FIGURA 3 – ACESSO PARA PEDESTRES AO PARQUE DA IMIGRAÇÃO JAPONESA.....	32
FIGURA 4 – GRAFITE NA PRAÇA.....	67
FIGURA 5 – CASA ABANDONADA NA PRAÇA DO BOSQUE.....	84
FIGURA 6 – GRAFITE NO MURO DOS MORADORES VIZINHOS A PRAÇA.....	92
FIGURA 7 – GRAFITE NO MURO QUE FICA VOLTADO À PRAÇA DO BOSQUE E APRESENTAÇÃO DOS MC’S.....	93
FIGURA 8 – APRESENTAÇÕES DOS MC’S NA PRAÇA DO BOSQUE.....	95
FIGURA 9– JOGOS DE TABULEIRO.....	95
FIGURA 10 – PROCESSO DE RECONVERSÃO DA PRAÇA DO BOSQUE REALIZADO NO DIA 25/06/2016.....	96
FIGURA 11 – CORTEJO DE PALHAÇOS.....	97
FIGURA 12 – ESPAÇO AVENTURA MONTADO NO BOSQUE QUE FICAVA “VAZIO”.....	97
FIGURA 13 – ESPAÇO AVENTURA.....	98
FIGURA 14 – CRIANÇAS BRINCANDO NOS APARELHOS DA ACADEMIA AO AR LIVRE NA PRAÇA DO BOSQUE.....	107
FIGURA 15 – CRIANÇAS BRINCANDO NOS APARELHOS DA ACADEMIA AO AR LIVRE NA PRAÇA DO BOSQUE.....	107
FIGURA 16 – INTEGRANTES DO GEPEC RESPONSÁVEIS PELAS OFICINAS	117
FIGURA 17 – O PASSO A PASSO DA CONSTRUÇÃO DO BRINQUEDO “PASSA BOLA”.....	118
FIGURA 18 – BRINQUEDOS CONSTRUÍDOS NA OFICINA E EMPRESTADOS PARA O DIA DO EVENTO.....	119
FIGURA 19 – ESPAÇO EXTERNO COLORIDO PELAS CRIANÇAS E HORTA DA ESCOLA.....	120
FIGURA 20 – PIJ, CANCHA DE FUTEBOL DE AREIA ENTRE AS CAVAS DO IGUAÇU E AO FUNDO O MEMORIAL.....	124

FIGURA 21 – PIJ, MINI CANCHA DE FUTEBOL DE AREIA E A CASA A ESQUERDA	124
FIGURA 22 – CASA CUIDADA PELA ASSOCIAÇÃO PIAC SPORT	127
FIGURA 23 – JARDINETE GASTÃO ADOLPHO ROMANÓ.....	129
FIGURA 24 – PRAÇA RENATO RUSSO E AO FUNDO O GINÁSIO DA ESCOLA MARIA MARLI.....	129
FIGURA 25 – PRAÇA RENATO RUSSO COM A CANCHA TOMADA PELA GRAMA	130
FIGURA 26 – PLANTA DO LOTEAMENTO DENOMINADO PARQUE RESIDENCIAL MIRANTE DA SERRA COM A PRAÇA ANHANGAVA EM DESTAQUE	134
FIGURA 27 – IMAGEM AÉREA ATUAL DO LOTEAMENTO PARQUE RESIDENCIAL MIRANTE DA SERRA. PRAÇA ANHANGAVA DESTACADA EM AZUL.....	135
FIGURA 28 – EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS DA PRAÇA ANHANGAVA.....	135
FIGURA 29 – ILUMINAÇÃO PRAÇA ANHANGAVA.....	137
FIGURA 30 – IMAGEM AÉREA DO LOTEAMENTO (SUPERIOR), DA RUA ABOBORA COM VISTA EXTERNA DO RESIDENCIAL (INFERIOR ESQUERDO) E INTERNA (INFERIOR DIREITO)	140
FIGURA 31 – CAMPO DE FUTEBOL SOB AS LINHAS DE TRANSMISSÃO DA COPEL – JOGO DOS VETERANOS	147
FIGURA 32 – CAMPO DE FUTEBOL E O “BOTECO” FEITO DE LONA AO FUNDO	148
FIGURA 33 – ÁREA VERDE SOB AS LINHAS DE TRANSMISSÃO DURANTE A SEMANA.....	148
FIGURA 34 – ÁREA DA COPEL CONSERVADA PELO GRUPO PANELA	151
FIGURA 35 – VISTA DA PRAÇA HOMERO OGUIDO CUIDADA PELOS MORADORES.....	152
FIGURA 36 – REUNIÃO COM OS JOGARES PARA APRESENTAR O PROJETO DE REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA.....	158
FIGURA 37 – AÇÃO DAS CRIANÇAS NA PRAÇA DO BOSQUE E CARTINHA PARA O LOBO.....	166
FIGURA 38 – CRIANÇAS PARTICIPANDO DO PROCESSO DE RECONVERSÃO DA PRAÇA.....	167

FIGURA 39 – CARRINHO DE MADEIRA UTILIZADO PELAS CRIANÇAS E ADULTOS	168
FIGURA 40 – ADULTOS E CRIANÇAS BRINCANDO.....	168

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – REUNIÕES E TEMAS DESENVOLVIDOS (NÃO PARTICIPEI DAS 3 ETAPAS EM DESTAQUE).....	69
TABELA 2 – CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA E ASPECTOS RELACIONADOS À UTILIZAÇÃO DA PRAÇA (N=107).....	99
TABELA 3 – MOTIVOS DE UTILIZAÇÃO E PERCEPÇÃO QUANTO A PRAÇA ...	102
TABELA 4 – CONHECIMENTOS E INTERESSES DOS PROJETOS E AÇÕES COMUNITÁRIAS REALIZADOS NA PRAÇA.....	104
TABELA 5 – CONSIDERA A PRAÇA SUA E BRINCA NA RUA?.....	171

LISTA DE DIAGRAMAS

DIAGRAMA 1 – MELHORIAS PARA A PRAÇA.....	106
DIAGRAMA 2 – QUAIS DESSAS PRAÇAS VOCÊ FREQUENTA?.....	164
DIAGRAMA 3 – DIFERENTES FORMAS DE USO E APROPRIAÇÃO DAS PRAÇAS	170

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

ABNT	- Associação Brasileira de Normas e Técnicas
CMEI	- Centro Municipal de Educação Infantil
CRFB	- Constituição da República Federativa do Brasil
COHAB	- Companhia de Habitação Popular
COPEL	- Companhia Paranaense de Energia
FCC	- Fundação Cultural de Curitiba
GEPLEC	- Grupo de Estudos e Pesquisa em Lazer, Espaço e Cidade
IMAP	- Instituto Municipal de Administração Pública
IPPUC	- Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba
JICA	- Agência de Cooperação Internacional do Japão
ONG	- Organização não Governamental
OSSA	- Obra Social Santo Anibal
PIJ	- Parque da Imigração Japonesa
PMC	- Prefeitura Municipal de Curitiba
PR	- Paraná
PUC	- Pontifícia Universidade Católica
PVS	- Projeto Vila Sustentável
SANEPAR	- Companhia de Saneamento do Paraná
SEED	- Secretaria Estadual de Educação do Paraná
SMELJ	- Secretaria Municipal do Esporte, Lazer e Juventude
SMMA	- Secretaria Municipal do Meio Ambiente
UFPR	- Universidade Federal do Paraná
US	- Unidade de Saúde

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
2 A CIDADE COMO LOCUS PRIVILEGIADO PARA TRANSFORMAR O ESPAÇO EM LUGAR.....	30
2.1 ESPAÇO E LUGAR: UMA RELAÇÃO NECESSÁRIA QUE SE EFETIVA NO COTIDIANO?.....	38
2.2 LAZER E ESPAÇOS PÚBLICOS: UMA APROXIMAÇÃO NECESSÁRIA.....	44
2.3 AS PRAÇAS COMO EQUIPAMENTOS DE LAZER NO ESPAÇO PÚBLICO.....	55
3 O PROJETO VILA SUSTENTÁVEL.....	58
3.1 MAS POR QUE NO BAIRRO UBERABA?.....	60
3.2 A ESTRUTURA DO PVS E SUA FORMA DE ORGANIZAÇÃO.....	64
3.3 OS PRINCÍPIOS DA GESTÃO DELIBERATIVA COMO PROPOSTA METODOLÓGICA UTILIZADA NO PVS.....	70
3.4 QUEM SÃO OS INTERLOCUTORES DO PVS QUE FORMAM O EMARANHADO INSTITUCIONAL?.....	73
4 MODO DE ACERCAMENTO.....	78
4.1 A EFETIVAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS NO TEMPO E ESPAÇO DE LAZER: QUAL A INFLUÊNCIA DO PVS?.....	82
4.1.1 Conhecendo a “Praça do Bosque”: efetivando a “prática do bairro”?.....	85
4.1.2 Os eventos realizados na “Praça do Bosque”: do uso à apropriação.....	91
4.1.3 O evento realizado na Escola Michel Khury.....	109
4.1.3.1 A bricolagem como possibilidade de ação: uma experiência de sustentabilidade?.....	111
5 OS ESPAÇOS “PÚBLICOS” DE LAZER PARA ALÉM DO PROJETO VILA SUSTENTÁVEL: LUGARES OU NÃO LUGARES?	123
5.1 SAINDO DA POSIÇÃO DE SOBREVOO PARA CAMINHAR NO BAIRRO.....	123
5.2 O FUTEBOL ENQUANTO EXPERIÊNCIA DE LAZER: O ESPAÇO TRANSFORMADO EM LUGAR.....	145
5.2.1 O futebol debaixo das torres de energia: “Sou da Panela”.....	146
5.2.2 Jogadores da Homero Oguido: aqui é nosso cantinho.....	152
5.2.3 As escolas municipais e os espaços públicos: a importância da formação para o lazer.....	162
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	173
REFERÊNCIAS.....	182

APÊNDICE 1 – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM USUÁRIOS DA PRAÇA.....	192
APÊNDICE 2 – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM GESTORES.....	193
APÊNDICE 3 – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM PARTICIPANTES DO PROJETO VILA SUSTENTÁVEL.....	194
APÊNDICE 4 – ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO DAS PRAÇAS.....	195
APÊNDICE 5 – QUESTIONÁRIO REALIZADO NAS ESCOLAS MUNICIPAIS.....	196
ANEXO 1 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – Moradores do bairro.....	197
ANEXO 1 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – Gestores.....	200

1 INTRODUÇÃO

Manhã de sábado, dia 14 de Dezembro de 2014, minha primeira visita ao bairro Uberaba, mais especificamente à praça “Frei Jorge Dudu da Silva” conhecida como Praça do Bosque. O dia estava agradável, clima ameno e o sol já brilhava. Nesse espaço aconteceria a primeira intervenção do Projeto Vila Sustentável.

Ao chegar no local combinado, após ter me perdido pelo bairro, pelo fato do mesmo apresentar inúmeras divisões e limites caracterizados por viadutos, trilhos de trem e córregos, percebi que já havia uma movimentação na praça e que as ações, principalmente da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMMA), estavam se efetivando. O local passou por um processo de reconversão¹, com a recuperação da pista de caminhada, com a retirada de uma casa abandonada. Outras ações para atingir o objetivo de melhoria do espaço para o convívio da comunidade se efetivavam, tais como o plantio de árvores (ao redor da praça) e mudas de flores (no interior). Dentre as pessoas que faziam o plantio estavam os funcionários da SMMA e muitos moradores do entorno.

A Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude (SMELJ) levou alguns mobiliários temporários que compuseram uma pista de skate, dentre eles, um corrimão, utilizado para deslizar com o skate, uma rampa com inclinação de 45° que permite realizar manobras e saltar, além de ter fechado a rua como forma de garantir a segurança dos skatistas.

Pouco tempo depois chegaram os estudantes de Educação Física que fazem parte do Grupo de Estudos e Pesquisa em Lazer, Espaço e Cidade (GEPLEC), da Universidade Federal do Paraná. O Grupo foi convidado pela SMMA a contribuir no processo de transformação da praça, realizando limpeza e ajudando no plantio. Nesse primeiro evento a divisão de trabalho não ficou tão clara, por esse motivo nossa presença parecia estar deslocada de nossa formação. Inicialmente era para o grupo auxiliar no processo de limpeza, porém a praça já estava limpa, então começamos a ajudar no plantio das diferentes mudas em conjunto com as crianças que estavam no local.

¹ O processo de reconversão se caracteriza como uma ação que busca a melhoria dos espaços públicos da cidade, tais como ruas e praças de bairros com baixo nível de urbanização, por meio de ajardinamento, novos mobiliários, iluminação, equipamentos socioculturais, que se convertem em verdadeiros espaços públicos de uso coletivo e proporcionam qualidade de cidade a estes bairros. (BORJA e MUXÍ, 2000, p.43).

Além dessas diferentes instituições, estavam presentes algumas autoridades municipais, como o Secretário Municipal do Meio Ambiente e alguns vereadores. O objetivo do evento era lançar oficialmente o Projeto Vila Sustentável e homenagear um dos moradores mais antigos do bairro que já havia sido presidente da Associação de Moradores Lotiguaçu.

Essa narrativa apresenta brevemente como foi o início do Projeto Vila Sustentável (PVS) e as ações que viriam a ser desenvolvidas por um coletivo que procurou agregar os moradores de determinado bairro periférico da cidade de Curitiba e que posteriormente tornou-se meu objeto de pesquisa.

Antes de definir esse projeto como objeto de pesquisa, participei de mais um evento que ocorreu na mesma praça no dia 24 de Maio de 2015. Foi a partir dessa segunda ação desenvolvida e do convite de minha orientadora para participar do processo de avaliação do evento, onde estariam presentes as instituições organizadoras (SMMA, SMELJ, Unidade de Saúde Lotiguaçu – US, Fundação Cultural de Curitiba – FCC e Instituto Municipal de Administração Pública – IMAP, além do GEPEC, ONG-Projeto Geração e associação de moradores) e a comunidade (MC's, skatistas e músicos da fanfarra da Escola Estadual Anibal Khury) que comecei a cogitar no Projeto como uma possibilidade de pesquisa.

O interesse em compreender as relações que se estabelecem nesse universo, especificamente dentro do Projeto Vila Sustentável, emerge pelo fato de estar envolvido com a temática da apropriação dos diferentes espaços e equipamentos de lazer na cidade de Curitiba, desde 2005, quando assumi algumas disciplinas como professor substituto no Departamento de Educação Física na UFPR e tive a oportunidade de aprofundar os estudos tanto no campo do lazer como nas ciências sociais realizando a articulação com a Educação Física. No ano seguinte ingressei no mestrado e desenvolvi minha dissertação na Vila Nossa Senhora da Luz, na Cidade Industrial de Curitiba. A partir dessa pesquisa, da experiência enquanto professor de Educação Física da rede pública tanto municipal quanto estadual e da participação no GEPEC², percebi a importância de estudar

² Trata-se de grupo de estudos e pesquisa idealizado, desde 2004, pela Professora Dra. Simone Rechia que faz parte do corpo docente do curso de Educação Física da UFPR. O Grupo procura debater, refletir e analisar o fenômeno lazer, as práticas corporais e elementos articuladores, relacionando-os com as questões emergentes do cotidiano das cidades, estimulando alunos universitários (graduação e pós-graduação), pesquisadores, gestores que têm interesse na área,

como se efetiva a apropriação dos espaços e equipamentos de lazer, levando em consideração a possibilidade da organização coletiva das comunidades para intentar melhorias sejam elas estruturais ou de convivência dentro da região em que vivem.

A pertinência desse trabalho passa pelo caráter social que a pesquisa procura apresentar, isso quer dizer que a preocupação com as questões referentes ao lazer são fundamentais em qualquer realidade social. O Lazer é um direito constitucional, presente no artigo 6º, Título II, Capítulo II, da Constituição de 1988, por esse motivo justifica-se a proposta de desenvolver um trabalho que procure compreender como parte da comunidade que mora no bairro Uberaba vem usufruindo desse direito.

Hodiernamente o número de autores que procuram discutir, debater e analisar o fenômeno lazer enquanto um direito social é elevado, dentre eles destacam-se Marcellino (1998), Bramante (1998), Linhales (2006), Mascarenhas (2003; 2005), Gomes (2015), Isayama (2006; 2015), Pimentel (2010), Pinto (2015), Rechia (2003; 2015), Glover e Johnson (2013), Vaugeois et al. (2017a). No entanto, quando a busca se refere aos estudos que discutam tal fenômeno na cidade de Curitiba, destaca-se o Grupo de Estudos e Pesquisa em Lazer, Espaço e Cidade-UFPR. Nessa perspectiva, é compreensível a afirmação que ainda existam lacunas referentes aos estudos relacionados à apropriação dos espaços e equipamentos de lazer por parte dos curitibanos e especialmente no bairro Uberaba, por se caracterizar como uma área carente social e economicamente.

Antes de participar das ações do GEPELEC, eu pouco conhecia a respeito da realidade do bairro Uberaba, tanto que me perdi para chegar no primeiro evento realizado na “Praça do Bosque”, como afirmei na vinheta inicial, porém desde 2008, o grupo realiza intervenções na região procurando qualificar as ações nos espaços públicos de lazer, além de considerar a parceria com as diferentes escolas do bairro como fundamentais no processo de educar as crianças para se apropriarem não só do bairro, mas da cidade.

Essas ações começaram com o PELC³ e permaneceram até 2010, quando o contrato foi finalizado. Porém, o grupo permaneceu na região desenvolvendo parcerias com diferentes instituições, dentre elas teve sua permanência na Escola

oferecendo uma diversidade de saberes que são fundamentais para o crescimento acadêmico, profissional e pessoal dos participantes.

³ O PELC é o Programa Esporte e Lazer na cidade, financiado pelo Ministério do Esporte. Naquele período havia um núcleo nessa comunidade e tinha a Escola Municipal Maria Marli como ponto central para pensar nas intervenções.

Municipal Maria Marli, até o ano de 2014 com o desenvolvimento do Projeto “A Escola e os Espaços Lúdicos”, ligado ao Programa Licenciador⁴ da UFPR, que tinha por finalidade investigar como eram planejados os espaços e equipamentos destinados as vivências no âmbito do Esporte e do Lazer no ambiente escolar e em seu entorno. Em 2015 o projeto saiu dessa escola e foi para a Escola Municipal Michel Khury. Nessa escola os alunos da Iniciação Científica também atuaram entre 2015 e 2016.

As outras instituições⁵ presentes no bairro foram assistidas pelo PET⁶-Educação Física vinculado ao GEPEC a partir de 2011 e permaneceram até 2015. A partir de 2016 o grupo atuou no PVS, permanecendo até junho de 2017.

Além do trabalho desenvolvido no dia a dia com a comunidade é importante ressaltar as produções acadêmicas que derivaram dessas intervenções, dentre elas quatro monografias de conclusão de curso Maranhão⁷ (2009); Tardivo⁸ (2009); Gonçalves⁹ (2010); Tavares¹⁰ (2015), e a dissertação de mestrado de Aline Tschoke (2010), intitulada Lazer na infância: possibilidades e limites para vivência do lazer em espaços públicos na periferia de Curitiba/Paraná. Nesse trabalho o foco central são os espaços de lazer destinados às crianças, dentre eles destacam-se 3 praças e 1 escola.

A partir do contato com a produção do conhecimento que já havia sido realizada pelo grupo e com a possibilidade de participar como integrante e pesquisador do PVS, acreditei que seria importante trazer novas questões para refletir a respeito da maneira como os moradores do bairro Uberaba se apropriam

⁴ O Licenciador é um programa que congrega projetos dos diversos Cursos de Licenciatura da UFPR. Seu objetivo geral é apoiar ações que visem ao desenvolvimento de projetos voltados à melhoria da qualidade de ensino nas Licenciaturas.

⁵ As ações foram realizadas em duas instituições, o Centro de Desenvolvimento Integral Recanto Esperança e Obra Social Santo Aníbal (OSSA).

⁶ PET é Programa de Educação Tutorial que procura respeitar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, conectando universidade e sociedade, transformando ambientes sociais e seus saberes em espaços propícios para experiências formativas.

⁷ Monografia de conclusão de curso da autora Mariana C. Maranhão, intitulada: Espaços públicos de esporte e lazer na periferia de Curitiba: uma questão de (des)apropriação.

⁸ Monografia de conclusão de curso da autora Thaís Gomes Tardivo, intitulada: O espaço da escola como um espaço de esporte e lazer: estudo de caso da Escola Municipal Maria Marli Piovesan.

⁹ Monografia de conclusão de curso do autor Rafael Gonçalves. Apropriação dos Espaços Públicos de Lazer em determinada comunidade do bairro Uberaba: A violência como fator limitador.

¹⁰ Monografia de conclusão de curso da autora Yanajara Tavares, intitulada: Mapeamento dos espaços públicos frequentados por crianças do bairro Uberaba-Curitiba/PR.

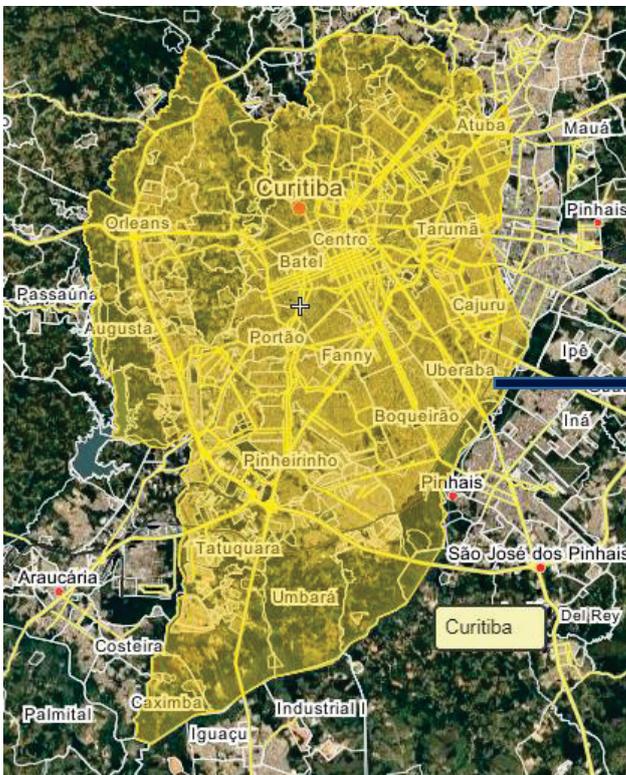
dos diferentes espaços de lazer e se o trabalho em parceria entre prefeitura e comunidade gerariam frutos.

Essa proposta foi idealizada e coordenada pela SMMA da Prefeitura Municipal de Curitiba (PMC), tratou-se de um projeto que, segundo Braun et al. (2016), tinha como objetivo estabelecer, coletivamente, práticas de sustentabilidade, enquanto um processo que permitisse às pessoas a oportunidade de decidir sobre as próprias escolhas, aliando o bem estar individual e coletivo com a conservação do meio físico. Além da organização do espaço e a ampliação das oportunidades na geração de emprego e renda o projeto buscou estimular a cooperação entre moradores, agentes e parceiros num permanente exercício de cidadania.

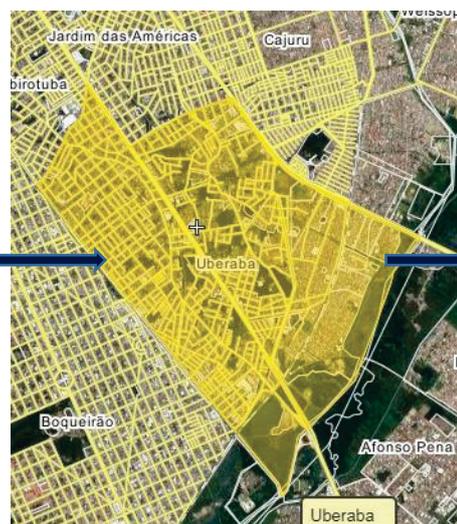
Essa proposta procurou beneficiar aproximadamente 30 mil pessoas que residem no perímetro entre as ruas Comendador Franco, Br 277, Velci Bolivar Grandó e Rio Iguaçu (FIGURA 1).

FIGURA 1 – LOCALIZAÇÃO DO PVS DENTRO DO BAIRRO UBERABA NA CIDADE DE CURITIBA/PR.

CIDADE DE CURITIBA



BAIRRO UBERABA



PVS



FONTE: Wikimapia (2017).

Dentro desse limite encontram-se sete vilas da região que fazem parte do bolsão Audi-União, que abriga aproximadamente 9 mil pessoas, e apresenta uma realidade carente economicamente, socialmente, culturalmente e de espaços públicos de lazer, localizados entre a linha do trem e o Rio Iguaçu (FIGURA 2).

Representantes dessas comunidades se reuniam para decidir sobre o que fazer e como buscar apoio para melhorar a vida e a integração das comunidades. Além de se encontrarem periodicamente com representantes da SMMA, IMAP, SMELJ, FCC, Unidade de Saúde Lotiguaçu, Escolas Municipais e Estaduais e GEPLC para definir as prioridades para quem vive e trabalha na região. Nessa direção, o PVS procurou empreender aquilo que Certeau et.al (1996) chamam de “prática do bairro”, pois buscaram favorecer a utilização do espaço urbano para além de seu uso funcional.

FIGURA 2 – DELIMITAÇÃO DO PVS EM AMARELO E EM DESTAQUE LARANJA O BOLSÃO AUDI-UNIÃO



FONTE: Wikimapia (2017).

Destarte, tenho a convicção de que essa pesquisa possa contribuir para novos estudos na área, somando-se a possibilidade de se gerar uma teoria aplicável

a outras pesquisas, por meio da transferibilidade deste caso “exemplar”, proporcionando subsídios coerentes e factíveis para se “experimentar” os mesmos resultados no entendimento de outras realidades – levadas em conta às particularidades de cada caso. O desígnio desta pesquisa é descrever um relevante caso particular. A generalização cabe às pessoas que de uma forma ou de outra buscarão se apropriar das discussões. Nessa perspectiva, concordo com Santos (1997, p.58), quando afirma que “a teorização depende de um esforço de generalização e de um esforço de individualização. A generalização nos dá a listagem das possibilidades; a individualização nos indica como, em cada lugar, algumas dessas possibilidades se combinam”.

Assim, como já afirmei em estudos anteriores (GONÇALVES, 2008), entender o espaço como categoria analítica torna-se um instrumento interpretativo de fundamental importância para a compreensão do fenômeno lazer, da realidade e para o avanço no processo do conhecimento científico.

Dessa forma, a partir do conhecimento da realidade, emerge a seguinte problemática: **qual é a possibilidade de uma proposta de ação coletiva, desenvolvida entre 2013 e 2016, viabilizar aos moradores do Bairro Uberaba a apropriação dos diferentes espaços de lazer de maneira autônoma?** A intenção foi acompanhar os diferentes grupos que compõem o coletivo do Projeto Vila Sustentável, tendo como preocupação central perceber como os espaços de lazer que fazem parte do bairro Uberaba influenciam ou proporcionam mobilizações e sustentam as ações desse conjunto.

Na tentativa de responder a problemática, o estudo caminhou na direção dada pelos seguintes objetivos específicos:

- Situar como se desenvolve o Projeto Vila Sustentável e suas ações no bairro Uberaba;
- Conhecer os diferentes interlocutores, mapeando os espaços de atuação dentro do PVS e perceber como se desenvolvem as teias de relações por meio dos emaranhados institucionais;
- Analisar se os espaços incluídos nas ações do PVS sofreram influências nas suas formas de uso e apropriação no tempo e espaço de lazer da comunidade;

- Investigar as práticas corporais vivenciadas/experenciadas cotidianamente nos diferentes espaços de lazer presentes no Bairro concomitante e para além do Projeto Vila Sustentável;

Assim, a investigação que proponho caminha para um estudo de múltiplas interseções, tendo como objetivo geral *Analisar até que ponto uma proposta de ação coletiva, desenvolvida em quatro anos pode possibilitar aos moradores do bairro Uberaba se apropriarem dos diferentes espaços de lazer de maneira autônoma.*

Refere-se a uma pesquisa de cunho social que procura observar como são desenvolvidas as ações do PVS pelos diferentes interlocutores, com a intenção de descrever e interpretar os diferentes fenômenos na tentativa de compartilhar, posteriormente, os significados com os outros (sejam eles pesquisadores ou a comunidade estudada).

Trata-se de uma pesquisa etnográfica que se identifica tradicionalmente com os métodos de pesquisa qualitativa e utiliza como estratégia as técnicas de observação participante, diário de campo, entrevista aberta, o contato direto com o universo investigado e outros meios auxiliares (VELHO, 1980).

A pesquisa etnográfica permite que se efetive a análise cultural, inspirada em Geertz (1989), o qual salienta que a interpretação das culturas faz-se a partir de uma descrição “densa do campo empírico”. Essa descrição do cotidiano possibilita que o pesquisador se depare com o inesperado, nesse sentido, uma das principais características da pesquisa qualitativa ou interpretativa é que o pesquisador não deve prever resultados, ou seja, deve ir a campo o mais aberto possível para diferentes possibilidades, buscando o que se revela importante para a realidade, ou seja, os interlocutores estudados.

Para Magnani (2002, p.17), “o método etnográfico não se confunde nem se reduz a uma técnica; pode usar ou servir-se de várias, conforme as circunstâncias de cada pesquisa; ele é antes um modo de acercamento e apreensão do que um conjunto de procedimentos”.

Na concepção de Uriarte (2012), esse “modo de acercamento” ou “mergulho” apresenta algumas fases. A primeira é o mergulho na teoria, informações e interpretações já desenvolvidas sobre a temática e a população específica que se pretende estudar. A segunda diz respeito ao longo período de tempo vivendo em

conjunto com os interlocutores (rurais, urbanos, modernos ou tradicionais); esta fase é conhecida como “trabalho de campo”. A última etapa é o momento da escrita.

Os procedimentos para atingir as diferentes fases se inspiram no fazer etnográfico. A pesquisa com tal cunho, de acordo com Uriarte (2012, p.2) trata a teoria e a prática de maneira indissociável, pois o “o fazer etnográfico é perpassado o tempo todo pela teoria”, seja no momento que antecede a ida ao campo na busca pelo conhecimento já produzido a respeito do tema, seja no momento da pesquisa empírica quando nos guia ou na fase da escrita permitindo a interpretação das informações que se convertem em dados no processo reflexivo.

Essa maneira de pesquisa, segundo Rechia (2003) permite estabelecer relações, selecionar informantes, analisar documentos, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário de campo, caderno de notas e assim por diante. Portanto, a intenção é trabalhar com diferentes fontes auxiliares buscando garantir a qualidade dos resultados da pesquisa. As técnicas e os procedimentos adotados são importantes para efetivá-la, porém a qualidade será exercida em conjunto com o empenho intelectual despendido pelo pesquisador.

Procurando me apropriar de diferentes pesquisas no campo da etnografia que pudesse me auxiliar no processo de escrita, trouxe para a tese autores considerados clássicos da antropologia, dentre eles Bateson (2006) e Geertz (1989), que trazem reflexões a respeito das questões metodológicas decorrente de pesquisas antropológicas “clássicas”, na qual há uma situação de alteridade bastante marcada entre quem pesquisa e quem é pesquisado, como ocorre nas situações entre os antropólogos e os índios ou “tribos” quaisquer.

Quando trago autores consagrados no Brasil, como Velho (1980) e Magnani (2002a; 2002b; 2007; 2015) é na perspectiva de compreender a relevância das etnografias como método de pesquisa a respeito das sociedades ditas “modernas”. O pano de fundo desta argumentação é justamente demonstrar que, a despeito de sua origem como método de estudo das sociedades outrora chamadas de “primitivas”, a etnografia tem contribuições a fazer no estudo de grupos e questões dentro das sociedades às quais pertence também a antropologia.

O último grupo de autores(as) da antropologia que apresento, Balkenhol (2014) e Mascarello (2015), de acordo com o professor João Rickli “são pesquisadores(as) mais jovens que retratam soluções metodológicas criativas e bem estruturadas, pois desenvolvem questionamentos mais contemporâneas da posição

do(a) antropólogo(a) em campo, apostando na problematização da pesquisa como uma relação entre a pessoa que pesquisa e a que é pesquisada.” (DC, 21/06/2016).

Os estudos etnográficos relacionados à Educação Física que contribuíram para o desenvolvimento da tese estavam ligados ao Grupo de Estudos Socioculturais em Educação Física (GESEF-UFRGS) coordenado pelo professor Marco Paulo Sttiger, principalmente o trabalho desenvolvido por Myskiw (2012), ao realizar uma pesquisa etnográfica multi-situada, realizada num circuito de futebol de Porto Alegre, conhecido como o municipal da várzea.

Como afirmei anteriormente, a presente pesquisa teve como temática central o Projeto Vila Sustentável e as diferentes formas de apropriação dos espaços públicos de lazer que fazem parte do perímetro delimitado para a sua realização, na cidade de Curitiba, entre dezembro de 2014 e novembro de 2017.

O desafio que me propus enfrentar foi o de acompanhar as ações efetivadas por esse grupo, e compreender se a comunidade dependia desse projeto para se apropriar dos espaços de lazer de maneira autônoma. Nesse relatório de pesquisa procuro retratar minhas trajetórias e diferentes experiências, tanto observando quanto participando, pois estive envolvido inicialmente enquanto representante do GEPLC nas diferentes reuniões e posteriormente como pesquisador.

Tudo o que tive oportunidade de observar, experimentar, planejar e participar foi registrado em diário de campo, totalizando 168 diários, elaborados em formato digital de texto. Como suporte aos diários, procurei trazer documentos (jornais, leis, pareceres, convites, mapas, panfletos, cartazes, decretos), imagens, filmagens e entrevistas¹¹.

No decorrer da pesquisa foram realizadas 8 entrevistas com o comitê organizador do PVS e 20 com moradores da comunidade e que se apropriam de diferentes espaços de lazer presente no bairro. Utilizei também um roteiro de entrevista estruturado com moradores da comunidade que participaram de um dos eventos organizados pelo coletivo, além de um questionário¹² respondido pelos alunos das quatro escola municipais presentes no perímetro pesquisado.

Procurando garantir a validade do material coletado, transcrevi as entrevistas, preservando os possíveis sentidos e as ideias apresentadas pelos interlocutores.

¹¹ Os roteiros de entrevista estão disponíveis nos Apêndices 1, 2 e 3.

¹² O questionário desenvolvidos com as Escola Municipais está disponível no Apêndice 5.

Eles tiveram acesso ao conteúdo para que pudessem corrigir possíveis erros ou interpretações equivocadas de suas falas. Os participantes foram esclarecidos sobre o entendimento da importância do estudo, bem como sua participação no mesmo, sob condições apresentadas no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido¹³, fornecido a todos. Também foi viabilizada, pela assinatura desse documento, a autorização para entrevistar, filmar, fotografar e publicar os dados – em forma de trabalhos científicos. Aos participantes, foi garantido o princípio do anonimato, caso os mesmos optassem por ele.

Buscando efetivar a construção de uma estrutura coerente e articulada para a elaboração desta tese, procurei desenvolver as reflexões, argumentos, relatos, exemplos, conceitos, considerações, perguntas, obedecendo a uma lógica interna na tentativa de articular a totalidade dos capítulos com as considerações.

No segundo capítulo, “A cidade como *locus* privilegiado para transformar o espaço em lugar”, procuro trazer elementos para compreender a cidade como um espaço que proporciona diferentes relações sociais alicerçadas no cotidiano. Para tanto aprofundo a importância das categorias espaço e lugar como fundamentais, pois apresentam uma relação necessária que se efetiva no dia a dia das comunidades. Além de trazer as categorias lazer e espaço público como centrais no processo de compreensão das diferentes formas de uso e apropriação dos locais presentes no bairro Uberaba.

Após essa discussão mais ampliada de cidade, no terceiro capítulo, “O Projeto Vila Sustentável”, apresento a estrutura e organização do PVS, como se desenvolveu e quais foram suas ações no bairro Uberaba. Na sequência exponho por que esse bairro foi escolhido, para em seguida apresentar o cenário da gestão deliberativa como proposta metodológica utilizada no Vila Sustentável. Finalizando o capítulo, anuncio as ações que permearam o PVS e o que caracteriza-o como um emaranhado institucional.

No quarto capítulo, “Modo de acercamento”, a preocupação central foi apresentar o caminho percorrido, efetuando o processo etnográfico, realizando a análise dos documentos, discutindo as observações efetuadas nos diferentes espaços públicos de lazer, conjuntamente com as entrevistas e com o diário de campo, procurando concretizar, dessa forma, a descrição densa a que me propus no

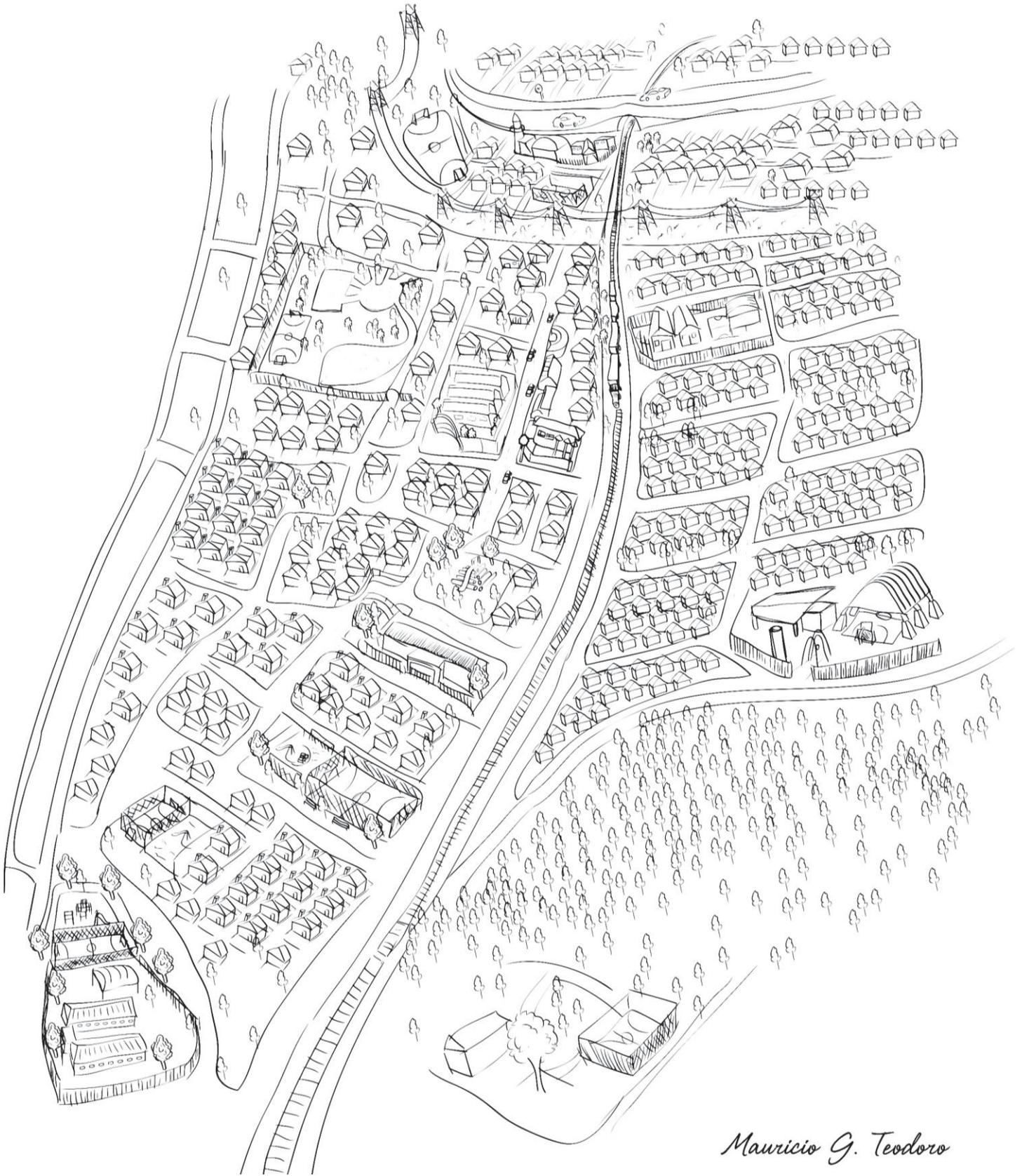
¹³ Os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido estão disponíveis nos Anexos 1 e 2.

início do trabalho. Nesse momento, apresento as categorias “prática do bairro”; “do uso à apropriação” e “a bricolagem como possibilidade de ação” levantadas a partir das análises e interpretações.

No último capítulo, “Os espaços ‘públicos’ de lazer para além do Projeto Vila Sustentável: lugares ou não lugares?”, a preocupação é trazer os espaços públicos de lazer que, apesar de estarem no perímetro delimitado para a pesquisa, acabaram não recebendo uma proposta de intervenção como a apresentada no quarto capítulo. A intenção é compreender como as categorias de análise “lugar ou não lugar” e “o espaço transformado em lugar” se caracterizam dentro do bairro.

Encerrando, neste momento, as reflexões, me esforcei para realizar uma síntese final do texto dedicado ao que chamei por “Considerações Finais”. Tive a preocupação de colocar tanto as minhas avaliações quanto as de minha orientadora a respeito dos avanços e limites que encontrei na execução do PVS e nas formas de uso e apropriação dos diferentes espaços e equipamentos que constituem os espaços públicos de lazer presentes no perímetro delimitado para a pesquisa. Acredito que tais reflexões mostram que concluí uma etapa de uma longa caminhada, mas que está longe de ser considerada como encerrada.

MAPA ILUSTRADO¹⁴ DO PERÍMETRO DELIMITADO PARA A REALIZAÇÃO DO PVS



Mauricio G. Teodoro

¹⁴ Esse mapa de referências procura facilitar visualmente quais foram os locais percorridos no decorrer da etnografia. A ideia surge a partir da leitura do livro “Quando a rua vira casa”.

Legenda:

- 1- Campo de futebol Grupo Panela
- 2- Praça Anhangava
- 3- Escola Municipal Marumbi
- 4- Praça José Paulino Schmitt
- 5- Linha de Transmissão com hortas comunitárias
- 6- Escola Estadual Anibal Khury Neto
- 7- Rua do Comércio
- 8- Pizzaria 1º de maio
- 9- Unidade de Saúde Lotiguaçu
- 10- Praça Frei Jorge Dudu da Silva, Praça do Vila, Praça do Bosque ou Praça 2
- 11- Capela São José Operário
- 12- Escola Municipal Michel Khury
- 13- Praça Homero Oguido
- 14- Jardimete Gastão Adolpho Romanó
- 15- Praça Renato Russo
- 16- Escola Municipal Maria Marli Piovezan
- 17- Parque da Imigração Japonesa
- 18- Casa - Associação PIAC SPORT
- 19- Portal do Futuro
- 20- Escola Municipal Rachel Mader Gonçalves
- 21- Linha do trem

2 A CIDADE COMO LOCUS PRIVILEGIADO PARA TRANSFORMAR O ESPAÇO EM LUGAR

Era uma manhã agradável do mês de Maio de 2016, os interlocutores do PVS (a responsável pela SMMA, o presidente da associação de moradores, o representante do IMAP, um representante do GEPLC e uma moradora do bairro) se encontraram na Praça do Vila¹⁵ com o responsável pelo horto, da regional do Cajuru, com a intenção de definir quais seriam os espaços para a realização do plantio das mudas perenes e pensar na possibilidade de finalizar a pista de caminhada ao redor de toda a praça. Quando chegamos ao local, foi possível observar que a área mais próxima ao bosque estava muito suja. Ao perceber a situação do espaço foi levantada a importância de ligar no 156¹⁶ para pedir o corte de grama e a limpeza do bosque, pois além de muitas folhas, restos de material de construção e lixo, alguém tinha abandonado um sofá ali.

Definido o local em que faríamos o plantio, o responsável pelo horto foi embora e algumas pessoas do grupo se arriscaram a ir na balança de pneu construída por um dos moradores do bairro na maior árvore da praça. Após essa atividade lúdica vivenciada pelos adultos do coletivo foi possível ver no semblante de cada um a alegria e a satisfação na realização dessa “travessura”. Algumas falas revelam esse momento de euforia:

“Nossa, como é gostoso!!!”

“Me balançar desse jeito me fez lembrar da minha infância”

“Hoje fiz uma travessura, fiquei me balançando, foi tão bom”.

Depois dessa vivência, os representantes das instituições municipais foram embora e quando estava me despedindo, Carlos que é o presidente da associação me convidou para conhecer um pouco melhor o bairro e os espaços que são utilizados para o lazer daquela comunidade. Saímos da Praça do Vila e fomos em direção a praça Homero Oguido¹⁷, que fica a menos de 500 metros de distância, é

¹⁵ A Praça do Vila ou Praça do Bosque é o número 10 na legenda presente no mapa ilustrado (p.29).

¹⁶ A central de atendimento e informações 156 é o principal canal de comunicação da população com a prefeitura municipal de Curitiba.

¹⁷ A Praça Homero Oguido é o número 13 na legenda presente no mapa ilustrado (p.29).

uma praça com poucos equipamentos, dentre eles uma cancha de futebol e uma de vôlei, ambas de areia, além de um parquinho com dois brinquedos. Essa praça tem um grande espaço que não é utilizado e estava muito suja; O presidente da associação disse que os próprios moradores da região jogam restos de construção na área que fica vazia e que constantemente liga para a prefeitura providenciar a limpeza.

Continuando nosso reconhecimento, cruzamos a linha do trem¹⁸ e fomos até o Portal do Futuro¹⁹, esse é o único equipamento que possibilita diferentes experiências de lazer do outro lado da linha. Caminhamos por volta de 15 minutos até chegar, acabamos não entrando no portal mas vimos algumas pessoas utilizando as estruturas.

Indo em direção ao Parque da Imigração Japonesa²⁰, seguimos numa rua que não é asfaltada e não tem calçada, caminhamos aproximadamente 1km, por um caminho deserto onde não se tem sensação de segurança. Quando chegamos ao Parque, conhecemos a casa²¹ que estava sendo construída pela SMMA que era para servir como local de sustentabilidade e integração da comunidade, mas naquele momento ainda não tinha sido assumida por nenhuma associação de moradores. O acesso ao Parque para quem vai a pé não é muito fácil e para quem vai de carro só tem uma entrada que é pela Avenida Comendador Franco, mais conhecida como Avenida das Torres e é preciso ir até o município vizinho de São José dos Pinhais para depois retornar e entrar no Parque.

Quando chegamos, Carlos começou a mostrar quais eram os possíveis locais pelos quais os moradores do bairro conseguem ter acesso à entrada. De fato é muito precário e perigoso, pois como existe um córrego entre o Parque e o outro lado do bairro, percebi que são “construídas” algumas pontes para que se possa atravessar. Nós adultos fizemos essa travessia, mas confesso que foi um momento apreensivo. As imagens a seguir retratam a fragilidade do acesso.

¹⁸ A Linha do trem é o número 21 na legenda presente no mapa ilustrado (p.29).

¹⁹ O objetivo principal do Portal do Futuro é fazer que o jovem seja protagonista de sua trajetória. Para tanto, são oferecidos cursos e atividades que podem fazer a diferença na formação de cidadãos entre 10 e 29 anos.

O Portal do Futuro é o número 19 na legenda presente no mapa ilustrado (p.29).

²⁰ O Parque da Imigração Japonesa é o número 17 na legenda presente no mapa ilustrado (p.29).

²¹ A casa cedida pela SMMA no PIJ é o número 18 na legenda presente no mapa ilustrado (p.29).

FIGURA 3 – ACESSO PARA PEDESTRES AO PARQUE DA IMIGRAÇÃO JAPONESA.



FONTE: O autor (2016)

Seguindo o trajeto para conhecer os outros espaços, passamos pela Praça Renato Russo²² que fica distante 1,5km do Parque. Essa é a maior praça do bairro e fica ao lado da Escola Municipal Maria Marli. Enquanto caminhávamos, Carlos afirmou que antes da construção da praça, existia um campo de futebol de grama com as dimensões oficiais e que nesse espaço sempre tinha muita gente, desde crianças até idosos, mas depois que fizeram o campo de areia e colocaram as telas, quase ninguém joga. Além da cancha, tem uma Academia ao ar livre e um parquinho com três brinquedos, essa praça não é arborizada e quase não há sombra.

Saindo dessa praça, caminhamos 500m até chegar ao Jardimete Gastão Adolpho Romanó²³, composto por um parquinho, como os mesmos brinquedos que os das outras praças e uma cancha de futebol de areia. Carlos disse que essa praça sempre ficava vazia e que no máximo era possível ver alguns meninos jogando bola. Seguindo o caminho para conhecer a próxima praça, fomos pela rua Eunice Bettini Bartoszeck²⁴ que, de acordo com nosso “guia”, é a principal rua da região, pois corta quase todo o bairro e a maior parte do comércio está localizado nela. De fato ao caminharmos foi possível observar um movimento constante tanto de pedestres quanto de carros e bicicletas. Além de mercado, academia, panificadora, Pizzaria 1º

²² A Praça Renato Russo é o número 15 na legenda presente no mapa ilustrado (p.29).

²³ O Jardimete se caracteriza como uma praça menor em comparação com uma praça. Esse jardimete é o número 14 na legenda presente no mapa ilustrado (p.29).

²⁴ Essa é a Rua do Comércio e na legenda presente no mapa ilustrado no início do Cap 2 está no número 7.

de Maio²⁵, lotérica, restaurante, oficina, bares, está a Unidade de Saúde²⁶ e a única Escola Estadual²⁷. O percurso até a praça José Paulino Schimitt²⁸ levou aproximadamente 20 minutos. Essa praça tem uma academia ao ar livre, uma cancha de futebol de areia, uma pista de caminhada e um bosque. Durante nossa passagem observamos duas senhoras nos equipamentos que fazem parte da academia ao ar livre e algumas pessoas cruzando a praça. Carlos comentou que aqui tem um morador que trabalha com madeira e constrói carrinhos para vender, mas que nos finais de semana ele os deixa na praça para quem quiser brincar. A última praça que visitamos fica no interior de um condomínio residencial, trata-se da Praça Anhangava²⁹, nossa caminhada levou mais de 15 minutos. Para entrar no condomínio foi preciso passar por uma guarita onde tinham dois seguranças, eles não perguntaram nosso destino, mas Carlos ao observar que eu tinha ficado intrigado disse que o acesso até a praça é possível até as 22 horas da noite e depois eles fecham as duas guaritas que tem no condomínio.

Ao caminhar por dentro do condomínio era possível ver o muro que o separa do restante da vila e algo que chamou atenção foi que algumas ruas terminavam no muro. Se não existisse o muro, levaríamos no máximo 5 minutos para ir de uma praça à outra. Essa última praça apresentava a melhor infraestrutura em comparação com as outras, dentre os equipamentos destacam-se a pista de skate, a quadra poliesportiva, uma cancha de areia de futebol e uma de vôlei, além de 2 parquinhos, um de madeira e o outro com os mesmos brinquedos que as outras praças, incluindo três balanças. Enquanto caminhávamos retornando à primeira praça, Carlos me contou que existe um processo na prefeitura de Curitiba pedindo a retirada do muro que separa a vila do condomínio, pois restringe o direito de ir e vir da população seja para a praça, seja para o outro lado do bairro em direção a rua Alberto Pasqualine. Algo que me chamou atenção durante o caminhar pelo bairro foi que todas as praças estavam praticamente vazias.

A partir dessa vinheta, acredito ser importante trazer elementos para compreender a cidade como um espaço que proporciona diferentes relações sociais alicerçadas no cotidiano. Atualmente as cidades se caracterizam como centros de

²⁵ A Pizzaria 1º de Maio é o número 8 na legenda presente no mapa ilustrado (p.29).

²⁶ A Unidade de Saúde Lotiguaçu é o número 9 na legenda presente no mapa ilustrado (p.29).

²⁷ A Escola Estadual Anibal Khury é o número 6 na legenda presente no mapa ilustrado (p.29).

²⁸ A Praça José Paulino Schimitt é o número 4 na legenda presente no mapa ilustrado (p.29).

²⁹ A Praça Anhangava é o número 2 na legenda presente no mapa ilustrado (p.29).

vida social e política na qual se conjugam elementos como as técnicas, o conhecimento, as obras. Trata-se de um espaço complexo, composto por ruas, casas, praças e parques que fazem parte do domínio público da mesma, no entanto, a falta de um planejamento urbano adequado, acaba promovendo a segregação de parte da população pelas dificuldades de acesso ou falta de segurança, impossibilitando o acesso a tais domínios.

Nesse sentido, de acordo com Richard Sennett (2003) as cidades se tornaram um "*locus*" de poder, pois foram nelas que as promessas de identificação entre aquilo que ele chamou no título de seu trabalho de Carne e Pedra se estilhaçaram, no estranhamento das relações cotidianas, no esvaziamento dos espaços públicos. Para o autor, "as relações entre os corpos humanos no espaço é que determinam suas reações mútuas, como se vêem e se ouvem, como se tocam ou se distanciam" (2003, p.17). Nessa perspectiva, é nos diferentes espaços da cidade que essas relações se concretizam, ou seja, o espaço tem forte influência nas formas de uso e apropriação³⁰.

Para Henry Lefebvre (2001) a cidade deveria ser vista como uma obra, no entanto, no decorrer do desenvolvimento da sociedade ela também se tornou um produto. Na concepção do autor:

a própria cidade é uma obra, e esta característica contrasta com a orientação irreversível na direção do dinheiro, na direção do comércio, na direção das trocas, na direção dos produtos. Com efeito, a obra é valor de uso e o produto é valor de troca. O uso principal da cidade, isto é, das ruas e das praças, dos edifícios e dos monumentos, é a Festa (que consome improdutivamente, sem nenhuma outra vantagem além do prazer e do prestígio, enormes riquezas em objetos e em dinheiro) (p.4).

Considerada como obra e não como produto, o autor aponta que a cidade e a realidade urbana dependem do valor de uso que está relacionado à categoria "habitar", ou seja, para além do simples abrigo e da garantia de condições básicas de sobrevivência, "habitar é participar de uma vida social, de uma comunidade, aldeia ou cidade. A vida urbana detém, entre outras, essa qualidade, esse atributo" (Ibidem, p.16).

³⁰ O conceito de apropriação aqui utilizado sustenta-se nos estudos de Cavalcante e Elali (2011), que o definem como sendo "(...) um processo psicossocial central na interação do sujeito com seu entorno por meio do qual o ser humano se projeta no espaço e o transforma em um prolongamento de sua pessoa, criando *um lugar seu*" (p. 63, grifo dos autores).

Nesse sentido, a cidade se caracteriza como o local fundamental para a efetivação de ações como encontrar pessoas para trocar ideias, comprar, vender ou simplesmente aproveitar o tempo destinado ao lazer, relaxando, contemplando ou se divertindo. Corroborando com essa ideia, Rechia (2003, p.36) salienta que a “cidade articula teoria e prática, além de se revelar no plano do vivido e do subjetivo, o qual introduz referenciais, identidades e lutas, revelando a produção social do espaço urbano”.

Acredito que a vida urbana pressupõe encontros, onde as diferenças são levadas em consideração, os conhecimentos são valorizados e as opiniões, sejam elas ideológicas ou políticas, são respeitadas. Na cidade observa-se de fato diferentes “modos de viver”.

Como bem desenvolve em seu livro *Cidades para as pessoas*, Jan Gehl afirma que ao planejar uma cidade é preciso levar em consideração a sua dimensão humana, pois ela deve ser pensada para as pessoas e não para os automóveis ou edificações. Assim, deve-se valorizar o espaço público e a expressão individual e coletiva, ou como afirma Lefebvre (2001), a cidade deve levar em consideração a individualização na socialização.

Para Gehl (2015) os planejadores deixaram em segundo plano a discussão a respeito do espaço público, os espaços destinados aos pedestres e o papel central do espaço urbano como lócus de encontro dos moradores da cidade, priorizando dessa maneira a preocupação com o aumento do tráfego de automóveis.

Reforçando a importância do que afirma o autor, a representante da SMMA, em entrevista, comentou:

normalmente as pessoas tem uma experiência ruim de cidade, pois o trânsito é estressante e as pessoas não conversam. As cidades tinham que ter um projeto de aproximação das pessoas, de resgatar a verdadeira função da cidade que é o espaço de encontro.

Nessa perspectiva, acredito que numa cidade na qual é facilitado às pessoas condições de se deslocar com facilidade, independentemente do local em que residam, mostra que a mobilidade é um componente essencial do planejamento da vida dessas cidades. Dessa forma é preciso pensar como os indivíduos podem “driblar” essas situações na tentativa de superar as barreiras que os diferentes

espaços das cidades acabam apresentando, fazendo com que as pessoas possam mais do que se deslocar, possam também se relacionar, nesse processo.

Uma das formas de “driblar” essas condições são levantadas por Certeau. Em sua concepção, “a cidade panorâmica é um simulacro ‘teórico’” (2014, p.158), o que acaba gerando uma falsa visão da realidade. Quando a cidade é observada de cima ela parece um quebra-cabeça em miniatura, mas com muitas peças por completá-la. No momento em que as pessoas estão em contato direto com a realidade é possível aprofundar as interpretações, pois muitas vezes as “práticas organizadoras da cidade habitada” passam a ser percebidas apenas quando você caminha pela cidade, Certeau reforça que pelo fato dos *praticantes ordinários*³¹ se encontram “embaixo”, a visão de quem está lá em cima pode acabar ficando mais turva devido à falta de contato direto com os caminhantes, pedestres.

O autor afirma que gostaria de observar práticas estranhas ao espaço, as quais se “[...] remetem a uma forma específica de ‘operações’ (‘maneiras de fazer’), a uma ‘outra espacialidade’ (uma experiência ‘antropológica’, poética, mítica do espaço) e uma mobilidade *opaca* e *cega* da cidade habitada” (p.160). Dessa forma, seria possível vivenciar os espaços de maneira significativa, aprofundando seu conteúdo, dentro da cidade planejada e visível.

Ao pensar no planejamento de uma cidade, o autor traz a seguinte contribuição “a aliança da cidade e do conceito jamais os identifica, mas joga com sua progressiva simbiose: planejar a cidade é ao mesmo tempo *pensar a própria pluralidade* do real e *dar efetividade* a este pensamento do plural: é saber e poder articular.” (2014, p.160). Destarte, para pensar a respeito das cidades não basta pensar no conceito, é preciso levar em consideração o contexto em que se desenvolve.

As cidades são identificadas pelas múltiplas práticas sociais e permitem que o sentido de espaço urbano, presentes nelas, seja evidenciado como instrumento que caracteriza e dá significado ao cotidiano. Conforme Rechia (2003), as cidades apresentam-se como um espaço em movimento constante, em que perspectivas

³¹ De acordo com Certeau (2014), o “homem ordinário” ou “praticante ordinário” é o “herói comum”, ou seja, é o indivíduo esquecido que está fora dos horizontes acadêmicos, é um herói anônimo que caminha na cidade e está “embaixo”, porém é esse praticante que tem as condições de inventar o cotidiano, jogando com os espaços e criando “operações” ou “maneiras de fazer” na tentativa de alterar os objetos e os códigos presentes em seu dia a dia.

individuais e coletivas originam situações singulares a serem interpretadas e compreendidas no cotidiano da vida urbana.

Neste sentido, avança-se na ideia do crescimento e interesses das cidades de forma acelerada, podendo alterar o cotidiano e comprometer a qualidade de vida e experiências de lazer, uma vez que é possível perceber que as cidades vêm perdendo os espaços horizontais. Não obstante, o desenvolvimento urbano, de forma irregular, traz danos ao meio ambiente e ao espaço citadino, conseqüentemente, pode originar um ambiente com baixa qualidade de vida, onde as possibilidades de espaços de lazer passam a ser restritas ou despercebidas.

Nesta perspectiva, Freitag (2012, p. 108) ressalta que para conhecer de fato o espaço citadino, as cidades precisam ser “ouvidas, observadas, percorridas, investigadas, interpretadas, examinadas e esmiuçadas estatisticamente, estudadas sociologicamente, avaliadas política e economicamente”. Ainda de acordo com a autora, pesquisar as cidades é de grande relevância, para que seja possível compreendê-las e conseqüentemente transformá-las.

A partir das diferentes pesquisas realizadas pelo Geplec, no decorrer de 13 anos, é possível afirmar que as pessoas não conseguem apreender a cidade em uma única caminhada. Autores como Michel de Certeau (2014), Magnani (2002b) e Canevacci (2004) afirmam que para realizar uma análise de fato é preciso “saltar na cidade”, isso quer dizer que para interpretar a realidade não podemos ver o objeto apenas de cima e de longe, pois esse sobrevoo deixaria nossa visão opaca, mas precisamos ver de dentro e de perto, ou melhor, é preciso caminhar na cidade para ter a compreensão real do cotidiano.

Isso fica evidente na vinheta apresentada no início do capítulo, quando se tem a impressão de que os diferentes espaços de lazer estão abandonados ou não apresentam uso e apropriação. Na verdade, essa foi uma caminhada que realizei em conjunto com o presidente da associação de moradores numa sexta-feira pela manhã quando provavelmente, as crianças e os adolescentes estariam nas escolas e os adultos trabalhando. No decorrer do trabalho será possível perceber quais desses espaços que descrevi podem ser considerados lugares ou não-lugares³² da maneira a que se refere Marc Augé.

³² Para Augé (1994) o *lugar* se caracteriza como identitário, relacional e histórico, no entanto, o espaço que não se define dessa maneira será considerado um *não-lugar*.

Assim, é preciso analisar as cidades não apenas como um local pensado para alojar pessoas, corpos, empresas, objetos, mas também como um conjunto de representações que formam o tecido urbano em um ambiente que pode ser culturalmente rico, capaz de manter suas tradições e suscitar novos hábitos e ideias. Neste sentido, em diferentes campos do conhecimento há uma maior valorização do cotidiano, da participação comunitária, da cultura, da história, das tradições, da dinâmica dos espaços públicos, do lazer e das inter-relações estabelecidas entre espaços naturais e construídos nas tematizações sobre as cidades.

Isto posto, as cidades podem se caracterizar como locais privilegiados no processo de ressignificação dos diferentes espaços que a compõem, permitindo à população superar o simples uso na tentativa de concretizar uma apropriação significativa. Dessa maneira, terão a oportunidade de realizar a transformação do espaço em lugar.

2.1 ESPAÇO E LUGAR: UMA RELAÇÃO NECESSÁRIA QUE SE EFETIVA NO COTIDIANO

Iniciar a reflexão a respeito da categoria espaço torna-se relevante ao levar em consideração as características desse objeto de estudo, pois como afirmei anteriormente, a intenção foi investigar a influência do PVS nas diferentes formas de uso e apropriação dos espaços de lazer por parte dos moradores do Bairro Uberaba.

Procurando desenvolver o conceito de espaço, coaduno com Santos (2006) quando apresenta os sistemas de objetos e os sistemas de ações³³ como fundamentais para o processo de produção e da vida. Os objetos naturais e os fabricados pelo homem passam a ser analisados conforme sua condição técnica, da

³³ Sistema de objetos: há quem distinga os objetos das coisas. As coisas se caracterizam pelo produto da elaboração natural, enquanto os objetos são produtos da elaboração social, ou seja, são resultados do trabalho. Para Santos (2006), cada vez mais os objetos tomam o lugar das coisas, “já que as próprias coisas, dádivas da natureza, quando utilizadas pelos homens a partir de um conjunto de intenções sociais, passam, também, a ser objetos” (p. 65).

Sistema de ações: a ação é um processo, mas um processo dotado de propósito. “Quando, através do trabalho, o homem exerce ação sobre a natureza” ele transforma o meio externo e ao mesmo tempo transforma sua própria natureza. “A ação é subordinada a normas, escritas ou não, formais ou informais e a realização do propósito reclama sempre um gasto de energia” (ibidem, p.78). Nesse sentido, só o homem tem ação, pois somente ele tem objetivo, finalidade. Contudo, “as ações humanas não restringem aos indivíduos, incluindo também, as empresas, as instituições”. Assim, “as ações resultam de necessidades, naturais ou criadas. Essas necessidades: materiais, imateriais, econômicas, sociais, culturais, morais, afetivas, é que conduzem os homens a agir e levam a funções” (ibidem, p.82).

mesma forma, as ações se distinguem segundo os graus de racionalidade e intencionalidade. Em sua concepção,

o espaço não é um pano de fundo impassível e neutro. Assim, este não é apenas um reflexo da sociedade nem um fato social apenas, mas um condicionante condicionado, tal como as demais estruturas sociais. O espaço é uma estrutura social dotada de um dinamismo próprio e revestido de uma certa autonomia, na medida em que sua evolução se faz segundo leis que lhe são próprias. Existe uma dialética entre forma e conteúdo, que é responsável pela própria evolução do espaço (SANTOS, 1981, p.15).

Para Milton Santos, a forma está diretamente relacionada aos fixos – instrumentos de trabalho, agências bancárias e do correio, escolas, hospitais, fábricas, estradas, ao passo que o conteúdo condiz aos fluxos, ou seja, a sociedade em movimento, a circulação, as relações sociais. Conseqüentemente, o espaço se traduz por um conjunto de formas contendo, cada qual, frações da sociedade em movimento. As formas têm um papel na realização social.

Para o autor, no momento em que se procura debater a categoria espaço é importante defini-lo à luz da história concreta. Nessa mesma esteira de pensamento, Luchiari procura refletir de que maneira a categoria espaço foi se constituindo desde a concepção iluminista de “progresso” até os dias atuais. De acordo com a autora, “o espaço como categoria analítica torna-se um instrumento interpretativo de fundamental importância para a compreensão da realidade e para o avanço do processo do conhecimento científico” (1996, p. 192).

Para Carlos (2007), as relações que os indivíduos mantêm com os espaços se expressam todos os dias nos modos do uso, nas condições mais banais, no secundário, no acidental. É o espaço passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo.

Algo que a autora traz para a reflexão a respeito do espaço e que se apresenta como pertinente para nossa área está relacionado à importância do corpo no processo de uso e apropriação do espaço, pois é por meio dele que o ser humano de fato percebe o mundo. “A nossa existência tem uma corporeidade pois agimos através do corpo. Abre-se aqui, a perspectiva da análise do vivido através do uso, pelo corpo. [...] O lugar se caracteriza como a porção do espaço apropriável para a vida - apropriada através do corpo - dos sentidos” (2007, p.18).

Em conjunto com a categoria espaço, que permite compreender a paisagem, o território, a região, o *habitat*, tem-se que refletir quais as possíveis relações

existentes com o lugar. Nas palavras de Carlos (1994) “a preocupação com a investigação do processo de produção espacial, particularmente do urbano, nos remete à discussão do papel da análise do *lugar*” (p. 39, grifo da autora). Nessa perspectiva, o lugar, seja ele qual for (a rua, a praça, o bairro), está diretamente relacionado ao vivido, ao plano do imediato e que se percebe no cotidiano.

Tal discussão é de grande relevância, Santos (2006, p.315) ao apresentar “a história concreta do nosso tempo repõe a questão do lugar numa posição central”, pois ao revisitar o lugar no mundo atual pode-se encontrar novos significados e essa “possibilidade nos é dada através da consideração do cotidiano”. O lugar como categoria da existência tem por base o tratamento do “mundo vivido”, que é influenciado por outras questões, como os objetos, as ações, a técnica, o tempo.

Para o mesmo autor, é no lugar que

nosso próximo se superpõe, dialeticamente, ao eixo das sucessões, que transmite os tempos externos das escalas superiores e o eixo dos tempos internos, que é o eixo das coexistências, onde tudo se funde, enlaçando definitivamente, as noções e as realidades de espaço e tempo (2006, p.315).

Nesse sentido, ao pensar nas especificidades do lugar, é preciso levar em consideração que atualmente ele “é marcado por um cotidiano compartilhado mediante regras que são localmente formuladas ou reformuladas. Neste caso, as informações utilizadas tendem a generalizar horizontalmente” (SANTOS, 2006, p.133). Assim, é pertinente tratar as relações existentes em determinados lugares a partir de horizontalidades, havendo então, a co-presença que é considerada causa ou efeito estimulada por determinada ação.

Nesta direção, acredito que a discussão referente ao lugar nos remete à noção de totalidade (aberta e em movimento), fundamentada a priori na discussão da natureza do espaço.

Procurando dar voz ao objeto de estudo, pode-se afirmar que o espaço que constitui o Bairro Uberaba pode deixar de ser apenas uma paisagem para se tornar um lugar por meio de uma efetiva apropriação por parte da comunidade.

Arrisco dizer que a ideia de um estudo concreto, no caso o espaço delimitado pelo Projeto Vila Sustentável, com seus equipamentos de lazer, coloca-se como o estudo do lugar sendo expressão da materialidade espacial. Nas palavras de Relph (1976, p.125) “os lugares são, eles próprios, expressão atual de experiências e

eventos passados e de esperanças no futuro”, nessa direção, as diferentes praças com seus equipamentos e com suas formas de apropriação singulares podem se caracterizar como diferentes lugares.

Um dos autores da geografia que avança no debate a respeito do tema é Yi-Fu Tuan. Em seu estudo denominado “Espaço e Lugar”, aprofunda o conceito de lugar e afirma que para o espaço se transformar em lugar faz-se necessário que o primeiro tenha definição e significado, ou seja, “o que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e dotamos de valor” (2013, p.14).

Dando sequência em seus estudos, afirma que o lugar é pausa no movimento; Esse fato de parar, possibilita que diferentes localidades, no caso desse estudo, as praças, tornem-se assim, um centro de reconhecido valor. Ademais, “o lugar é um mundo de significado organizado” (ibidem, p.219)

Leva tempo para se conhecer um lugar “com o tempo, nos familiarizamos com lugar, o que quer dizer que cada vez mais o consideramos conhecido” (ibidem, p.224). Porém para que isso se efetive é preciso sentir o lugar e esse sentir se efetiva por meio da experiência, quando de fato conseguimos registrá-lo em nosso corpo. Como afirma o autor, “a qualidade e a intensidade da experiência é mais importante que a simples duração” (ibidem, p.240). Assim, o lugar se constrói a partir das experiências e dos sentidos.

Nessa mesma perspectiva, Zúñiga & Low trazem na coletânea “The anthropology of space and place”, diversos estudos que procuram perceber de que maneira as pessoas constroem uma relação significativa com os locais que ocupam, como elas atribuem significado ao espaço e transformam o ‘espaço’ em ‘lugar’. Os autores estão “interessados em como a experiência está embutida no lugar e como o espaço contém memórias que envolvem pessoas e eventos.” (2008, p.13, tradução nossa). Além disso, afirmam que a relação entre as pessoas e seu ambiente envolve mais do que atribuir significado ao espaço, “envolve o reconhecimento e a elaboração cultural das propriedades percebidas de ambientes em formas mutuamente constitutivas através de narrativas e práxis”. (ibidem, p.14, tradução nossa).

Seguindo essa lógica, o lugar, ou no caso de nosso estudo, cada praça, pode ser considerada “o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, [...],

pelas mais diversas manifestações de espontaneidade e criatividade” (SANTOS, 2006, p.258).

Com base nessas reflexões, acredito que seja por meio das relações que se efetivam cotidianamente na comunidade que é possível pensar no lugar como responsável pelas experiências vivenciadas de forma significativa por meio da solidariedade existente nos diferentes espaços e pela ludicidade proporcionada às diversas manifestações.

A importância dessas considerações fica evidente em uma das conversas que tive com a Marli, quando acabamos entrando no mérito da dimensão que o espaço representa para a cidade e se ele estiver vazio pouco terá a contribuir.

Eu sinto que ainda não há por parte do poder público esse entendimento de que você precisa da **alma do lugar**, nós não temos a **alma da cidade**, nós temos o espaço, que é urbanizado e você dá aquilo que as pessoas necessitam, mas eu vejo que a cidade tem potencialidade que são muitas pessoas legais convivendo e que tem ideias que poderiam partilhar desse espaço de uma outra maneira. (DC, 06/05/16).

Nessa fala fica evidente que a coordenadora do projeto percebe que os planejadores das cidades precisam levar em consideração as pessoas tanto no processo de planejamento, execução e após sua efetivação, pois são elas que conseguem empreender o que chamou de “alma do lugar”.

Na busca por qualificar as discussões a respeito do conceito de espaço e lugar, trouxe alguns autores que a princípio parecem não dialogar entre si, no entanto, acredito que em certa medida algumas ideias convergem. Nesse sentido, minha preocupação ao trazer as reflexões realizadas tanto por Milton Santos quanto por Yi-Fu Tuan e os outros autores é no sentido de estabelecer uma relação de parâmetros que os aproximam, porém respeitando as diferenças que os afastam. Estou consciente de que a concepção do aporte teórico que utilizo não deixa de considerar essas individualidades.

Quando procuro trazer os conceitos de Milton Santos para a reflexão é por acreditar que eles são relevantes e contribuem com o objeto de estudo. Em seus diferentes estudos, Milton Santos não desconsidera a importância do lugar; o que o autor desenvolve em seu conceito de espaço é: que o sistema de objetos e o sistema de ações abrangem o conceito de lugar, além de paisagem, área, região,

habitat e território”. Por esse motivo, o autor não minimiza a importância do lugar, mas acredita que também seja importante para compor o espaço.

Para Santos, ao se referir que é possível construir uma outra fenomenologia, traz à reflexão a questão do cotidiano como sendo de fundamental importância, ao afirmar que “o cotidiano exclui o espaço total. É um recorte.” (2013, p.171), no entanto deve ser desenvolvido enquanto categoria de análise. Consequentemente, levar em consideração as relações que se efetivam no dia a dia de uma comunidade permite afirmar que o lugar passa a ter relevância em suas reflexões.

Nessa perspectiva, são nessas relações mais locais, que se desenvolvem no cotidiano das cidades, que emergem as diferentes formas de subverter as normas estabelecidas por meio de uma antidisciplina. No entendimento de Certeau, torna-se necessário descobrir

que procedimentos populares (minúsculos e cotidianos) jogam com os mecanismos institucionais e não se conformam com eles a não ser para alterá-los; enfim, que maneiras de fazer formam a contrapartida, do lado dos consumidores (ou “dominados”?) dos processos mudos que organizam a ordenação sociopolítica [...] essas maneiras de fazer constituem as mil práticas pelas quais usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sociocultural (1994, p.41).

Seguindo nessa linha de raciocínio, para o autor, as “táticas” são fundamentais no processo de subversão as normas, pois se caracterizam como parte das “maneiras de fazer”, não contando com lugares definidos para agirem. Além do mais, para que sejam possíveis, precisam jogar com os acontecimentos transformando-os em “ocasiões”, ou seja, é necessário aproveitar as brechas que o sistema fornece para que de maneira astuta seja possível lutar pelos interesses da coletividade.

Ao compreender as categorias pensadas por Certeau em conjunto com a pesquisa desenvolvida, posso afirmar que as *estratégias* seriam os espaços, no caso as praças e os equipamentos pensados, planejados, desenvolvidos pelo IPPUC e quem cuida desses equipamentos e realiza a manutenção é a SMMA, mais especificamente o Departamento de Parques e Praças. Assim quem pensa e efetiva as estratégias é o poder público.

Ao pensar nas *táticas*, *brechas* e *astúcias* dentro do PVS, me permito asseverar que as *táticas* acontecem no tempo do não trabalho, dentro do tempo livre, mais especificamente no tempo e espaço de lazer, pois é nesse tempo que a

comunidade pode perceber as *brechas* agindo de maneira *astuta* para se apropriar dos diferentes espaços e equipamentos.

Quanto a organização da comunidade, ao perceber as diferentes instituições desse emaranhado institucional³⁴, dentre elas as ONG's, a unidade de saúde, a associação de moradores, os jovens do bairro, todos eles ao se organizarem coletivamente, estão colocando em prática aquilo que Certeau chamou de *tática*, ou seja, é a organização do grupo direcionada à uma ação coletiva. Assim, esse grupo, de maneira *astuta*, possibilita que a comunidade se aproprie dos diferentes espaços e equipamentos de lazer. Sintetizando, as estratégias partem do poder público, enquanto as táticas são desenvolvidas pela comunidade e ocorrem fora do tempo de trabalho, especificamente no tempo e espaço de lazer, onde as condições concretas possibilitam aproveitar as brechas agindo de maneira astuta.

Nesse sentido, afirmo que essa é uma das “maneiras de fazer”, a que se refere Certeau, constituindo as diferentes práticas pelas quais as pessoas se apropriam do espaço.

Dando sequência ao desenvolvimento do trabalho, procuro trazer no próximo tópico alguns elementos que aprofundam as reflexões que realizei até aqui a respeito das questões sobre a cidade, o espaço e o lugar. Me proponho a sair da posição de sobrevoos para caminhar no bairro, procurando estar mais próximo do cotidiano.

2.2 LAZER E ESPAÇOS PÚBLICOS: UMA APROXIMAÇÃO NECESSÁRIA

As categorias lazer e espaço público são centrais no processo de compreensão das diferentes formas de uso e apropriação dos locais presentes no bairro Uberaba. O desenvolvimento dessa pesquisa tem como um de seus encaminhamentos analisar a diversidade e a riqueza de situações físicas, simbólicas, sensoriais e sociais presentes nos espaços públicos, com maior ênfase nos espaços públicos de lazer, tais como as praças e o parque presentes no bairro.

Para compreender o conceito de lazer de maneira mais ampliada, inicialmente proponho uma reflexão de como ele aparece enquanto um direito que está presente

³⁴ Aprofundo o conceito de emaranhado institucional no próximo capítulo.

nos documentos oficiais, dentre eles a Constituição Cidadã, porém ainda é algo a ser conquistado.

Com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, em 1988 (CRFB), foram estabelecidos vários direitos e objetivos fundamentais para a república brasileira. Foi nesse contexto de urbanização e industrialização que emergiram os debates sobre a legislação trabalhista, quando o lazer foi incluído na CRFB como um direito social fundamental de todo cidadão (PEREIRA, 2009). Conforme consta em seu art. 6º, “são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta constituição (BRASIL, 1988, n.p.)”.

Com a Constituição Federal, pode-se afirmar que os cidadãos passam a ter acesso a três campos de exercício da cidadania³⁵. De acordo com Marshall (1967) são eles: os direitos civis, que garantem o direito de ir e vir, de liberdade de expressão, de se organizar, de propriedade e de justiça; os direitos políticos, como o direito ao voto, à informação e a ser candidato em eleições; e direitos sociais e a proteção social, que compreendem a educação, saúde, trabalho, previdência social, lazer, entre outros. Nesse momento, a intenção é trabalhar com o direito social, pois traz como um de seus apanágios o lazer.

Dessa maneira, todo direito social deve ser garantido com vistas a igualdade social e a uma vida de qualidade para todo cidadão, nessa perspectiva para Pereira (2009) é dever do Estado proporcionar ao trabalhador o direito de acesso ao lazer, sendo este um direito social fundamental, portanto imprescindível, irrenunciável e indelegável.

Porém há de se considerar que não se nasce com igualdade de direitos, o exercício da cidadania é construído na convivência coletiva, o que pressupõe acesso a um espaço público (GOMES, 2002) que permita a construção de um mundo comum pelo processo de asserção dos direitos humanos.

³⁵ O conceito de cidadania é aprofundando por Gomes em seu livro *A condição urbana*, em sua concepção, “a cidadania é praticada no cotidiano, no espaço concreto do dia-a-dia. Trata-se de um pacto social que é vivido concretamente nos espaços de vivência social, que estabelecem normas de comportamento, limites de práticas, negociação de interesses” (2002, p. 189). A preocupação do autor não é apresentar um conceito fechado de cidadania, mas sim demonstrar que a categoria espaço público tem papel central na condução de uma análise a respeito da cidadania.

O exercício da cidadania se faz cotidianamente no espaço da cidade. Nesse sentido, é necessário garantir meios para que ela se efetive. Uma das obrigações do Poder Público deveria ser, portanto, investir em espaços públicos abertos à apropriação por diferentes grupos, favorecendo o exercício dos distintos direitos e conseqüentemente da cidadania e, por sua vez, do Direito à Cidade.

Como afirmei anteriormente e coadunando com as ideias de Silva (2017, p.1591), as cidades deveriam ser locais “(...) de interação e de troca permanente, ainda que anônima, entre um público heterogêneo, de uma massa densa e incerta de pessoas”, o que pressupõe a existência de espaços coletivos, privilegiando os fluxos, o convívio e o encontro com o diferente, na medida em que ela é, como destaca Rechia (2003, p. 11) “lugar onde as pessoas podem encontrar-se sem se estranhar pelo fato de serem estranhos, tornando-se espaço privilegiado para manutenção de formas de convívio, de civilidade e de cidadania”. No contexto acadêmico, o conceito de espaço, sobretudo de espaço público, tem sido objeto de debate em diversas áreas do conhecimento, especialmente no campo do lazer, onde o espaço é reconhecidamente uma dimensão importante nas discussões propositivas que visam a qualificação e a materialização do direito ao lazer nas cidades (GAMA; SANTOS, 2008; RECHIA, 2015).

Refletir sobre a configuração atual e as maneiras de se planejar o espaço público (de lazer) nas cidades contemporâneas é, portanto, condição necessária para concretizar o acesso ao direito fundamental que é o lazer. Tarefa mais importante ainda num país onde a vida social tem ocorrido cada vez mais no interior das residências do que nos espaços sociais abertos das cidades ou, como discute DaMatta (1997), em seu livro “A casa & a rua”, o que está em jogo é a própria distinção entre o público e o privado.

Como procurei refletir anteriormente, no século XX, as cidades brasileiras cresceram desenfreadamente, porém, sem estarem preparadas ou planejadas para o conseqüente adensamento populacional, o que produziu um efeito de periferização³⁶. As cidades brasileiras não estavam estruturalmente preparadas mas, por força da Constituição de 1988, que atribuiu ao Estado o compromisso com o

³⁶ O efeito de periferização está relacionado à urbanização dos grandes centros, com o crescimento desenfreado, à urbanização desigual e por não atender as necessidades básicas quanto à moradia e infra-estrutura, por exemplo.

planejamento da cidade, conseqüentemente, a garantia de melhores condições de vida aos cidadãos (VIANNA; MASTRODI, 2017).

Apesar do lazer não ter surgido na e a partir da cidade, foi com a emergência das cidades industriais europeias que nasce um discurso sobre o lazer fortemente influenciado e atrelado às demandas da urbanização. Com o conseqüente processo de gentrificação³⁷ das cidades, surge a necessidade, ou o interesse na criação (conservação e manutenção) de espaços públicos, e especificamente espaços públicos de lazer.

Além disso, o fluxo migratório das populações do campo para a cidade em busca de emprego e melhores condições de vida, acabou produzindo uma nova organização nas cidades. A ausência de moradias suficientes e infraestrutura para atender à nova demanda propiciou a proliferação de doenças, o aumento da pobreza e dos índices de mortalidade

Somado a esse fenômeno, seguindo a dinâmica do sistema produtivo capitalista, o território da cidade é ocupado segundo regras de mercado e não segundo o direito de morar. “Morar não é para quem quer, mas para quem pode pagar pelo local, segundo valores estabelecidos pela especulação imobiliária e não pelo governo” (VIANNA; MASTRODI, 2017, p. 1564). Tal lógica contribuiu para intensificar o processo de segregação socioespacial.

No caso do Bairro Uberaba, objeto da presente pesquisa, é possível identificar que parte da população que está assentada na região conhecida como Vila Audi-União passou por esse fluxo migratório em busca de melhores condições de vida, fato que ainda não ocorre com parte da comunidade.

Ambos os conceitos norteiam a pesquisa, o espaço público tem sido historicamente objeto de estudo em vários campos das ciências. Nas ciências humanas o enfoque especial é dado pela Geografia, que encontra na ideia de espaço a sua razão de ser. Pode-se afirmar que, assim como o conceito de tempo está para a História, espaço está para a Geografia. Já o lazer caracteriza-se como um campo multidisciplinar, pois dialoga com diferentes áreas do conhecimento, dentre elas destacam-se Educação Física, Geografia, Sociologia, Turismo, Meio

³⁷ Gentrificação é a substituição de grupos populares por outros de renda mais alta. O termo passou a ser utilizado no debate urbano no Brasil na segunda metade da década de 1990. “A ideia de uma “gentrificação generalizada” defendida por autores como Neil Smith foi muito funcional em uma situação de disputa pelas áreas centrais das maiores cidades do país” (CYMBALISTA, 2018).

Ambiente.

Trazendo o espaço público para o debate é possível afirmar que sob diversos olhares, pesquisadores têm buscado compreender a constituição das cidades modernas a partir das relações de uso e apropriação dos sujeitos com os espaços públicos e privados (BORJA; MUXÍ, 2000, CARMONA, 2010, DAMATTA, 1997, GEHL, 2015, GLOVER; JOHNSON, 2013, JACOBS, 2000, LEFEBVRE, 2004, SANTOS, 2006).

No entendimento de Borja e Muxí (2000, p. 07), o espaço público é “(...) la representación, en el que la sociedad se hace visible”. Não é simplesmente um resíduo entre ruas e edifícios, nem somente um espaço vazio ou um espaço especializado (por exemplo um museu ou espetáculo). Estes são denominados por eles como espaços públicos potenciais, que ainda não podem ser entendidos como espaços públicos cidadãos. Para os pesquisadores o que define o espaço público não é o seu estatuto jurídico, mas o uso que se faz dele.

El espacio público supone pues dominio público, uso social colectivo y multifuncionalidad. Se caracteriza físicamente por su accesibilidad, lo que le hace un factor de centralidad. La calidad del espacio público se podrá evaluar sobre todo por la intensidad y la calidad de las relaciones sociales que facilita, por su fuerza mezcladora de grupos y comportamientos; por su capacidad de estimular la identificación simbólica, la expresión y la integración culturales. (2000, p. 28).

Apesar do potencial agregador que supostamente os espaços públicos possuem, inúmeros fatores têm contribuído para que estes sejam cada vez mais segregadores e, em muitos casos, menos frequentados.

Caldeira (2000) enfatiza que, de maneira contraditória, apesar de entender que o espaço da cidade moderna se caracteriza pelas possibilidades de integração (negociação) entre os cidadãos, a despeito das diferenças e desigualdades, o que tem ocorrido em algumas capitais é justamente a emergência do que ela denominou como ‘enclaves fortificados’, cuja consequência tem sido justamente segregar e alterar o caráter da vida pública a partir de novas configurações de espaços homogêneos. Para a autora, esses são espaços “privatizados, fechados e monitorados, destinados a residência, lazer, trabalho e consumo. [...] Por serem espaços fechados cujo acesso é controlado privadamente, ainda que tenham um uso coletivo e semipúblico, eles transformam profundamente o caráter do espaço público” (2000, p.11).

Gomes (2002) chama a atenção para o fenômeno que denominou como 'recoo da cidadania', na medida em que o exercício desta está diretamente relacionado com o acesso ao espaço público. O recoo da cidadania estaria, nesse sentido, paralelamente relacionado ao recoo do espaço público. Para o autor, os principais processos que evidenciam tal fenômeno são: "(...) a apropriação privada crescente dos espaços comuns; a progressão das identidades territoriais; o emuralhamento da vida social, e o crescimento das ilhas utópicas" (p. 176).

Os espaços públicos de lazer, nesse contexto, têm sido objeto de atenção de autores brasileiros e canadenses (RECHIA, 2003; GLOVER; JOHNSON, 2013), na medida em que pode ser uma alternativa de resistência ao 'recoo do espaço público' e, conseqüentemente, ao 'recoo da cidadania'.

Dentre os vários espaços públicos de lazer, as praças têm como razão de existir nas cidades a função de espaços de sociabilidade, favoráveis ao encontro e ao convívio (SANTANA et al., 2017). As praças apresentam uma importância central nesse trabalho, pois foram nesses diferentes espaços que tive a oportunidade de observar se a comunidade efetivamente usa ou se apropria desses locais de maneira autônoma³⁸ no tempo de lazer.

Historicamente, as praças desempenharam diferentes funções, dentre elas, o espaço para a realização de espetáculos, local para execução de condenados à morte, espaços cívicos destinados à realização de discursos, espaços para a contemplação de prédios públicos, local onde se colocava estátuas e monumentos, espaços verdes destinados ao lazer e à contemplação, espaços abertos para encontro pessoal, local de reuniões públicas, etc. (LEITÃO, 2002). É possível afirmar, a partir deste retrospecto de atividades possíveis, que as praças são um claro reflexo de como a sociedade expressa sua vida coletiva.

Classificadas por alguns pesquisadores como espaços livres³⁹ (MAGNOLI, 2006), as praças podem ser definidas como:

³⁸ Quando me refiro à autonomia no decorrer do trabalho, entendo como sendo "a capacidade de cada indivíduo de estabelecer metas para si próprio com lucidez, persegui-las com a máxima liberdade possível e refletir criticamente sobre a sua situação e sobre as informações de que dispõe, pressupõe não apenas condições favoráveis, sob o ângulo psicológico e intelectual, mas também instituições sociais que garantam uma igualdade efetiva de oportunidades para todos os indivíduos." (SOUZA, 2003, p.64).

³⁹ Para Magnoli (2006) espaços livres públicos são aqueles formados pela ausência de construção. Trata-se de uma definição bastante utilizada na arquitetura e no urbanismo.

(...) unidades urbanísticas fundamentais para a vida urbana, configurando-se como locais para a prática de lazer passivo e ativo, além de servirem ao encontro e à convivência das pessoas e às atividades culturais e cívicas. Têm presença marcante na composição das cidades, levando-se em consideração sua diversidade e seu uso pela população, representando importantes elementos, tanto históricos como culturais. (SILVA et al., 2011, p. 199).

Para Silva (2017) trata-se de um espaço destinado ao exercício da vida pública, por meio da convivência entre pessoas em reuniões ocasionais (de moradores ou não), em um ambiente urbano livre de edificações convencionais.

Robba & Macedo (2003, p. 17) entendem as praças como “espaços livres públicos urbanos destinados ao lazer e ao convívio da população, acessíveis aos cidadãos e livres de veículos”. Saldanha (1993, p.13-14) compreende como sendo “um espaço amplo, como uma confluência das ruas, muitas vezes uma interrupção nos blocos edificados. Um espaço onde em geral se encontram árvores, bancos, eventualmente monumentos e em alguns casos pequenos lagos artificiais”.

A partir da visão desses diferentes autores, é possível afirmar que as praças são espaços marcantes no desenvolvimento das cidades, com função e morfologia atreladas aos processos de formação política, social e econômica. É justamente na integração entre morfologia, estética e apropriação que a praça deveria constituir-se como um *locus* privilegiado da cidade (CALDEIRA, 2007).

No século XX, em resposta ao crescimento urbano aos problemas de reconstrução do pós-guerra e à criação de novos centros, surgem projetos de loteamentos, de novos bairros, de conjuntos habitacionais, de vilas operárias, entre outros. Tais propostas consolidam princípios de configuração urbana como os de zoneamento e de setorização espacial.

Esse cenário corrobora com o percurso histórico de constituição da cidade de Curitiba, especialmente no que se refere ao bairro Uberaba, local em que se desenvolve a pesquisa. Por esse motivo o estudo das praças nesse bairro, dos conceitos para seu projeto, de seus equipamentos⁴⁰ e mobiliários e de suas formas de uso e apropriação no tempo de lazer torna-se de grande relevância, na tentativa

⁴⁰ A Associação Brasileira de Normas e Técnicas (ABNT), em seu documento NBR 9284/86, define Equipamento Urbano como: “todos os bens públicos ou privados, de utilidade pública, destinados à prestação de serviços necessários ao funcionamento da cidade, implantados mediante autorização do poder público em espaços públicos ou privados” (NBR 9284, 1986, p. 01). Para Castro e Imaguire (2006), o equipamento é um local onde o tempo/espaço possibilita a produção, o acesso e a vivência de manifestações culturais, com potencial de transformação social.

de melhor compreender a importância desses espaços públicos como facilitadores de encontros no cotidiano dos moradores. Nessa perspectiva, é aí que se efetivam as diferentes experiências de lazer.

Nesse momento, acredito na importância de dizer qual é a compreensão de lazer que sustentou teoricamente a pesquisa. Como afirmei em outro momento (GONÇALVES, 2008), compreender esse conceito não é uma tarefa fácil e as discussões muitas vezes podem nos levar para uma espécie de labirinto do Minotauro⁴¹, onde a falta de cuidado pode fazer com que não seja possível sair. Dessa forma, procurando evitar o ecletismo teórico existente em torno do conceito, optei por “segurar” o fio de Ariadne desenvolvido por Rechia.

A autora compreende o lazer,

como uma dimensão da vida e, portanto, um fenômeno sociocultural, amplo e complexo, historicamente mutável, central para a análise da sociedade, o qual envolve questões identitárias, políticas, de sociabilidade e desenvolvimento dos sujeitos, numa perspectiva orgânica e processual, o que implica a análise de três polos distintos, porém complementares – espaço, tempo e ludicidade –, potencializados nos ambientes públicos urbanos. (RECHIA, 2017. p.4).

Ao conversar com a autora a respeito do conceito que foi cunhado ao longo de sua trajetória acadêmica a aproximadamente 20 anos, relatou que precisamos nos perguntar: primeiramente de que experiência de lazer estamos falando? Em seguida afirmou:

Esse fenômeno é uma dimensão da vida humana, mas precisamos perceber que existem “lazers”, pois nem todas as experiências de lazer na vida moderna levam ao desenvolvimento dos sujeitos, porém esse fenômeno é capaz de potencializar ações que acabam gerando autonomia e empoderamento na comunidade (DC, 14/03/18).

⁴¹ Dá-se o nome de Minotauro a um monstro que tinha corpo de homem e cabeça de touro. Na realidade chamava-se Astério ou Astérion, e era filho de Pasífae, mulher de Minos, e de um touro enviado por Posídon a este rei. Minos, aterrorizado e envergonhado com o nascimento do monstro, fruto dos amores contranaturais de Pasífae, ordenou ao artista ateniense Dédalo, que nessa altura se encontrava na sua corte, que construísse um imenso palácio de Cnossos (o Labirinto), composto de um tal emaranhado de salas e corredores que ninguém, a não ser Dédalo, conseguisse encontrar o caminho para dele sair. Foi lá que encarcerou o monstro. E, todos os anos (outros dizem que de três em três anos, ou mesmo de nove em nove), dava-lhes a devorar sete jovens e sete donzelas, tributo que impusera à cidade de Atenas. Teseu ofereceu-se voluntariamente para fazer parte do grupo de jovens e, mercê da ajuda de Ariadne que lhe entregou um fio que pudesse guia-lo, conseguiu não só matar o animal, como também encontrar o caminho para voltar à luz do dia (GRIMAL, 1997).

Ao aprofundar os estudos de Henry Lefebvre, foi possível perceber uma grande aproximação com a concepção trazida pelo autor em sua obra “Critique of Everyday Life”, para o autor, o homem do nosso tempo realiza à sua maneira, espontaneamente, a crítica de sua vida cotidiana, e essa crítica só é alcançada nas *atividades de lazer e por meio delas*. Mas também ressalta que o lazer apresenta um caráter contraditório em si e/ou em relação ao cotidiano. O lazer abraça possibilidades e orientações opostas, das quais algumas tendem a se empobrecer através da passividade, como ficar em frente à televisão, por exemplo, ou relacionadas a simples distração e entretenimento, enquanto outras são mais enriquecedoras, principalmente quando relacionadas aos elementos culturais do lazer, tais como livros de literatura, músicas e poemas, seu conteúdo não é apenas entretenimento e relaxamento, mas também conhecimento (LEFEBVRE, 1991).

Dessa forma, o conceito é considerado amplo e complexo devido a diversos fatores, dentre eles destaca-se o fato de apresentar diferentes vertentes epistemológicas que muitas vezes confundem os estudiosos da área, pois ao invés de contribuir com as reflexões, faz com que os estudiosos tenham grandes chances de se perder no labirinto ao segurar diferentes fios de Ariadne. Outro fator refere-se as diferentes formas de vivenciar esse fenômeno, pois dependendo da cultura e das relações sociais que se estabelecem no momento de sua realização seu entendimento pode mudar. O conceito emerge no momento em que as tensões entre os donos dos meios de produção e os trabalhadores se proliferam gerando reivindicações para que a jornada de trabalho fosse reduzida e dessa maneira conseguiram conquistar um *tempo de liberdade para*, ou como se costuma dizer, um tempo livre.

Por se um fenômeno sociocultural é plausível que nesse tempo as pessoas também tenham a possibilidade de indagar a respeito dos valores sociais em voga, buscando outra forma de produzir cultura que não seja simplesmente aquela massificada pela indústria cultural, relacionada ao simples entretenimento.

Nessa perspectiva, uma das possibilidades de pensar as experiências no âmbito do lazer de maneira transformadora é por meio da organização da comunidade, levando em consideração a cultura popular desenvolvida nos diferentes espaços públicos. Nessa esteira de pensamento, Rechia (2006, p. 94), revela a importância de pensar nas práticas sociais que são realizadas nos interstícios da vida urbana como uma “linha de fuga” ao tempo de trabalho e reforça,

“essas experiências podem possibilitar a aquisição de novos valores humanos os quais se diferenciam de meras atividades compensatórias, funcionalistas e consumistas”.

Ademais, afirma que para compreender algumas experiências de lazer como uma possibilidade de resistência, é necessário perceber “que no interior das práticas de lazer e por meio delas os sujeitos, conscientes ou não, podem realizar – na extensão de suas possibilidades – a crítica de sua vida cotidiana”. (2003, p.16).

Os três polos distintos a que se refere – espaço, tempo e ludicidade – são essenciais para que o fenômeno se efetive. Não é possível tratar os três conceitos separadamente, eles se relacionam a todo o momento. Como afirmou “se um deles não se fizer presente, a experiência de lazer não se concretiza”. Dentre os autores que influenciaram no processo de concepção do conceito proposto por Rechia, no que tange à categoria tempo, destacam-se Bruhns (2002); Munné, (1992); Puig e Trilla, (2004). Todos os autores trazem contribuições significativas a respeito da importância do tempo para a efetivação do lazer.

Já a ludicidade, na visão da autora, se caracteriza como uma manifestação cultural que permeia várias dimensões da vida humana. De acordo com Huizinga (2007), autor que influenciou o processo de lapidação do conceito, uma das dimensões do ser humano é a ludicidade, o *homo ludens* (que joga, que brinca) está embebido do lúdico que apresenta algumas características, tais como: ordem, tensão, movimento, mudança, solenidade, ritmo, entusiasmo, além de desempenhar um papel fundamental no aprendizado dos seres humanos, sendo uma das ferramentas que possibilita o exercício da criatividade humana.

Como afirma a autora,

as pessoas nascem com uma propensão lúdica, a ludicidade é subjetiva, é algo que posso sentir e não pegar, a ludicidade é algo diferente para cada um de nós, pois ela se faz presente de maneira singular para cada indivíduo (DC, 14/03/18).

Reforça também que o mesmo não existe isoladamente, mas se expressa nas diferentes atividades cotidianas, seja no lazer, no trabalho, na escola, na família.

O lúdico é, portanto, inerente à cultura e conseqüentemente ao ser humano. Sendo linguagem humana, pode manifestar-se de diferentes formas – oral, escrita, gestual, visual, artística, entre outras. (MARCASSA, 2005; GOMES, 2004).

Já o conceito de espaço, o último polo que faz parte do tripé, veio sendo debatido nos tópicos anteriores e apresenta centralidade nas reflexões sobre o lazer. Os principais autores que influenciaram no desenvolvimento do conceito foram Milton Santos e Henry Lefebvre. Procurando trazer a importância do conceito para as reflexões a respeito do fenômeno lazer, enfatiza: “para que o conceito se efetive é preciso que haja uso e apropriação dos diferentes espaços da cidade” (DC, 14/03/18).

O uso do espaço público, mais especificamente dos espaços e equipamentos de lazer permite aos moradores da comunidade se reunirem e se integrarem, estabelecendo relações sociais que remete ao convite de permanência por mais tempo nesses locais. Para que isso ocorra, os espaços precisam oferecer diferentes opções, serem diversificados e de qualidade (SILVA et al., 2012).

Analisando a relação entre lugares públicos e o cotidiano da cidade, Rechia (2006) afirma que esses locais precisam de contatos sociais, comunicação e troca, pois, quando a participação da comunidade está conectada com a cidade, estas permanecem vivas e ativas. O mesmo acontece com os espaços e equipamentos de lazer.

Os espaços públicos são fundamentais para efetivar o direito ao lazer nas cidades, pelo fato de permitir que as diferentes comunidades tenham experiências significativas, estabeleçam relações sociais, fortaleçam o sentimento de pertencimento e democratizem seus usos (RECHIA, 2003; GEHL, 2015).

Assim, para Rechia, as três dimensões podem ser potencializadas nos espaços públicos, pois “*é nesse momento que me relaciono com o outro, que percebo a vida como ela é*, então o fenômeno lazer nos dá uma fotografia da sociedade, a partir das formas identitárias, políticas e de sociabilidade desenvolvidas cotidianamente” (DC, 14/03/18).

Na perspectiva da autora, as diferentes experiências de lazer “podem estar sustentadas em valores que contemplam de maneira especial a relação sujeito-ludicidade, gerando um estilo de práticas singulares no ambiente urbano” (2003, p. 9).

O conceito de lazer desenvolvido por Rechia considera a categoria espaço como central para sua concretização e por esse motivo, no próximo tópico, procuro aprofundar a importância, principalmente, das praças como uma das possibilidades de equipamentos que permitem diferentes experiências de lazer no espaço público.

2.3 AS PRAÇAS COMO EQUIPAMENTOS DE LAZER NO ESPAÇO PÚBLICO

Abordar o fenômeno do lazer no Espaço Público requer o entendimento de que, para ocorrências das atividades de lazer o espaço é condição *sine qua non*, ou seja, as atividades de lazer são inerentemente espaciais (GLOVER; JOHNSON, 2013; CROUCH, 2006; RECHIA, 2003; GOMES, 2004; MARCELLINO, 2006; PIMENTEL; MARINHO, 2014).

As praças públicas são, por essência, locais privilegiados para que as experiências de lazer se efetivem. Sabe-se que “(...) quanto maior a concentração de praças, quanto mais apropriadas de maneiras diversas, quanto mais usos e significados, quanto mais intrincadas as histórias individuais e coletivas, maior o potencial de centralidade dessas áreas nos planos simbólico e lúdico” (Silva, 2017, p. 1588). Não obstante, é relevante ponderar que além da quantidade dos espaços públicos em uma cidade, também a qualidade, a frequência de usuários nesses espaços, a permanência das pessoas no local e as trocas, principalmente entre grupos heterogêneos, possibilitam experiência mais significativas no tempo e espaço de lazer.

A qualidade dos espaços públicos permite que se efetive o uso ou a apropriação por parte dos cidadãos. Ademais, é necessário considerar as distintas vivências e experiências que ocorrem nesses espaços. Para Tuan (2013, p.18), “a experiência implica a capacidade de aprender a partir da própria vivência”. A experiência se efetiva quando se atua sobre o espaço público e se cria a partir dele, nessa perspectiva, para efetivar essa ação é preciso se aventurar no desconhecido, no incerto, ou seja, experienciar é superar as dificuldades, vencendo o medo.

É a experiência, por meio do sentimento e do pensamento, que permite transformar o espaço em lugar. Nessa direção, as experiências de lazer que ocorrem nas praças permitem a construção de laços afetivos entre os usuários, assim o processo de apropriação dos espaços públicos por parte da comunidade acaba dando vida àquilo que Yi-Fu Tuan concebe como lugar.

Compreender as formas como os indivíduos percebem, vivenciam e experimentam o espaço permite uma compreensão mais abrangente e contextualizada do lazer como um amplo campo de pesquisa. Apesar da sua relevância para as experiências de lazer cotidianas, os espaços públicos urbanos, como as praças públicas, tem sido pouco exploradas nas pesquisas acadêmicas no

campo do lazer. Esses espaços são fundamentalmente configurações de lazer que merecem uma atenção particular por parte dos pesquisadores, pois compreender a complexidade do espaço como uma construção social permite uma maior apreciação da relevância e da natureza contestadora do espaço público urbano (GLOVER; JOHNSON, 2013; GLOVER, 2017).

Como afirmam os autores, dada a tradição positivista de análise do espaço, que trata este como algo geometricamente localizado e com propriedades objetivamente definidas, muitas pesquisas no campo do lazer têm se orientado pelo entendimento de espaço como algo sem significado, o que tem refletido em pesquisas que se concentram em localização e distância, com ênfase no aspecto físico dos espaços de lazer, isto é, naquilo que é empiricamente observável no espaço.

Uma análise mais profunda do espaço público urbano requer o reconhecimento de que este é uma construção socioespacial complexa que vai além da simples localização em um ambiente físico. Conforme afirma Crouch,

O espaço é um componente do fenômeno cultural, interativo e processual. Uma visão chave que a geografia cultural tem contribuído com estudos de lazer nos últimos anos diz respeito às formas em que o lazer é avaliado através do encontro que o indivíduo faz com o espaço e como isso faz parte de um processo contínuo de auto-realização, conhecimento e identidade (2006, p.129, tradução nossa).

Foi partindo desse pressuposto e levando em consideração como o espaço é interpretado por seus usuários e não apenas pelo pesquisador que os “espaços públicos tornam-se significativos por meio do uso, não apenas por causa de sua designação” (GLOVER; JOHNSON, 2013, p. 193, tradução nossa), assim a presente pesquisa procura analisar os diferentes espaços públicos que, segundo a tipologia proposta por Glover e Johnson (2013), são considerados ‘Espaços Públicos Externos’⁴². Tratam-se das diferentes praças, campos de futebol, parque e escola municipal localizadas no bairro Uberaba, na cidade de Curitiba-PR.

⁴² O espaço público externo “(...) é de propriedade pública e o acesso geralmente não pode ser negado. Esses espaços (como um parque público) são o tipo de espaço público menos contestado. Mesmo quando as atividades das pessoas nesses espaços são consideradas inadequadas, dificilmente esses usuários são removidos [...]. Por exemplo, as pessoas privadas de direitos civis, como os sem-teto, são frequentemente deslocadas de tais espaços pelas autoridades para evitar que os visitantes vejam o espaço de forma pouco atraente. (GLOVER; JOHNSON, 2013, p. 194, tradução nossa).

No próximo capítulo o intuito é mostrar como se desenvolve o Projeto Vila Sustentável e suas ações no bairro Uberaba, apresentando os diferentes interlocutores e os espaços de atuação dentro do Projeto, além de expor como se desenvolvem as teias de relações dentro desse emaranhado institucional.

3 O PROJETO VILA SUSTENTÁVEL

Tarde de terça-feira, dia 27 de Julho de 2015, dia ensolarado, cheguei cedo ao local marcado para a reunião do comitê do Projeto Vila Sustentável. As reuniões aconteciam na maior parte das vezes na Pizzaria 1º de Maio, estabelecimento comercial de um dos componentes do coletivo.

Aos poucos o pessoal foi chegando, primeiro foi a (Marli) responsável pelo projeto e considerada por todos como a “articuladora”⁴³, em seguida chegaram os MC’s e o pessoal da Unidade de Saúde, na sequência vieram os outros representantes das instituições como o IMAP, a SMELJ, a FCC e a Associação de Moradores Lotiguaçu, além deles chegaram outros representantes da comunidade, tais como os estudantes do Colégio Estadual Anibal Khury Neto, o professor da Fanfarra que pertence a escola e os skatistas.

Como de costume, a Marli sugeriu que todos se apresentassem brevemente, pois em todas as reuniões sempre chega alguém novo, na sequência apresentou a pauta da reunião (início da organização do 3º Evento na Praça que viria a ser denominada “Venha Curtir a nossa Praça”). Antes de iniciar a conversa, ela pendurou um banner branco numa parede, simulando um quadro, para realizar algumas anotações. Como já tínhamos realizados dois eventos e algumas reuniões de avaliação, ela achou que seria interessante realizar as seguintes questões: **Como é uma Comunidade Sustentável? O que marca? Ela é sustentável porquê?**

Os participantes foram dizendo várias palavras, dentre elas, destacaram-se: é aquela que se apropria, se preserva, se diverte, trabalha junto, se apoia, valoriza a cultura, respeita a diversidade, cuida das crianças, valoriza os próprios recursos, cuida do seu patrimônio, é empoderada.

Após esse “*brainstorm*”⁴⁴, a Marli fez a leitura do conceito desenvolvido pelo coletivo e realizou algumas reflexões procurando incentivar e valorizar a

⁴³ A Marli não gostava de ser chamada de coordenadora, pois acreditava que o PVS deveria ser gerido e articulado de maneira horizontal, porém todos os interlocutores do projeto respeitavam sua liderança e a consideravam como tal. Dessa forma, trazendo alguns princípios da gestão deliberativa ao invés de utilizar a palavra coordenadora vou substituir por articuladora.

⁴⁴ Técnica para desenvolvimento de novas ideias ou resolução de problemas, baseada numa discussão em que várias pessoas fazem muitas sugestões para que sejam escolhidas as melhores ou uma fusão delas. (Dicionário Priberam da Língua Portuguesa) <https://www.priberam.pt/dlpo/brainstorm> [consultado em 02-04-2018].

participação, principalmente, das pessoas que vivem o seu dia a dia na comunidade. Dando prosseguimento à reunião, definimos uma nova data para o evento, ao invés do dia 16 de Agosto de 2015, passou para o dia 20 de setembro do mesmo ano e a praça continuaria a ser a mesma que realizamos os eventos anteriores.

Coletivamente fomos definindo as ações que cada um seria responsável, enquanto isso a Marli tomava nota de todas as pessoas que se comprometiam com cada uma das ações.

- Responsáveis pelas atividades com as crianças (GEPLEC, SMELJ, PASTORAL DA CRIANÇA);
- Organização das apresentações dos MC's e responsável pelo som (Os MC's);
- Palco, oficina de literatura (FUNDAÇÃO CULTURAL);
- Convites (SMMA E IMAGENS MC'S);
- Fanfarra para a abertura do evento (PROFESSOR DA FANFARRA);
- Divulgação (PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES);
- Autorização para fechar a rua, pista de skate e 2 barracas (SMELJ);
- Plantio de compromisso (SMMA)
- Mutirão de limpeza no dia 18-09-15 (TODOS)

Durante a reunião foram levantados alguns pontos que acabaram gerando alguns debates. Primeiro uma bolsista do GEPLEC sugeriu que não fosse levado no dia do evento brinquedos como a cama elástica e a atividade de pintura no rosto, pois elas acabariam “concorrendo” com outras ações. Essa solicitação da representante do GEPLEC foi feita pois no evento anterior constataram que as crianças faziam fila para essas atividades e isso acaba indo contra a proposta que era proporcionar às pessoas diferentes formas de uso e apropriação dos espaços no tempo de lazer. Um segundo debate foi entorno do torneio de futebol e da questão da “segurança” que o envolve. Coletivamente acabamos chegando num consenso de que fazer o torneio poderia gerar conflitos, pelo fato de exacerbar a competição, ao invés de integrar, indo contra os objetivos do projeto, além disso algumas pessoas sugeriram que fosse chamada a Guarda Municipal no dia do evento para fazer a segurança, porém, debatendo coletivamente, ouvindo as diferentes opiniões concluímos que a melhor forma de “segurança” seria aquela realizada por todos os envolvidos no evento.

Definidas as responsabilidades, ficou agendada a data de 1º de setembro de 2015 a próxima reunião que teria como objetivo realizar os ajustes finais.

Nessa narrativa, descrevo uma regularidade que se evidenciava nas reuniões do PVS, um processo de repetição de temas, propostas e sugestões permeou as diferentes reuniões. Afirmando isso pois participei de quase todas.

Escolhi a reunião de organização do 3º evento para iniciar esse capítulo pelo fato de ser uma reunião emblemática para o projeto e que delineou o restante das ações que ocorreriam no PVS. Neste capítulo busco apresentar como se desenvolveu o Projeto Vila Sustentável e suas ações no bairro Uberaba, para tanto inicio expondo porque o Bairro Uberaba foi escolhido como local para o desenvolvimento do projeto, em seguida apresento sua estrutura e organização. Posteriormente trago o cenário da gestão deliberativa como proposta metodológica utilizada no Vila Sustentável, para então anunciar as ações que permearam o PVS e o que o caracteriza como um emaranhado institucional.

3.1 MAS POR QUE NO BAIRRO UBERABA?

Como afirmei, a intenção é apresentar o local em que a pesquisa foi realizada, aprofundando alguns elementos da problemática que acompanha a caminhada. A articuladora do PVS, em entrevista, relatou que fazia parte do plano de governo da gestão 2013-2016 a intenção de desenvolver um projeto que abordasse a questão da sustentabilidade em uma região com extrema carência,

então eles (Secretário de Meio Ambiente e Prefeito) entenderam que o Bolsão Audi-União – que seria a parte de lá da linha do trem até o Rio Guaçu – seria o local adequado para o projeto. Segundo eles seria a região mais carente da cidade, pois era uma área de ocupação irregular, hoje sabemos que ela já está muito melhor, não quer dizer que não tenham algumas dificuldades, tem muitos coletores de materiais recicláveis que vivem numa situação de pobreza, mas a área já é muito melhor do que já foi. O Secretário então nos pediu para elaborar uma proposta, mas eu entendia que criaríamos um gueto. Se fizéssemos um projeto apenas para aquela região seria como se nós segregássemos, então entendemos que deveria ser realizado um projeto para toda aquela área, estabelecendo um perímetro e que o objetivo do projeto integrasse ao invés de excluir. Isso iria segregar novamente as pessoas, então porque não integrá-las? Inicialmente encontramos algumas dificuldades de adotar alguma área junto com a comunidade, pois não sobrou nenhuma praça no Bolsão Audi-União, **não conseguindo nessa delimitação inicial adotar algum espaço de lazer que pudesse iniciar o projeto.**

Em contrapartida do outro lado da linha do trem temos várias praças, a do Vila, a Homero Oguido, a do Bosque do Marumbi, a Renato Russo. Então quando identificamos a área nós estabelecemos que seria toda essa região. (Grifo nosso).

Como relatado pela articuladora, o projeto deveria se efetivar num bairro que fosse carente e que necessitasse de uma grande intervenção que buscasse mudar essa realidade. Vale ressaltar que não é o bairro Uberaba como todo que apresenta essa falta de estrutura física e social, mas sim a parte que fica mais a Leste do município (retratada na FIGURA 2) e que foi ocupada mais recentemente, para ser mais exato em 1998.

Para Lefebvre (2001), o processo de industrialização é o indutor das questões relativas ao crescimento e planificação urbanos, sendo o que caracteriza a sociedade moderna ou sociedade industrial. É nesse processo de produção e dominação do espaço, resultado de relações marcadas por aspectos econômicos, políticos e sociais e do cotidiano, que Lefebvre (2008) discute os fenômenos de produção e reprodução de relações sociais. O espaço torna-se, portanto, o lugar dessa reprodução, incluindo os espaços urbanos, de lazeres, aqueles denominados como educativos, os da cotidianidade e outros.

Nessa perspectiva, é possível pensar o espaço público, nesse caso o bairro, como político e instrumental, local em que se desenvolvem estratégias que permitem aos moradores se identificar com os espaços e efetivarem ações que qualifiquem as diferentes formas de uso e apropriação.

O bairro, é o espaço que permite essa qualificação por parte da comunidade, não se caracteriza como simples forma física, delimitação espacial administrativa em que se localiza a população de uma cidade. O mesmo pode ser considerado como um pedaço de cidade atravessado por um limite, permitindo que haja distinção entre o espaço privado e o espaço público.

Em diferentes estudos, Souza (1989); Lefebvre (1981); Certeau et al. (1996); Tuan (2012) afirmam que o bairro constitui para o indivíduo, um espaço vivo, de comunhão, de polêmica e de diálogo, que deve ser sentido e vivido, trata-se do local por excelência para que as práticas cotidianas se efetivem, possibilitando aos moradores o processo de reconhecimento, a reciprocidade, que se concretiza graças à proximidade, à coexistência real em um mesmo território urbano, colocando em prática a arte de conviver. Nesse sentido, o bairro apresenta características

físicas, estruturais, sem esquecer da importância dos elementos que trazem vida a esses espaços que são as questões sociais que se efetivam no cotidiano.

No entanto, a região do Uberaba, delimitada pelo projeto, no início não proporcionava aos seus moradores esse processo de reconhecimento e reciprocidade. Haja visto o que uma moradora do bairro, em entrevista, me relatou:

Faz 25 anos que eu moro aqui, era tudo terreno baldio e tinha umas casinhas da COHAB. Aqui na esquina [próximo à Rodovia-277] era uma área de invasão e não tinha linha de ônibus, não tinha estrutura, na frente de casa era tudo mato e para baixo [na direção leste] era tudo banhado até a linha de trem, lá tinha uma invasão e as pessoas passavam por muita dificuldade. Era uma área muito violenta e ninguém podia entrar lá por causa do tráfico. Com o tempo eles drenaram as cavas, aterraram e tiraram o pessoal da invasão. No início aqui parecia ser muito longe, mas agora não.

Nessa fala inicial, percebe-se que o bairro começa sem infraestrutura o que dificulta a comunidade ter um sentimento de pertencimento e de perceber o local como seu. A mesma moradora comentou que eles não tinham nenhum espaço de lazer e que a única praça da região ficava dentro do condomínio Mirante da Serra⁴⁵. Segundo ela foi depois de muito tempo que o bairro começou a ter a estrutura que tem hoje:

Agora, tanto aqui quanto lá [depois da linha do trem] tem mercado, tem panificadora, tem escola, tem creche, tem Unidade de Saúde, do lado de lá não tem praça, mas tem o Portal do Futuro e o Parque da Imigração Japonesa. Hoje a gente pode dizer que ficou bom, a única coisa que falta nessa região é Banco.

A partir dessa segunda fala é possível afirmar que o bairro ao se estruturar pode proporcionar uma organização coletiva que se efetiva no espaço público, mas que é composta por trajetórias individuais. Para Carlos (2007, p.18), é no bairro que ocorrem as relações cotidianas mais refinadas, dentre elas as relações entre vizinhos, o caminhar, as diferentes atividades de lazer, “o percurso reconhecido de uma prática vivida /reconhecida em pequenos atos corriqueiros, e aparentemente sem sentido que criam laços profundos de identidade, habitante-habitante, habitante-lugar”.

⁴⁵ Voltaremos a tratar desse condomínio e da Praça que está em seu interior no capítulo 5.

Trata-se de uma forma de organização concreta do espaço e do tempo na cidade, refere-se a uma unidade sociológica necessária que não determina a realidade social, porém é imprescindível. Segundo Lefebvre,

o bairro seria a 'diferença mínima' entre os espaços sociais múltiplos e diversificados, ordenados pelas instituições e pelos centros ativos. Seria o ponto de contato mais acessível entre o espaço geométrico e o espaço social, o ponto de transição entre um e outro; a porta de entrada e saída entre espaços qualificados e espaço quantificado, o lugar de onde se faz a tradução (para e pelos usuários), dos espaços sociais (econômicos, políticos, culturais, etc.) em espaço comum, quer dizer, geométrico (1971, p.200, tradução nossa).

O bairro é o espaço de uma relação com o outro como ser social, o que acaba reivindicando um tratamento especial, essas relações que se efetivam nesse local são dinâmicas e para compreendê-las é preciso uma progressiva aprendizagem que se concretiza “mediante a repetição do engajamento do corpo do usuário no espaço público até exercer aí uma **apropriação**” (CERTEAU et al., 1996, p. 42, grifo nosso).

A partir dessa compreensão, o bairro com suas dimensões territoriais se caracteriza como ideal para o processo de reivindicação coletiva, tornando-se um espaço politicamente importante. Partindo dessa premissa, trago alguns elementos e dados estatísticos, percentuais, geográficos e constituintes desse espaço hodiernamente para a reflexão.

O Uberaba localiza-se na região leste da cidade de Curitiba e faz limite com o município de São José dos Pinhais. Historicamente teve um crescimento desordenado e atualmente é composto por uma população de 72.056 habitantes, (51,48% mulheres e 48,52% homens), com densidade demográfica de 50,71 hab/ha, concentrados em 23.958 residências, sendo a densidade domiciliar de 3,01 habitantes (IPPUC, 2015). Esses dados refletem o mesmo problema, apresentado por Sennett (2003), porém em outro contexto, ao expor o que ocorreu com surgimento das cidades, quando considerada uma entidade social, econômica e legal, ao crescer demasiadamente e ao se diversificar não conseguiu manter as pessoas unidas. Dessa maneira, o crescimento desenfreado das cidades acaba afastando as pessoas, fazendo com que se isolem, deixando de ser um espaço de encontro e se encaminhem para as periferias. De acordo com o IPPUC (2015), o bairro Uberaba atualmente apresenta 14 áreas de ocupações irregulares, com 3.879 unidades, perfazendo 21% da população do bairro. Composto predominantemente

por casas (86,43%), possui 12,92% do território total composto por área verde, o que representa 1,79% das áreas verdes de Curitiba e são constituídas por 15 jardins, 1 parque e 17 praças (porém os espaços públicos de lazer dentro do perímetro estudado se caracteriza por 1 jardim, 1 parque e 5 praças).

O Uberaba é um dos bairros com alto índice de violência em espaços públicos, analisando os dados disponibilizados pela Secretaria da Segurança Pública do Estado do Paraná, destaca-se negativamente como um dos mais violentos da capital paranaense. De acordo com o Relatório Estatístico Criminal Quantitativo de Vítimas de Crimes Relativos à Morte desde 2016, o Uberaba é considerado o quinto bairro mais violento da capital⁴⁶. Esses dados poderiam ser utilizados como mais um elemento para justificar a importância de desenvolver o PVS nessa região.

Analisando os dados do IPPUC com as pesquisas desenvolvidas pelo Gepec (TSCHOKE, 2010; TSCHOKE; RECHIA, 2012; GONÇALVES, et al., 2016) nessa região, pode-se afirmar que parte da população do bairro pouco se desloca para além do seu território com o objetivo de se apropriar da cidade como um todo, seja pelas distâncias do bairro até o centro, seja pelo poder aquisitivo da população⁴⁷.

Devido a essa realidade, o bairro não supre as necessidades da população quanto a oferta de políticas e serviços públicos para a garantia dos direitos sociais, sobretudo saúde, educação, cultura e *lazer*. Foi nessa região de alta vulnerabilidade social que a pesquisa se desenvolveu.

No próximo item apresento com maiores detalhes o local em que a pesquisa ocorreu, descrevendo a estrutura do Projeto e como se efetivava a organização desse coletivo.

3.2 A ESTRUTURA DO PVS E SUA FORMA ORGANIZAÇÃO

Como afirmei na introdução, o PVS foi coordenado pela SMMA e tinha como pressuposto, desenvolver práticas de sustentabilidade em conjunto com a

⁴⁶ Nos dados apresentados pela Secretaria de Segurança Pública, os bairros mais violentos da capital são respectivamente, Cidade Industrial, Sítio Cercado, Tatuquara, Cajuru e **Uberaba**. (SESP/PR, 2017, grifo nosso).

⁴⁷ De acordo com o IPPUC (2015), aproximadamente 70% da população do bairro recebe menos de 2 salários mínimos por mês. Sendo que desse total, 31% recebe entre 1 e 2 salários mínimos e 24% recebe entre ½ e 1 salário.

comunidade, ou seja, a principal preocupação era fazer com que os interesses locais fossem levados em consideração, integrando os moradores, as instituições em conjunto com o poder público.

Nas diferentes caminhadas pelo bairro e participando das ações proposta pelo projeto, infelizmente percebi que alguns objetivos acabaram não sendo alcançados, dentre eles a proposta de ampliar a geração de emprego e renda. Em conversa com a articuladora do PVS, a SMMA apresentou o Projeto Vila Sustentável tanto para consulado japonês quanto para a comissão da JICA (Agência de Cooperação Internacional do Japão), pois estava previsto um investimento dessa agência para ajudar a concretizar ar o projeto. Como ela relatou:

Estava previsto um investimento de 81 milhões para o projeto, dentre as áreas que seriam contempladas estavam a melhorias nas Unidades de Saúde, apoio e melhorias das Escolas da região, construção de moradias populares sustentáveis, pensando que as casas da COHAB pudessem ter um sistema mais natural de aquecimento, produção de flores e hortas comunitárias, além de melhorias nos espaços destinados ao lazer e ao esporte, então tudo isso foi pensado no projeto inicial. Porém infelizmente não tivemos retorno. Então de dinheiro não veio nada para o projeto, absolutamente nada. Mas como estava no plano de governo, nós tínhamos que implantar.

Por meio de conversas com os diferentes interlocutores do projeto, poucos sabiam da possibilidade desse investimento que estava previsto desde 2013. No entanto, mesmo sem essa quantia, buscou-se um olhar sobre a relação de diálogo entre o poder público municipal, a universidade e a comunidade local, a partir da identificação de quais desafios e potencialidades o PVS poderia contribuir numa perspectiva deliberativa para a participação social.

Para ser efetivado precisou da colaboração de diferentes agentes tanto da comunidade quanto das instituições parceiras. Como a articuladora relatou, “mesmo sem o dinheiro, o projeto precisava acontecer, pois estava no plano de governo. Porém, havia um grande desafio, como chegar àquela comunidade e apresentar a proposta?” e continuou:

Um dia, o Departamento de Parques e Praças mandou pra mim um processo que era um pedido da Associação de Moradores do Lotiguaçu em relação àquela Praça [Praça do Bosque]. O pedido se referia à retirada de uma casa semidemolida e eles queriam fazer algum uso daquele espaço [em 02/07/2016 instalaram a Academia ao ar livre no local]. Foi quando pensei: “olha essa é um deixa para começar alguma coisa”.

Então o único recurso que tivemos e já estávamos no final de 2014 foi a melhoria que aconteceu na Praça, demolimos a casa que era um antro, melhoramos o parquinho que estava depauperado, e colocamos areia na quadra de futebol, então fizemos o mínimo com um recurso que tinha aqui na secretaria. Essa foi a primeira aproximação com a comunidade e a partir desse momento o projeto tomou corpo.

Dentre os princípios do projeto apresentado por Braun et al. (2016) destacou-se a percepção inseparável dos atores e do seu território, ou seja, as ações desenvolvidas buscaram integrar a comunidade de maneira efetiva. Com o intuito de concretizar essa participação, foi criado um comitê local que envolvia qualquer pessoa da comunidade que tivesse interesse em participar.

No decorrer das reuniões ficou latente essa questão da participação de novos integrantes. Um exemplo disso foi na reunião de organização para o 2º Evento que seria realizado no dia 24 de Maio na Praça Frei Jorge Dudu da Silva, também chamada pelo grupo de “Praça do Vila” e pela comunidade “Praça do Bosque”. Naquela ocasião, participaram pela primeira vez do projeto o artista de rua Marcelo⁴⁸ que faz parte de um grupo de grafiteiros do bairro e mencionou “vou criar um grupo no whatsapp chamado ‘SOPA DE LETRAS’ para convidar os meus parceiros” (DC, 05/05/2015). Além do adolescente, estava presente, pela primeira vez, um professor de Capoeira que se disponibilizou a levar o seu grupo para realizar uma roda no dia do evento.

Algo que vale a pena relatar e que mostra a rotatividade de interlocutores presentes no projeto é o fato desses dois “novos” integrantes terem participado apenas dessa reunião, sendo que os grafiteiros efetivaram o processo criativo nos muros da praça, porém o grupo de capoeira não compareceu ao evento.

⁴⁸ Os nomes dos meus interlocutores, em grande parte, foram substituídos para evitar que as informações pudessem trazer transtornos.

FIGURA 4 – GRAFITE NA PRAÇA



FONTE: O autor (2015)

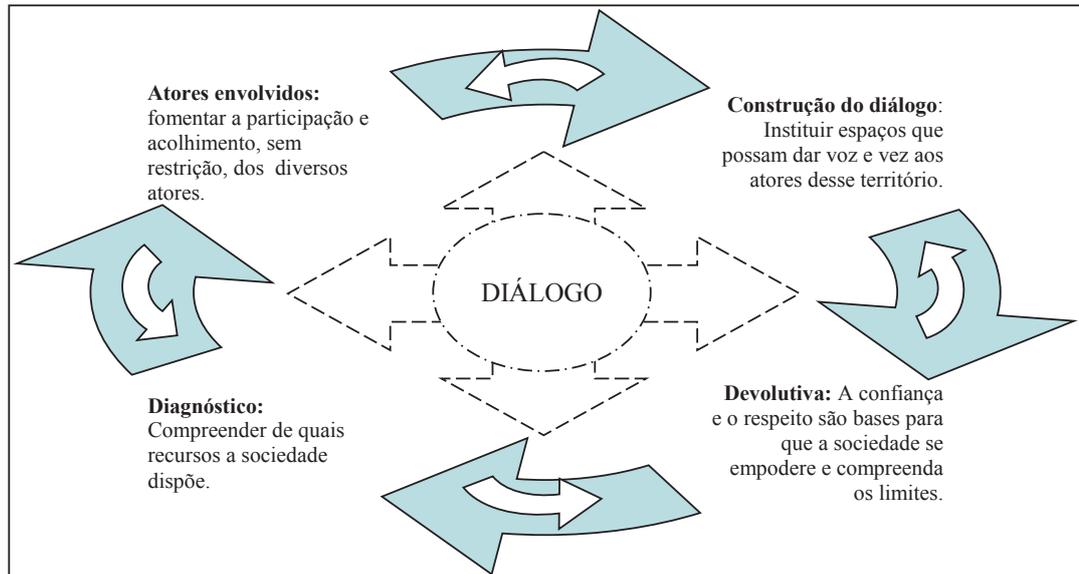
O PVS, buscou proporcionar um espaço de diálogo com os moradores do bairro, principalmente, por meio de suas lideranças. Procurou, também, desenvolver uma dinâmica de trabalho que funcionava levando em consideração as ações desenvolvidas na Praça “Frei Jorge Dudu da Silva” no tempo e espaço de lazer da comunidade. O ápice das ações pensadas e planejadas se efetivaram com os eventos desenvolvidos em parceria⁴⁹.

Entretanto, essa etapa era antecedida por grande articulação dos atores em torno das demandas levantadas pelas pessoas presentes nas reuniões e após os eventos eram realizados encontros de avaliação.

O desenvolvimento dessas ações não se efetivou sem dificuldades, principalmente, pelo número de pessoas e instituições envolvidas, porém sempre eram estabelecidas funções e responsabilidades entre os envolvidos para que as ações saíssem do plano das ideias e se efetivassem no dia a dia do bairro. Pensando num organograma para o desenvolvimento das diferentes etapas do projeto, chegou-se aproximadamente a seguinte constituição.

⁴⁹ No Capítulo 4 realizo uma “descrição densa” dos eventos, mostrando como a comunidade se apropriava desse espaço de lazer transformando-o em lugar.

ORGANOGRAMA 1: ETAPAS DE EXECUÇÃO DO PROJETO.



FONTE: Adaptado de Braun et al. (2016)

O organograma, demonstra os elementos que periodicamente poderiam ser reconhecidos no processo, mas que não deveriam ser tomados como regra. A maneira como as flechas se apresentam (indicando duas direções) era para sugerir que os elementos eram intercambiáveis. Como não existia um limite à entrada de pessoas e instituições que tivessem interesse em participar, não se estabelecia uma linearidade entre os diferentes pontos. Isso ocorreu devido à dinâmica e abertura que o PVS apresentava.

Procurando exemplificar, o diagnóstico era desenvolvido no início de um processo, mas à medida que novos interlocutores iam estabelecendo vínculo com o projeto ele permitia compor novas realidades, bem como poderia representar o fim de uma ação. Os atores envolvidos e a construção do diálogo estavam diretamente ligados, como afirmou o representante do IMAP numa reunião, “o diálogo potencializa a vontade da participação” (DC, 22/06/2015). Pensando nas etapas de avaliação e de diagnóstico, ambas representavam o momento em que os interlocutores se identificavam e percebiam a possibilidade de participação no processo, no entanto, também caracterizam o início de um novo desafio, uma vez que tinham a capacidade de fomentar o diálogo e permitiam a participação de novos indivíduos.

Tenho condições de realizar tais afirmações pelo fato de ter participado de 34 reuniões de um total de 37 propostas, desde o início do projeto, que ocorreu pela primeira vez no mês de agosto de 2014 e a última foi no mês de junho de 2017. Para facilitar visualmente as diferentes etapas, a TABELA 1, representa a data da reunião e o tema trabalhado em cada uma delas.

TABELA 1 – REUNIÕES E TEMAS DESENVOLVIDOS (NÃO PARTICIPEI DAS 3 ETAPAS EM DESTAQUE).

	DATA	AÇÃO DESENVOLVIDA NA REUNIÃO
1º	27/08/2014	Primeira reunião de Planejamento.
2º	24/09/2014	Limpeza da Praça.
3º	13/11/2014	Planejamento para o 1º Evento na Praça.
4º	14/12/2014	1º Evento na Praça.
5º	05/05/2015	Planejamento para o 2º Evento na Praça.
6º	24/05/2015	2º Evento na Praça.
7º	22/06/2015	Avaliação do Evento – Comitê Local.
8º	27/07/2015	Discussão do que o coletivo entende por Sustentabilidade?
9º	01/09/2015	Planejamento para o 3º Evento na Praça.
10º	18/09/2015	Mutirão de Limpeza e Plantio.
11º	20/09/2015	3º Evento na Praça.
12º	01/12/2015	Avaliação do evento anterior e possibilidades de recursos para um último evento em 2015.
13º	04/11/2015	Reunião para o levantamento dos indicadores do projeto
14º	05/11/2015	Apresentação do PVS no seminário de Boas Práticas das Administrações Regionais.
15º	01/12/2015	Análise da viabilidade do evento de final de ano.
16º	18/12/2015	Confraternização final de ano do PVS.
17º	10/03/2016	Reunião para definir diretrizes com a comunidade.
18º	31/03/2016	Apresentação do Projeto de Revitalização da Praça Homero Oguido pelos arquitetos da SMMA na Escola Michel Khury.
19º	07/04/2016	Apresentação do Projeto de Revitalização da Praça Homero Oguido para os jogadores.
20º	16/04/2016	Regularização do Loteamento Nova Acrópole.
21º	23/04/2016	Inauguração da Rua da Cidadania do Cajuru.
22º	27/04/2016	Planejamento das ações para 2016.
23º	06/05/2016	Avaliação para promoção de um novo evento.
24º	10/05/2016	Legado PVS e Proposta GEPLEC.
25º	20/05/2016	Reunião Planejamento para o 4º evento na Praça.
26º	09/06/2016	Reunião de definição das ações para oficina na Escola Michel Khury.
27º	11/06/2016	1º Evento na Escola Michel Khury.
28º	20/06/2016	2ª Reunião de Planejamento para o 4º Evento na Praça.
29º	25/06/2016	Mutirão de Limpeza e Plantio na Praça.
30º	26/06/2016	4º Evento na Praça.
31º	12/07/2016	Avaliação da possibilidade de continuidade do Projeto com a

		aproximação das eleições.
32º	15/07/2016	Reunião de Apresentação do Parque da Imigração Japonesa para a comunidade no Portal do Futuro.
33º	18/10/2016	Reunião na Unidade de Saúde com novos parceiros.
34º	24/10/2016	Apresentação do PVS no Núcleo de Pesquisa no IMAP.
35º	28/10/2016	Evento na Unidade de Saúde Lotiguaçu - Outubro Rosa.
36º	16/12/2016	Atividade de encerramento na Pizzaria 1º de Maio.
37º	14/06/2017	Reunião na Pizzaria 1º de Maio para ver possível continuidade do PVS.

FONTE: O autor.

Esse percurso contou com a participação dos diferentes atores da comunidade em conjunto com as instituições. Em cada uma dessas ações foi possível perceber a preocupação da articuladora em trazer os integrantes que fazem parte da comunidade para participar efetivamente e definir em conjunto as responsabilidades para com o projeto. Nos diferentes encontros pude perceber que havia uma preocupação metodológica que levasse em consideração os princípios presentes na gestão deliberativa.

3.3 OS PRINCÍPIOS DA GESTÃO DELIBERATIVA COMO PROPOSTA METODOLÓGICA UTILIZADA NO PVS

A gestão municipal de Curitiba que esteve à frente da administração da cidade no período de 2013 a 2016 teve como uma de suas preocupações no Plano de Governo apresentar a Curitiba Sustentável. Para tanto, a proposta era desenvolver doze programas considerados estratégicos que priorizavam ações para grandes áreas, tais como: Curitiba Mais Humana; Curitiba Mais Saúde; Curitiba Mais Educação; Curitiba Metrópole; Viva Mais Curitiba; Curitiba Criativa; Curitiba Mais Nutrição; Mobilidade Urbana Integrada; Portal do Futuro; Curitiba Participativa; Curitiba Mais Segura e Curitiba Mais Verde.

O Programa Curitiba Mais Verde fazia parte da política de desenvolvimento urbano e ambiental da cidade, de acordo com o Plano de Ação da gestão municipal. Para concretizar suas ações buscou estabelecer e efetivar a inovação de projetos que tivesse a preocupação de conciliar a participação social e a sustentabilidade, incentivando a comunidade a realizar construções sustentáveis, consumir racionalmente as energias, além da conscientização para o uso de ocupação do

solo. Dentre os produtos desse programa, destaca-se “a implantação das ações do projeto piloto Vila Sustentável, prevê [sic] a integração das ações nas áreas de meio ambiente, educação, saúde, abastecimento, esporte e lazer, antidrogas, ação social e habitação, pautado pelos princípios da Administração Pública Deliberativa” (BRAUN et al., 2016, p. 278).

Um dos pontos críticos no processo de governabilidade das cidades são as áreas de vulnerabilidade socioambiental. Dentre as dificuldades que acabam por tornar os espaços insustentáveis encontram-se a pobreza, a falta de diálogo e de cooperação entre moradores e agentes. Segundo a fala da articuladora ao comentar sobre o PVS:

O desafio do desenvolvimento dos centros urbanos com a gestão sustentável das cidades é particularmente mais agudo e premente nessas condições. Nesses espaços, a abordagem multidisciplinar pautada na sustentabilidade pode ser o fio condutor das ações de governo.

Como afirmado anteriormente, o princípio que deveria embasar os diferentes programas da prefeitura pautava-se pela Administração Pública Deliberativa. Essa forma de gestão baseia-se numa lógica diferente, procurando modificar a essência segmentadora e tecnocrática que se efetiva na administração tradicional. Levando em consideração o que traz Brugué, a chave para se chegar a essa prática deliberativa estaria no diálogo, na maneira de “facilitar o intercâmbio de perspectivas e recursos entre as diferentes partes da administração e entre a administração e seu entorno” (2014, p.70). O diálogo construtivo aparece como tema central, pois permite o intercâmbio e uma construção ativa que se efetiva no espaço público, sendo ele o lugar em que se estabelece um projeto de vida em comum.

Reforçando a importância do diálogo como um dos elementos da metodologia deliberativa presente no PVS, o representante do IMAP que também fez parte do comitê local no bairro, em entrevista, comentou que:

O diálogo está relacionado ao escutar e não apenas a ouvir. Percebemos que diferentes projetos ouvem a comunidade, mas logo esquecem, pois entra por um ouvido e sai por outro. Porém no Vila Sustentável observamos que a escuta realmente acontece. Nas reuniões todos expõem seus interesses e a gente consegue costurar de uma forma que em alguma medida todos se sintam contemplados, mas para isso precisamos escutar a todos.

Para Habermas, pensar numa política deliberativa só faz sentido quando se considera a “pluralidade de formas de comunicação nas quais uma vontade comum pode se formar, não somente pela via de uma auto compreensão ética mas também mediante o equilíbrio de interesses e compromissos, mediante a escolha racional de meios com respeito a um fim” (1995, p.45). Dessa maneira, os “modos de fazer” da gestão deliberativa pressupõe tomadas de decisões coletivas, com a participação de gestores e comunidade, em pé de igualdade, por meio de argumentação racional, com extensa divulgação.

Como a proposta de gestão deliberativa estava presente no plano de governo da gestão 2013-2016, a coordenação do PVS buscou possibilitar à comunidade uma participação não induzida, mas que permitisse aos integrantes ter vez e voz no decorrer das ações. Nas diferentes reuniões foi possível observar que a organização do comitê levava em consideração as singularidades, principalmente pelo fato da articuladora conduzir o processo de maneira horizontal.

Para exemplificar o cuidado que a articuladora tinha no processo, em entrevista, uma das representantes da comunidade e que também atua na Unidade de Saúde, afirmou que:

A Marli sempre iniciava as reuniões perguntando o que temos a oferecer e o que podemos fazer. Nunca determinava o que cada um tinha que realizar. Depois ela dizia o que tem, o que não tem, como que é, como que não é, e perguntava quem pode assumir cada uma das tarefas. Com o exemplo dela, aprendi a me organizar e a correr atrás, eu fiquei mais confiante. Agora eu faço as coisas [eventos] sem depender de ninguém. Se houver necessidade eu vou correr atrás e tentar fazer, vou chamar as pessoas e vamos fazer. Vou ter confiança e vou fazer. As pessoas gostam de contribuir. Então essa reunião que a gente faz no Vila eu estou fazendo nas ações da Unidade de Saúde.

Corroborando com a afirmação anterior, a representante da Fundação Cultural, em entrevista, relatou:

Ela [a Marli] de uma forma muito lúdica conseguia envolver o grupo e cada um nas suas potencialidades. Quem era da música ia para a música, quem era da construção cuidava mais da manutenção, enfim. Ela ia instigando “pera lá, mas o que você sabe fazer?” e daí ia encaixando em cada uma das ações que seriam necessárias para complementar na realização da atividade. [...] Ela é o ponto central e eu vejo que ela despertou isso no articulador principal da comunidade, ela conseguiu fazer com que ele, a Marcela se envolvessem nesse processo de tal forma que teve um momento que eles começaram a conduzir.

No início eles foram instigados pela forma de condução da Marli, mas depois eles mostraram que eles conseguiriam conduzir esse processo. Eles começaram a instigar os demais, a desenvolver as suas tarefas. Óbvio que do primeiro ao último [eventos realizados na Praça] há uma diferença imensa. No primeiro foi mais o poder público que fez e realizou, já no segundo as pessoas começaram a assumir mais responsabilidade e no último fizemos de uma forma muito linda, cada um sabia o que queria e como fazer e o que se comprometeu.

A partir das afirmações é possível inferir que a participação não se efetivava de forma induzida, pois se assim o fosse, poderia gerar aquilo que Costa (2016) denomina de “miragem assistencialista” que se desenvolve principalmente por parte do poder público na maneira de conduzir o processo. Faz-se necessário que ocorram mudanças no formato de organização administrativa para impulsionar o processo de participação, caso a direção se preocupe exclusivamente com os processos burocráticos e racionais, provavelmente o mesmo não se concretizará como viável, legítimo e sustentável, pelo fato de trazer um falso sentido de participação e muitas vezes pela manipulação dos cidadãos.

3.4 QUEM SÃO OS INTERLOCUTORES DO PVS QUE FORMAM O EMARANHADO INSTITUCIONAL?

A partir das observações que realizei tanto nas reuniões quanto nas ações, o PVS se aproxima do conceito de emaranhado institucional pelo fato de apresentar um elo entre as diversas instituições. De acordo com Viana (2010, p.48) os emaranhados institucionais salientam “as conexões institucionais entre fragmentos de organizações, sedimentadas através da mobilização de saberes técnico-burocráticos”. Em seu estudo, desenvolve o conceito de emaranhados institucionais aprofundando os mecanismos burocráticos que constituem, materializam e mantêm parcerias entre atores conectados transnacionalmente preocupados em efetivar políticas de combate à pobreza.

Outra autora que se propôs a compreender o emaranho institucional, utilizando Viana como referência, foi Mascarello (2010), porém procurou ter o olhar direcionado à circulação das pessoas que produziam diferentes conexões ao invés dos procedimentos burocráticos.

Não obstante, nessa tese a concepção que assumo para relacionar com o PVS foi aquele discutido por Mascarello. Ao conhecer os interlocutores⁵⁰ que faziam parte desse emaranhado, tive a preocupação de perceber qual era a compreensão que tinham da proposta e quais eram os seus interesses, para tanto precisei circular pelo bairro mapeando os diferentes espaços de atuação de seus atores.

Nas diferentes conversas, caminhadas, ações, eventos que foram realizados, consegui perceber como se materializava a circulação das diferentes instituições dentro do projeto e quais as conexões que se estabeleceram ao longo do processo. No decorrer do tempo que estive em campo, ficou evidente que existe uma grande complexidade nesse emaranhado institucional por ser formado por diferentes atores e entidades. Muitas vezes os interesses pareciam convergir quando estávamos nas reuniões de planejamento e avaliação, no entanto, em alguns momentos tive a impressão de que o projeto para alguns dos envolvidos poderia ser uma vitrine para outros objetivos.

Essa sensação se fez presente no momento em que percebi, durante uma ação desenvolvida na Escola Municipal Michel Khury, que tanto o presidente da associação de moradores, quanto uma das moradoras que atuavam no coletivo se mostraram interessados em participar das eleições municipais. No decorrer do diálogo que se desenrolava, em alguns momentos e de maneira ríspida, ela questionou:

Mas você não vai se candidatar a vereador? Eu sei que você vai, pode dizer, eu já sei que vai!”;

Ele respondeu: “ainda não sei, estou vendo, mas você eu sei que vai né!?” (DC, 09/06/16).

Naquele momento, nenhum dos dois afirmou se participaria ou não, mas ficou claro que o processo eleitoral estava mexendo com os ânimos desses interlocutores.

Essa passagem me fez refletir se a participação de ambos no PVS estava relacionada ao desenvolvimento da comunidade como um todo ou se havia um

⁵⁰ Relembro quais eram os interlocutores que faziam parte do PVS – secretarias, tais como a SMMA, a SMELJ, a Fundação Cultural de Curitiba (órgão municipal específico para gerenciar as atividades culturais), o Instituto Municipal de Administração Pública (órgão municipal específico que procura desenvolver, disseminar e implementar instrumentos, metodologias de aperfeiçoamento contínuo da Administração Pública), as Instituições de Ensino Municipal, Estadual e Federal, a Unidade de Saúde, a Associação de Moradores, a ONG Gera Ação, e a comunidade do bairro (moradores, artistas, atletas).

interesse de promoção pessoal, nesse caso, em se eleger como vereador ou vereadora. Como afirma Mascarello (2015), é preciso um processo de estranhamento com o objeto para ter condições de compreendê-lo de forma mais aprofundada e não realizar afirmações precipitadas. No entanto, com a proximidade das eleições que ocorreram no ano de 2016, soubemos que ambos sairiam como candidatos, afirmo que “soubemos”, pois os dois tiveram outra discussão, agora no grupo⁵¹ de whatsapp do Vila Sustentável. A “briga” ocorreu pelo fato de usarem o Projeto como forma de promoção pessoal. Isso fica evidente na conversa que apresento a seguir:

Carlos: O projeto Vila Sustentável é de todos não pode ser usado como mote de campanha, o Vila é de todos, independentemente, de todos. O Vila Sustentável é um projeto piloto da área social, somos todos nós, não podemos usar politicamente um projeto que não foi analisado pela comunidade. Me desculpe mais o projeto é comunitário Joana. E todos somos precursores desta transformação social.

Joana: Carlos, eles [entrevistadores] perguntaram pra mim quais projetos eu faço parte no bairro não posso inventar ou mentir. Os projetos que faço parte são esses e muitos outros. Não é de hoje que faço trabalho social aqui no bairro Carlos, fazem 25 anos que moro aqui você nem sonhava em me conhece eu já trabalhava nesse bairro. Tanto que falei quais projetos faço parte e depois meus projetos pra Câmara Municipal e não existe somente esse projeto Vila Sustentável.

Carlos: Não é você, não sou eu, é nosso poder de transformação social e ambiental. A comunidade é que faz a diferença, este projeto não envolve política. **Eu sou a peça principal deste projeto e não estou usando ele politicamente.** Então faz mais de 13 anos que moro aqui e só neste ano que ouvi falar de você. O Vila Sustentável é uma coisa comunitária. Eu não tenho acordo com a Câmara Municipal e me falaram que era só esse projeto Vila Sustentável. Quem fala a verdade?

Joana: Você não tem projetos pra ajudar a comunidade na Câmara Municipal. Me desculpa Carlos, mas pelo que tenho visto andando por aí, ninguém é inocente de nada pra estar na política.

Carlos: Me desculpem a discussão [pedidos de desculpa para o grupo] mas é que eu sou candidato a vereador e não estou usando o projeto Vila Sustentável como mote de Campanha. Poderia usar até porque eu que mobilizo a comunidade. Mas não acho justo.

Além desses dois interlocutores, o responsável pela ONG que integrava o grupo, também saiu como candidato a vereador, porém não entrou nessa seara. O que pude observar com a realização do PVS é que de fato quando alguns representantes da comunidade se destacam pelos trabalhos que realizam

⁵¹ O grupo de WhatsApp foi criado pela Joana, no dia 04 de março de 2016.

socialmente, acabam sendo envolvidos por políticos, concretizando o que Souza e Rodrigues (2004) chama de “cooptação de líderes”. De acordo com o autor, essa cooptação pode ocorrer de diferentes maneiras, seja assumindo um cargo na administração pública, tornando-se a conexão entre a população do bairro e o governo, seja como possível candidato de determinado partido para facilitar a propaganda governamental. Esse é um problema que normalmente afeta as comunidades mais carentes e pode gerar um desgaste da imagem desses líderes e de suas associações pelo fato de, em certos momentos, deixarem de lado a mobilização e a organização que ocorria de maneira autônoma em prol de um interesse particular.

Essa problemática foi percebida no interior do PVS quando o presidente da associação deixou de participar de uma reunião pelo fato de estar fazendo campanha na comunidade para um candidato específico. Como não tinha conseguido se eleger como vereador e em Curitiba a eleição para prefeito tinha ido para o segundo turno, acabou se tornando cabo eleitoral de um dos candidatos. Após a reunião que aconteceu na unidade de saúde, acabei encontrando-o na panificadora do bairro, ele estava tomando café com um assessor e comentou meio sem jeito:

Nossa Felipe, eu tinha esquecido que a reunião era hoje (DC, 18/10/16).

Como afirmei anteriormente, os emaranhados institucionais são compostos pelas conexões entre as diferentes instituições e nem sempre as relações que se estabelecem se efetivam de maneira positiva e algumas vezes as parcerias acabam sendo abaladas. Ao descrever a discussão entre dois integrantes do grupo e a cooptação de líderes apresento exemplos concretos de que os emaranhados, apesar de serem institucionais, são compostos por pessoas que muitas vezes apresentam interesses diversos e conflitantes. Isso não quer dizer que o restante das instituições e das pessoas que participam do projeto sejam coniventes com essas atitudes. Como foi relatado por Marcio, um dos interlocutores:

Os dois estão errados em se exporem assim, lembro que este grupo não foi criado para estes fins (DC, 07/09/2016).

A princípio, a impressão que nos acomete é que o projeto seria enfraquecido pelo fato de acontecer esse “racha” entre duas pessoas que fazem um trabalho social dentro do bairro, porém com base em outros relatos de interlocutores do projeto fica explícito que a preocupação deve ser com o coletivo que faz parte da comunidade:

Rodrigo: Tem toda razão Marcio, mesmo porque temos que nos unir e não dividir se realmente queremos o bem ao próximo.

Thiago: A campanha passa e a comunidade fica.

Articuladora: Aprendemos nesta oportunidade do Projeto Vila Sustentável a trabalhar juntos, num clima de confiança, cooperação, amizade e alegria. É isto que constrói uma comunidade atuante que inspira seus jovens pelo exemplo. É isto que permanece. Temos muito ainda por fazer.

No decorrer dos próximos capítulos pretendo abranger outros elementos que caracterizaram as relações dentro desse emaranhado institucional, sejam elas positivas ou não. Como menciona Viana (2010, p.375), as “relações que formam emaranhados institucionais estão por toda parte: o espaço as denuncia. [...], não é difícil identificá-las na paisagem, pois elas costumam deixar rastros bastante perceptíveis”.

No quarto capítulo analiso o uso e a apropriação dos diferentes espaços presentes na Vila, tanto aqueles que foram influenciados pelo PVS quanto aqueles que já apresentavam uma organização própria.

4 MODO DE ACERCAMENTO

Como disse na vinheta do segundo capítulo, para conhecer de fato as formas de uso e apropriação no tempo e espaço de lazer na região delimitada para o projeto é preciso caminhar pelo bairro. Além da caminhada que permitiu efetivar uma observação participante das práticas corporais vivenciadas ou experienciadas e do diário de campo, um instrumento que permite qualificar a descrição densa do objeto, é possível trazer desenhos e imagens que facilitam a leitura do espaço urbano, como diz o ditado popular “uma imagem vale por mil palavras”.

Pesquisar o fenômeno lazer por meio da etnografia é uma das possibilidades apontadas por Magnani. O autor acredita que esse método e suas estratégias de pesquisa podem “se tornar uma importante referência para a ampliação do campo de estudo do lazer, em diálogo com outras disciplinas, enfoques e metodologias”. (2015, p.20).

Como me referi na introdução, a preocupação foi realizar uma investigação social buscando compreender como se efetiva o desenvolvimento do coletivo denominado Projeto Vila Sustentável e a apropriação dos espaços e equipamentos de lazer no Bairro Uberaba por parte da comunidade. Para concretizar as intenções optei por determinadas escolhas em busca do melhor caminho a ser percorrido.

Nesse sentido, decidi pela abordagem qualitativa, pelo fato de favorecer a utilização de diferentes procedimentos e instrumentos de coleta de dados. Pode-se dizer que as técnicas mais comuns são a observação participante, a análise de documentos, as entrevistas, utilização de diários de campo, o contato com o campo, embora possam ser complementados por outras técnicas.

Enquanto encaminhamentos para efetivar uma possível pesquisa etnográfica, a intenção foi desvelar aquilo que está oculto, por meio da interpretação, mas não realizada superficialmente. Como afirma Alami et al. (2010, p.31), “os fatos não se exprimem *a priori*. Para que se possa ‘ver’ algo, será necessário explorá-los, analisá-los, impregnar-se dos mesmos e depois distanciar-se deles”. Esse distanciamento ou estranhamento permitirá por meio da etnografia encontrar as relações, os sentidos, os significados, que pareciam estar escondidos, possibilitando assim o desenvolvimento da interpretação, que para Canevacci, só é possível por meio de uma perspectiva oblíqua e polifônica. “É preciso estar dentro e fora do espaço urbano: saltar na cidade” (2004, p. 21), ou seja, ao realizar a pesquisa preciso ao

mesmo tempo me perder do objeto, me afastar, me distanciar para em seguida realizar a etnografia, efetivar aquilo que o autor apresenta como a máxima internidade e máxima distância, respectivamente, ou como afirma Magnani (2002b), o olhar etnográfico deve ser de perto e de dentro.

Nessa perspectiva, o mínimo distanciamento é uma das premissas tradicionais das ciências sociais. De acordo com Velho (1980) é o distanciamento que garante ao pesquisador as condições de objetividade no processo, ressalta também a importância do tempo de convivência para poder identificar aspectos menos explícitos da cultura.

O tempo de convivência permite que o pesquisador tenha as condições necessárias para realizar uma descrição densa da realidade, para Geertz (1989, p.20).

A etnografia é uma descrição densa. O que o etnógrafo enfrenta, de fato – a não ser quando (como deve fazer, naturalmente) está seguindo as rotinas mais automatizadas de coletar dados – é uma multiplicidade de estruturas conceituais complexas, muitas delas sobrepostas ou amarradas umas às outras, que são simultaneamente estranhas, irregulares, inexplícitas, e que ele tem que, de alguma forma, primeiro apreender e depois apresentar [...] Fazer etnografia é como tentar ler (no sentido de ‘construir uma leitura de’) um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos.

Na concepção do autor, a densidade no fazer etnográfico permite que outras pessoas possam ler sobre os ombros do pesquisador, dando condições aos novos de fazer outras relações que não foram pensadas anteriormente. Nessa mesma direção Bateson (206, p.293) faz a seguinte afirmação: “a narrativa dos meus tropeços pelo caminho pode ser útil para quem decidir segui-lo”.

Essa densidade deve se fazer presente também no momento da análise dos dados. Uriarte reitera que “o campo não fornece dados, mas informações que costumamos chamar de dados. As informações se transformam em dados no processo reflexivo, posterior à sua coleta” (2012, p.5). Nas palavras da autora, no momento em que pesquisamos fazemos dados, produzimos dados e não coletamos, pela via das diferentes técnicas. É a situação de pesquisa que permite gerar dados de pesquisa, transformando em material. Complementando essa ideia, Balkenhol (2014) ressalta que o dado que você produz no campo está vinculado com a relação que você estabelece com ele.

Levando em consideração essas premissas, é possível dizer que ao realizar um trabalho que procura apresentar, descrever e posteriormente *interpretar* determinada comunidade, suas relações, seu dia a dia, é preciso tomar cuidado, sei que a minha não é única interpretação, mesmo que tenha procurado reunir fatos concretos e objetivos a respeito daquele universo, como bem nos lembra Gilberto Velho (1980), a nossa subjetividade se faz presente em todo o trabalho. Assim, a minha é uma possibilidade entre tantas.

Por se tratar de uma pesquisa de cunho qualitativo, há uma preocupação com a “qualidade” dos dados coletados e com as análises desenvolvidas para determinar a validade do estudo. Como afirmei anteriormente, nesta forma de pesquisa a proposta é realizar uma descrição densa da realidade. Assim, não há uma preocupação excessiva quanto ao número de interlocutores envolvidos, no entanto, deve existir uma preocupação com o grau de profundidade das informações oferecidas que deem conta do problema de pesquisa. Nessa perspectiva, de acordo com Minayo (2005) considera-se que o material construído em campo é suficiente quando as respostas ou as ideias começam a se repetir.

Em pesquisa qualitativa, embora seja possível estabelecer um número inicial de seres humanos, na medida em que o trabalho é desenvolvido, novos participantes podem (e às vezes devem) ser incluídos no estudo para que se consiga responder, com propriedade, o problema de pesquisa. As informações coletadas “não são geradas a partir de técnicas de amostragem com representatividade numérica, deve-se avaliar se eles conseguem refletir as múltiplas dimensões da realidade estudada” (MINAYO, 2005, p.189).

No entanto, com o decorrer da pesquisa fiz 8 entrevistas⁵² com o comitê organizador do PVS e 20 com moradores da comunidade e que se apropriam de diferentes espaços de lazer presente no bairro.

Além das entrevista com os moradores, em um dos eventos foi utilizado como instrumento um roteiro de entrevista estruturada de modo a contemplar questões sobre o perfil dos frequentadores, conhecimentos sobre a praça, interesse em utilizar o espaço público, conhecimento sobre os projetos realizados e percepções sobre a qualidade do espaço.

⁵² Todos os roteiros de entrevista estão disponíveis nos apêndices.

Outra preocupação foi entender melhor como as crianças do bairro vivenciam as diferentes experiências de lazer, para tanto foi realizado um questionário nas 4 escolas municipais, localizadas no espaço delimitado pela pesquisa, com os alunos das turmas de 5º ano, pois são crianças de 9 a 11 anos e que apresentam maior maturidade em comparação com as crianças dos anos anteriores.

As entrevistas visam alcançar informações diretamente advindas dos interlocutores possibilitando uma interação entre o pesquisador e o objeto pesquisado. Todas as entrevistas foram gravadas em equipamento digital para melhor autenticidade das falas.

Outras estratégias utilizadas foram os registros em caderno de campo, juntamente com imagens fotográficas e filmagens, para Magnani (1997) o caderno é um instrumento clássico e que permite captar, registrar o que as outras técnicas não conseguem transmitir na pesquisa etnográfica. Nas palavras do autor, “todos devemos ter o hábito de registrar, quando em pesquisa, mesmo aquilo que aparentemente não faz muito sentido”. (2015, p.20).

Utilizei também um roteiro de observação⁵³ das praças, o que possibilitou um maior envolvimento do pesquisador com o local estudado. Mesmo utilizando instrumentos auxiliares de observação como um roteiro, busquei combiná-lo com observações mais livres, nas quais os comportamentos observados foram descritos da maneira como ocorreram.

Para efetivar o processo de escrita, levei em consideração as etapas apresentadas por Uriarte (2012), quando destaca a importância de, primeiramente, mergulhar na teoria e ao mesmo tempo conhecer a realidade que se pretende pesquisar, para então desenvolver o trabalho de campo e posteriormente efetivar a escrita. Dessa forma, essas etapas me permitiram realizar o fazer etnográfico que sempre estiveram embebidas da teoria.

Assim, realizei as análises das diferentes falas, das observações, dos registros fotográficos, do diário de campo durante todo o processo de pesquisa, considerando as evidências que eram apontadas nessas diversas estratégias em conjunto com minhas impressões ou posições.

53 O roteiro de observação utilizado tem como base o Protocolo de Observação de Espaços e Equipamentos de Lazer, desenvolvido e validado pelo GEPLC. Está disponível no Apêndice-4.

Nesse trabalho de lapidação dos diferentes materiais encontrados, comecei a perceber aquilo que se repetia, o que mais chamava a atenção, na tentativa de levantar categorias de análise. Para encontrá-las, recorri às principais observações e falas que foram registradas, entendendo que elas se caracterizavam como fundamentais no processo de compreensão do uso e apropriação dos diferentes espaços públicos de lazer presentes no bairro.

Levando em consideração essas questões, as categorias levantadas a partir das análises e interpretações, e retratadas no quarto capítulo, são: “prática do bairro”; “do uso à apropriação” e “a bricolagem como possibilidade de ação”. Já no quinto capítulo destacam-se “lugar ou não lugar” e “o espaço transformado em lugar”.

A partir dessas categorias de análise apresento descrições e interpretações relacionadas às atribuições de significados que eram realizadas pelos diferentes moradores do bairro.

4.1 A EFETIVAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS NO TEMPO E ESPAÇO DE LAZER: QUAL A INFLUÊNCIA DO PVS?

Nesse momento, a intenção é apresentar os diferentes elementos que compuseram o modo de acercamento para efetivar a pesquisa. Inicialmente tive a oportunidade de compor o coletivo que se fez presente no PVS. Realizo tal afirmação pelo fato de ser o representante do GEPEC, a partir de maio de 2015, através das reuniões e ações desenvolvidas em conjunto com a comunidade.

Além das reuniões, realizei observações na Praça Frei Jorge Dudu da Silva em dias, horários e condições climáticas distintos (dias úteis, finais de semana e feriados). Tive a oportunidade de participar dos 4 eventos que foram realizados no local e também do evento que se desenrolou na Escola Municipal Michel Khury⁵⁴. O PVS acabou tendo influência e participação em outros espaços importantes dentro da comunidade, porém nesse momento o objetivo é apresentar parte das observações e as contribuições que o Projeto trouxe para a população.

Afirmo que são contribuições, pois foi a partir das ações realizadas na praça que a comunidade começou a demonstrar um sentimento de pertencimento com aquele espaço. Como destacam Alves et al. (2004), quando há falta de identidade

⁵⁴ A Escola Municipal Michel Khury é o número 12 na legenda presente no mapa ilustrado (p.29).

entre comunidade e o espaço livre proposto, quando o projeto contempla estruturas que não se relacionam com as aspirações da população local, esses ambientes tornam-se ociosos e abandonados. Isso acaba acontecendo nas diferentes praças localizadas pela cidade, mas principalmente onde há pouca ou nenhuma residência no entorno e o centro urbano é caracterizado pela atividade comercial.

Nesse caso em particular, a praça apesar de ter um nome oficial é mais conhecida pelos moradores como “Praça do Bosque”, está localizada na rua Dr. Fabio Arns, esquina com a rua Victor Maganhoto, com área total de 3.203 m², está cercada por residências, além de uma capela⁵⁵ e um CMEI (Centro Municipal de Educação Infantil). De acordo com a análise dos documentos disponíveis no site da prefeitura municipal de Curitiba, pode-se afirmar que a construção efetiva da praça foi fruto de reivindicações realizadas pelos moradores do bairro, em conjunto com a associação de moradores e por intermédio de vereadores da capital. A praça conta atualmente com os seguintes mobiliários: parquinho feito com troncos de madeira, o trio de ferro⁵⁶, a balança feita de pneu construída pela própria comunidade, a academia ao ar livre e uma área que comumente não é acessada pelas pessoas que circulam no local, conhecida como bosque.

Como relatei no terceiro capítulo, essa praça passa a ser o mote do PVS a partir do momento em que a associação de moradores faz a solicitação para a retirada de uma casa abandonada que ficava na praça (FIGURA 5).

Com a retirada da casa, alguns moradores relataram em conversas que “ficou mais seguro ficar ali até mais tarde (anoitecer), pois agora não fica mais gente escondida dentro da casa usando drogas” (DC, 06/05/15). Com essa mudança na estrutura da praça as pessoas passaram a usar com mais frequência, porém de acordo o presidente de associação de moradores:

“Seria interessante que tivesse um evento para as crianças, para movimentar mais a praça, podíamos fazer um plantio também, para deixar a praça mais bonita, né!?”.

⁵⁵ A Capela São José Operários é o número 11 na legenda presente no mapa ilustrado (p.29).

⁵⁶ O trio de ferro corresponde ao conjunto dos seguintes equipamentos: escorregador, trepa-trepa e gangorra todos feitos basicamente de ferro e pintados geralmente com cores primárias, nesse caso azul e vermelho (GONÇALVES, 2008).

FIGURA 5 – CASA ABANDONADA NA PRAÇA DO BOSQUE.



FONTE: O autor (2014)

Essa foi uma fala recorrente, por parte dos moradores do bairro, nas diferentes reuniões do PVS. Nos primeiros encontros não se tinha ainda muita clareza de qual seria a ação mais efetiva do grupo, porém o trabalho poderia começar pela praça, pois um dos princípios do projeto era “adoção dos espaços públicos de convivência pela comunidade”.

Abrindo um parênteses nesse momento, acredito ser importante relatar que a organização inicial do coletivo se dava por e-mail; somente no mês de março de 2016 uma das participantes da comunidade criou um grupo no WhatsApp para facilitar a comunicação e, na maior parte do tempo, quem fazia o convite e articulava as reuniões era a Marli. Com o passar do tempo os diferentes interlocutores também começaram a sugerir datas para as reuniões, pois sentiam a necessidade de se organizarem na tentativa de desenvolver os trabalhos com a comunidade.

Retomando a linha de raciocínio, antes da realização dos eventos, havia uma preocupação com o processo de organização que se dava previamente. Eram realizados encontros com todos os envolvidos para definir as atribuições de cada um e quais ações seriam executadas em cada um dos eventos que ocorreram ao longo do Projeto, no total foram realizados 4 eventos na Praça do Bosque no período de dezembro de 2014 a junho de 2016.

Antes de apresentar os eventos e alguns elementos para a reflexão, no sentido de compreender até que ponto o PVS atingiu seu objetivo dentro da

comunidade, descrevo algumas observações e sensações pelas quais passei no período em que estive em campo.

4.1.1 Conhecendo a “Praça do Bosque”: efetivando a “prática do bairro”?

Inicialmente trouxe alguns elementos que caracterizam a Praça do Bosque e que agora serão complementadas pelas observações que se efetivaram de 14 de Dezembro de 2014 à 05 de Novembro de 2017. Nesse momento, procuro contemplar as reflexões a respeito do seguinte objetivo específico: “analisar se os espaços incluídos nas ações do PVS sofreram influências nas suas formas de uso e apropriação no tempo e espaço de lazer da comunidade”; para tanto trago informações contidas tanto nas entrevistas realizadas quanto aquelas que fizeram parte do diário de campo.

Quando a comunidade efetiva a prática do bairro por meio das táticas, ela consegue perceber o espaço urbano como um lugar de reconhecimento, no qual o sentimento de pertencimento se faz presente e as experiências que são permitidas acabam gerando sentidos e significados que qualificam o processo de apropriação.

O período em campo propiciou a identificação de características que dizem respeito às formas de uso e apropriação dos espaços da Praça do Bosque. Uma delas está relacionada à ordem espacial/física, constituída por equipamentos e mobiliários próprios, o que caracteriza uma função morfológica, outra refere-se a função social desse espaço público de lazer, que corresponde aos diferentes pedaços, nos dizeres de Magnani (2002a, p.20), o pedaço “supõe uma referência espacial, a presença regular de seus membros e um código de reconhecimento e comunicação entre eles”, além de constituírem redes de relações de pessoas de maior proximidade, e porque não dizer intimidade, de modo a conferir à praça uma característica particular e bastante distinta.

Trata-se de um espaço público que convida à permanência e ao convívio no local. Em vários dias da semana, em horários diversificados, ocorrem encontros de pessoas que notadamente possuem um vínculo de amizade e fazem parte daquele ‘pedaço’. Entretanto, percebe-se também que a praça é bastante utilizada como espaço de passagem de pessoas que circulam pela região.

As janelas das casas e instituições ao redor não estão voltadas para praça ou são distantes da mesma, o que pode diminuir a segurança de quem usa e se

apropriada da praça, como enfatiza Jacobs (2003). No entanto, essa característica parece contribuir com as atitudes mais espontâneas e criativas percebidas nos moradores que frequentam o local, nas diferentes observações realizadas no período em que estive em campo, foi possível perceber que as crianças fazem usos diversificados dos equipamentos, por exemplo, ao se apropriarem do escorregador, desciam de cabeça para baixo, viravam cambalhota segurando no ferro que sustenta o escorregador, ao invés de escorregarem subiam pela rampa lisa, desciam dois de cada vez; quando brincavam na gangorra, além da forma convencional, subiam de um lado e desciam do outro, muitas vezes esse brinquedo servia também como ponto de encontro entre as senhoras.

Mesmo com a padronização dos brinquedos que constituem o *playground*, percebi que principalmente as crianças procuram ressignificar esses espaços, extrapolando sua apropriação, que a princípio parece pré-determinada. É possível notar uma atitude de preocupação e controle mútuo entre os sujeitos que frequentam e permanecem na praça. Ou seja, sob uma aparente desordem, existe uma ordem surpreendente que garante a manutenção de uma sensação de segurança e de 'liberdade'.

As formas de uso e apropriação da referida praça conferem a esta um caráter de lugar, no entendimento de Tuan (2013), pois observam-se diferentes maneiras, com sentidos e significados próprios, que a comunidade confere ao espaço público.

Durante a semana a apropriação ocorre de maneira diversificada. Por volta das 7 horas da manhã a praça está praticamente vazia e quem utiliza os equipamentos da academia ao ar livre são os adultos, sobretudo senhores e senhoras. Logo cedo o movimento na praça é intenso, pois as pessoas acabam fazendo dali um lugar de passagem. Primeiramente são os alunos da escola estadual, que fazem da praça seu trajeto, as aulas na rede estadual de ensino começam às 7:30h. Além de muitas pessoas que aparentemente estão indo ao trabalho, tanto a pé quanto de bicicleta [foi possível observar que nessa comunidade a bicicleta é um meio de transporte utilizado tanto para ir trabalhar quanto para o lazer, pois o fluxo de pessoas que utilizam é muito grande, isso em qualquer horário do dia]. Perto das 8h o fluxo principal é de crianças em conjunto com seus responsáveis, isso se deve ao fato de ter um CMEI ao lado da praça e uma Escola Municipal que fica a menos de 200 metros. Ambas as instituições iniciam seus trabalhos com as crianças às 8 horas. O interessante que o som que se destaca na

praça pelo período da manhã é bem diferente do período vespertino e noturno. Pela manhã destacam-se os sons dos pássaros e não o do trem ou dos carros que se evidencia nos outros períodos do dia.

Durante todo o dia a academia é utilizada pelos moradores do entorno, sendo que em alguns períodos são os adultos que utilizam como proposta de atividade física (manhã e final da tarde) e em outros momentos são as crianças que fazem da academia ao ar livre mais um parquinho.

No decorrer da tarde o uso e a apropriação se efetiva principalmente com as crianças utilizando o parquinho, com a presença de adultos, principalmente mulheres, 'cuidando' delas enquanto brincam. As pessoas que se responsabilizam pelas crianças normalmente ficam sentadas nos bancos de madeira feitos com troncos de árvores. Mesmo estes não sendo confortáveis, os responsáveis pelas crianças permanecem ali por um bom tempo. Pode-se afirmar que se esses bancos fossem qualificados à permanência, poderiam ser maiores ou ainda permitiriam outras formas de apropriação. Como afirma Gehl (2006, p. 169):

[...] é de grande importância notar que os espaços públicos mais habitados são aqueles que oferecem boas condições para os seus utilizadores se sentarem. O mobiliário urbano, neste caso o banco, pode proporcionar inúmeras atividades de atração ao espaço público, como comer, ler, jogar cartas, observar o espaço e as pessoas, entre outras tantas. Estas vivências são determinantes para a qualidade do espaço público.

As formas de uso e a apropriação nos finais de semana se diferenciam, principalmente, pelo número de pessoas que tem a possibilidade de estar nesse espaço público de lazer. Em geral, as pessoas que se encontravam na praça aos sábados e domingos eram as mesmas, mudando muito pouco de uma semana para outra. No período da manhã a praça não tem muito movimento, são mais os adultos que ficam ali na academia ao ar livre e as crianças com seus responsáveis no parquinho.

Já no período da tarde a praça ganha vida, logo depois do almoço, as crianças se organizam para jogar futebol, para jogar bolinha de gude, soltar pipa, andar de bicicleta ou brincar no parquinho e na balança de pneu. O número de responsáveis acompanhando as crianças também é maior que nos dias de semana. Geralmente os meninos jogavam futebol e dificilmente incluíam as meninas. Ao longo de um sábado de observação, tive a oportunidade de registrar uma menina

jogando com os meninos. Durante o jogo teve um pênalti e um dos meninos ao perceber que a menina poderia fazer o gol, gritou: “deixa ela fazer; deixa ela chutar” (DC, 09/05/15), porém o menino que estava mais próximo dela fez de conta que não escutou e chutou a bola para o gol (por sinal foi para fora), logo depois a menina parou de jogar, pois acabava não tocando na bola. Achei importante relatar essa saída da menina do jogo para confirma que de fato ocorria a exclusão por parte dos meninos.

Nesse mesmo sábado tive a oportunidade de ver diferentes formas de apropriação desse espaço público, dentre elas achei interessante quando o pai e um casal de filhos (as crianças chamavam o adulto de pai) fizeram um pique nique na praça. Levaram uma toalha e diferentes alimentos, enquanto o pai ficava sentado observando, as crianças se divertiam nos brinquedos do parquinho e na balança.

O uso de cigarro de maconha na praça no final de semana é maior que durante a semana, acredito que pelo fluxo maior de pessoas, tive a impressão que aqueles que utilizam não se sentem constrangidas quando observadas por outras da comunidade e nem com as crianças que estão ali.

A movimentação no lugar é grande durante todo o período e geralmente no outono e no inverno começava se esvaziar por volta de 17:20h quando as luzes acendiam. Já no verão isso acontece por volta das 19:00 horas.

Durante as observações tive a impressão de que as pessoas não me viam como um estranho, como afirma Magnani (1992, p.193) “pertencer ao pedaço significa também poder ser reconhecido em qualquer circunstância”, porém no final da manhã do sábado do dia 28 de Maio de 2016 percebi que estava enganado e que não fazia parte daquele “pedaço”. Como retrato por meio de uma passagem de meu diário de campo:

Cheguei na Praça do Bosque aproximadamente 10 horas da manhã, naquele dia o tempo estava nublado e a temperatura era de 16°C. Essa praça fica ao lado da linha de trem, então o barulho da locomotiva se faz presente a cada 30 minutos. Os moradores do entorno normalmente levam seus cachorros para passear e nem sempre costumam trazer sacolas para pegar as necessidades de seus animais. Como havia chovido no dia anterior, a cancha de futebol de areia e de vôlei (é a mesma para as duas modalidades) estava com muita água empoçada, mas nada que impedisse três meninos de jogarem futebol por aproximadamente 30 minutos.

Nessa praça é comum adolescentes, jovens e adultos utilizarem drogas (normalmente maconha e bebidas alcoólicas) e nessa manhã não foi diferente. Primeiro foi um casal e depois vieram 2 homens, eles ficaram no banco central que também é o local de passagem das pessoas que cruzam esse espaço público de lazer. Aparentemente eles não se incomodavam com as pessoas passando enquanto fumavam. Eles não permaneceram na praça por muito tempo, foi o tempo de acabar o cigarro e sair. Algum tempo depois outros dois jovens chegaram de bicicleta e sentaram no banco que fica mais escondido na praça, ambos fumaram, mas a impressão que tive é que além de usar eles também pareciam passar alguma coisa para as pessoas. Afirmando, pois um senhor chegou para conversar com eles e logo saiu, o mesmo aconteceu com uma mulher que estava com uma criança de colo e que aparentemente entregou algo para eles. Em pouco tempo todos saíram da praça. Eles parecem vender, mas não posso afirmar. Enquanto tudo isso acontecia, diferentes práticas corporais se desenrolavam nesse tempo e espaço de lazer, dentre elas destaco dois meninos brincando na balança feita de pneu, três crianças brincando no parquinho feito de tronco de árvores, 6 meninos soltando pipa nas ruas ao redor da praça e um senhor ensinando uma menina a andar de bicicleta e passeando com seu cachorro (esse fez cocô e xixi na areia da cancha e seu dono não recolheu). Muitas pessoas cruzam a praça andando de bicicleta. Aproximadamente 11:45h um menino chegou com um violão sentou na cancha de bocha e ficou tocando, enquanto fumava. Por volta de 13:15 percebi uma movimentação diferente, o pessoal que aparentemente estava vendendo voltou para a praça e começaram a se aproximar de mim, ao mesmo tempo chegaram 2 homens de moto e pararam perto de mim, além de ter um outro jovem que estava olhando em minha direção, por último voltaram a mulher com a criança. Nesse momento achei melhor finalizar a observação, pelo fato de perceber que não seria mais seguro permanecer na praça. Sai com a sensação de frustração, pois até aquele momento não tinha passado por essa situação.

Na pesquisa etnográfica o pesquisador muitas vezes acaba sendo confundido com seus interlocutores, por exemplo, quando você está fazendo observação e um morador do bairro pergunta: “você mora aqui? Tenho visto você aqui sempre” (DC, 29/05/2016) porém em outros momentos você retorna à realidade e percebe qual é o teu papel naquele espaço, ou seja, ainda precisa de mais tempo em campo, como foi o caso relatado no diário de campo logo acima.

Posso afirmar que esse foi o momento de maior desconforto que passei no decorrer do tempo que permaneci em campo, mas procurei superar essa dificuldade na tentativa de gerar dados etnográficos.

Muitas vezes não temos a noção do perigo pelo qual passamos ao realizar uma pesquisa. Ao entrevistar uma das participantes do coletivo do PVS, comentei que tinha passado por essa situação e partir de seu comentário, entendi que precisava ter mais cuidado ou ao menos estar com alguém que é do bairro.

Às vezes acham que você é passador [alguém que está conhecendo o lugar para ficar com o ponto do tráfico], podem até te matar. Se eu não estiver de jaleco as pessoas também não me reconhecem. Uma coisa é estar com o jaleco, sem ele eu não tenho autoridade nenhuma. Antes naquela praça [Praça do Bosque] tinha muito tráfico, mas depois dos eventos diminuiu bastante, mas ainda precisa ter cuidado.

Mesmo após esse susto, continuei as observações, porém quando percebia alguma movimentação diferente procura conversar diretamente com as pessoas para explicar o que estava fazendo na praça, um exemplo disso ocorreu durante uma observação que fazia no domingo (12/06/16) à tarde. Duas mulheres chegaram de carro na praça com 4 crianças pequenas, aproximadamente às 15 horas, primeiramente elas ficaram brincando na balança e depois foram para o parquinho, eu estava sentado do lado oposto da praça, porém elas perceberam minha presença e ficaram me olhando, tive a impressão de que se sentiram incomodadas, pois conversavam com outras pessoas e apontavam em minha direção. Como já havia passado por uma situação de desconforto achei melhor ir até elas e explicar o que estava fazendo. Essa atitude das mulheres de “cuidado”, corrobora com as afirmações de Jacobs (2003) ao salientar que quanto mais as pessoas utilizam e usufruem espontaneamente do espaço público mais seguros eles se tornam, efetivando aquilo que a autora chama de ordem pública, mantida principalmente por uma rede complexa de controles e padrões de comportamento que na maior parte das vezes não é consciente, ou seja, as pessoas policiam o espaço, cuidam uns dos outros sem perceber que estão fazendo.

Ao conversar com diferentes moradores do entorno dessa praça para compreender como era o processo de uso e apropriação daquele espaço, a maioria afirmou que a praça apresenta dois momentos distintos, sendo um antes da retirada da casa semidemolida e outro depois de sua retirada. Comentaram que antes era muito perigoso porque as pessoas ficavam escondidas dentro da casa e muitas vezes utilizavam drogas, mas agora sentem mais segurança tanto pelo fato de não ter mais tantas pessoas fazendo uso de drogas lícitas e ilícitas, além de ser possível ver a praça toda.

A partir das conversas e das entrevistas realizadas com os moradores ficou visível que de fato a praça passou a ser vista de outra maneira pela comunidade a partir da primeira ação desenvolvida em conjunto com o PVS que foi a retirada da casa. Ao analisar as diferentes falas, posso afirmar que as pessoas passaram a ter

um sentimento de pertencimento com esse espaço, elas iniciaram o processo de transformação do espaço em lugar ampliando as possibilidades do espaço que já vem pré-determinado, efetivando um processo de apropriação, e essa ação se caracteriza como uma das possibilidades de praticar o bairro. Esse sentimento de pertencer fica evidente principalmente nos dois últimos eventos realizados na praça e que apresento a seguir.

4.1.2 Os eventos realizados na “Praça do Bosque”: do uso à apropriação

Os diferentes eventos realizados contaram com a participação da SMMA, da Associação de Moradores Lotiguaçu, da SMELJ, da Unidade de Saúde, Escolas Municipal e Estadual, Fundação Cultural de Curitiba, IMAP, Pastoral da Criança, GEPLC e da comunidade.

O primeiro evento ocorreu no dia 14 de dezembro de 2014 e como descrevi com mais detalhes na vinheta da introdução desse trabalho, o intuito foi lançar oficialmente o PVS e homenagear um dos moradores mais antigos do bairro. Reforço que toda a organização realizada para efetivar o processo de reconversão (BORJA; MUXI, 2000), pela qual passou a praça, permitiu iniciar o processo de qualificação daquele espaço dando a possibilidade à comunidade de transformá-lo em lugar.

O start para realizar a segunda intervenção, ocorreu no momento em que Carlos, o presidente da Associação, conversou com os grafiteiros da região e sugeriu que fosse realizado um trabalho artístico nos muros da praça. A partir dessa conversa, Carlos entrou em contato com a Marli que logo mobilizou o coletivo, “vamos organizar um evento porque é preciso manter a chama acesa na comunidade para que continuem a cuidar daquele espaço” (DC, 29/04/15).

O grupo se encontrou, no dia 05 de Maio de 2015 às 15 horas, na “Pizzaria 1º de Maio” para iniciar a organização do evento que teria como data o dia 24 de Maio do mesmo ano. Estavam presentes nessa reunião⁵⁷ a SMMA, vereador do bairro, Geplec, moradores que são referência para a comunidade, Associação de

⁵⁷ Parte dessa reunião apresentei no capítulo 3, no momento em que trouxe alguns dos princípios do PVS e a criação do comitê local que envolvia qualquer pessoa da comunidade que tivesse interesse em participar, efetivando o princípio da percepção inseparável dos atores e do seu território.

Moradores, US Lotiguaçu, grafiteiros, MC's e estudantes do curso de nutrição (PUC-PR) para decidir coletivamente quais seriam as ações desenvolvidas na praça.

O trabalho desenvolvido nos muros que fazem parte da praça seria de responsabilidade do adolescente que participou da reunião, ele deveria entrar em contato com seus colegas para que no dia do evento efetivassem a ação. A equipe de nutrição se propôs a aferir a pressão arterial e a falar a respeito da importância da alimentação saudável. Já a SMELJ disponibilizou alguns brinquedos, como cama elástica, jogos gigantes, chinelão, além de realizar pintura de rosto.

Nesse evento, o GEPLC auxiliou nas ações que fossem necessárias, mas ajudaram principalmente ressignificando as atividades com os materiais que a SMELJ levou. Posso afirmar que da mesma forma que ocorreu no primeiro evento estávamos um tanto quanto deslocados, isso ocorreu pelo fato de não estarmos articulados de maneira mais efetiva para assumir a animação sociocultural com maior qualidade, porém conseguimos nos organizar para realizar uma oficina de Parkour⁵⁸ e montar o Foursquare (Jogo dos quatro quadrados) para as crianças e os adolescentes.

O que chamou atenção no decorrer da ação foi que dois moradores da rua ao lado da praça pediram aos meninos para grafitem o muro de suas casas, como retratam as FIGURAS (6 e 7).

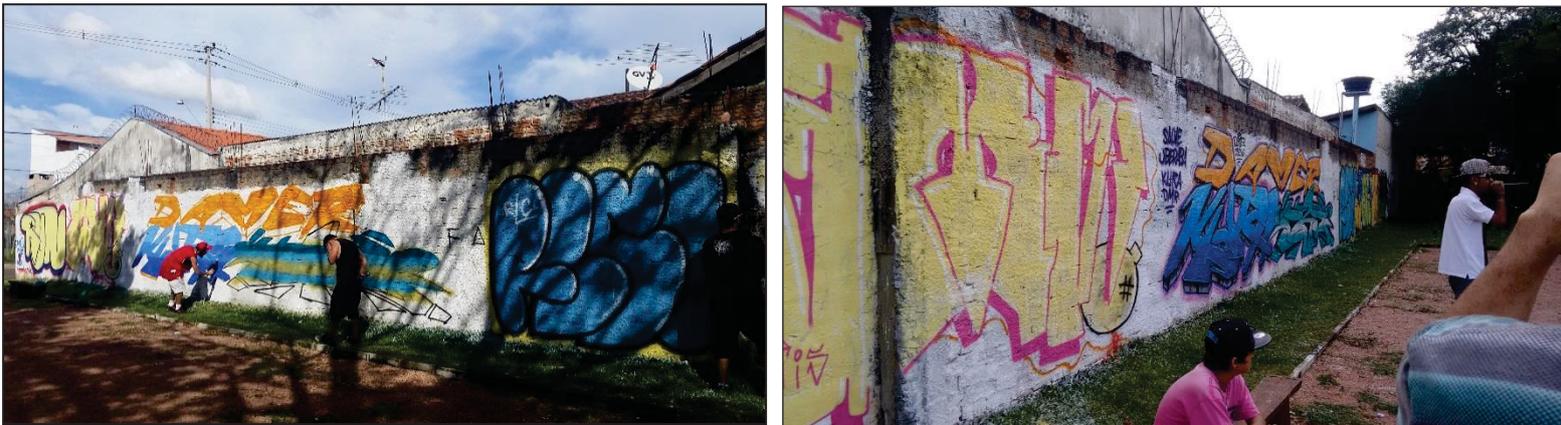
FIGURA 6 – GRAFITE NO MURO DOS MORADORES VIZINHOS A PRAÇA



FONTE: O autor (2015).

⁵⁸ Trata-se de uma prática corporal que busca efetiva a transposição de obstáculos do seu ambiente, como escalar muros, equilibrar em corrimãos, ou saltar sobre vãos.

FIGURA 7 – GRAFITE NO MURO QUE FICA VOLTADO À PRAÇA DO BOSQUE E APRESENTAÇÃO DOS MC'S.



FONTE: O autor (2015).

Os MC's, assim como os grafiteiros, tiveram sua primeira participação nesse evento, naquele momento acabaram não se organizando muito bem, pois levaram uma caixa de som muito pequena para o tamanho da praça e estavam apenas com um microfone o que dificultou a apresentação no momento em que cantavam em duplas. No entanto, estas questões pareceram não incomodá-los pelas falas realizadas na reunião de avaliação:

“Um monte de gente vem pedir oportunidade depois da apresentação”

“Bom, queremos nos expressar junto com a comunidade, quanto mais gente entrar mais valoriza”

“Quando acontece em parceria, as pessoas vê o funk com mais respeito, vem que podemos correr atrás do sonho”.

Ao comparar essa ação com aquela realizada em dezembro de 2014, posso afirmar que ocorreu um salto qualitativo principalmente com a participação dos MC's e com o processo de reconversão do muro realizado pelos grafiteiros, sem esquecer de enfatizar a participação da comunidade durante todo o evento. No entanto, ao avaliar a participação do GEPLEC, cheguei à conclusão de que pouco contribuimos com o seu desenvolvimento, pois mais uma vez ficamos como suporte ou apoio no cuidado com os equipamentos trazidos pela SMELJ. Conversando com a coordenadora do grupo de estudos e com os alunos e alunas que fazem parte do grupo, avaliamos que “temos um potencial maior que o apresentado no evento de

hoje e além disso nossas contribuições para esse formato de ação podem ser qualificadas” (DC, 24/05/2015).

Após a reunião de avaliação do segundo evento, que aconteceu no dia 22 de Junho de 2015, o coletivo passou a compreender a importância dessa ação para a comunidade e começou a se organizar melhor. Na reunião de organização para o terceiro evento (dia 27 de Julho de 2015, relatado na vinheta do Capítulo 3) foram levantados alguns pontos que acabaram gerando debates. Destaca-se a sugestão de que a SMELJ não levasse o material utilizado no evento anterior (cama elástica e pintura no rosto), pois elas acabariam “concorrendo” com outras ações, como já relatei anteriormente.

Então, para a realização do terceiro evento é possível afirmar que a partir das experiências anteriores o comitê local do PVS conseguiu se organizar melhor, pois as tarefas foram divididas, assumidas e concretizadas pelo coletivo.

Dessa forma, para o evento do dia 20 de Setembro de 2015, o grupo de bolsistas adotou algumas estratégias levando em consideração a metodologia desenvolvida pelo GEPEC, dando voz ao que foi relatado pela coordenadora do grupo de estudos na avaliação do evento anterior, para tanto foram planejadas atividades levando em consideração o tema “espaço”. Em cada uma das “estações” – Espaço Som; Espaço Criatividade; Espaço Aventura; Espaço Cultura Corporal e Espaço Brincadeiras de Ontem, Hoje e Sempre – a intenção era realizar atividades que permitissem a participação de toda a comunidade, independente da faixa etária (FIGURAS 8 e 9).

Várias atitudes, que não ocorreram nos eventos anteriores, chamaram atenção, pois foi possível observar que alguns moradores estavam na praça fazendo piquenique, enquanto outros levaram mesas e cadeiras plásticas para se apropriarem de fato daquele espaço. Assim, essa postura por parte da comunidade, a partir do terceiro evento, permite afirmar que essa praça deixa de ser apenas uma paisagem e se torna um lugar. Da mesma forma, foi nesse momento que comecei a perceber que a comunidade deixa de apenas usar o espaço para de fato se **apropriar**.

FIGURA 8 – APRESENTAÇÕES DOS MC'S NA PRAÇA DO BOSQUE



FONTE: O autor (2015)

FIGURA 9 – JOGOS DE TABULEIRO



FONTE: O autor (2015)

Na reunião de avaliação do terceiro evento (01/12/2015), o coletivo chegou à conclusão de que a estratégia adotada foi positiva e que poderia ser mantida. A princípio a intenção era realizar mais uma ação ainda em dezembro de 2015, porém o grupo achou que seria pouco tempo para a organização e isso poderia desqualificar o trabalho, isso fica evidente na fala de um dos integrantes do Projeto,

“agora não podemos deixar o nível do evento cair, se fizermos outro evento, precisa ser melhor e não pior. E a gente sabe que a comunidade percebe” (DC, 01/12/2015).

Dessa forma, para o 4º evento realizado no dia 26 de Junho 2016, a estratégia utilizada foi a mesma da ação anterior, dividindo as atividades em cinco espaços, procurando atender o maior número possível de pessoas. Esse evento contou com um número maior de atividades desenvolvidas pelo coletivo do PVS. Atuaram na praça os moradores e alunos da escola, realizando o processo de reconversão, por meio do plantio de árvores e plantas no dia anterior ao evento (FIGURA 10). A comunidade foi participativa e dentre as formas de apropriação que se efetivaram na praça, destaco a apresentação dos MC's, da Fanfarra e do “Cortejo dos Palhaços” (FIGURA 11).

FIGURA 10 – PROCESSO DE RECONVERSÃO DA PRAÇA DO BOSQUE REALIZADO NO DIA 25/06/2016



FONTE: O autor (2016)

Em eventos anteriores foi possível perceber que o bosque era apropriado por meio do lazer desviante (ROJEK, 2000), ou seja, havia a utilização de drogas lícitas e ilícitas por parte dos jovens, então uma forma de tentar dirimir essa prática foi propor que as atividades da “estação” Espaço Aventura fossem planejadas levando em conta essa peculiaridade (FIGURA 12 e 13).

FIGURA 11 – CORTEJO DOS PALHAÇOS



FONTE: O autor (2016).

FIGURA 12 – ESPAÇO AVENTURA MONTADO NO BOSQUE QUE FICAVA “VAZIO”



FONTE: O autor (2016)

FIGURA 13 – ESPAÇO AVENTURA



FONTE: O autor (2016).

Após os três eventos realizados anteriormente, percebi a importância de compreender o perfil dos usuários da praça e para tanto utilizei como instrumento um roteiro de entrevista estruturada, por mim elaborado, de modo a contemplar questões sobre o perfil dos frequentadores, conhecimentos sobre a praça, interesse em utilizar o espaço público, conhecimento sobre os projetos realizados e percepções sobre a qualidade do espaço.

A técnica utilizada para aplicação dos questionários foi a entrevista. Sei que a realização de entrevistas estruturadas não é muito convencional no desenvolvimento de uma etnografia, porém conversando com pesquisadores da área tive a tranquilidade de trazer esse meio auxiliar como se refere Velho (1980). Com o desenrolar da tese, o material empírico foi suscitando algumas questões que só poderiam ser respondidas por meio dessa estratégia, pois como os eventos ocorriam a cada 6 meses e o processo eleitoral do ano de 2016 estava muito próximo e o projeto poderia não continuar numa próxima gestão, eu precisava ter acesso a um número maior de pessoas da comunidade num pequeno espaço de tempo.

Os interlocutores participantes das entrevistas eram frequentadores da praça, de ambos os sexos, sem restrição de escolaridade ou área profissional. Acabaram não participando usuários que não residiam na cidade de Curitiba e crianças que não tiveram o consentimento dos pais ou responsáveis para responder as questões.

A seguir apresento os principais resultados encontrados a partir das 107 pessoas que foram entrevistadas naquela tarde ensolarada de domingo.

Fizeram parte da pesquisa homens e mulheres, desde crianças com 10 anos até idosos com mais de 60. Do total de entrevistados 46,7% tinham entre 10/18 anos; 21,4% entre 19/29 anos; 30,7% entre 30/59 anos e apenas 1,86% tinha mais de 60 anos. Desse total 72% eram mulheres e 28% eram homens (TABELA 2).

Essa última informação torna-se relevante pelo fato de ter percebido que na praça o número de mulheres que usam ou se apropriam é maior do que o de homens, isso tanto nos dias de semana quanto nos finais de semana. As mulheres acabam assumindo o papel de cuidar das crianças e por esse motivo estão mais presentes na praça. De acordo com Farinasso (2016), historicamente foi atribuído à mulher o cuidado com a vida privada, já aos homens, foi atribuído o cuidado relacionado à vida pública e ao setor produtivo. Realizo tal afirmação sabendo que essa é uma questão cultural e que acaba atribuindo a cada lado determinado poder.

Para Montaner e Muxí (2014, p.198), faz-se necessário pensar na construção do espaço público “sem gênero nem ordem patriarcal; portanto, um espaço sem hierarquias, horizontal, um espaço que evidencie as diferenças, e não as desigualdades, um espaço de todos e de todas em igualdade de valoração de olhares, saberes e experiências”. Apenas dessa maneira será possível ter uma experiência de lazer significativa no espaço público.

TABELA 2 – CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA E ASPECTOS RELACIONADOS À UTILIZAÇÃO DA PRAÇA (N=107)

Variável	n	%
Sexo		
Homem	30	28,0
Mulher	77	72,0
Faixa etária		
10 a 18 anos	50	46,7
19 a 29 anos	23	21,4

30 a 59 anos	32	30,7
Maior de 60 anos	2	1,86
<i>Frequência na praça</i>		
Todos os dias	25	24,0
Até 2x/semana	26	27,0
Até 3x/semana	9	9,0
Apenas no final de semana	25	23,0
1ª vez frequentando a praça	18	17,0
<i>Como se desloca até a praça</i>		
A pé	98	91,5
Bicicleta	8	7,4
Ônibus	2	1,8
Moto	0	-
Carro	5	4,6
NTC ⁵⁹	2	1,8

FONTE: O autor

Com relação a frequência de utilização da praça, um número que chamou atenção foi o de entrevistados que disseram utilizar a praça todos os dias (24%) sobre os que disseram utilizá-la somente aos finais de semana (23%). Esse dado é relevante, pois confirma aquilo que observei nesse período que estive em campo. A praça sempre estava ocupada, em alguns momentos com um número maior de pessoas (finais de semana) e em outros momentos um pouco mais vazia (dias de semana).

Posso afirmar que ocorre um efetivo processo de interação dos moradores do entorno com a praça, transformando o espaço em um prolongamento de si, criando aquilo que Tuan (2013) chama de lugar. Assim, segundo o autor, o espaço se transforma em lugar, quando preenchido por experiências e vivências relacionadas à dependência e liberdade, além disso, coloca que existem duas dimensões do espaço, pois este quando permanece aberto, sugere futuro e convida à ação. “O espaço fechado e humanizado é lugar. [...] O lugar representa a segurança, enquanto o espaço representa a liberdade” (p.3).

Segundo Rechia (2003, p. 132), “espaço e lugar são componentes básicos do mundo vivo. Assim, o que começa como espaço indiferenciado transforma-se em

⁵⁹ NTC significa não teceu comentários.

lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor”. De acordo com a autora, o espaço é amplo e pode despertar sensação de um “vazio”, espaço livre e neutro, no entanto, pode se tornar lugar, a partir do movimento que lhe é dado, passando a ser um local aconchegante e seguro. Partindo dessa reflexão, é possível afirmar que quem faz do espaço um lugar são os atores sociais que o frequentam, ao se apropriarem e atribuírem um sentido e significado com ações e relações estabelecidas com o mesmo.

Outro dado importante para que se efetive a apropriação do espaço público é o acesso ao mesmo. De acordo com as respostas, 90% das pessoas chegam até a praça caminhando ou de bicicleta e apenas 10% vão de ônibus ou de carro. Para Gehl (2011), a cidade deve ser para as pessoas e nessa perspectiva caminhar exige espaço, as pessoas devem conseguir andar minimamente livres e sem ser perturbadas, empurradas ou que tenham que desviar a todo momento. O autor afirma que as cidades precisam ter um sistema de pedestres que possibilitem aos mesmos seguir distâncias curtas entre os diferentes destinos dentro de uma determinada área. Essa questão trazida pelo autor é percebida tanto no dia a dia quanto nos dias de evento, pois a praça localiza-se próximo às residências.

A TABELA 3 apresenta informações referentes aos motivos de utilização e percepção dos entrevistados quanto a praça. Os entrevistados foram questionados dos intuitos de frequentá-la, 57,9% ressaltaram o lazer e 16,8% trazer alguém. Se levar em consideração que a busca pela socialização e pela integração no espaço público podem ser uma das possibilidades de se vivenciar o lazer, o percentual sobe para 67%. Nesta direção, é necessário lembrar o estudo de Rechia (2006), que considera o tempo/espaço como uma prática social, no qual envolve a dimensão humana. Sendo assim, esses espaços são propícios às práticas de lazer e relações sociais. Entendendo que tais relações podem ser consideradas fatores determinantes para frequentar espaços públicos de lazer, pois como aponta Gehl (2013) pessoas atraem pessoas. Por outro lado, também foi indagado os motivos da não utilização desse espaço, no entanto, poucos interlocutores que se manifestaram a esse respeito.

TABELA 3 – MOTIVOS DE UTILIZAÇÃO E PERCEPÇÃO QUANTO A PRAÇA

Variável	n	%
<i>Motivos utilização da praça</i>		
Saúde	0	-
Lazer	62	57,9
Socialização e integração	10	9,34
Trazer alguém	18	16,8
Não utiliza	5	4,67
NTC	12	11,21
<i>Motivos de não utilizar a praça</i>		
Falta de interesse	1	0,09
Insegurança	1	0,09
Falta de estrutura	0	-
NTC	3	2,80
<i>Mobiliários utilizados</i>		
Parquinho	52	48,5
Cancha de areia	22	20,5
Cancha de bocha	0	-
Bancos	60	56,0
Bosque	6	5,6
NTC	11	10,2
<i>Limpeza da praça</i>		
Ruim	38	35,5
Mediana	30	28,0
Boa	39	36,4
<i>Ambiente da praça</i>		
Muito barulhenta	6	5,6
Barulhenta	47	43,9
Silenciosa	51	47,6
Muito silenciosa	3	2,8
<i>Relação entre as pessoas</i>		
Muito ruim		
Ruim	18	16,8
Mediana	31	28,9
Boa	52	48,5
NTC	6	5,6

FONTE: O autor

Para que as pessoas permaneçam no local é preciso que o mesmo seja atrativo e as convidem a ficar, nesse sentido, os bancos para as pessoas sentarem é essencial, não basta ter um número suficiente, é preciso que tenham qualidade. De acordo com os entrevistados, 40% utilizam os bancos, principalmente para cuidar e

observar as crianças que utilizam o parquinho. Gehl (2011) afirma que a existência de bons locais para se sentar oportuniza um maior uso dos espaços públicos. Os lugares para sentar-se exigem mais cuidado do que os lugares que se pode ficar em pé. As bordas dos bancos são mais utilizadas que o meio, sendo importante a boa escolha do local onde se colocar assentos considerando a vista, a qualidade e o clima do local.

A afirmação do autor corrobora com a fala da Entrevistada 58 que ressalta a importância de:

“ter mais bancos na praça que sejam mais confortáveis que esses de madeira. As pessoas mais velhas ficam pouco tempo na praça, pois não tem como sentar e encostar as costas, assim fica difícil para elas”.

Nessa mesma perspectiva o Entrevistado 25 afirma que:

“a praça tem bastante bancos, mas eles não são confortáveis, seria bom se a prefeitura colocasse aqueles que dá para encostar, seria muito melhor e as pessoas ficariam mais tempo cuidando das crianças”.

Além disso, foi identificado que 34,9% dos entrevistados estão satisfeitos com a limpeza da praça. Entende-se que realizar melhorias nos espaços públicos de lazer pode estimular e motivar cada vez mais as pessoas utilizarem esses ambientes (SILVA et al., 2016). Hallal et al. (2010) também destaca que as intervenções ambientais são indicadores significativos dos sujeitos utilizarem os espaços públicos para práticas corporais. Indo além, a questão da limpeza pode motivar os sujeitos a utilizarem o espaço para práticas corporais, diferentes vivências de lazer, relações sociais entre outros.

Com relação aos resultados referentes aos sons da praça, ou seja, os ruídos produzidos pelos carros, carros de som, som em casa, trens, aviões, as respostas ficaram divididas, sendo que 50% acha a praça barulhenta e 50% acha silenciosa. É importante lembrar que as entrevistas foram realizadas durante o evento e que tínhamos tanto o som dos MC's quanto o som das casas.

Ao analisar os dados levantados a partir das entrevistas, tive condições de perceber que nenhum morador do bairro conhece o nome oficial⁶⁰ que foi dado à praça pelo vereador Hélio Wirbinski, a maior parte das pessoas se referem ao espaço como Praça do Bosque. No tocante as categorias conhecimentos e interesses dos projetos e ações comunitárias realizados na praça, o intuito foi investigar os conhecimentos dos interlocutores entrevistados em relação aos acontecimentos da praça (TABELA 4).

TABELA 4: CONHECIMENTOS E INTERESSES DOS PROJETOS E AÇÕES COMUNITÁRIAS REALIZADOS NA PRAÇA

Variável	N	%
<i>Conhecimentos dos projetos na praça</i>		
Sim	24	22,4
Não	83	77,5
<i>Conhecimentos sobre eventos projeto/intervenção na praça</i>		
Nunca fico sabendo	3	2,8
Sei quando está ocorrendo	18	16,6
Cartaz/folhetos	26	24,2
Informações de terceiros	77	71,9
<i>Conhecimento do PVS</i>		
Sim	13	12,1
Não	94	87,8
<i>Gostaria de conhecer o PVS</i>		
Sim	78	82,9
Não	16	17,0
<i>Contribuição para manutenção da praça</i>		
Nunca fiz nada	47	43,9
Ajudado a limpar	11	10,2
Ajudado na manutenção	6	5,6
Ajudado a conservar	33	30,8
NTC	10	9,3
<i>Gostaria de contribuir com a praça (os que não contribuem)</i>		
Sim	37	55,2
Não	30	44,7
<i>Conhece a Associação de moradores</i>		
Sim	37	34,5
Não	70	65,4
<i>Avaliação da atuação da Associação</i>		
Ruim	7	18,9
Mediana	10	27,0
Boa	17	45,9
NTC	3	8,1

FONTE: O autor

⁶⁰ Como já comentei anteriormente, o nome oficial da praça é “Frei Jorge Dudu da Silva” e foi sancionada pela Câmara dos Vereadores em 05/06/2014.

Chamou atenção que a maior parte dos entrevistados (77,5%) não conhecem o PVS. No entanto, em seguida foi questionado para aqueles que não conheciam se teriam interesse em conhecer, no qual, 82,9% alegaram que sim. Ainda assim, foi questionado como os entrevistados que têm conhecimentos dos projetos ficam sabendo dessas informações. A maior parte (71,9%) ressaltaram informações de terceiros e (24,2%) cartaz/folhetos. Esse dado chama atenção no tocante a realizar campanhas educativas, apresentando e incentivando a comunidade a participar do PVS, que envolve diferentes ações e intervenções na comunidade. Esses dados revelam que infelizmente o projeto acabou priorizando um determinado espaço público e dessa maneira não conseguiu alcançar o objetivo de atender todo o perímetro delimitado.

Concernente a contribuição na melhoria dos espaços da praça, 43,9% afirmaram que nunca fizeram nada na praça; outros 30,8% destacaram que ajudam a conservar. Destaca-se que quando os interlocutores participam de alguma ação de manutenção e melhorias do espaço público, efetivando o processo de reconversão apresentado por Borja e Muxí, ele pode se sentir ainda mais pertencente a esse espaço e poderá contribuir ainda mais com sua conservação. Em seguida os interlocutores que não contribuem de nenhuma forma, foram questionados do interesse em ter iniciativas a esse respeito, no qual, 55,2% afirmaram que sim.

Foram indagados se conheciam a Associação dos Moradores, e a maioria (65,4%) disse que não. Por outro lado, os sujeitos que têm conhecimento quanto a associação, consideram boa tal atuação. É necessário os indivíduos terem conhecimentos do que ocorre no bairro, nos espaços públicos e o trabalho dos seus representantes para gerar uma maior apropriação. Corroborando com essa afirmação trago a fala de um dos moradores do bairro:

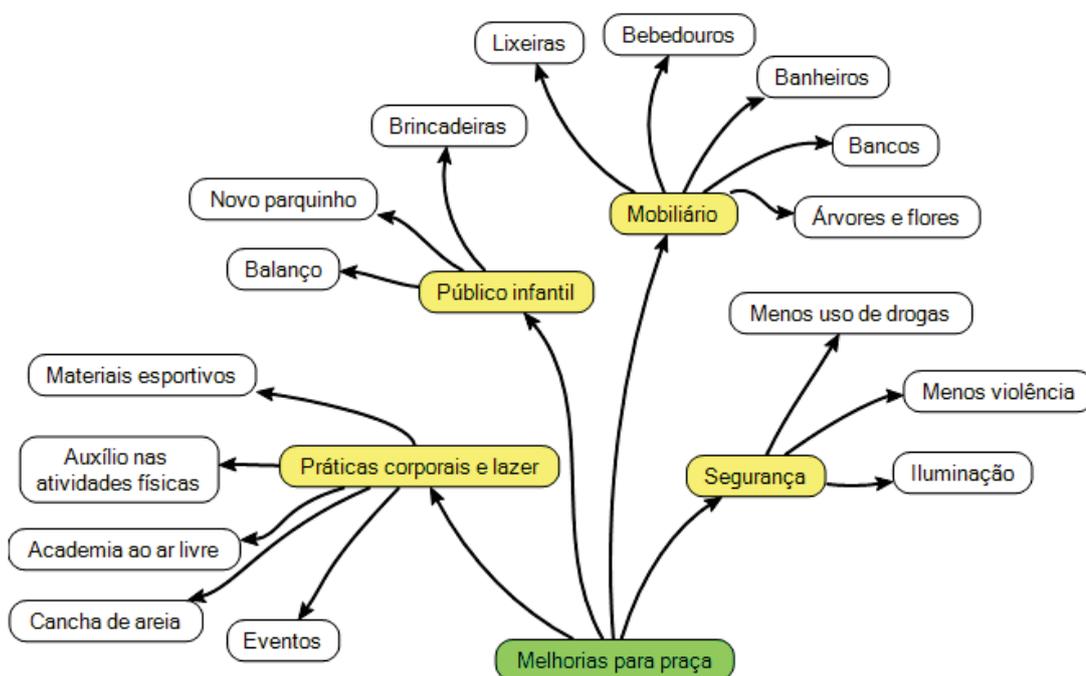
“A associação é o chefe, é o cabeça é o elo dos moradores do bairro com a prefeitura. Se tiver uma associação mais participativa fica mais fácil chegar ao poder público” (DC, 28/02/18).

Concordando com essa capacidade de influência das associação de moradores, a articuladora do PVS afirma:

“Quando a associação de moradores é legalmente reconhecida, ela tem o poder de chegar na administração regional e falar é isso que nós queremos. Assim, a prefeitura vai ouvi-los, mas eles precisam saber por onde ir, qual é o caminho. E com a associação de moradores é muito mais forte, por ser institucional”.

Dando sequência as análises das respostas por meio da técnica de análise de conteúdo (Bardin, 2009) foi possível realizar o cruzamento das respostas gerando a categoria Melhorias para a praça (DIAGRAMA 1) representada na cor verde, a qual se refere, as principais melhorias que os interlocutores almejam para o espaço. As subcategorias, em destaque, na cor amarela, revelam os anseios dos interlocutores referente a equipamentos, manutenção, projetos entre outros. Na cor branca, estão as variáveis de maior frequência.

DIAGRAMA 1 – MELHORIAS PARA A PRAÇA



FONTE: O autor

Um dos anseios dos entrevistados está relacionado às práticas corporais e ao lazer, como: materiais esportivos para serem disponibilizados, orientação qualificada nas atividades físicas, instalação de academia ao ar livre, cancha de areia e promoção de eventos. Os interlocutores também chamaram atenção para equipamentos voltados ao público infantil, como um novo parquinho e balanços.

A partir dessa necessidade apresentadas, reforço em conjunto com Moro (2012, p. 114) “a necessidade de reorganizar e qualificar mais os espaços dos parques infantis e seus brinquedos”, sem esquecer que o poder público no momento que vai planejar esses espaços precisa levar em consideração o que pensam as

crianças, assim “torna-se urgente garantir para todas as pessoas uma cultura de espaços públicos abertos de qualidade, com segurança, respeitando, estimulando e favorecendo o potencial lúdico a partir da infância com reflexos sociais por toda vida” (p.132).

Dentre as respostas daquilo que as pessoas sentem falta na praça, as mesmas ficaram divididas entre lixeira, iluminação, bebedouro, segurança e mais brinquedos para as crianças. Algo interessante que aconteceu na praça no sábado seguinte ao 4º evento e que talvez mudasse as respostas em relação aos brinquedos é que foi instalada a academia ao ar livre e as crianças de fato fizeram dela o seu espaço para brincar (FIGURA 14 e 15).

FIGURA 14 e 15 – CRIANÇAS BRINCANDO NOS APARELHOS DA ACADEMIA AO AR LIVRE NA PRAÇA DO BOSQUE



FONTE: O autor (2016)

Nessa perspectiva, concordo com Gehl (2011) quando afirma que os espaços qualificados tem o potencial de tornar atrativo o caminhar, o ficar de pé, o sentar, o ver, o ouvir e o falar, mas também possibilitam uma ampliação no desenvolvimento de práticas corporais e atividades comunitárias.

Reforçando a importância dos espaços públicos de lazer, coaduno com Rechia *et al.* (2011, p.132) quando afirmam que “o exercício do direito ao lazer está

diretamente relacionado com a apropriação dos espaços públicos, a qual é influenciada por diferentes fatores socioculturais”.

Disponer de espaços e equipamentos públicos perto de onde se vive é condição de cidadania. Assim, concordo com Borja e Muxí (2000), quando afirmam que se a centralidade e mobilidade não forem universais, a cidade não será democrática.

Pode-se inferir que esse é um projeto relevante para tentar mostrar à população qual é a importância de cuidar daquilo que é público. Essa ação pode contribuir para evitar ou ao menos diminuir os dados apresentados pelas pesquisas realizadas por Tschoke e Rechia (2012), em outras praças localizadas na mesma região do bairro Uberaba, as quais não recebiam manutenção, pois os equipamentos estavam quebrados, em má condições de uso pelo fato de estarem quebrados, sem pinturas ou enferrujados e até mesmo pela falta de higiene nas quadras e nos parquinhos, pois havia muito lixo e detritos.

Em conversa com os moradores da região e com o presidente de Associação de Moradores Lotiguaçu, nessa praça não havia uma apropriação efetiva por parte da comunidade, seja pelos adultos seja pelas crianças, isso mostra que os moradores do entorno não tinham um sentimento de pertencimento com aquele espaço, pois além de não participarem da manutenção dos equipamentos não contribuíam com a segurança do local. Levando em consideração a segurança que é um dos elementos visto como fundamental no processo de apropriação do espaço público de lazer, Jacobs afirma que é preciso haver “olhos para as ruas, os olhos daqueles que podemos chamar de proprietários naturais da rua” (2003, p.36) ou como afirmei em outro momento é importante que a comunidade esteja sempre de “olhos atentos”.

Uma estratégia possível para que a apropriação ocorra nos espaços públicos de lazer é realizar eventos que congreguem a comunidade, pois se sentem valorizados. Nos dois primeiros eventos não conseguimos mobilizar a comunidade como esperávamos, porém nos dois últimos vimos que se houver um trabalho coletivo a população participa e isso fica evidente ao observar que mais de 500 pessoas passaram pela praça nessas duas ações.

Chama atenção a necessidade das lideranças comunitárias incentivarem e mobilizarem a comunidade a cuidar dos espaços e equipamentos e a participarem de fato da manutenção daquilo que é de todos. Essas questões saltam aos olhos no momento em que foram realizadas as entrevistas e mais de 65% dos entrevistados

não conheciam a Associação de Moradores. Tenho clareza que se a Associação for mais presente as possibilidades de trazer melhorias para a região é muito maior, como afirma o Entrevistado 5 “com a associação de moradores, temos muito mais força para ir lá na regional e pedir alguma coisa”.

Nesse sentido, a proposta de reconversão sugerida por meio do PVS para a praça mostra que a ação da SMMA em conjunto com a comunidade pode surtir efeito no sentido de atingir o objetivo e os princípios propostos. Essa foi uma ação inicial que gerou frutos dentro da organização da comunidade durante o seu desenvolvimento, no entanto preciso evidenciar que o Projeto apresentou limites, principalmente, no que diz respeito ao número de espaços e pessoas envolvidas dentro do bairro.

Foi possível perceber que é a partir das relações que se estabelecem no cotidiano que a comunidade consegue dar sentido e significado aos espaços tornando-os lugar. Posso afirmar que por meio da qualificação das diferentes vivências de lazer um dia elas se tornarão experiências, das quais fala Tuan, apresentando um real significado para quem usufrui desse fenômeno. A partir das entrevistas percebi que a comunidade precisa ser ouvida, pois ela tem necessidades, anseios e também muitas sugestões que qualificam o entorno.

Mesmo com os problemas observados no bairro, existe vida com crianças brincando nas ruas ou praças, gente passeando, conversando, procurando fazer desse espaço um lugar singular. A qualidade de infraestruturas, serviços e espaços públicos contribuem para que as pessoas realmente sintam-se pertencentes ao lugar em que vivem. Por fim, considero que o uso dos espaços públicos de lazer requerem um debate público e participação cidadã ao longo do processo de concepção, produção e gestão. Assim, para que o processo de cidadania se efetive é preciso que as diferentes comunidades tenham acesso a espaços e equipamentos públicos de lazer qualificados e de preferência próximos ao local em que vivem.

4.1.3 O evento realizado na Escola Michel Khury

O evento na Escola Municipal Michel Khury começou a ser delineado na reunião de planejamento do PVS realizado no dia 27 de Abril de 2016. A intenção inicial da reunião era pensar num um evento para ser realizado na “Praça do Bosque”, no entanto, ao iniciar a reunião foi preciso repensar o que seria discutido

pelo fato de observarmos um esvaziamento do coletivo. Estavam presentes, na Pizzaria 1º de Maio, os seguintes representantes do PVS – SMMA, US-Lotiguaçu, SMELJ, GEPLC e o presidente da Associação de Moradores, infelizmente nenhum morador da comunidade estava presente.

A Marli iniciou a reunião lembrando que “a praça é nosso mote, nosso fio condutor” então seria preciso pensar em ações que envolvessem as pessoas da comunidade, talvez uma estratégia pudesse ser um novo paisagismo na praça com a construção de um jardim. Logo em seguida questionou como o GEPLC poderia contribuir com a comunidade, a preocupação dela estava relacionada aos possíveis legados que o Projeto poderia deixar para a população (tratava-se um ano eleitoral e o projeto poderia ser encerrado) e como o grupo poderia contribuir nesse processo.

A princípio questionaram se o GEPLC poderia realizar um processo de formação com alguns moradores da Vila para que tivessem autonomia no desenvolvimento de atividades a serem realizadas na praça, principalmente aos finais de semana. Acreditamos difícil realizar esse processo, pois seria minimizar a formação e a atuação do professor de educação física. Afirmamos que não bastava dar um curso para que as pessoas se capacitassem e conseguissem desenvolver atividades qualificadas naquele espaço público. Outra sugestão seria disponibilizar um bolsista do grupo para que realizasse atividades dirigidas na praça, essa possibilidade surgiu, pois, uma das bolsistas mora em frente à praça e ela poderia ser esse elo no processo de uma atuação qualificada. Eu não poderia dar a resposta naquele momento, pois precisaria conversar com a aluna (infelizmente ela declinou).

A sugestão que emergiu naquele momento por parte do GEPLC foi a proposta de envolver a escola Municipal ou a escola Estadual no processo de educar para e pelo lazer (MARCELLINO, 2006), além de trazer a proposta de uma oficina de construção de brinquedos com materiais alternativos, principalmente recicláveis. Essa proposta foi aceita pelos presentes na reunião e saímos com a incumbência de entrar em contato com as escolas para tentar envolvê-las nesse processo e buscar uma parceria mais efetiva com essas instituições.

A escola Municipal aceitou prontamente o convite e assim iniciamos o processo de organização do evento que viria a ser realizado no dia 11 de Junho de 2016, essa data foi definida em reunião e optamos por realizar a ação num sábado letivo, pois assim teríamos condições de contar com as professoras da escola e a probabilidade de termos um maior número de famílias participando seria maior.

4.1.3.1 A bricolagem como possibilidade de ação: uma experiência de sustentabilidade?

Como afirmei no terceiro capítulo, o PVS tinha como princípio desenvolver ações que buscassem integrar algumas áreas, dentre elas destacam-se meio ambiente, educação, saúde, lazer e esporte, com elementos presentes na sustentabilidade.

Levando em consideração esses elementos em conjunto com as áreas, entendo que a noção de sustentabilidade deve perpassar pela tomada de consciência para o pensar e agir coletivamente, em busca de um olhar sistêmico, (re) equilíbrio integrador e tratamento dialógico e equânime dos recursos disponíveis. Sejam eles humanos (protagonismo das pessoas), ambientais (apropriação da biosfera), sociais (mutualidade das relações cidadãs), econômicos (distribuição das riquezas produzidas), culturais (diversidade de vivências significativas do conjunto de valores, sentidos e símbolos), entre outros.

Mas, como pensar em sustentabilidade – seja ambiental, social ou outra – em um país cujas diferenças de acesso e distribuição das riquezas, locais de moradia, trabalho, estudos, transporte, lazer, entre outros, são tão díspares? Cada vez mais, no modelo atual de sociedade, as noções de desenvolvimento e sustentabilidade têm caminhado de maneira inversamente proporcional.

Essa foi uma preocupação apresentada pela Marli, quando questionei o nome do projeto, porque o conceito de sustentável? Ela explicou:

Quem pensou o nome foi a secretária municipal e a questão do sustentável é porque é o mote dessa gestão [2013-2016], do plano de governo, então todos os projetos caminhavam nessa direção. Mas esse é um conceito muito discutido, na verdade ainda temos muita dificuldade de afirmar o que é sustentabilidade, nós não sabemos qual é a capacidade e o suporte do próprio planeta, então como vamos definir numa cidade que você tem no mesmo espaço uma população exponencial, o que é ser sustentável? Com o número de veículos, sendo que a frota de veículos é a maior responsável pela emissão de CO₂, em Curitiba temos quase um veículo por pessoa. Isso é sustentável? Por que não se muda? Ainda não chegamos num ponto em que as pessoas estejam convencidas, então definir sustentabilidade é uma questão meio controversa, como colocar junto o desenvolvimento que tem um princípio econômico e o sustentável que tem um princípio ecológico, como essas coisas se juntam num modelo extremamente predatório como o que nós temos? Então acho que por isso devemos partir do entendimento deles, dar voz [conceito desenvolvido coletivamente no PVS apresentado na vinheta do capítulo 3].

Levando em consideração essas preocupações, percebe-se também que um dos pontos críticos no processo de governabilidade das cidades são as áreas de vulnerabilidade socioambiental. Dentre as dificuldades, que acabam por tornar os espaços insustentáveis, encontram-se a pobreza, infraestrutura deficitária e a falta de diálogo e cooperação entre moradores e agentes públicos. Segundo o documento desenvolvido pela SMMA da cidade de Curitiba, “o desafio do desenvolvimento dos centros urbanos com a gestão sustentável das cidades é particularmente mais agudo e premente nessas condições. Nesses espaços, a abordagem multidisciplinar pautada na sustentabilidade pode ser o fio condutor das ações de governo.” (2016, s. p.). Assim, o foco das ações a serem desenvolvidas deveriam estar centradas em estabelecer e efetivar a inovação de projetos que tenham o objetivo de conciliar a participação social e a sustentabilidade, incentivando a comunidade a realizar construções sustentáveis, usufruir racionalmente os recursos, além da conscientização para o uso e ocupação do solo.

Uma das possibilidades de se chegar a uma sustentabilidade desejável talvez seja por meio da construção coletiva e do diálogo permanente no processo de participação dos envolvidos. Desse modo, a intenção nesse momento é trazer elementos que permitam ampliar o debate a respeito do conceito de sustentabilidade. Como afirma Boff (2010; 2012), atualmente o conceito de sustentabilidade tem sido utilizado de maneira reducionista, contraditória e antropocêntrica, pois se aplica – como uma armadilha – apenas às questões de crescimento quantitativo e desenvolvimento econômico. Porém, na concepção do autor a sustentabilidade, provida

[...] do âmbito da biologia e da ecologia. [...] traduz a tendência dos ecossistemas ao equilíbrio dinâmico, à cooperação e à coevolução e responde pela interdependência de todos com todos, garantindo a inclusão de cada ser, até dos mais fracos. (2010, p. 201)

[...] deve cobrir todos os territórios da realidade que vão das pessoas, tomadas individualmente, às comunidades, à cultura, à política, à indústria, às cidades e principalmente ao Planeta Terra com seus ecossistemas (2012, p.16).

Nessa esteira de discussão, Gehl (2015) traz para o debate a importância de se pensar a sustentabilidade a partir de dois cenários, o primeiro se refere a sustentabilidade ambiental, ligada principalmente a fatores como a atividade

industrial, o fornecimento de energia e o gerenciamento de água, esgoto e transporte; e o segundo a sustentabilidade social, que está relacionada à igualdade de acesso aos espaços públicos e à possibilidade de se locomover na cidade, além de considerar fundamental a “dimensão democrática que prioriza acessos iguais para que encontremos ‘outras pessoas’ no espaço público. Um pré-requisito geral é um espaço público bem acessível, convidativo, que sirva como cenário atraente para encontros organizados ou informais” (p. 109).

Esses autores defendem uma visão mais ampliada de sustentabilidade, ou seja, não se limitam apenas à questão do desenvolvimento. Na perspectiva de ambos, uma sociedade pode ser dita sustentável a partir do momento em que consegue se tornar autônoma por meio de seu trabalho e produção, quer dizer, ela precisa superar os níveis profundos de pobreza ou, ao menos, deve ter condições de reduzi-la. Além de proporcionar à população as questões referentes ao trabalho, ao lazer, à seguridade social, à igualdade social, política e de gênero. De acordo com Leonardo Boff, teremos uma sociedade realmente sustentável quando nossos cidadãos, independentemente de condições econômicas, se tornarem socialmente participativos. Por meio de uma participação mais efetiva será possível lutar por uma cidade mais viva, segura, sustentável e saudável, ou como afirma Gehl (2013), uma cidade para pessoas.

Nessa mesma direção, Leff (1998) afirma que, para pensar em sustentabilidade, é preciso que haja um reordenamento dos assentamentos urbanos, buscando promover

[...] novas economias sustentáveis, baseadas no potencial produtivo dos sistemas ecológicos, nos valores culturais e numa gestão participativa das comunidades para um desenvolvimento endógeno autodeterminado. Daí surge o desafio de gerar estratégias que permitam articular estas economias locais com a economia de mercado nacional e mundial, preservando a autonomia cultural, as identidades étnicas e as condições ecológicas para o desenvolvimento sustentável de cada comunidade; isto é, de integrar as populações locais num mundo diverso e sustentável. (p. 61).

A partir do discurso desses autores é possível notar a importância e a ênfase dada à gestão participativa da comunidade, sem deixar de lado a relevância dos elementos culturais que fazem parte de cada realidade.

Salientando essas questões, autores canadenses como Vaugeois et al. (2017a; 2017b); Tirone; Halpenny (2017); Sumner; Mair (2017) ao refletirem a

respeito da importância da sustentabilidade trazem o conceito de lazer como fundamental, pois esse fenômeno pode tanto contribuir quanto prejudicar os esforços para se garantir a sustentabilidade social e ambiental dentro das cidades e das comunidades. Afirmam, também, que a discussão a respeito da sustentabilidade naquele país resultou em compromissos e iniciativas inovadoras na tentativa de abordar esse tema em diferentes setores e em vários níveis de governo. A preocupação dos gestores canadenses era desenvolver um esforço para criar comunidades mais sustentáveis e protagonistas nesse processo.

Vaugeois et al (2017a, p. 345) desenvolveram uma investigação a respeito do papel do lazer dentro dos “Planos Integrados de Sustentabilidade Comunitária (ICSPs), que emergiram no cenário canadense como uma ferramenta de planejamento usada no nível municipal para orientar a sustentabilidade”. Dessa maneira, os espaços conservados pelas comunidades poderiam se tornar “lugares sustentáveis de beleza excepcional, vizinhança e prosperidade, ricos em ideias, confiança, diversidade, criatividade e inovação” (Ibdem, p. 344).

Na perspectiva de Enrique Leff, a sustentabilidade – consequentemente a qualidade do ambiente, que influencia diretamente em sua proposta – está fundamentalmente ligada à qualidade de vida. Quero afirmar com isso que, para atingir o objetivo de uma sociedade sustentável, não se pode abrir mão da conservação dos ecossistemas, da preservação dos recursos naturais, da sustentabilidade ecológica do habitat e nem das “formas inéditas de identidade, cooperação, solidariedade, participação e realização, que entrelaçam a satisfação de necessidades e aspirações derivadas do consumo com diferentes formas de realização, através de processos de trabalho, de *funções criativas* e de *atividades recreativas*”. (LEFF, 1995, p. 324. grifo nosso).

Frisei a parte final da citação de Henrique Leff, pelo fato de acreditar que uma das possibilidades efetivas para potencializar tais funções e atividades seria envolver a comunidade no debate a respeito da importância da sustentabilidade ambiental e social. Aqui saliento que a ênfase nas práticas corporais lúdicas – vivenciadas nos espaços livres – e no momento em que os sujeitos se encontram mais suscetíveis – no tempo de lazer – possa ser uma estratégia política fundamental para construção de sentido e significado.

E é convergindo com esse senso de envolvimento, coletividade e exercício de cidadania proporcionados, principalmente, no tempo e espaço de lazer que cada vez

mais sujeitos vislumbram a organização em ativismos e movimentos sociais. Segundo Souza e Rodrigues (2004), tais organizações têm sido a ferramenta potencializadora para se “entrar em cena” e sair da condição de espectador.

Na qualidade de participantes de ativismos e movimentos, homens e mulheres lutam por direitos, estabelecem laços de cooperação e realizam ações de caráter político e cultural. Tentam, com isso, tornar-se algo mais que simples sujeitos passivos do processo social, afirmando-se em alguma medida, como agentes e protagonistas de seus destinos – por mais modesta que essa atuação de fato seja. (p. 82).

E tanto Ativismos Sociais – geralmente dimensionados ao nível local, com táticas, astúcias e maneiras de fazer próprias, visando reivindicações, demandas e melhorias pontuais do cotidiano – quanto Movimentos Sociais – com “bandeiras” e noções mais amplas de organização e luta, buscando transformações mais sustentáveis na estrutura e valores da sociedade – refletem essa necessidade por um maior protagonismo de vida, além de uma postura participativa das questões públicas.

Com base nas formas de organização apresentadas, posso afirmar que o PVS se aproxima do ativismo social. Na tentativa de colocar em prática esse ativismo, o coletivo realizou um evento na Escola Municipal, tendo o GEPLC como responsável principal.

Essa foi uma experiência que buscou articular a comunidade no processo de construção de brinquedos com materiais recicláveis.

Nessa ação o grupo procurou, desde o princípio, desenvolver um processo educativo que buscasse uma profunda relação com a sustentabilidade. Para atingir os objetivos utilizamos uma estratégia que se aproxima da ecoeducação, proposta por Leonardo Boff em seu livro “Sustentabilidade: o que é: o que não é”.

No processo desenvolvido coletivamente, tivemos 2 reuniões de planejamento (10 de Maio e 09 de Junho de 2016) antes de concretizarmos a ação. Da mesma forma que ocorria nas outras reuniões do PVS, nessas duas que foram realizadas na própria escola, ficou definido que a escola se responsabilizaria pela arrecadação dos materiais recicláveis, procurando envolver toda a comunidade, a equipe pedagógica e as professoras se responsabilizaram por trabalhar o conceito de sustentabilidade e a importância do cuidado com o meio ambiente, descartando de maneira correta os materiais recicláveis ou utilizando-os da melhor maneira possível.

Posso afirmar que a escola permitiu o acesso ao conhecimento produzido e potencializou as discussões e reflexões a respeito da temática “sustentabilidade” por meio da construção de brinquedos com materiais recicláveis. No segundo momento foi propiciado que os alunos tivessem condições de fazer a reflexão crítica dos conhecimentos que tiveram acesso e, em seguida, puderam trazer suas experiências e conhecimentos para aprofundar as relações estabelecidas, dando condições de conhecerem a si mesmos, a realidade que os cerca e permitindo uma nova visão de realidade. Lembro que, para atingir esse processo educativo para a sustentabilidade, procuramos desenvolver ações lúdicas, por esse motivo optamos pela construção de brinquedos pois, ao mesmo tempo que as crianças, em conjunto com os responsáveis, efetivavam a ação, também tinham a possibilidade de brincar com os materiais elaborados.

Antes de definir quais bolsistas assumiriam as oficinas, propus duas reuniões no Departamento de Educação Física da UFPR, enquanto representante do GEPLC no interior do PVS. Na primeira reunião (18/05/2016) apresentei a proposta que seria desenvolvida na escola e quais foram as sugestões de oficinas definidas nas reuniões que tivemos na Escola Michel Khury. Já na segunda reunião (01/06/2016) definimos quem assumiria cada uma das oficinas, assim eles teriam condições de se organizar com os materiais disponíveis na escola e quais precisariam levar no dia do evento.

Como a preocupação era desenvolver um trabalho de conscientização com a comunidade escolar e os participantes do PVS, desenvolvemos um trabalho com materiais recicláveis e com “sucatas”. Michel de Certeau (2014) reitera que o “trabalho com sucata” é uma forma de bricolagem⁶¹, esse conceito utilizado por Certeau é uma adaptação daquele utilizado por Lévi-Strauss (1976) em seu texto “O pensamento selvagem”.

O processo de bricoleur, muitas vezes, se desenvolve em contextos nos quais o consumo e o descarte de alguns permitem a coleta e diferentes usos por outros, os quais acabam dando outro sentido e significado aos objetos que foram destituídos de sua função inicial, esse processo para Certeau é uma tática desviacionista.

⁶¹ “Oriundo do francês, o termo bricolage significa um trabalho manual feito de improviso e que aproveita materiais diferentes” (NEIRA e LIPPI, 2012).

Assim, a bricolagem representa a união de diferentes elementos que serão transformados em algo novo, seriam as “maneiras de fazer” com as quais os usuários praticam o cotidiano, enfim trata-se também de uma maneira criativa de articular fragmentos como forma de transgressão da ordem.

Corroborando com essa visão de bricolagem, trago nesse momento a ação desenvolvida na escola e que tiveram como protagonistas principais a comunidade e os bolsistas do GEPEC (FIGURA 16).

FIGURA 16 – INTEGRANTES DO GEPEC RESPONSÁVEIS PELAS OFICINAS



FONTE: O autor (2016).

Era uma manhã muita gelada do mês de junho, estava aproximadamente 4°C, o tempo estava aberto e fazia sol. Fomos chegando na escola por volta das 8 horas, os bolsistas ao chegar, já pegavam os materiais de suas oficinas e levavam para as suas salas, organizando os espaços para trabalhar com os pais, familiares, responsáveis e com as criança.

O evento iniciou com a fala de uma professora convidada que discutiu com as famílias presentes a “Importância do Brincar na Infância”, enquanto os responsáveis assistiam a palestra, as crianças brincavam na quadra. Posteriormente a fala, foi apresentado um vídeo, realizado pelas professoras da escola, apresentando o processo de reconversão dos espaços da escola, que contou com o apoio da

comunidade. Na sequência, todos tiveram acesso ao lanche disponibilizado pela escola, chá quente e cachorro quente.

Após o lanche as crianças, com seus responsáveis e uma professora indicada para acompanhar o grupo, seguiram para as diferentes oficinas. No total tivemos 8 oficinas de construção de brinquedos utilizando materiais recicláveis e sucatas (*Jogos de tabuleiros; Pé de lata; Dominó com caixas de leite; Boliche, Passa-bola e argolas, Bilboquê, Vai e vem e Cai não cai com garrafas PET*).

Os responsáveis por coordenar as oficinas foram bolsistas do GEPEC, porém as professoras ajudaram em todo o processo. No decorrer das oficinas elas elogiaram a organização dos mesmos, pois além de separarem os materiais, colocaram no quadro negro o passo a passo do processo de construção do brinquedo, para facilitar a visualização por parte das crianças e dos responsáveis (FIGURA 17).

FIGURA 17 – O PASSO A PASSO DA CONSTRUÇÃO DO BRINQUEDO “PASSA BOLA”



FONTE: O autor (2016).

Quando as crianças terminavam de construir os brinquedos elas podiam ir brincar com seus responsáveis na quadra e no pátio da escola. No final das oficinas as crianças perguntavam se poderiam levar o brinquedo para casa. Explicávamos que todo o material construído ficaria para as crianças brincarem na hora do recreio e também ficaria “um kit-itinerante” disponível para a comunidade utilizar nos diferentes espaços, pois poderiam ser emprestados para serem utilizados em eventos nas praças do bairro, em outras escolas, nas ONGs e na Unidade de Saúde.

O interessante foi que esse processo de empréstimo se concretizou, tanto no 4º evento da praça que aconteceu no dia 26 do mesmo mês (FIGURA 18) quanto na atividade desenvolvida na Obra Social Santo Anibal (OSSA). Negar o pedido das crianças se constituiu em um momento difícil, principalmente quando ouvíamos “agora eu sei construir, mas é que eu não tenho o material” (DC, 11/06/2016). Foi possível perceber que ao construírem o brinquedo, as crianças se identificaram com os mesmos e criaram um sentimento de pertencimento. O importante é que agora tanto elas quanto seus responsáveis aprenderam o processo de construção.

FIGURA 18 – BRINQUEDOS CONSTRUÍDOS NA OFICINA E EMPRESTADOS PARA O DIA DO EVENTO



FONTE: O autor (2016)

Uma ação que ocorreu concomitantemente com as oficinas foi a finalização da horta comunitária, realizada sob a orientação de uma professora, que participou na parte final do PVS, em conjunto com os alunos da Classe Especial⁶² no próprio terreno da escola (foram utilizados pneus usados que haviam sido doados para a

⁶² De acordo com a definição da Secretaria Estadual de Educação do Paraná-SEED, na Instrução nº 03/2004: “Sala de aula em escola do Ensino Regular, em espaço físico e modulação adequados, onde o professor especializado na área da deficiência mental utiliza métodos, técnicas, procedimentos didáticos e recursos pedagógicos especializados e, quando necessário, equipamentos e materiais didáticos específicos, conforme série/ciclo/etapas iniciais do Ensino Fundamental.” Disponível em: <https://goo.gl/YCk2Qo>. Acesso em 01 fev. 2018.

escola). Antes de realizar o plantio, as crianças pintaram os pneus, que haviam sido doados para a escola, colorindo o ambiente (FIGURA 19). O presidente da Associação de Moradores auxiliou a professora e os alunos em todo o processo; importante lembrar que no capítulo 3 trouxe uma discussão entre os candidatos a vereador que ocorreu na mesma semana do evento, no momento em que ajudavam na organização da escola. Além dele estava presente no evento uma das moradoras do bairro (candidata a vereadora), que auxiliou no decorrer das ações. Antes de começar o evento ela havia pedido à diretora um espaço para conversar com os responsáveis pelos alunos, porém a direção acabou esquecendo e esse fato deixou a moradora chateada.

FIGURA 19 – ESPAÇO EXTERNO COLORIDO PELAS CRIANÇAS E HORTA DA ESCOLA



FONTE: O autor (2016).

Retornando ao evento, gostaria de ressaltar que em todas as ações as crianças tiveram a oportunidade de ser protagonistas, construindo os brinquedos, sugerindo a criação de outros brinquedos ou ensinando a construir algo diferente daquilo que estávamos propondo, também ficou perceptível a integração entre as crianças, bolsistas, professores e responsáveis. Eles se ajudaram no decorrer de toda a construção, dando dicas, auxiliando no processo criativo e depois os responsáveis foram brincar com as crianças. Quando acabou a oficina, as crianças não queriam ir embora, gostariam de continuar brincando, mas já era quase meio dia.

Não posso deixar de relatar que os bolsistas foram fundamentais para a concretização do evento, desde o momento do planejamento até a execução das oficinas, nas palavras da direção da escola, “as oficinas só deram certo pelo fato da

dedicação de vocês [bolsistas], pois se empenharam o tempo todo” (DC, 11/06/2016). Algo positivo nas ações que realizaram foi a ênfase nas reflexões e discussões a respeito da sustentabilidade, iniciadas com as professoras e continuadas nas oficinas.

Os acadêmicos conseguiram concretizar aquilo que Vaugeois et al, consideram fundamental quando se desenvolvem ações que relacionem a educação para o lazer e a sustentabilidade.

Se o campo de lazer tiver o potencial de fazer contribuições substanciais para a sustentabilidade, devemos esclarecer esse papel, educar os outros e colaborar com eles para obter mudanças desejadas e necessárias. Para fazer isso, os estudiosos do lazer devem se familiarizar com as mudanças mais amplas no planejamento de sustentabilidade que estão ocorrendo e identificar como o lazer se interage com eles (2017a, p. 347, tradução nossa).

Acredito que nessa fase conseguimos atingir os preceitos de ecoeducação trazidos por Boff (2012, p.150), quais sejam “aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a ser, aprender a viver juntos e a cuidar da Mãe Terra”.

A comunidade escolar foi muito participativa e os alunos arrecadaram uma quantidade expressiva de materiais recicláveis para que as oficinas se efetivassem. A maior dificuldade encontrada no desenvolvimento da ação estava relacionada ao clima, pois como estava muito frio, as famílias acabaram não comparecendo em grande número. Porém essas questões não minimizaram sua importância. A ação permitiu efetivar o processo de bricolagem destacado por Certeau (2014), pois foi por meio das “maneiras de fazer” que as crianças e seus responsáveis de maneira criativa, elaboraram algo novo dando outro sentido e significado para aquilo que antes era apenas lixo reciclável ou sucata.

Finalizando as reflexões, acredito que para haver uma conexão positiva entre lazer, sustentabilidade e educação é impreterível a participação da comunidade no planejamento, implantação e manutenção dos equipamentos, programas e projetos educativos urbanos. Dessa forma, aumenta-se a probabilidade de que todas as pessoas e em todos os lugares tenham acesso a espaços atrativos, ao uso e apropriação. Esse evento se caracterizou como ponto de encontro, sustentando a ideia de que são os atores sociais que fazem do espaço um lugar, ao se apropriarem, imprimem sentido e significado às ações e relações estabelecidas com

o mesmo. Nesta perspectiva, são por meio dessas experiências, que as diferentes comunidades podem almejar um mundo melhor e mais sustentável.

Nesse capítulo apresentei diferentes ações realizadas pelo PVS tanto na praça quanto na escola. Nessas propostas o Projeto esteve presente como protagonista em todo o processo que permitiu à comunidade se apropriar dos espaços públicos de lazer, porém o PVS apresentou alguns limites em seu desenvolvimento, dentre eles, destaca-se a restrição de sua ação, pois não conseguiu ampliar sua rede de atuação. Por esse motivo, no próximo capítulo, a preocupação será trazer os outros espaços “públicos” de lazer que estão no perímetro delimitado para a realização do Projeto Vila Sustentável, mas que não foram contemplados. A intenção é compreender se esses outros espaços se caracterizam como lugares ou não lugares dentro do bairro.

5 OS ESPAÇOS “PÚBLICOS” DE LAZER PARA ALÉM DO PROJETO VILA SUSTENTÁVEL: LUGARES OU NÃO LUGARES?

Nesse capítulo a preocupação é trazer os espaços públicos de lazer que fazem parte do perímetro desenvolvido pelo Projeto Vila Sustentável, mas que acabaram não recebendo uma proposta de intervenção como aquelas apresentadas no capítulo anterior. A intenção é trazer alguns elementos que possam contribuir com as reflexões a respeito desses diferentes espaços respondendo se eles se caracterizam como lugares ou não lugares.

5.1 SAINDO DA POSIÇÃO DE SOBREVOO PARA CAMINHAR NO BAIRRO

A proposta é iniciar o tópico trazendo alguns elementos que compõem o Parque da Imigração Japonesa (PIJ) e posteriormente apresentar o Jardimete Gastão Adolpho Romanó, a Praça Renato Russo e a Praça Anhangava.

O PIJ foi projetado em 2008 para homenagear o centenário da imigração japonesa no Brasil, conta com uma área de 301,4 mil m², está localizado às margens do Rio Iguaçu, no bairro Uberaba, quase no limite entre Curitiba e São José dos Pinhais. Sua inauguração ocorreu no ano de 2012, porém apenas uma parte do parque havia sido finalizada. No final de 2016 foi inaugurada mais uma parte do parque com a entrega de duas mini canchas de futebol de areia, uma cancha com as mesmas dimensões, porém com traves maiores localizadas entre as cavas do Rio Iguaçu, aparelhos para alongamento, um parquinho com o trio de ferro (escorregador, trepa-trepa e gangorra), uma pista de caminhada com aproximadamente 3km e uma casa. De acordo com o jornal Gazeta do Povo (2018), o mais renomado da capital paranaense, o parque ainda conta com um campo de futebol oficial⁶³. A entrega final do parque ocorreu na comemoração aos 325 de Curitiba, no dia 29 de março de 2018, quando foi reinaugurado o memorial, espaço emprestado à Sanepar (Companhia de Saneamento do Paraná) a qual construiu um centro de educação ambiental para a sustentabilidade.

⁶³ A afirmação realizada pelo jornal é enganosa, pois não tem um campo de futebol oficial nesse parque, como será possível perceber no decorrer do capítulo.

FIGURA 20 – PIJ, CANCHA DE FUTEBOL DE AREIA ENTRE AS CAVAS DO IGUAÇU E AO FUNDO O MEMORIAL.



FONTE: O autor (2016)

FIGURA 21 – PIJ, MINI CANCHA DE FUTEBOL DE AREIA E A CASA A ESQUERDA.



FONTE: O autor (2016).

Essa estrutura que relatei faz parte do parque na atualidade. Porém, durante a pesquisa de campo esse espaço ainda não tinha sido reinaugurado e o memorial estava fechado para reforma, pois a população do entorno tinha depredado. Em entrevista com a Marli, em abril de 2016, ela comentou “aquela área central [referindo-se ao memorial] apresenta uma estrutura muito boa, tem um auditório maravilhoso, mas como algo que foi construído dissociado dos interesses da comunidade pode dar certo?”. A preocupação que apresentava estava relacionada à falta de identidade com aquele espaço, o PIJ não foi pensando em conjunto com a comunidade que mora ao lado, eles não foram ouvidos a respeito do interesse que teriam e quais seriam os melhores equipamentos para utilizarem no tempo e espaço de lazer, o parque foi uma homenagem à comunidade japonesa, porém não utiliza o

espaço. Como afirmou um morador “Ninguém fica aqui, as pessoas preferem ir para o parque do outro lado [se referindo ao Parque de São José dos Pinhais], sequer japonês a gente vê por aqui” (DC, 05/07/2017).

O PIJ acaba se caracterizando como um “não-lugar”, pois a comunidade não se identifica com esse espaço, não tem um sentimento de pertencimento e por esse motivo acaba não cuidando. Nas palavras de Augé (1994) o *não lugar* não se caracteriza como uma visão negativa do lugar, de uma ausência do lugar em si mesmo, trata-se de “um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico” (p.73).

Como apresentei na vinheta do segundo capítulo, o acesso ao parque para quem vai a pé é difícil, e tem apenas uma entrada para quem vai de carro. A falta de acesso acaba inibindo o uso e a apropriação desse espaço. No decorrer das observações poucas pessoas se apropriavam dos diferentes equipamentos, no período da manhã apenas algumas pessoas utilizavam como área de passagem, enquanto no período da tarde alguns meninos jogavam futebol na cancha que fica entre as cavas. Já a noite o uso dos espaços não ocorre pelo fato de não ter iluminação.

Dentre os equipamentos presentes nesse parque, encontra-se uma casa que foi construída para a reinauguração em 2016. De acordo com a Marli:

“A intenção era que a casa fosse uma Associação da comunidade, era para ser um espaço de convivência. O problema é que a casa está vulnerável, ela pode ser depredada, pois não foi cercada, afirmo isso, pois a região é difícil e existem muitos problemas sérios ali”.

Quando a SMMA pensou e executou a construção da casa, novamente a comunidade não foi consultada, apenas colocar uma casa num parque sem ao menos preparar a comunidade para utilizar e cuidar pode gerar um mau uso. Procurando evitar essa possível problemática, a Marli em entrevista afirmou:

“Quando o secretário me chamou para falar da casa eu falei que seria importante ter um campo de futebol oficial ali na região, pois isso atenderia a necessidade da comunidade. Isso seria de grande importância para a região porque os outros campos são longe para eles e alguns são pagos. E segundo o pessoal que trabalha com o futebol na região, o campo precisa ter grama, pois quando vão fazer os testes nas escolinhas os campos são todos de grama e como eles treinam na areia acabam se perdendo.”

Essa estratégia pensada pela Marli poderia contribuir para o processo de apropriação desse “não-lugar” por grande parte da comunidade, pois a prática do futebol é muito grande na região, desde a categoria infantil até os veteranos, masculino e feminino.

Dando sequência à entrevista realizada com a articuladora do projeto, ela destacou:

“Quando eu soube da casa, meu primeiro pensamento é que ela viesse a ser a sede do futebol amador da região e não só de uma associação, mas de todos os técnicos e líderes que trabalham com futebol amador. Que eles pudessem usar a casa, porque a partir dela, desse comitê formado a gente poderia trazer outros assuntos para a reflexão. O futebol seria a porta de entrada, mas você poderia discutir a questão da sustentabilidade. Por aí você começaria a ter um coletivo atuante. Mas infelizmente o secretário achava que deveria ser apenas as pessoas que estão próximas à casa que deveriam assumir, então isso limitou as possibilidades de organização.”

De fato, se a casa fosse assumida por um coletivo a probabilidade de acontecer alguma depredação com aquele espaço seria menor. Mas infelizmente como ressalta a Marli, “quem pensa o espaço geralmente não usa o espaço e o pior é que não conversa com quem usa”. Essas atitudes realizadas pelo poder público ao invés de fortalecer as relações que os indivíduos têm com o espaço público de lazer, acabam criando, nas palavras de Augé (1994), uma tensão solitária nesses não lugares.

Reforçando essa complexidade que é a tensão solitária, retomo a problemática apontada pela Marli a respeito da possibilidade de depredação da casa presente no parque que infelizmente se efetivou no início de 2018. Quem assumiu a casa, em meados de 2017, foi a Associação Esportiva Piac Sport, que atua na região, em conjunto com a coordenadora do grupo conhecido como Parque Iguaçu. A responsável por esse grupo, em entrevista⁶⁴ me relatou:

“Em Janeiro nós estávamos de férias e entraram na casa, foi a segunda vez. É ruim que aqui o pessoal rouba no final de semana, arrombaram os dois cadeados que tinham nas janelas e levaram as painéis, os botijões, tudo que tinha aqui. Antes a porta era de madeira velha que a prefeitura colocou, ela não segurava nada, então da primeira vez levaram tudo que tinha DVD, televisão, material escolar das crianças. Para tentar resolver, nós fizemos uma vaquinha e colocamos uma porta de aço e agora meu sobrinho dorme aqui todos os dias para cuidar”.

⁶⁴ Entrevista realizada no dia 12 de fevereiro de 2018.

Ela também fez o seguinte comentário: “hoje a casa está pintada porque a gente fez isso, nós que estamos cuidando, agora queremos arrumar o jardim. A prefeitura quando vem aqui é só para cortar a grama”.

FIGURA 22 – CASA CUIDADA PELA ASSOCIAÇÃO PIAC SPORT



FONTE: o autor (2017)

Atualmente, a casa serve como um ponto de encontro, principalmente, de crianças e adolescentes que participam do projeto desenvolvido 3 vezes por semana. Quem auxilia na realização das oficinas esportivas (futebol, vôlei, corrida) são professoras de educação física que fazem estágio voluntário pela PUC-PR.

Além de ajudar a cuidar da casa e procurar dar vida ao PIJ, a coordenadora desenvolve um trabalho voluntário no bairro. Como ela relatou:

“Trabalho com futebol há mais de 14 anos aqui no Icaraí, tenho equipes formadas com meninos e meninas, adultos e veteranos. Tenho futebol todo final de semana, todo sábado e domingo, não paro em casa. Durante a semana atendo aproximadamente 200 crianças de todas as categorias, com as meninas a gente marca amistoso quase todo dia da semana, mas é futebol sintético porque não temos um campo de grama, já os meninos treinam aqui na cancha de areia, mas isso é ruim porque os campeonatos sempre são na grama, por isso estamos lutando pelo nosso campo. Aqui tinha que ser feito uma praça com um campo de grama oficial. Aqui é afastado, mas se tivesse um campo aqui você ia ver como ia ficar cheio.”

É interessante perceber que tanto a fala da Marli (2016) quanto da responsável pela casa (2018) se aproximam quando se referem à construção de um campo de futebol de grama para atender aquela população. A relação das pessoas com o bairro é fundamental para a transformação de um espaço vazio em lugar,

porém infelizmente essas duas falas que ocorreram em momentos políticos distintos⁶⁵ acabaram silenciadas pelo poder público.

Acredito que, a partir das observações e das entrevistas realizadas, o PIJ tem potencial para deixar de ser um não lugar, porém para que essa comunidade desenvolva uma identidade com o parque ela precisa criar uma ligação afetiva e sentimental, para tanto ela necessita ser ouvida em seus interesses e em seus desejos.

Ao caminhar pelo bairro na tentativa de conhecer melhor cada uma das praças presentes no perímetro do estudo, acabei encontrando outros espaços que se caracterizam como não lugares e ambos ficam próximo ao PIJ; trata-se do Jardimete Gastão Adolpho Romanó e da Praça Renato Russo.

O Jardimete Gastão Adolpho Romanó (FIGURA 23) é o menor espaço público de lazer localizado no perímetro pesquisado, com 1.410m². Esse espaço conta com uma cancha de futebol de areia e um parquinho com o trio de ferro e não tem lugar para sentar. Durante todo o período em que estive no campo o local permaneceu vazio, independente do horário, do clima e do dia da semana. Em conversa com um dos moradores do bairro, ele comentou “a cancha que tem ali em cima [se referindo a esse jardimete] é maior do que a que brincamos aqui, mas nós preferimos ficar aqui e lá está sempre vazio” (DC, 08/09/2017). Afirmo que esse jardimete se caracteriza como um não lugar, pelo fato da comunidade não se identificar e não ter uma relação de uso e apropriação com esse espaço. Tanto o jardimete quanto a praça Renato Russo, na concepção de Augé (1994) são “lugares” por onde circulam muitas pessoas, porém as relações que se estabelecem não são capazes de criar identidade de grupo.

Já a Praça Renato Russo é a maior praça do bairro com 21.213m² e está localizada ao lado da Escola Municipal Maria Marli⁶⁶, esses dois espaços ocupam uma quadra inteira do bairro. Em pesquisa realizada no ano de 2010, Aline Tschoke destaca que antes da construção desses dois equipamentos o local abrigava um campo de futebol e pelas declarações dos moradores e dos representantes da comunidade apresentados em sua dissertação, esse era de fato um lugar, pois todos

⁶⁵ A fala da Marli ocorre no período que o Prefeito de Curitiba era Gustavo Fruet – PDT (2013-2016) e a fala da responsável pela casa ocorre no momento em que o Prefeito da Cidade é Rafael Greca – PMN (2017-2020).

⁶⁶ A Escola Municipal Maria Marli é o número 16 na legenda presente no mapa ilustrado (p.29).

os finais de semana boa parte da comunidade ia para o campo de futebol ou para jogar ou para prestigiar o jogo.

Atualmente, a praça conta com os seguintes equipamentos, uma pista de caminhada que contorna toda a praça, equipamentos em madeira que servem para alongamento, uma academia ao ar livre, o parquinho com o trio de ferro, cancha de vôlei de areia, um banco de madeira e a maior cancha de futebol de areia do bairro (FIGURA 24).

FIGURA 23 – JARDINETE GASTÃO ADOLPHO ROMANÓ



FONTE: O autor (2017)

FIGURA 24 – PRAÇA RENATO RUSSO E AO FUNDO O GINÁSIO DA ESCOLA MARIA MARLI



FONTE: O autor (2017)

Afirmo que a cancha é de areia, pois está nos documentos oficiais do Departamento de Parques e Praças, no entanto, quando realizei as observações a cancha tinha mais grama do que areia. Em entrevista com a responsável pelo grupo Parque Iguaçu fiquei sabendo que

“antes de ter a cancha de areia do lado da escola Maria Marli minhas crianças e adolescentes treinavam todas ali, porque era um campo de grama, depois que fizeram aquela cancha fechada com grade e de areia paramos, porque a gente participa só de campeonato na grama e não na areia”... “Mas como eu também trabalho na ONG “Mult Irão” que fica a uma quadra da praça, sempre que a prefeitura vem arrumar a cancha e **começam a tirar a grama** eu falo para eles não mexerem porque nós queremos que fique tudo grama.”

Como comentei, a cancha está quase toda tomada pela grama como representa a FIGURA 25. O que eu não imaginava, até o momento da entrevista com a responsável pela casa do PIJ, que era pelo fato dela cuidar para que o campo voltasse a ser de grama.

FIGURA 25 – PRAÇA RENATO RUSSO COM A CANCHA TOMADA PELA GRAMA.



FONTE: O autor (2017)

Mesmo com esse cuidado, essa praça ainda se caracteriza como um “não lugar”. Desde a pesquisa realizada por Tschoke, poucas vezes essa praça apresentava uso ou apropriação por parte da comunidade. De acordo com a autora, até o ano de 2009 existia um projeto de aulas de ginástica para adultos e de capoeira para as crianças, desenvolvida por um projeto chamado Sol Nascente. Além disso, naquele mesmo ano duas ações movimentaram a praça, foram os eventos “O aniversário de Curitiba” e os “Festivais de férias do PELC”, como ela

relata, nesses eventos de fato tivemos “uma total apropriação, pelas crianças participantes, dos espaços da praça, principalmente, dos gramados, com manifestações lúdicas diferenciadas. O parquinho, a cancha de futebol e o muro da escola também eram palcos da brincadeira” (2010, p.55), porém fora essas ações mais direcionadas o espaço também encontrava-se vazio.

Já naquela período a autora relatou haver uma escassez de eventos, no campo do lazer, nas praças e jardinetes da região pesquisada e essa falta de movimento dos espaços públicos de lazer acabava gerando um grande vazio que foi perceptível também nessa pesquisa.

Os três espaços que descrevi até esse momento se caracterizam como não-lugares, isso se deve a uma atitude não autêntica da comunidade em relação ao lugar, assim é possível reforçar que nesses diferentes espaços públicos de lazer ocorre uma perda de significado, pois as pessoas não efetivam ali uma relação.

Além desses 3 espaços, trago para a reflexão, a Praça Anhangava⁶⁷ que também está presente no perímetro delimitado pelo PVS. Essa praça apresenta uma característica bastante distinta em relação aos outros espaços públicos de lazer. Durante a tese tive a preocupação de mapear todos os espaços e equipamentos de lazer que faziam parte do perímetro desenvolvido pelo Projeto. Para fazer esse reconhecimento entrei em contato com o Departamento de Parques e Praças e solicitei um levantamento desses diferentes espaços. Após essa etapa de sobrevoo, achei viável percorrer o bairro para reconhecer cada um dos espaços que viriam a fazer parte do meu objeto.

Porém, ao caminhar no bairro com intuito de chegar até esta praça, tive dificuldade em localizá-la. Foram várias visitas realizadas e cheguei a acreditar que a mesma não se encontrava na delimitação que fazia parte do projeto. Passando pela Avenida dos Trabalhadores no dia 06 de Maio de 2016 percebi que tinha uma portaria em determinada altura do bairro. Aquela grade com portão me intrigou, pois como pode ter uma grade fechando uma rua?

No sábado pela manhã pesquisei no Google Maps a localização da Praça Anhangava e descobri que realmente ela ficava nas ruas dentro daquela grade. Logo após o almoço fui ao condomínio Mirante da Serra e conversei com os seguranças da portaria perguntando se havia uma praça dentro do condomínio, eles

⁶⁷ A Praça Anhangava é o número 2 na legenda presente no mapa ilustrado (p.29).

afirmaram que sim, mas que para eu entrar precisaria falar com um dos responsáveis pelo residencial. Eu me apresentei como estudante da UFPR e que estava pesquisando os espaços de lazer do bairro. Tive acesso então ao tesoureiro do residencial que mora na mesma casa há 31 anos. Fui muito bem recebido por ele, que me apresentou todo o condomínio e a praça. Ele afirmou que desde o início do loteamento já era um condomínio, no decorrer da conversa o morador afirmou que atrás do condomínio tinham apenas pequenas chácaras, mas com a ocupação irregular de uma grande área eles resolveram cercar para que não entrassem no residencial. Sempre teve uma cerca de arame farpado, mas com medo dos novos moradores resolveram murar.

Dentro do condomínio na área onde estão as torres de energia, os condôminos pediram autorização à Copel (Companhia Paranaense de Energia) para colocar ovelhas de um lado e do outro construir um lago com 10 mil litros de água, colocar gansos e perus. Em todas as ruas têm placas, tanto da prefeitura quanto do próprio condomínio. Existem algumas placas pedindo para que as pessoas reduzam a velocidade e tomem cuidado com as crianças. O tesoureiro relatou que o condomínio está respondendo a um processo, trata-se de um conflito, pelo fato de ter ruas da prefeitura, mas principalmente pela praça que tem dentro. “Nessa época de eleição, os vereadores ficam prometendo que vão abrir o condomínio e ficamos numa situação complicada é muito tenso”. (DC, 07/05/2016).

Essa afirmação do morador se concretizou durante uma observação que realizava no período da tarde nessa praça. Fiquei surpreso quando encontrei um dos representantes do PVS tirando fotos da Praça. Questionei o que estava fazendo ali e ele disse “vou divulgar no face a importância de retirar esses muros que tiram o acesso lá pra cima [se referindo ao outro lado do condomínio], pois a rua é pública e as pessoas precisam ter acesso a essa praça que é a melhor do bairro [se referindo à estrutura]” (DC, 23/05/2016). Trouxe esse relato, pois o representante que tirava foto sairia como candidato a vereador e provavelmente uma de suas propostas de campanha seria a retirada do muro.

Retornando à primeira visita ao condomínio, o tesoureiro me apresentou a praça Anhangava e disse que eles pagam um funcionário para fazer a manutenção, a prefeitura não entra para limpar ou cuidar do jardim. O espaço realmente é muito bem cuidado e bem limpo. O condomínio tem 200 casas e cada um paga R\$230,00 reais por mês para a manutenção do condomínio. Os próprios moradores ajudam a

adquirir equipamentos e mobiliários para praça, dentre eles destacam-se a pista de skate e o parquinho de madeira. Ele disse que “as pessoas de fora do condomínio têm acesso ilimitado à praça e podem cruzar de um lado a outro pelas portarias”. Isso é possível, pois as ruas e a praça ainda são públicas. Questionei se poderia tirar foto da praça, ele respondeu que preferia que eu não tirasse, mas depois que passasse as eleições não teria problema.

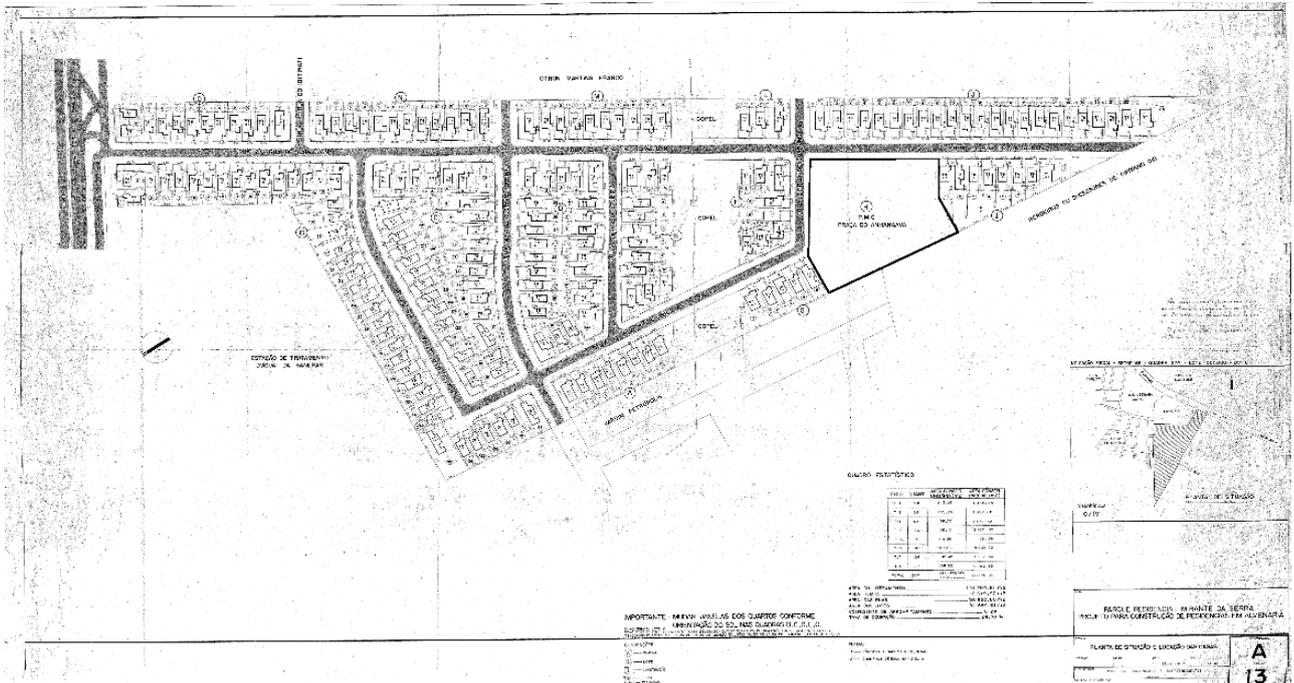
Após essa primeira visita resolvi entrar em contato novamente com o responsável pelo condomínio e perguntei se poderia fazer observações na praça. Ele disse que não teria problema por se tratar de um espaço público.

Fiquei muito surpreso ao encontrar essa praça pública dentro de uma propriedade privada, sendo que seu acesso se efetiva por 2 portarias que funcionam 24 horas por dia, nas quais atuam vigilantes de uma empresa de segurança privada, contratada pela Associação de Moradores local. Ao constatar a existência da praça e que era possível entrar nesse enclave fortificado (CALDEIRA, 2000), acreditei que seria um importante compreender como se dava o uso e a apropriação desse espaço “público” de lazer.

A praça está localizada no loteamento denominado Parque Residencial Mirante da Serra, aprovado pelo decreto nº 98/1982 (FIGURA 26). Esse loteamento foi vendido pela empresa CESBE S.A. Engenharia e Empreendimentos, que detinha o domínio sobre essa área, de 141.204,61m², situada na BR 227. Em conversa realizada com o Engenheiro Civil e funcionário da CESBE S.A., no dia 06 de junho de 2016, o mesmo informou que na ocasião do loteamento, já havia sido construído o muro ao redor do lote, bem como colocados dois portões de acesso ao mesmo. O intuito era separar o mesmo de uma área de invasão próxima, localizada mais a leste. Mas segundo o engenheiro, na ocasião do loteamento, o lote “não era um condomínio constituído”, apesar dos muros.

Ainda, conforme afirmou o engenheiro “quando se faz um loteamento tem que dar uma área para a prefeitura”. Nesse sentido, entende-se que a praça não surgiu como produto de reivindicação da população, mas sim como uma obrigação por parte da empresa que loteou a área.

FIGURA 26 – PLANTA DO LOTEAMENTO DENOMINADO PARQUE RESIDENCIAL MIRANTE DA SERRA COM A PRAÇA ANHANGAVA EM DESTAQUE



FONTE: CESBE S.A..

Quando questionei o engenheiro da CESBE se os equipamentos presentes na praça foram instalados no momento do loteamento, ele afirmou: “na praça nós construímos uma quadra de esportes e um alambrado, o resto que tem lá foi construído por eles [em referência aos moradores do condomínio]”. No entanto, ao ter acesso a determinados documentos do IPPUC, no ano de 1985, foi instalado pela Prefeitura Municipal de Curitiba, o parquinho da Praça Anhangava, como uma das ações do então prefeito Maurício Fruet.

Atualmente, essa praça apresenta uma área de 10.635m², os principais equipamentos e mobiliários que permitem aos moradores do bairro efetivarem as vivências no tempo e espaço de lazer se compõem de: 1 quadra poliesportiva com iluminação e arquibancada de 3 andares; 2 parquinhos, sendo um de madeira que apresenta diversas possibilidades, tais como, gangorra, balança com pneu, trepa-trepa e escorregador e outro com diversos mobiliários, dentre eles, 3 balanços nas cores rosa, azul e amarelo; 1 gira-gira nas cores laranja, verde e vermelho; 2 escorregadores de tamanhos diferentes nas cores azul e amarelo; 4 gangorras nas cores rosa, azul e amarelo; 1 trepa-trepa amarelo; 7 bancos de concreto na cor azul e amarelo; 3 bancos de madeira; 4 lixeiras feitas de manilha; 1 lixeira de ferro; 3

superposte (postes de iluminação); Equipamentos de ginástica e alongamento, composto por 1 barra paralela; 1 espaldar; 2 barras; pista de skate com 5 obstáculos; postes para vôlei; câmeras de vigilância.

FIGURA 27 - IMAGEM AÉREA ATUAL DO LOTEAMENTO PARQUE RESIDENCIAL MIRANTE DA SERRA. PRAÇA ANHANGAVA DESTACADA EM AZUL



FONTE: Google Earth, 2016.

FIGURA 28 – EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS DA PRAÇA ANHANGAVA





FONTE: O autor (2016)

A iluminação noturna é precária, pois não é suficiente para iluminar a praça como um todo, mas pequenas áreas específicas, que não permitem visualizar todos os mobiliários (FIGURA 29).

Para Jacobs (2003), a iluminação induz as pessoas a contribuírem com seus olhos para a manutenção da rua. Além disso, cada par de olhos a mais e qualquer aumento de seu alcance representa um trunfo para as áreas apagadas e desvitalizadas. Não obstante, a autora reforça que “as luzes não têm efeito algum se não houver olhos e não existir no cérebro por trás dos olhos a quase inconsciente reconfirmação de apoio geral na rua para a preservação da civilidade. Quando não há olhos atentos, podem ocorrer crimes horrorosos em público” (p. 43).

FIGURA 29 – ILUMINAÇÃO PRAÇA ANHANGAVA



FONTE: O autor (2016)

Ao pesquisar no site da Câmara dos Vereadores sobre os projetos dos vereadores de Curitiba pensados para a Praça Anhangava, encontram-se pedidos de revitalização solicitados pelos vereadores no ano de 2004 (José Aparecido Jotapê Alves, em 26 de março; Mario Celso Cunha, em 14 de julho; Jorge Bernardi, em 11 de novembro), no entanto, a mantenedora responde aos vereadores que a área em questão, apesar de ser de propriedade da prefeitura, está localizada dentro de um condomínio fechado, atendendo exclusivamente aos moradores do condomínio e por esse motivo cabe ao condomínio fazer a manutenção. Essa é uma atitude plausível por parte da prefeitura, pois se a praça está no interior de um condomínio residencial, nada mais justo que os próprios moradores se responsabilizem pela manutenção e revitalização⁶⁸ desse espaço público.

Pensando na mobilidade, circulação e permanência de veículos, a praça possui em seu entorno, pouco movimento de carros, isso se deve ao fato de estar localizada numa área que sofreu um processo de privatização, isto é, apresenta

⁶⁸ Nesse momento optei por manter a palavra revitalização ao invés de reconversão, pois trata-se de um processo que se realiza dentro de um enclave fortificado, atendendo a uma certa parcela da população.

barreiras para o acesso, esse fato permite que as crianças utilizem esse espaço para brincar, no entanto durante as observações apenas os adultos utilizavam as ruas para correr.

Com relação a circulação, conforme afirmou o engenheiro da CESBE S.A., “hoje tem uma briga com a prefeitura, porque aquilo lá tem que ser aberto, só que para ser aberto tem que dar segurança, porque hoje eles pagam guarita para ter segurança”. Os moradores do entorno afirmam que a construção do muro limitou o acesso à praça e, principalmente, o acesso dos pedestres e veículos À região, pois acabou por modificar e dificultar o trânsito entre a BR 277 e o outro lado do condomínio.

Para exemplificar como o muro do condomínio dificulta o acesso tanto à praça quanto para o outro lado, a rua Abóbora, antes da construção do muro, ligava a rua Dr. Gabriel Ferreira Filho e a rua Francisco Licnerski, facilitando o trânsito dos moradores do bairro. Após sua construção, a rua foi bloqueada entre as ruas Camacua e Dep. Tenório Cavalcanti, e entre as ruas Guairicana e Alberto Pasqualini, onde foi construída uma das portarias (ver FIGURA 30). Atualmente, todos que pretendem ter acesso, de passagem ou de permanência no local, devem identificar-se aos vigilantes na portaria, justificando a necessidade de entrada ou passagem pelo residencial.

Levando em consideração a questão da segurança, a praça apresenta, em vários pontos, câmeras de vigilância, pertencentes a uma empresa de segurança que dispõe de um motociclista que circula pelo loteamento diariamente, inclusive pelo entorno da praça. Junto à quadra de futebol existe um placa fixada, na qual consta o telefone de contato direto com uma Unidade da Política Militar, que está localizada nas proximidades do conjunto. Em conversa com um jovem que utilizava a praça, mas que mora fora do condomínio, comentou: “caso algum morador constate a presença de pessoas utilizando drogas ou com aparência 'suspeita', eles entram em contato com o telefone da PM que está ali na tela da cancha e logo aparece uma viatura na praça para abordar as pessoas” (DC, 19/05/2016). Outro afirmou “a polícia esses dias tirou uns piá que fumavam maconha e tomavam tubão” (DC, 19/05/2016).

Dessa maneira, ao analisar os usos sociais, isto é, as formas de uso e apropriação dos espaços da Praça Anhangava, percebe-se dificuldades por parte dos moradores do entorno do condomínio. Isso se deve pelo fato de haver um muro

ao redor do território denominado 'condomínio', o que interfere no trânsito de pessoas e veículos no local, além da vigilância constante realizada nesse espaço.

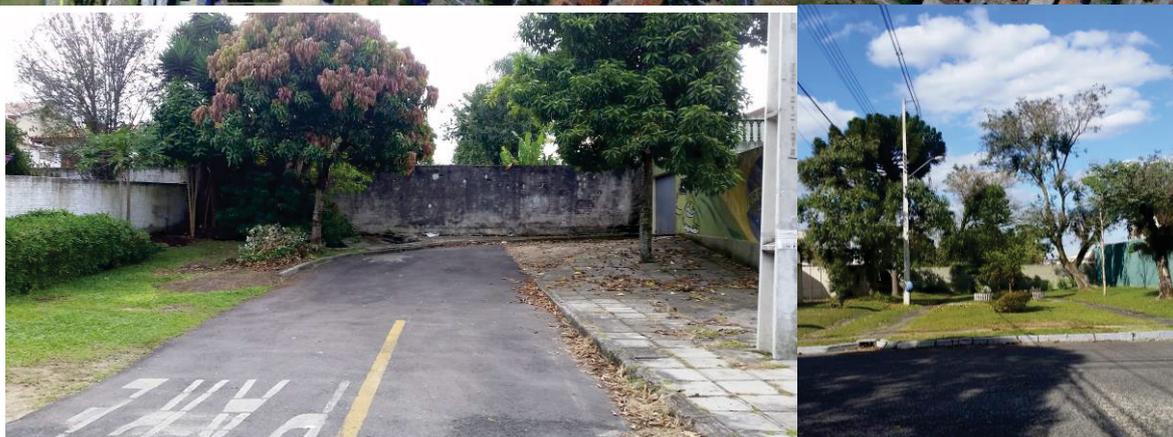
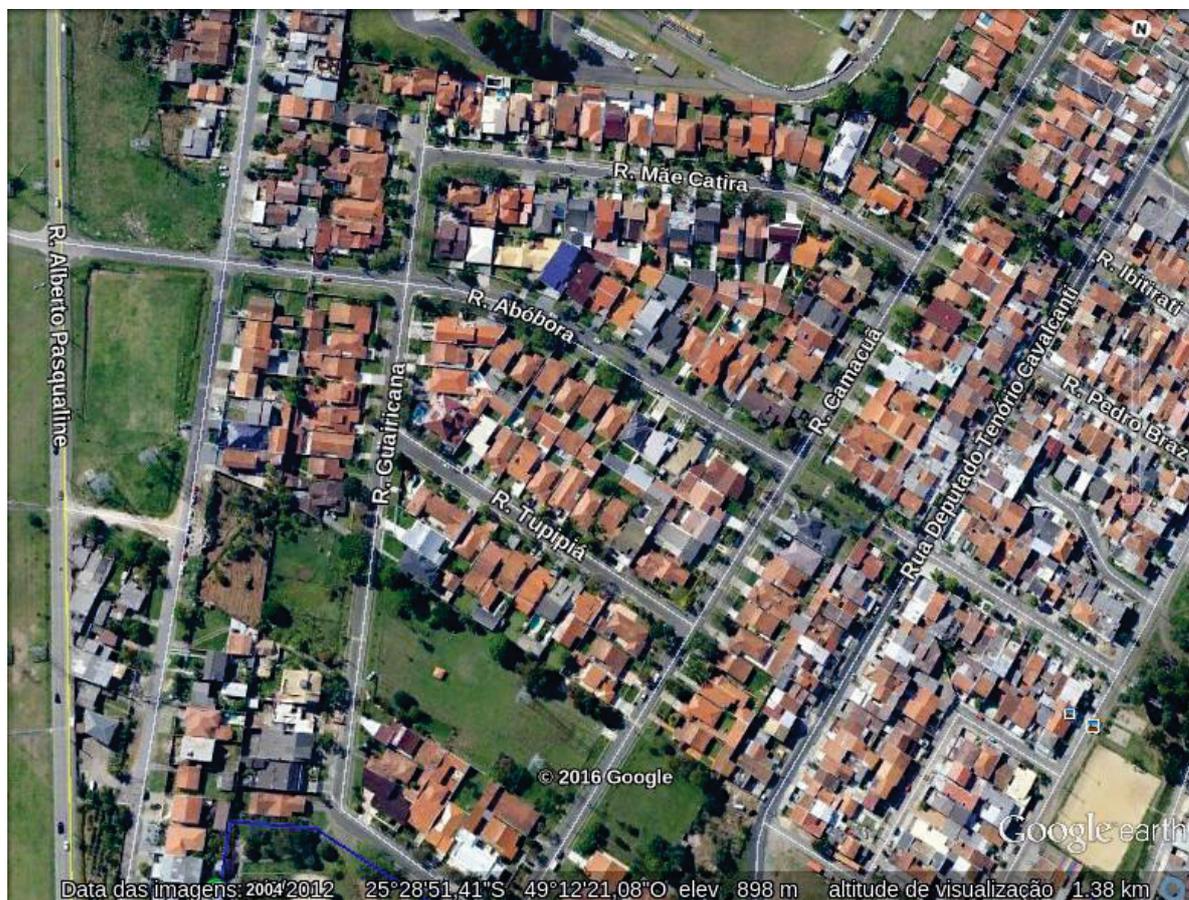
Trata-se de um lugar mais silenciosos, sendo possível constatar que os usuários da praça, quando conversam entre si, o fazem em tom nitidamente mais baixo. Nos sons ao redor da praça praticamente não se escutam vozes de pessoas. Quando isso ocorre em grande parte são crianças. Entretanto, quando elas brincam no local, fazem-no em tom de voz aparentemente controlado. É possível ouvir sons de pássaros, de aviões e carros que transitam pela BR 277, próxima da região.

As formas de uso dos mobiliários parecem-nos menos criativas e espontâneas se comparado aos outros espaços. Durante as observações as brincadeiras desenvolvidas pelas crianças nos diferentes espaços eram pré-determinadas, ou seja, elas não extrapolavam as possibilidades que os brinquedos presentes na praça permitem. Percebi, em alguns momentos, que um grupo de adolescentes optava, por exemplo, por jogar futebol no quintal de uma residência localizada em frente à praça, num espaço de aproximadamente 10m², ao invés de fazê-lo nos espaços amplos ou quadras esportivas disponíveis que estavam constantemente sem uso.

As características acima descritas ocorrem, possivelmente, por se tratar de uma área com características 'privadas'. Apesar do gerenciamento da praça e do loteamento não ser de função exclusiva dos órgãos de governo, é possível constatar aquilo que Carmona (2010) denominam como *over-management*, isto é, um excesso de gerenciamento⁶⁹ e de controle do espaço público em questão com forte tendência a torná-lo excludente. Neste caso, o gerenciamento não se dá por parte do Estado, mas pelos próprios moradores que por meio de uma Associação de Moradores constituíram um regulamento para o chamado 'condomínio'. As câmeras de vigilância instaladas na praça, a empresa de vigilância contratada e as portarias de acesso ao loteamento são exemplos dos chamados *Hard Controls* (Carmona, 2010).

⁶⁹ Trazendo a discussão do conceito de *over-management*, para a realidade brasileira, ver os estudos desenvolvidos por Vainer (2011).

FIGURA 30 – IMAGEM AÉREA DO LOTEAMENTO (SUPERIOR), DA RUA ABOBORA COM VISTA EXTERNA DO RESIDENCIAL (INFERIOR ESQUERDO) E INTERNA (INFERIOR DIREITO).



FONTE: O autor (2016)

Quando algumas pessoas que frequentam a praça (moradores e visitantes) foram interrogadas, percebe-se nos discursos que o fator decisivo que as levam a frequentá-la é a segurança. Um senhor de aproximadamente 40 anos de idade afirmou “frequento a praça semanalmente, ou no mínimo quinzenalmente, trago minha filha de 8 anos de idade, juntamente com amigos e amigas” (DC, 26/05/2016).

O mesmo sujeito relatou “venho nessa praça por se tratar de um lugar seguro, que dificulta o acesso das pessoas que vivem do outro lado”. Percebe-se no discurso de várias pessoas o estigma de “lugar perigoso” frequentado por pessoas “violentas” ou “mal intencionadas” atribuído a região e aos moradores do outro lado do muro, fora do espaço cercado pelos muros. Trata-se do medo e da conseqüente rejeição de conviver num mesmo espaço público. Justamente aquilo que Caldeira (2000) discute ao abordar a função dos chamados ‘enclaves fortificados’, ao mesmo tempo que oferecem uma suposta segurança, produzem ou reforçam o medo e a segregação no espaço urbano.

Em contrapartida, embora todo esse regramento contribua para oferecer maior sensação de segurança, pode elevar os níveis de desconfiança dos moradores e usuários. Jacobs (2003) afirma que “a segurança das ruas é mais eficaz, mais informal e envolve menos traços de hostilidade e desconfiança exatamente quando as pessoas as utilizam e usufruem espontaneamente e estão menos conscientes, de que estão policiando e sendo policiadas” (p.37).

O muro que delimita o condomínio acaba segregando as pessoas, na medida em que, além da sua dimensão física, sua presença simbólica inibe a entrada dos moradores “do outro lado” do muro, desestimulando o uso da praça Anhangava e a possibilidade de convívio com outras pessoas.

Esses enclaves criam fronteiras fixas e espaços de acesso restrito e controlado, o que acaba por impedir que o espaço público de lazer cumpra com sua função socializadora. A vida cotidiana na cidade de muros reforça valores como incivilidade, intolerância e discriminação. “Quando o acesso a certas áreas é negado para algumas pessoas e quando grupos diferentes não interagem no espaço público, as referências e ideais de abertura, igualdade e liberdade como princípios da vida social não são mais possíveis” (Caldeira, 2000, p. 340).

Nesse mesmo sentido, Gomes (2002, p. 188) afirma que esses ambientes homogêneos e isolados, as chamadas ‘ilhas utópicas’, “recusam a diferença, a liberdade de entrada, a possibilidade do encontro com o diverso, a construção de uma verdadeira individualidade dentro de uma coletividade variada e múltipla”.

Tal cenário parece corroborar também com o conceito de agorafobia urbana discutido por Borja e Muxí (2000). Em grande medida os condomínios fechados se tornaram respostas aos problemas de insegurança das grandes cidades.

Corroborando com essa visões, Rolnik (1998) afirma que a existe grande demanda por espaços abertos no meio urbano, visto que o ser humano necessita estar ao ar livre. Isso é perfeitamente visível ao observar o interesse da população em participar de processos de implantação e melhorias de parques e praças por meio de abaixo-assinados e passeatas. Essa demanda, entre outras coisas, pode causar o aparecimento de espaços privados voltados para atividades de lazer, ainda de acordo com a autora, os espaços públicos de uso comunitário cada vez mais se resumem a espaços para circulação, seja de pedestres ou de veículos. As áreas destinadas à permanência vêm se deslocando gradativamente para espaços privados.

Independentemente da cidade, a parte da população mais afetada pela carência desses espaços públicos de lazer, tanto em termos quantitativos como qualitativos, é justamente a população mais pobre, cujas possibilidades não permitem o acesso aos equipamentos e espaços de uso comunitário privados.

Milton Santos em suas obras “O Espaço do Cidadão” (2014) e “Técnica, Espaço e Tempo” (2013) afirma que as pessoas deveriam ter o direito ao “entorno”, porém o que se observa, assim como destacou Rolnik, é que as pessoas mais carentes acabam sendo privadas do direito aos espaços públicos pelo fato desses espaços típicos da vida urbana serem impunemente privatizados, como o caso da construção de condomínios fechados, conhecidos como “ilhas utópicas”; “enclaves fortificados” ou “agorafobia”. Como afirma o autor, “o lazer na cidade torna-se o lazer pago, inserindo a população no mundo do consumo. Quem não pode pagar pelo estádio, pela piscina, pela montanha e o ar puro, pela água, fica excluído do gozo desses bens, que deveriam ser públicos, porque essenciais” (2014, p.64)

Essas questões acabam retirando da população economicamente desfavorecida a possibilidade de desenvolver a “cultura como uma relação entre o homem e seu ‘entorno’” (Ibidem, p.174), o autor afirma que essa perda do “entorno” que ele chama de desculturalização, se deve pelo fato de atender a certos interesses hegemônicos, no entanto, ressalta que devemos constantemente seguir em busca de um “entorno”, para que de fato se tenha o direito ao “entorno” ou como afirma Lefebvre o “direito à cidade”.

A partir das observações que realizei tive a oportunidade de perceber que realmente o muro que existe nessa localidade acaba segregando as pessoas, o simples fato de ser construído inibe que os moradores “de baixo” queiram utilizar

seus mobiliários e equipamentos. Isso acaba reforçando as desigualdades dentro das ilhas utópicas, pois não permite o contato com o outro, com o diverso, ou ao menos procura evitá-lo, dificultando dessa maneira que as pessoas se encontrem no espaço público. Para exemplificar o que afirmam os autores, trago parte de um conversa que tive com três adolescentes que costumavam utilizar semanalmente a pista de skate. Eles afirmaram que “a entrada em certos momentos já foi proibida pela vigilância, os moradores ficam com medo, pois já chegou a ter mais de 50 skatistas utilizando a pista” (DC, 19/05/2016). Esse uso com grande número de pessoas acontece pelo fato de ser a única pista de skate presente no bairro. Infelizmente, pelo que foi relatado depois da proibição, o número de skatistas na praça diminuiu. No decorrer das observações o máximo de skatistas que chegaram a andar na pista num mesmo dia foram dez, porém em momentos e horários distintos.

De acordo com Caldeira (2000), os enclaves acabam por atacar as ruas como forma de espaço público, ou seja, não permite que a mesma cumpra com sua função socializadora, pois proíbe ou restringe o acesso. A vida cotidiana na cidade de muros reforça valores como incivilidade, intolerância e discriminação.

Ao observar que determinado loteamento é fechado com muros, percebi que de fato ocorre a privatização das ruas e como consequência ocorre a restrição da circulação (BORJA & MUXÍ, 2000; CALDEIRA, 2000; GOMES, 2002; SANTOS, 2014). Os autores concordam que essa privatização é uma das piores marcas que acabam reforçando as desigualdades, pelo fato de produzir um estranhamento, ou seja, as pessoas passam a ter medo do outro e esse sentimento permite que ações sejam desenvolvidas com o intuito de “encolher” o espaço público, nesse sentido, tal privatização acaba por negar a própria cidade. De acordo com Caldeira, “quando controlamos os espaços da cidade, limitamos a democratização. Uma cidade de muros não é uma cidade democrática” (2000, p. 328).

A praça Anhangava não tem um uso e uma apropriação tão efetiva. Como afirmei anteriormente, fiz 23 observações em diferentes dias da semana, em horários que variavam das 7 horas da manhã até as 22 horas, horário em que não era mais permitido que as pessoas continuassem na praça. Vale lembrar que por estar dentro de um condomínio residencial, existem algumas normas que devem ser seguidas e respeitadas tanto por moradores quanto pelo pessoal de fora.

A maior parte dos adultos, acabam não utilizando a praça, mas fazem caminhada ou correm nas ruas do condomínio, na praça não existe uma ciclovia em seu entorno que possibilite esse tipo de atividade física. O que percebi foram os adultos levando as crianças para brincar nos dois parquinhos ou para brincar na quadra poliesportiva. Algo que me chamou atenção foi o número de moradores que levam seus cachorros para passear na praça, mas diferentemente do que ocorre em outras praças, todos recolhem os dejetos deixados por seus animais.

A praça também se caracterizava como um local de passagem, pois alguns moradores apenas cruzavam a praça para diminuir o trajeto entre suas casas e a entrada do condomínio. Esse é um espaço público com características que o definem como sendo de permanência (convívio), mesmo que reduzido, e também de passagem (área de circulação).

Dentre as observações, a que mais chamou atenção, ocorreu no dia 27 de Maio, era uma sexta feira de feriado. Nesse dia, a praça chegou a ter um número de 22 pessoas utilizando a praça. Exatamente 50% das pessoas que estavam na praça nesse dia não moravam no condomínio, sei desse número, pois conversei com as pessoas a respeito desse espaço público. Dentre as questões que levantei estava a opinião das pessoas a respeito da praça estar num local que é privado. Em quase 100% das respostas, ouvi que a praça é bem cuidada e tem bastante mobiliários e equipamentos exatamente por estar num local seguro (sempre se referindo à empresa de segurança) e que é “bem cuidado e é mais seguro que lá fora”. Outra pergunta realizada estava relacionado a abrir o condomínio, pelo fato das ruas e da praça serem públicas. Em todas as respostas diziam que não deveria ser aberto “porque vai ficar tudo sujo e as pessoas não vão mais cuidar do espaço”, além disso afirmavam que se abrir “o pessoal de baixo vai levar tudo”.

Durante as observações no período noturno poucas vezes encontrei um número acima de 3 pessoas utilizando os diferentes espaços, normalmente ficavam sentados na pista de skate conversando. Talvez isso ocorra pelo fato da praça ter uma iluminação ruim como já demonstrado anteriormente. Em conversa com os adolescentes que estavam na praça próximo às 22 horas, diziam que a “portaria de cima fecha às 00 horas e a praça encerra as atividades às 22 horas, sem skate e sem futebol, por isso estamos indo embora”. Mesmo quem não é morador, respeita o combinado, “até porque se não respeitar os moradores ligam para a polícia” (DC, 16/05/2016).

O interessante dessa praça é que a qualidade do espaço público é melhor se comparado às outras praças. A qualidade a que me refiro, diz respeito a quantidade de mobiliários e equipamentos, a manutenção dos equipamentos, a limpeza da praça e a vegetação existente que é bem diferente daquela presente nas outras praças do bairro.

Para Caldeira (2011, p.303), a “qualidade do espaço construído influencia a qualidade das interações sociais” sendo que “os espaços materiais que constituem o cenário para a vida pública influenciam os tipos de relações sociais possíveis neles”. No entanto, observei que a praça⁷⁰ que apresenta menor qualidade em relação aos equipamentos e mobiliários, acaba propiciando aos moradores do entorno interações sociais de maior qualidade.

Posso refletir a respeito dessa contradição partindo do fato que a praça Anhangava está no interior de um “enclave fortificado” onde as pessoas que moram para além dos muros acabam se sentindo intimidadas pelo fato de haver segurança privada 24 horas por dia, pelos muros e pelas regras que são estabelecidas pelos moradores desse condomínio. Trata-se de uma contradição pois, a partir das afirmações de diferentes autores já citados, com melhores mobiliários teoricamente deveria haver um uso e uma apropriação mais efetiva por parte da população. Por todas as questões apresentadas a respeito dessa praça, posso afirmar que ela se caracteriza como um não lugar.

5.2 O FUTEBOL ENQUANTO EXPERIÊNCIA DE LAZER: O ESPAÇO TRANSFORMADO EM LUGAR

Até o momento apresentei a Praça do Bosque como um espaço que foi abraçado pela comunidade após as propostas desenvolvidas pelo coletivo do PVS, também descrevi três espaços que acabam se caracterizando como não lugares dentro do bairro pelo fato de não haver uma identidade da comunidade com esses espaços públicos de lazer.

Nesse tópico a proposta é trazer dois espaços que durante todo o período em que estive em campo, foram efetivamente apropriados, principalmente, por meio da

⁷⁰ Aqui estou me referindo à Praça do Bosque.

prática do futebol. Tanto no futebol debaixo das torres de energia⁷¹ quanto no futebol na Praça Homero Oguido, as pessoas têm a possibilidade de experienciar o lazer, pois as relações que se desenvolvem nesses lugares guardam em si e não fora deles os seus significados, além disso nesses lugares as dimensões do movimento da vida são possíveis de serem apreendidos pela memória, por meio dos diferentes sentidos e principalmente pelo corpo.

5.2.1 O futebol debaixo das torres de energia: “Sou da Panela”

Era uma manhã de domingo, o termômetro marcava 9°C, o sol já se fazia presente e começava a esquentar aquela manhã gelada. Quando cheguei no campo de futebol, por volta de 7:30h alguns jogadores já estavam se organizando. Três integrantes do grupo pegaram a chave para abrir o portão do local onde ficam guardadas as traves e os diferentes materiais que compõem a estrutura do “boteco” [local em que vendem cerveja e pastel], além da panela [símbolo do grupo, os jogadores fazem doação de alimentos não perecíveis para ajudar famílias que necessitam]. Assim que começaram a montar a trave e o “boteco”, outros integrantes foram chegando e ajudando na organização dos espaços. Quando o primeiro carro do grupo chegou já foi designado a pegar a cerveja no lava-car que fica próximo ao campo. Aproximadamente 8:20h já estavam no local aproximadamente 30 integrantes do grupo. O responsável pela organização do futebol pegou o material esportivo, composto por camisas, calções e meias e começou a dividir os times de maneira que ficasse equilibrado. Como não tem vestiário, pois a Copel não autoriza construções fixas embaixo das linhas de transmissão, os jogadores vão para atrás dos carros para se trocar. O primeiro grupo que começa a jogar às 8:30h são os adultos com mais de 40 anos e os mais novos que tem menos habilidade. O segundo grupo conhecido como da piaçada, com menos de 40 anos, joga a partir das 10:30h, caso os mais velhos aguentem jogar, eles estão autorizados a fazer parte das equipes. Quem divide o grupo da piaçada é outro responsável, as funções no grupo são bem delimitadas e sempre seguidas à risca.

Antes de iniciar os jogos, o grupo todo se reúne no meio do campo, realizam uma roda e conversavam sobre os assuntos pertinentes ao grupo, caso tenha algum

⁷¹ O campo de futebol do Grupo Panela é o número 1 na legenda presente no mapa ilustrado (p.29).

aniversariante cantam parabéns [nesse domingo, tinha um dos jogadores que estava comemorando 56 anos de casado e o grupo cantou parabéns. A festa de aniversário de casamento foi um assunto bastante discutido durante o período do jogo] e fazem uma oração pedindo proteção e que ninguém se machuque durante os jogos. Os times dos veteranos é composto por 10 jogadores na linha e 1 no gol, enquanto os times da piaçada jogam 8 para cada lado mais o goleiro. Geralmente os goleiros são sempre os mesmos, mas caso um deles falte sempre joga alguém improvisado. Em todas as partidas sempre tem um árbitro [são os próprios jogadores do grupo que fazem a arbitragem] para auxiliar durante o jogo. Enquanto os jogos acontecem, o “boteco” funciona a todo vapor, o responsável é sempre o mesmo, ele já não joga mais, pois não tem mais condições físicas, mas como faz parte do grupo assumiu essa responsabilidade. Todo o dinheiro da venda da cerveja, do refrigerante e do pastel é revertido para o grupo. Além dessa verba, cada integrante paga uma taxa de R\$ 30,00 reais para ajudar na lavagem dos uniformes, para pagar o corte da grama, o aluguel da casa onde ficam os materiais do “boteco” e as traves e para a festa de encerramento das atividades no final do ano. Depois que os jogos acabam, as equipes se reúnem novamente no centro do campo, fazem mais uma oração e retiram as traves do campo e levam para o “depósito”. Por volta de meio dia e meia os jogadores começam a ir embora e começam a desmontar o “boteco”. A partir de 1 hora da tarde o campo já voltou a ser apenas um espaço verde.

FIGURA 31 – CAMPO DE FUTEBOL SOB AS LINHAS DE TRANSMISSÃO DA COPEL – JOGO DOS VETERANOS



FIGURA 32 – CAMPO DE FUTEBOL E O “BOTECO” FEITO DE LONA AO FUNDO



FONTE: O autor (2017)

FIGURA 33 – ÁREA VERDE SOB AS LINHAS DE TRANSMISSÃO DURANTE A SEMANA.



FONTE: O autor (2017)

Essa vinheta representa o que acontece todos os domingos nesse campo a mais de 14 anos, tive a oportunidade de fazer as observações em dias de chuva, de frio e de calor e o grupo estava sempre organizado. O grupo jogava em outro local dentro do próprio bairro, porém precisaram sair, pois a prefeitura loteou o espaço e por aproximadamente 2 anos eles acabaram jogando em campo de grama sintética, mas não se adaptaram e de acordo com um dos fundadores do grupo, “ninguém merece ficar pagando para jogar”. (DC, 29/10/2017). Ao ser questionado se o campo sempre existiu, ele afirmou:

“Não! Aqui antes era um matagal e tinha muito lixo. Naquela época, nosso atual presidente teve uma ideia: vamos fazer um campo de futebol embaixo das torres da Copel, mas falamos para ele que não teria como, porque a Copel não autoriza. Mas como o pessoal estava cansado de não ter um lugar para jogar, então num feriadão prolongado que não tinha ninguém trabalhando na Copel, metemos a máquina aqui e começamos. No segundo dia que estávamos aplainando o negócio aqui, apareceu um funcionário da Copel e barrou a máquina, ele disse que aqui não poderia ser construído nada. Mas nós falamos que seria uma horta comunitária⁷² e que isso a Copel autorizava, então o cara ficou meio assim, mas deixou quieto. Aí continuamos mexendo, deixamos a poeira baixar um pouquinho, mas continuamos mexendo. Mesmo assim, a Copel veio umas 2 ou 3 vezes ver se estávamos fazendo alguma coisa. De tanto que insistimos em fazer o campo e como estava bem caprichado, tudo certinho, veio um engenheiro da Copel e falou que sabia que faríamos um campo, então ele autorizou, mas se levantássemos qualquer estrutura fixa eles voltariam e barrariam nosso campo. Então foi assim que fizemos o campo, nós fomos devagarinho, primeiro jogava no chão, depois compramos grama, plantamos grama. Então estamos aqui há bastante tempo.

Esse processo de organização coletiva de construção do campo, foi uma das “maneiras de fazer” encontrada pelos jogadores para ter um espaço público de lazer que permitisse aos mesmos se divertirem no final de semana. Dialogando com os conceitos de Certeau (2014), o grupo agiu de maneira astuta, utilizando as brechas existentes, nesse caso o feriado prolongado, momento em que a empresa de energia estaria fechada para iniciar a construção do campo. Esse é um bom exemplo do que seria a “prática do bairro”, pois a mesma depende de uma tática (mesmo que politicamente incorreta) para se efetivar. Outra tática utilizada pelo grupo foi falar ao engenheiro que construiriam uma horta comunitária, o que é permitido pela Copel e depois que o campo estivesse pronto dificilmente conseguiriam negar que o grupo de apropriasse do espaço e foi o que de fato ocorreu.

O grupo conseguiu ter mais força quando trouxe a comunidade que mora em frente ao campo para seu lado. Como afirmou em entrevista⁷³ um dos idealizadores do grupo,

⁷² A horta comunitária está representada pelo número 5 na legenda presente no mapa ilustrado (p.29)

⁷³ Entrevista realizada no dia 29 de outubro de 2017.

Antes da construção do campo, o terreno era muito íngreme e toda a água da chuva ia para dentro das casas. Depois que fizemos o campo com drenagem a água escorre, mas o campo absorve a maior parte. Então no início os moradores ficaram meio bravos, mas depois aprovaram. Eles diziam que campo de futebol só dá briga, bebedeira, bagunça, esculhambação. Mas o atual presidente disse que realmente tem bebedeira, mas esculhambação, baderna e folia não. Mas o que é legal é que hoje eles dão o maior apoio, a gente mantém isso aqui tudo limpo e antigamente isso aqui escondia os ladrões, eles saiam trabalhar e os ladrões invadiam as casas.

O exemplo de organização desse grupo deveria servir de exemplo para o PVS que foi desenvolvido durante a gestão municipal 2013-2016. Em conversa com os diferentes jogadores, comentei da existência do Projeto e das ações que desenvolviam e questionei se eles conheciam ou já tinham ouvido falar. Infelizmente nenhum jogador conhecia ou sabia do que se tratava, essa é uma questão que mostra a limitação que o projeto apresentou, pois não soube aproveitar as experiências exitosas presentes dentro do próprio perímetro delimitado para o estudo.

O grupo tem sua composição a partir da divisão de dois grupos. De acordo com a entrevista⁷⁴ realizada com o responsável pelo “boteco”:

Um deles queria ser competitivo, participar de competições, mas o nosso não tinha essa preocupação, então rachou. O atual presidente naquela época, em 1990 conseguiu formar um grupo com 14 jogadores veteranos, escolhidos para não dar bronca, não dar encrenca, só gente fina. O grupo ficou forte e o pessoal queria entrar, mas não era fácil. O cara tem que merecer para entrar no grupo. Então a turma ficou brava e começaram a chamar de panelinha “a panelinha do Marco, a panelinha do Marco...” isso ficou por uns dois anos. Então um dia ele pegou e fez o uniforme e escreveu no símbolo “Sou da Panela”. Então o nome pegou e ficou PANELA, mas o nome do grupo de verdade é “Sou da Panela”. Esse ano nosso grupo completa 28 anos, o grupo aqui é muito unido.

A partir dessa fala é possível afirmar que o grupo apresenta uma identidade, o que é fundamental para que se desenvolva um sentimento de pertencimento com o lugar. Reforçando essa afirmação, Tuan (2012) destaca que o desenvolvimento da identidade será mais intensa quanto maior for a ligação sentimental e afetiva que o lugar for capaz de gerar.

⁷⁴ Entrevista realizada no dia 29 de outubro de 2017.

Corroborando com essas ideias, trago a fala da Marli quando explanava a respeito da importância da comunidade apresentar uma identidade com o espaço, apresentando aquilo que ela chamou de alma do lugar.

Essa identidade faria desses espaços, lugares privilegiados que a população se apropria deles e faz uso que ela entende que é melhor. Quando você demonstra algum cuidado é porque já tem esse sentimento de pertença, esse lugar realmente eu tenho que ajudar a cuidar, isso caracteriza um lugar, quando um senhor arruma uma tábua que caiu na praça, por exemplo. Então acho que essa transformação dos espaços públicos em lugares com os quais a população se identifica é exatamente como lugares para ter o lazer, para ter o encontro.

Essa relação de identidade desenvolvida com o lugar se deve ao fato de existir um laço afetivo muito grande tanto com as pessoas quanto com o campo de futebol. São por meio desses laços que a comunidade se identifica e cuida do local. Isso se reflete em uma das falas dos jogadores,

Somos nós que limpamos, essa quadra toda aqui nós preservamos ela. A Copel não precisa pagar para a prefeitura ficar limpando. Nós cuidamos de tudo aqui, do campo, da limpeza por fora, cortamos a grama. Tudo nós cuidamos. Plantamos todas essas árvores que você está vendo aí. Não tinha nada disso aí. Ficou um jardimzinho.

FIGURA 34 – ÁREA DA COPEL CONSERVADA PELO GRUPO PANELA



FONTE: O autor (2017)

Dessa maneira, acredito, assim como a Marli “que a teoria só tem sentido quando está no dia a dia das pessoas”. Então ao trazer o conceito de espaço, lugar e não lugar muitas vezes os exemplos não parecem tão claros, porém essa experiência efetivada pelo grupo “Sou da Panela” permite ver como a teoria se relaciona com a prática cotidiana.

Esse grupo assumiu o espaço e conseguiu transformá-lo em lugar. Por meio dessa apropriação eles efetivaram aquilo que Tuan salienta como a construção do lugar que se desenvolve “a partir da experiência e dos sentidos, envolvendo sentimento e entendimento, num processo de envolvimento geográfico do corpo amalgamado com a cultura, a história, as relações sócias e a paisagem” (2013, p.11), ou seja, para que se tenha o lugar é preciso que ele tenha uma definição e um significado.

5.2.2 Jogadores da Homero Oguido: Aqui é nosso cantinho

Após trazer a experiência desenvolvida por um grupo que joga futebol na grama, nesse momento apresento outro grupo de futebol que se organiza numa das praças que estão no perímetro delimitado, trata-se da Praça Homero Morinobu Oguido.

Essa Praça tem uma área total de 4.140 m², composta pelos seguintes equipamentos: o parquinho com o trio de ferro (a gangorra está quebrada), uma cancha de vôlei de areia e uma cancha de futebol de areia, além do equipamento educacional. O lado da praça que fica para a rua Fábio Rogério Bertoli Arns é bem cuidada, pois os moradores fizeram bancos de concreto, plantaram diferentes árvores e plantas, além da churrasqueira feita de manilha.

FIGURA 35 – VISTA DA PRAÇA HOMERO OGUIDO CUIDADA PELOS MORADORES



Essa praça apresenta uma característica distinta em relação as outras, pois existe uma organização coletiva em torno do futebol. Essa prática corporal foi responsável por fazer com que o grupo se reunisse inicialmente por uma questão de saúde, (a praça tinha o esgoto a céu aberto) e depois para ter um espaço mais qualificado que permitisse vivenciar o fenômeno lazer em qualquer dia da semana.

Um dos jogadores que organiza o futebol e mora em frente à praça, em entrevista⁷⁵ me relatou:

Esse espaço sempre existiu, desde quando o condomínio foi construído a ideia aqui já era que tivesse a praça para fazer um lazer aqui. Mas aqui não tinha nada, era um valetão. Naquela época, tinha uma associação que lutou com a gente e conseguimos manilhar. Então nós conseguimos roçar tudo isso aqui, pois era tudo mato, não tinha nada, não tinha esse projeto [unidade educacional] e o campinho não era assim, não tinha grade nem tela, era menor e não era onde está hoje. A gente que começou a cuidar e arrumar tudo isso aí.

A parti dessa fala é possível perceber que desde o início do loteamento as pessoas que moram na região já se organizavam para ter um local melhor para conviver. Da mesma forma que o Grupo Panela se organizou no tempo de lazer para realizar uma mudança no espaço que hoje é o campo de grama, esse também se organizou no tempo e espaço de lazer com a preocupação de melhorar o local e dessa forma gerou um sentimento de pertencimento com aquele lugar, principalmente por parte dos moradores que jogam futebol.

Realizo a afirmação de que o grupo se sente pertencente a esse lugar pelo fato de ter participado de dois momentos que foram centrais para tal entendimento. O PVS teve uma pequena incursão nesse espaço no ano de 2016, a primeira foi uma reunião realizada na escola Michel Khuy que tinha como intenção apresentar um projeto que modificaria todos os equipamentos e mobiliários da praça e a segunda foi a apresentação dessa proposta para o grupo de jogadores.

O interessante da reunião realizada no dia 31 de março de 2016 foi a participação da comunidade, com a abertura da escola para que a reunião fosse o mais próximo possível da praça, além de contar com a presença dos representantes do coletivo.

⁷⁵ Entrevista realizada dia 28 de Fevereiro de 2018.

A reunião iniciou com a arquiteta do Departamento de Parques e Praças apresentando o projeto intitulado “Revitalização Praça Homero M. Oguido”; a proposta era apresentar a nova estrutura da Praça que contaria com os seguintes equipamentos e mobiliários: Cancha de futebol de areia e vôlei de areia, parquinho (com o trio de ferro), academia ao ar livre, espaço para andar de skate, local para sentar, ilha de reciclagem e um local específico para coleta de calça (restos de construção).

Logo no início da reunião a arquiteta comentou que seria necessário reduzir o tamanho da cancha de futebol para que tivesse espaço para os outros equipamentos, quando ela ainda estava falando os homens que estavam na reunião e jogam futebol na praça começaram a protestar dizendo que o grupo não aceitaria essa mudança “tirem a cancha de vôlei que está sempre vazia”, por outro lado as mulheres que estavam presente também diziam:

“não pode tirar o vôlei, não pode ser espaço só para homens. E as mulheres?”

“tem que ter espaço para todo mundo, pro pai jogar bola e pro filho brincar, andar de skate”

“Quem não vai aceitar a mudança do tamanho, tem pelo menos que jogar” (DC, 31/03/2016).

Como os ânimos estavam começando a se exaltar, a Marli enquanto mediadora, pediu para que todos deixassem a arquiteta finalizar a apresentação e depois conversáramos sobre o projeto. No decorrer da apresentação várias sugestões foram surgindo na tentativa de qualificar as mudanças propostas, dentre elas destacam-se a importância de colocarem lixeiras, bebedouro ou uma torneira e estacionamento. No entanto, de acordo com a arquiteta nenhuma dessas solicitações poderiam ser atendidas, explicou que lixeiras não são colocadas, pois “as pessoas costumam encher de lixo e não há coleta por parte da prefeitura, já o bebedouro e a torneira não colocamos porque as pessoas não cuidam e estacionamentoS não são feitos em praças” (DC, 31/03/2016).

Finalizada a apresentação, a arquiteta afirmou que a implementação ocorreria provavelmente em meados de agosto ou setembro daquele ano. Alguns comentários realizados pelas pessoas que estavam na reunião foram interessantes, dentre eles destaque a de dois moradores do bairro:

“Vocês estão de parabéns por apresentar o projeto antes de ter definido o projeto. Pelo que você apresentou ele está maravilhoso! ... “As coisas sempre vem prontas pra gente... essa é a primeira vez que vejo o projeto antes de fazerem”

“O espaço é de todos!! A comunidade vai ajudar, porque sempre cuidamos da praça”

Porém o pessoal que joga futebol na cancha ainda não estava satisfeito, pois a arquiteta não tinha dito que a cancha não seria reduzida. Esse foi um tema que gerou muito conflito e para tentar solucionar essa questão, a Marli sugeriu que o projeto fosse apresentado para os jogadores. A reunião foi agendada para o dia 07 de Abril às 19 horas na cancha da praça Homero Oguido.

Na semana que ocorreria a reunião entrei em contato com a Marli para avaliar a reunião com os arquitetos e saber como ela tinha ficado sabendo da revitalização na praça. No decorrer da conversa, ela afirmou:

Consegui ter acesso internamente dentro da SMMA, porque o Vila existe, mesmo ele não sendo implantando como o previsto, ele existe. Tem um grupo que atua, ele tem alguma ação. Então mesmo o departamento lá, sabe o que está acontecendo. Uma articulação interna, mas só deu certo porque o Vila começou a ser implementado. Isso já facilita esse trânsito, esse meio de campo. Eu percebo que toda interferência no espaço urbano deveria ser dessa forma, consultada, construída no coletivo.

A articuladora atua como uma “consultora popular”, em sua essência. De acordo com Souza e Rodrigues (2004) ela atua como assessora da sociedade civil, porém não pode substituir a experiência, os sentimentos e as aspirações das pessoas que vivem nos lugares, ela deve trabalhar com a comunidade e essa foi a atuação dela em todo o processo do PVS.

A última questão a que se refere a articuladora sobre a importância de ouvir quem vive no lugar também foi levantada por uma moradora que ajuda constantemente a cuidar da praça. No decorrer da entrevista⁷⁶, ela reforçou a importância da comunidade ser consultada,

⁷⁶ Entrevista realizada dia 03 de Novembro de 2017.

Veja só como eles nunca vem perguntar opinião da gente, eu acho que a prefeitura, os engenheiros, eles colocaram esse poste ali e agora que está funcionando de tanto a gente reclamar. Foi no ano passado, funcionou durante uma semana, nós tínhamos aqui 2 postes um aqui e outro ali cada um com duas lâmpadas não era tão alto, mas iluminava a cancha funcionava 100%. Vieram aqui, arrancaram os dois postes e colocaram aquele ali. Eu não entendi qual é o motivo, então colocasse esse aqui e deixasse os outros dois. Funcionou durante uma semana e depois parou.

A moradora reclamava da maneira como a prefeitura toma as decisões e acaba não consultando a comunidade. Quando retiraram os dois postes menores e colocaram um superposte com 4 pétalas, a iluminação melhorou por um período, mas logo estragou e a prefeitura só arrumou depois de ligarem várias vezes reclamando. Como comentou no decorrer da entrevista, “o problema é que sem a iluminação, boa parte da praça ficava no escuro o que acabava gerando uma insegurança”. O que ela critica é o fato de não serem consultados sobre a importância ou não de retirar os postes de iluminação que funcionavam, trocando por algo que era incerto.

Além da importância da comunidade ser ouvida também afirma que seria muito bom se a associação de moradores fosse mais atuante.

O poder público pode ajudar, mas se a comunidade não se organizar de nada adianta. Não adianta a prefeitura vir aqui e deixar tudo bonito e não ter ninguém organizando e cuidando. Aqui nós cuidamos, nós organizamos. Aqui acontece o contrário e a prefeitura não dá atenção pra nós. A gente fica indignado com uma coisa dessa. Mas sei que também depende um pouco da associação de moradores, ela precisa correr atrás. Nós temos a associação aqui, mas está abandonada faz uns 5 anos.

Nas diferentes entrevista pude perceber que a comunidade do entorno da praça realmente se identifica com ela, eles apresentam um sentimento de pertencimento, pois cuidam e se organizam para conservar esse local.

A comunidade sabe o quanto de investimento a prefeitura realiza, porém muitas vezes faz sem escutar a população. Outra dificuldade encontrada é a falta de reconhecimento por parte do poder público quando a comunidade se organiza para melhorar ou cuidar de algo que não seria obrigação apenas dela. Em uma entrevista⁷⁷ com o morador do entorno da praça, ele comenta:

⁷⁷ Entrevista realizada em 28 de Fevereiro de 2018.

O que a gente fica chateado aqui é que a gente cuida e ninguém olha para gente, essas árvores que tem na praça foi a gente que plantou, aquele pinheiro era bem pequenininho, olha o tamanho que está, a gente sabe que precisa cuidar e organizar porque é aqui que a gente tem o nosso lazer. Não temos nenhum investimento da prefeitura, quem organiza tudo são os próprios moradores. Muitas vezes a gente vê praças que estão cuidadas aqui, mas que estão abandonadas. Veja aquela praça Renato Russo do lado da escola [Maria Marli] tem um espaço enorme mas você nunca vê ninguém ali, de vez em quando tem uma piazzinha jogando bola. Ali antes era um campo de grama e tinha campeonato, era um campo oficial e fizeram aquela praça de areia, mas ninguém usa.

Nessa fala é possível perceber que o morador se preocupa com a praça e compreende a responsabilidade dos cidadãos ajudarem na manutenção e conservação dos espaços públicos. Algo que merece atenção e que já discuti sobre a praça Renato Russo no item “saindo da posição de sobrevoo para caminhar no bairro” é a sua característica de não lugar. A fala desse morador reforça aquilo que observei no decorrer do período que estive em campo. Apesar da praça ter uma excelente estrutura física, realmente não tem uso nem apropriação.

O segundo momento que percebi que os jogadores apresentam uma identidade realizada ali. A reunião foi marcada para uma quinta-feira à noite, dia em que se organizam para jogar futebol. Acabei chegando um pouco mais cedo no local marcado, porém alguns jogadores já se encontravam na praça. Dentre eles, estava um dos moradores que participou da reunião na escola, tratava-se de uma pessoa bem articulada na comunidade, pois trabalhava como assessor de um vereador. No dia da reunião ele foi um dos responsáveis por levantar o debate de que os jogadores não aceitariam a mudança no tamanho da cancha.

Quando cheguei, cumprimentei as pessoas e fiquei aguardando os outros integrantes do PVS que auxiliariam na reunião. Como tínhamos conversado previamente para ver qual seria a estratégia adotada no momento de apresentar o projeto, optamos por apresentar inicialmente a qualidade da proposta para posteriormente dizer que a cancha seria reduzida.

Enquanto esperava, percebi que o assessor de maneira astuta já tinha articulado os jogadores para que fossem contra o projeto. Os jogadores falavam em voz alta (DC, 07/04/2016):

“Ninguém vai tirar um metro dessa quadra”

“Nunca ninguém vem aqui dar um caminhão de terra, trocar a lâmpada e agora querem acabar com a nossa quadra”

“Vocês podem fazer o que quiser no resto dessa praça, mas não mexam na nossa cancha”.

“Se tentarem diminuir vamos derrubar tudo, num dia levantam e a noite derrubamos”

“Trabalho com quase 50 crianças aqui e como vão jogar se diminuir a quadra?”

“Quem cuida daqui somos nós... a gente fez os bancos, nós compramos o material e fizemos, também fizemos a drenagem... não ficou muito boa, mas nós que fizemos”

“A gente cuida da praça, trazemos sacola para pegar o lixo”

Os jogadores estavam resistentes à possibilidade de mudança e isso ficou perceptível no decorrer da apresentação do projeto quando repetiam várias vezes as mesmas frases. Inicialmente receberam todos os integrantes do PVS com muita raiva e de maneira ríspida, porém no decorrer da apresentação da Marli, os ânimos foram se acalmando e principalmente os jogadores prestaram atenção na proposta. Além da articuladora, estavam os representantes da SMELJ, do IMAP, do GEPLC, o presidente da associação de moradores e duas moradoras do bairro que também estavam na reunião realizada na escola (FIGURA 36).

FIGURA 36 – REUNIÃO COM OS JOGARES PARA APRESENTAR O PROJETO DE REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA.



FONTE: O autor (2016).

Os jogadores reforçavam que poderiam alterar tudo naquela praça, mas eles não aceitavam que diminuísse a cancha, eles diziam “a cancha já é pequena, jogamos com 4 na linha e 1 no gol, se reduzir o tamanho vai ficar inviável jogar futebol”. As mulheres argumentavam “também não podem retirar a cancha de vôlei, nós também temos direito de realizar uma atividade física”.

Mesmo com boa parte da comunidade local não concordando com o projeto, a Marli terminou a apresentação e disse “se cada um ceder um pouco, todos saem ganhando, isso é tanto para os homens quanto para as mulheres”. Depois que a articuladora falou foi aberto o espaço para os jogadores falarem, foi um momento interessante, pois deram algumas sugestões que poderiam ajudar a solucionar o problema e todos teriam seus espaços para aproveitar no tempo de lazer. Dentre elas destaca-se o fato de não deixar um espaço com calçada entre as canchas de futebol e de vôlei e entre a cancha de vôlei e o parquinho, poderia ser colocado apenas uma tela para dividir, isso faria com que a cancha de futebol permanecesse do mesmo tamanho e todos seriam contemplados com a proposta.

Quando a reunião estava quase acabando, a Marli se comprometeu a levar as sugestões para os arquitetos, explicando a importância das contribuições que os moradores do entorno da praça, que são os mais interessados, trouxeram para o projeto. Ela foi a pessoa certa no lugar certo desde o princípio, primeiramente por ter acesso ao projeto dos arquitetos e também por propor a conversa com a comunidade.

Dialogando com a teoria de Certeau, é possível afirmar que a Marli no decorrer desse processo teve uma função de extrema relevância e agiu de maneira astuta. Como a revitalização da praça era responsabilidade do poder público e a estratégia já estava delimitada para a implantação do projeto, mesmo sem o aval da comunidade, contudo, a articuladora sugeriu que primeiramente fosse apresentado aos moradores. Além dessa tática utilizada, ela percebeu, desde a reunião na escola, que principalmente os jogadores criariam uma barreira em relação à proposta, dessa forma pensou rapidamente em propor que o projeto fosse apresentado à comunidade, assim conseguiu subverter as normas permitindo que a comunidade debatesse junto e posteriormente desse a sua devolutiva.

Encerrada a reunião os jogadores vieram pedir desculpas para todos que faziam parte do PVS, explicando que essa praça é muito importante para eles e por isso acabaram se exaltando e agindo de maneira ríspida. Após esse encontro,

avaliamos que a reunião com os jogadores foi positiva e que esse é o exercício político que deve ser concretizado no dia a dia da comunidade.

Refletindo a respeito da atitude da comunidade ao ter acesso ao projeto, por meio do PVS, acredito que esse foi o momento que a população teve a oportunidade não apenas de decidir, mas de trazer seus anseios sobre os destinos de seus espaços, eles foram respeitados em suas necessidades, pois se a cancha de futebol fosse reduzida a identidade daquele grupo poderia ser abalada. Isso se evidencia na fala de um dos jogadores:

Lembro daquela reunião que vocês apresentaram a intenção de mudar a cancha, mas também ficou só na conversa. Eu lembro que queriam diminuir a quadra, nós sabemos que ela é pequena mas para nós é o suficiente, é o nosso lazer. Então se fosse diminuir o pessoal ia ficar muito chateado. Ainda bem que não foi mexido e ficou assim (DC, 22/10/2017).

Infelizmente essa proposta de revitalização que foi levada aos moradores da praça Homero Oguido de fato não saiu do papel. Apesar dos arquitetos concordarem com as sugestões e afirmarem que seria possível manter a cancha com o mesmo tamanho e a verba para a execução ter sido liberada, o processo de licitação demorou e nesse meio tempo acabou entrando o período eleitoral, o que paralisou o processo e a revitalização não aconteceu. Essa foi uma atitude lamentável por parte do poder público, pois quando a comunidade foi ouvida pela prefeitura e achou que seria concretizado um projeto que traria melhorias para todo o bairro e bairros vizinhos, novamente ficaram desamparados. Como afirmou um morador “Tivemos duas reuniões, mas infelizmente ficou só no papel. Eles até afirmaram que a pracinha aqui seria toda reformada, mas como você pode ver não tem nada, não saiu do papel” (DC, 22/10/2017).

Independentemente desse projeto não ter saído do papel, os jogadores apresentam uma identidade muito forte com a praça. Isso se deve ao fato de cuidarem a tanto tempo desse espaço, como comentei anteriormente quanto mais intensa for a ligação sentimental e afetiva com o lugar, maior será sua identidade.

Essa relação se concretiza com a fala de um dos jogadores:

Incrível essa cancha, como o pessoal gosta. Pra você ter uma ideia, tem uma cancha ali ó [Gastão Adolpho Romanó] que é bem melhor, é bem iluminada, colocaram lâmpadas novas no ano passado, tem areia que boa, mas o pessoal prefere ficar aqui. É incrível a nossa aqui ó, está assim e sempre tem gente, sem areia sem nada e vive cheio de gente. O que acontece é que o pessoal vê que a gente cuida. Porque nosso grupo joga na terça e joga na quinta às 19 horas e joga no domingo de manhã, isso há 22 anos.

Reforçando essa fala, um dos jogadores que está desde o início do loteamento e teve a oportunidade de vivenciar todas essas questões que ocorreram nessa praça, afirmou:

Pra você ter uma ideia, teve uma época aqui que a nossa cancha estava toda destruída, a tela estava toda estourada porque o pessoal de lá [do outro lado da linha do trem] vinha e arrebentava tudo, a tela, as redes [que ficam sobre a cancha e evitam que a bola saia]. Então nós desistimos de ficar cuidando dessa quadra e resolvemos jogar na quadra lá de cima [na Praça Renato Russo], jogamos dois domingos, mas a gente não se acostumou e acabamos voltando para cá. **É que aqui é nosso cantinho.** Aqui a gente se *identifica com o lugar*. É que aqui tem nossa amizade, a nossa luta, então a gente se agarra. Então esse aqui é o nosso **lazer**, nosso divertimento.

Acredito que essa fala resume bem o que procurei apresentar sobre os diferentes conceitos apresentados principalmente por Tuan (2014). Esse morador sem conhecer a teoria traz elementos e uma capacidade de reflexão a respeito do lugar que muitas vezes nós enquanto pesquisadores e estudiosos dos espaços públicos de lazer não temos condições de apreender de maneira tão sensível e aprofundada. Por esse motivo destaquei na fala a parte que ele afirma “aqui é nosso cantinho”.

Relacionando esses dois tópicos, é possível afirmar que em ambos os espaços públicos de lazer existe um sentimento “topofílico” do qual fala Tuan (2012), em ambos os locais é perceptível a existência dos laços afetivos que as pessoas desenvolveram com o campo de futebol e com a praça nas diferentes formas de apropriação. Durante as observações ficou nítido a identidade criada pelas pessoas com esses lugares.

Gostaria de finalizar esse tópico com mais uma frase dita pelo mesmo morador que está desde o início do loteamento e que faz cada um de nós refletir sobre o espaço público “a praça deve ser local de encontro, de lazer, de debate e inclusão”.

No próximo tópico a intenção é trazer alguns dados que foram levantados a partir de pesquisas realizadas nas quatro escolas municipais que fazem parte do perímetro estudado procurando compreender quais são as praças que as crianças dos 5º anos utilizam ou se apropriam e quais são as principais atividades realizadas no tempo e espaço de lazer.

5.2.3 As escolas municipais e os espaços públicos: a importância da formação para o lazer³

Nesse momento a preocupação é trazer à reflexão a importância de considerar a formação inicial como fundamental no processo de educação para o lazer, além de pensar sobre a possibilidade de educar as crianças para se apropriarem dos diferentes espaços públicos de lazer presentes nas cidades.

Como afirmei no segundo capítulo, a cidade é um lugar onde as pessoas por meio de seus corpos podem ouvir, ver, tocar, conviver, aprender e se desenvolver, ou seja, ela apresenta uma função pedagógica e social e nessa perspectiva, a escola pode ser o local por excelência que procure educar os alunos para vivenciarem o lazer na cidade.

Pensar o processo de educar para o lazer (MARCELLINO, 1998) na escola se caracteriza como um objeto de reflexão para o ensino, ou seja, o lazer seria um elemento articulador⁷⁸ a ser apropriado e entendido enquanto direito constitucional, para potencializar as próprias escolhas, espaços, práticas e atitudes no tempo e espaço de lazer.

O processo de educação para o lazer, permite instrumentalizar as crianças para assumirem o protagonismo nos seus tempos/espaços destinados às vivências de lazer, essa proposta reforça a visualização de uma escola na qual o crescimento, conhecimento, enfim, a educação, extrapole o trabalho desenvolvido em sala de aula e alcance todos os tempos/espaços escolares, com projetos integradores e que estimulem outra forma de comportamento e atitudes dos alunos.

⁷⁸ “Os elementos articuladores alargam a compreensão das práticas corporais, indicam múltiplas possibilidades de intervenção pedagógica em situações que surgem no cotidiano escolar” (Paraná, 2008, p.54), dentre elas o lazer. São, ao mesmo tempo, fins e meios do processo de ensino e aprendizagem, pois devem transitar pelos diferentes conteúdos escolares de modo a articulá-los o tempo todo. Esses elementos ampliam o conhecimento da realidade estabelecendo relações e nexos entre os fenômenos sociais e culturais.

Dessa forma, uma das possibilidades de realizar esse processo de educação para o lazer pode ser através da compreensão de como as crianças efetivam a “prática do bairro”. Conforme afirma Certeau et al. (1996, p.43), “a prática do bairro é desde a infância uma técnica do reconhecimento do espaço enquanto social”, por isso acredito na importância das escolas desenvolverem trabalhos que permitam aos alunos terem acesso aos espaços públicos de lazer do bairro onde vivem. Para os autores, “o bairro se inscreve na história do sujeito como a marca de uma pertença indelével”, é esse pertencer ao lugar desde a infância que permite afirmar que se efetiva o “processo de apropriação do espaço como lugar da vida cotidiana pública” (Ibidem, p.44).

Levando essas questões em consideração procurei compreender quais as vivências ou experiências que crianças estudantes das Escolas Municipais Marumbi, Michel Khury, Maria Marli e Rachel Mader, que fazem parte do perímetro do PVS, possuem em relação aos espaços públicos de lazer e quais eram as principais atividades realizadas por elas nesses espaços.

Para a realização da pesquisa foram selecionadas turmas de 5º ano, de ambos os turnos, optei por essas turmas, pois são crianças que já estão a algum tempo na escola e em geral apresentam maior vivência e conhecimento sobre o bairro.

Para atingir o objetivo elaboramos⁷⁹ um questionário, no qual os alunos responderam individualmente. Para auxiliar no momento de responder as questões referentes às praças foi utilizado como estratégia a projeção de imagens, assim foi possível observar que os alunos e as alunas muitas vezes não reconheciam os espaços pelos nomes oficiais, mas ao observarem as imagens conseguiam identificá-las e muitas vezes nomeavam de outra forma.

No total foram respondidos 355 questionários, desse total, 41 na Escola Rachel Mader⁸⁰, 78 na Escola Marumbi⁸¹, 110 na Escola Michel Khury e 126 na Escola Maria Marli. Essa variação no número de respostas se deve ao número de turmas de 5º anos de cada escola.

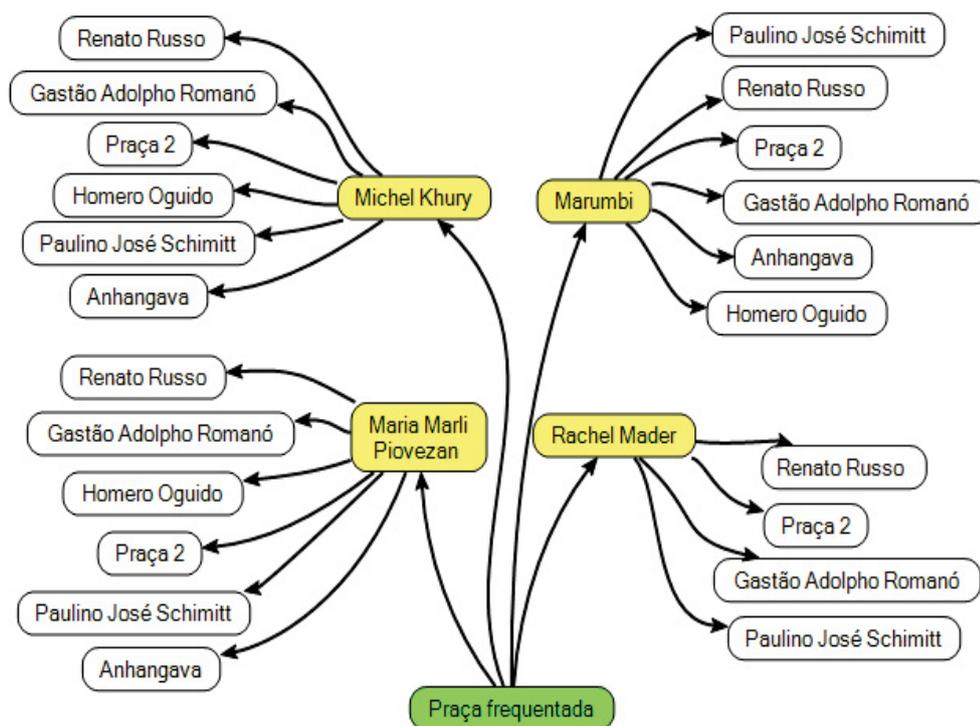
⁷⁹ Afirimo que elaboramos, pois tive a contribuição dos alunos da Iniciação Científica tanto na elaboração das questões quanto a sua aplicação nas escolas.

⁸⁰ A Escola Municipal Rachel Mader é o número 20 na legenda presente no mapa ilustrado (p.29).

⁸¹ A Escola Municipal Marumbi é o número 3 na legenda presente no mapa ilustrado (p.29).

A partir da análise das respostas, procuro refletir a respeito de algumas questões que se referem mais diretamente às praças e as formas de apropriação. Para tanto foi elaborado um diagrama que facilita a visualização. No diagrama 2 a preocupação foi saber em cada uma das escolas, que estão na cor amarela, quais eram as praças que os alunos frequentavam, optei por não colocar as porcentagens em cada uma das respostas, porém no diagrama elas aparecem em ordem de cima para baixo da mais frequentada para a menos frequentada.

DIAGRAMA 2 - QUAIS DESSAS PRAÇAS VOCÊ FREQUENTA?



FONTE: O autor (2018).

O que me chamou atenção nas respostas das escolas Michel Khury, Maria Marli e Rachel Mader foi que as crianças afirmam que frequentam as Praças Renato Russo, sendo as mais utilizadas pelas crianças das três escolas e depois vem o Jardimete Gastão Adolpho Romanó, de acordo com as duas primeiras. Afirmo que esse dado me chamou a atenção pelo fato de ter realizado observações em diferentes horários, dias da semana, final de semana e feriado e poucas vezes vi crianças nesses dois espaços.

Como citei anteriormente, esses dois espaços se caracterizam como não lugares, apesar de apresentarem uma circulação de pessoas, principalmente, por

serem locais de passagem, não foi observado que a comunidade, desde crianças até os idosos, se apropriavam desses espaços públicos. Talvez a maneira como os alunos foram questionados acabou gerando uma interpretação diferente que resultou nesses dados. Como essa praça e o jardinete ficam bem próximos as duas primeiras escolas, como representado no mapa ilustrado (página 29), pode ser que as crianças ao irem e voltarem da escola acabem passando por elas e considerem que a frequentam quase todos os dias. Já a escola Rachel Mader fica do outro lado do bairro, o que dificulta o acesso, principalmente das crianças.

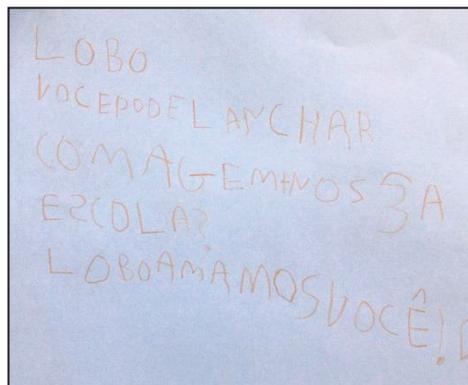
Já a Praça 2, ou Praça do Bosque, aparece como sendo uma das mais frequentadas. Como relatei no capítulo 4, essa praça passou a ter uma maior apropriação depois do processo de reconversão (Borja e Muxi, 2000) pela qual passou. Ela está muito próxima da Escola Michel Khury e da Escola Rachel Mader, essa escola fica do outro lado da linha do trem e daquele lado não tem nenhum espaço público de lazer, nesse sentido, a Praça 2 é a que está mais próxima da escola.

Durante as observações tive a oportunidade de ver o trabalho de uma professora da Escola Michel Khury, realizado nessa praça com as crianças da pré-escola. Em conversa com professora, ela relatou que:

“As crianças escolheram a praça, pois de acordo com elas, naquele espaço tem um lobo “bom” que mora lá. Então as crianças levaram cartas para ele dizendo o quanto gostavam dele. Os bilhetes foram pendurados nas árvores e dois dias depois voltamos para retirar, pois já daria tempo dele ter lido” (DC, 25/05/2016).

Após recolher as cartinhas, as crianças viram que a praça estava suja e em conjunto com a professora decidiram realizar a limpeza da praça. De acordo com a professora as crianças já tinham realizado um processo de reconversão na escola e depois sugeriram que fosse feito o mesmo na praça. Esse foi um projeto desenvolvido que tinha como título “O olhar da criança na valorização do espaço público”. Devido à qualidade do trabalho, a professora e os alunos receberam dois convites, um para expor no Museu Paranaense, além do convite para participar da Bienal da Educação Infantil.

FIGURA 37 – AÇÃO DAS CRIANÇAS NA PRAÇA DO BOSQUE E CARTINHA PARA O LOBO



Lobo.
 Você pode lanchar
 com a gente em nossa
 escola?
 Lobo amamos você!



FONTE: O autor (2016).

Ao conhecer o trabalho da professora, ela foi convidada a participar do PVS para ajudar no desenvolvimento das ações. Outra ação que acredito ter sido relevante foi a grande participação, no processo de reconversão da praça, tanto da professora quanto de seus alunos em conjunto com os seus familiares no dia 25 de maio de 2016, dia anterior a realização do 4º Evento. Nesse dia realizamos a limpeza de toda a praça e fizemos o plantio de árvores e de diferentes mudas de plantas.

Acredito que esse processo realizado pela professora da educação infantil é o que nós enquanto professores devemos procurar realizar com nossos alunos. Esse processo de conscientização da importância de cuidar e conservar o espaço público de lazer deve ser incentivado com as crianças desde os anos iniciais. São poucos os exemplos de adultos que tenham um sentimento de pertencimento e que desenvolvam uma relação afetiva com o lugar, porém as crianças apresentam uma maior receptividade a aprender, assim os professores ao trabalhar com diferentes valores conseguem influenciá-los de maneira mais significativa.

FIGURA 38 – CRIANÇAS PARTICIPANDO DO PROCESSO DE RECONVERSÃO DA PRAÇA



FONTE: O autor (2016).

Por essa razão, acredito que a educação para o lazer pode ser um instrumento pedagógico que venha instigar as crianças a valorizar os diferentes lugares do bairro e conseqüentemente tenham a possibilidade de se apropriarem da cidade onde moram.

Pensando nas formas de uso e apropriação da Praça Homero Oguido, essa é uma praça pouco frequentada pelas crianças, porém tive a oportunidade de observar que no final do dia, principalmente, quando tinha jogo de futebol, elas estavam juntas com os adultos. Em alguns finais de semana observei 3 ou 4 crianças brincando principalmente na cancha de futebol de areia.

Já a praça José Paulino aparece como frequentada pelos alunos da escola Marumbi, isso se deve ao fato da escola estar a apenas uma quadra dessa praça. Os equipamentos e mobiliários que fazem parte dessa praça são a academia ao ar livre, uma cancha de futebol de areia, um parquinho com o trio de ferro, mobiliários para alongamento e uma pista de caminhada que fica ao redor de um grande bosque. Durante a semana quem utiliza esse espaço são os adultos e basicamente os equipamentos que fazem parte da academia ao ar livre. No entanto, aos finais de

semana e feriados pude observar as crianças que moram no entorno da praça brincando na ciclovia com “carrinhos de rolimã”.

FIGURA 39 – CARRINHO DE MADEIRA UTILIZADO PELAS CRIANÇAS E ADULTOS



FONTE: O autor (2017)

Os carrinhos são construídos por um dos moradores que tem sua casa bem em frente à praça. Conversando com alguns moradores, comentaram que ele vende os carrinhos e que sempre leva para a praça para as crianças brincarem. Toda criança e adulto que passava na praça poderia brincar com os carrinhos.

Esses carrinhos chamam a atenção pelo tamanho e por sua qualidade no processo de construção. Enquanto as crianças subiam nos carrinhos, os adultos empurravam com um pedaço de madeira ou com as mãos. Em alguns momentos ouvi as pessoas que estavam na praça dizendo “não basta ser mãe, tem que participar”; “Nossa! Nunca fiz tanto exercício!” (DC, 08/09/2017).

FIGURA 40 – ADULTOS E CRIANÇAS BRINCANDO



FONTE: O autor (2017).

A partir das diferentes observações foi possível perceber que essa praça apresenta um certo uso por parte da comunidade que mora no entorno, porém não é possível afirmar que se caracteriza como uma apropriação, ela estaria situada entre o lugar e o *não lugar*.

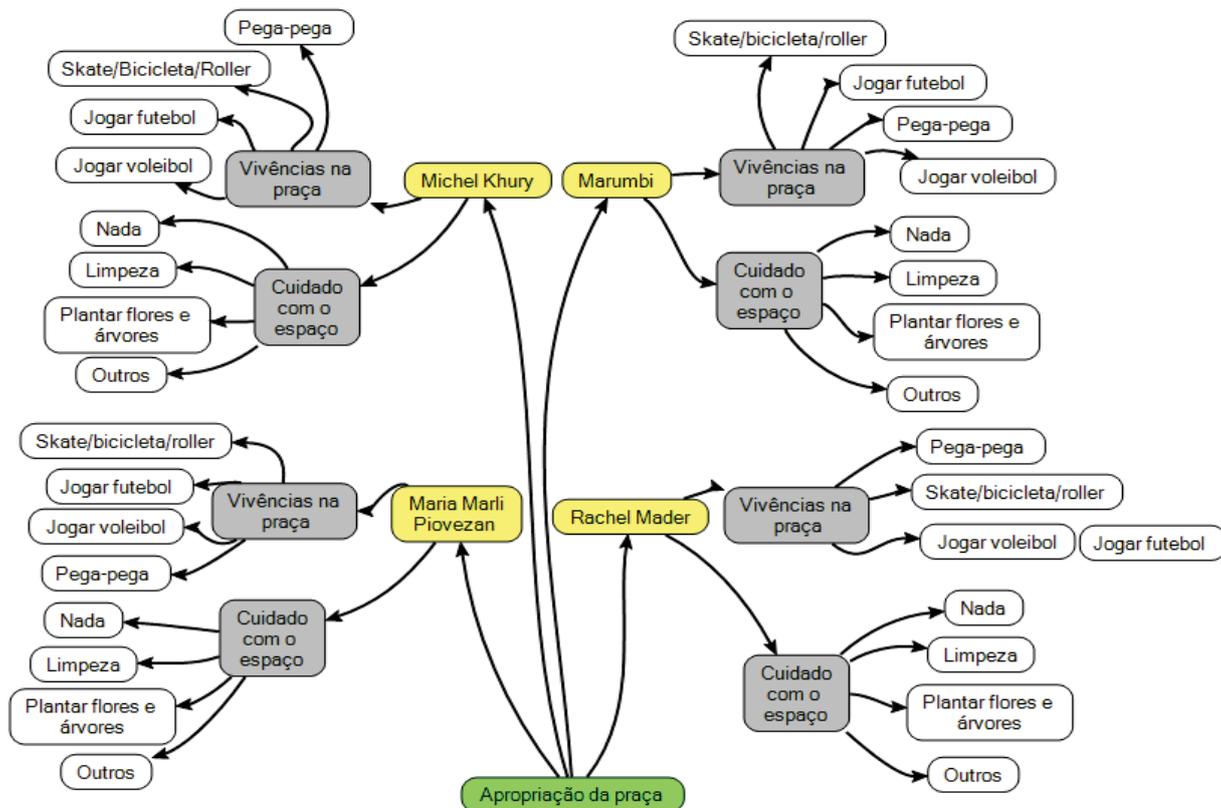
A última praça que está no diagrama e que fez parte da pesquisa é a Anhangava, de acordo com a respostas das crianças é a menos utilizada, mesmo pelos alunos da escola Marumbi que fica muito próxima a esse espaço. As crianças da escola Rachel Mader sequer citaram como um espaço frequentado, quando apresentada a imagem da praça quase ninguém reconheceu. Provavelmente isso tenha ocorrido por ser essa praça um não lugar (AUGÉ, 1994), além de estar no interior do que afirmamos ser um enclave fortificado.

Quando trago as respostas do que as crianças costumavam fazer quando iam às praças, ficou perceptível que a maior parte das respostas acabaram se repetindo nas diferentes escolas, por esse motivo achei relevante trazer aquelas que foram mais assinaladas. Da mesma forma que no diagrama anterior não coloco as porcentagens, mas as respostas aparecem em ordem de cima para baixo, das vivências mais realizada para a menos realizada, além do cuidado que tiveram com os espaços. A categoria apropriação da praça está representada em verde, em amarelo estão as escola, em cinza as subcategorias relacionadas as vivências realizadas nas praças e qual o cuidado já tiveram com o espaço e na cor branca estão as variáveis de maior frequência.

Em todas as escola, as respostas que se destacaram com relação as atividades foram praticamente as mesmas, brincar de pega-pega; andar de bicicleta, skate, roller; brincar de futebol e brincar de vôlei.

As questões no questionário buscavam ampliar o leque de possibilidades, por exemplo, quando elas brincam, a preocupação era saber com quais brinquedos, dentre eles poderiam assinalar boneco(a); skate/bicicleta/roller; esconde-esconde; pega-pega; cobra-cega e tinham a possibilidade de escrever outro brinquedo que não estava presente na pergunta. Já com relação as atividades com bola, tinham as seguintes opções: jogar futebol; jogar vôlei; jogar queimada/caçador; jogar alerta; jogar basquete, ou outro jogo que não estava no questionário.

DIAGRAMA 3 – DIFERENTES FORMAS DE USO E APROPRIAÇÃO DAS PRAÇAS



FONTE: O autor (2018).

Em duas escolas, a atividade mais realizada nas praças, de acordo com as crianças, era o pega-pega, enquanto nas outras duas destacava-se andar de bicicleta, skate, roller. A atividade de pegar apresenta muitas variações e na realidade de Curitiba elas estão presentes em todas as escolas, essa é uma brincadeira que elas realizam na entrada da escola, na hora do recreio e na hora da saída, provavelmente por isso essa resposta apareceu com maior percentual. Já a resposta referente à andar de bicicleta, skate, roller também se destacou. No decorrer das observações poucas eram as crianças que andavam de skate ou roller, porém de bicicleta realmente o número era muito grande. Já tinha destacado essa questão principalmente nas observações realizadas na Praça do Bosque.

As outras duas atividades que se destacaram foram aquelas realizadas com bola, futebol e vôlei, porém em percentual ambas foram menos lembradas pelas crianças.

Outra preocupação presente na realização do questionário estava relacionada ao cuidado com as praças, dentre as questões elaboradas, havia perguntas que lhes indagavam: se nunca fizeram nada, se já tinham limpado, se plantaram árvores ou flores, ou qualquer outra ação que tivesse relacionada ao tema. Todas as escolas tiveram o mesmo destaque para as respostas, sendo a mais assinalada não ter feito nada, em segundo limpeza e em terceiro plantar árvores ou plantas. Ao analisar os resultados das respostas separadamente, o número de crianças da escola Michel Khury que já limpavam a praça ou plantaram árvores foi maior que as outras escolas, acredito que esse fato se deve às ações realizadas na Praça do Bosque tanto pelo PVS quanto pela professora da escola.

As duas últimas questões que trago para a reflexão buscaram compreender se as crianças consideravam as praças como delas, procurando saber se apresentavam um sentimento de pertencimento com esses lugares e a última se elas costumavam brincar na rua (TABELA 5).

TABELA 5 – CONSIDERA A PRAÇA SUA E BRINCA NA RUA?

Variável	Mar ia Marli Pio vezan (%)	Mic hel Khu ry (%)	Mar umbi (%)	Rache l Mader (%)
<i>Considera que o espaço é seu</i>				
Sim	49,0	68,2	43,0	87,8
Não	51,0	31,8	57,0	12,2
<i>Brinca na rua</i>				
Sim	79,0	72,0	71,0	61,0
Não	21,0	28,0	29,0	39,0

FONTE: O autor (2018).

Analisando as respostas da primeira questão, os alunos das escolas Michel Khury e Rachel Mader dizem que consideram o espaço como delas, novamente tenho a tendência de afirmar que isso se deve ao fato dos diferentes eventos que foram realizados na Praça do Bosque, além disso, esse espaço público de lazer está a uma pequena distância dessas duas escolas. Já a maior parte das crianças das escolas Maria Marli e Marumbi disseram que não consideram como delas, uma

suposição para que isso ocorra é falta de ações das próprias escolas ou eventos que permitam as crianças utilizarem esses espaços no tempo de lazer e dessa forma tenham a possibilidade de criar um sentimento de pertencimento com esses espaços que ficam tão próximos às escolas.

A última pergunta que trago para a reflexão é se as crianças brincam na rua. Observando os resultados, posso afirmar que os alunos de todas as escolas se apropriam das ruas do bairro. Dentre todas as respostas apresentadas, o brincar na rua se caracteriza como a “prática do bairro” das qual falam Certeau et.al (1996). No decorrer das diferentes observações tive a oportunidade de perceber que as crianças utilizavam muitas vezes as ruas para soltar pipa, para jogar bola ou andar de bicicleta, mesmo tendo uma praça próximo. Essas práticas corporais experienciadas nas ruas propiciam às crianças desenvolverem um sentido de pertencer ao lugar criando uma relação afetiva que viabilizam que pratiquem o bairro.

A partir dos questionários realizados e das conversas com as crianças, pude perceber que elas tem anseios por diferentes atividades de lazer, porém ainda não têm autonomia para se apropriarem dos diferentes espaços públicos, pois são muito novas e ainda dependem dos pais para usufruírem desse direito em sua essência.

Para finalizar esse capítulo, trago uma reflexão realizada por Lefebvre (1991) que sintetiza a importância tanto da educação para o lazer quanto a importância de se pensar a cidade como um espaço pedagógico. O autor afirma que a cidade sempre teve e terá uma função lúdica, além de espaços lúdicos; ele acredita de maneira utópica na construção de uma cidade lúdica, na qual o centro seria destinado aos jogos, aos espaços lúdicos, às ações culturais. Levando esses elementos em consideração reforço também a importância das comunidades terem acesso ao centro para que de fato se efetive o direito ao “entorno” e consequentemente o direito a cidade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois dessa longa caminhada realizada ao longo da pesquisa, tenho condições de afirmar que muitos questionamentos surgiram, muitas dúvidas me acompanharam, além das incertezas e do medo. Acredito que esses elementos foram fundamentais para me incentivar a continuar buscando a resposta para minha pergunta inicial: qual é a possibilidade de uma proposta de ação coletiva, desenvolvida entre 2013 e 2016, viabilizar aos moradores do Bairro Uberaba a apropriação dos diferentes espaços de lazer de maneira autônoma?

O caminho se efetivou com a construção dos capítulos que antecederam esta conclusão. Para responder ao problema de pesquisa tive o cuidado, no segundo capítulo, de compreender a cidade como um espaço que proporciona diferentes relações sociais alicerçadas no cotidiano e que devem ser pensadas para as pessoas. O que me auxiliou nessa compreensão foi perceber que as categorias espaço e lugar são fundamentais por apresentarem uma relação necessária, mas o que se destaca é que a apropriação se efetiva por meio dos sentidos. Ao trazer o conceito de lazer, propus uma metáfora, que é uma figura de linguagem, procurando discutir esse fenômeno a partir do labirinto do Minotauro.

No terceiro capítulo, procurei situar como se desenvolveu o Projeto Vila Sustentável e suas ações no bairro Uberaba, respondendo ao primeiro objetivo da tese. Na sequência, descrevi como o PVS se caracterizou enquanto um emaranhado institucional, pois as diferentes instituições envolvidas estavam conectadas como se fossem uma rede. A concretização das relações que se estabeleceram nesse emaranhado permitiram que os integrantes, no decorrer do projeto, se empoderassem para se organizar e realizar as diferentes ações, respondendo, assim, ao segundo objetivo. No decorrer dos três anos em que o Projeto esteve em andamento, percebi que além de estudar o espaço e o lugar, para compreendê-los e interpretá-los de maneira fidedigna, foi preciso pesquisar as experiências efetivadas no cotidiano da comunidade.

No quarto capítulo “Modo de acercamento”, empresto o título de Magnani por concordar que a pesquisa etnográfica é mais do que simples técnica de pesquisa, trata-se de uma forma de apreensão da realidade. A intenção foi responder ao terceiro objetivo, realizando uma investigação social, compreendendo o desenvolvimento do coletivo denominado Projeto Vila Sustentável e como ocorreu a

apropriação dos espaços e equipamentos de lazer no Bairro Uberaba por parte da comunidade. Para concretizar as intenções, optei por determinadas escolhas em busca do melhor caminho a ser percorrido.

Ao finalizar a pesquisa posso afirmar que algumas experiências de fato se efetivaram no tempo e espaço de lazer daquela comunidade e sem dúvida foram influenciadas pela organização do PVS. Dentre elas, destacam-se aquelas realizadas na Praça do Bosque e na Escola Michel Khury. O coletivo adotou essa praça e conseguiu envolver a comunidade no processo e possibilitou que desenvolvessem um sentimento de pertencimento pelo espaço. Já na escola, os principais interlocutores foram as crianças e seus responsáveis que puderam experimentar a relevância da “bricolagem como possibilidade de ação”. Nesses dois locais, a comunidade concretizou a “prática do bairro” e conseguiu transformar o espaço em lugar, passando “do uso à apropriação”.

Os eventos não se efetivavam apenas nas 4 horas em que as atividades eram desenvolvidas na praça, eles iniciavam com as reuniões de organização, na sequência havia a reconversão do espaço e posteriormente avaliavam as ações. Como afirmei no capítulo 4, ao realizar as observações na “Praça do Bosque”, inicialmente ela apresentava um certo uso por parte da comunidade, no entanto, a partir da retirada da casa semi demolida e com as ações que eram propostas iniciou-se um processo de apropriação. Como afirmou um dos participantes do projeto, morador do bairro, “a praça passou a ser um local de encontro, o ponto central das ações, se tornou uma área de lazer” (DC, 21/07/2016).

No quinto capítulo, procurei investigar as práticas corporais vivenciadas/experenciadas cotidianamente nos diferentes espaços de lazer presentes no Bairro para além do PVS, respondendo ao quarto objetivo dessa tese. Ao sair da posição de sobrevoo para caminhar no bairro, tive a oportunidade de conhecer espaços que se caracterizam enquanto “lugar ou não lugar”, além de reconhecer que diferentes grupos dentro da comunidade se organizam de maneira autônoma independentemente do poder público, conseguindo pôr em prática “o espaço transformado em lugar”. São os exemplos do grupo “Sou da Panela” que joga futebol todos os domingos, há mais de 25 anos, embaixo das torres de transmissão de energia e o grupo da Praça Homero Oguido que tem a cancha de futebol de areia como seu cantinho todas as quartas, quintas e domingos.

Ao concluir os diferentes capítulos, posso responder ao problema de pesquisa afirmando que ações coletivas são fundamentais para que os moradores dos diferentes bairros se apropriem de maneira autônoma dos espaços públicos de lazer. O poder público tem um papel importante no desenvolvimento de ações, porém se a comunidade não se identificar com essas propostas, dificilmente ela dará continuidade. Como afirmou a representante da FCC,

Precisaria instigar mais os moradores locais. Mostrando esse bom exemplo [eventos na praça], essa boa prática e mostrar que é possível, mas tem que partir deles também não somente do poder público. Porque o poder público chega com as coisas muito redondinha, é isso aqui que eu tenho para ofertar e pronto. Às vezes aquilo que levamos não é aquilo que realmente é necessário naquela visão. E cada um tem um perfil, uma visão diferenciada. Então a comunidade já nos mostra isso. Ela vai dizer, aqui eu preciso que tire a calça, aqui eu preciso que tenha uma praça, ou tenho que me aproximar mais do setor da saúde, eles vão dizer quais são nossas deficiências, porque são eles que convivem lá.

Dessa forma, a comunidade precisa ser ouvida em seus anseios no momento em que o poder público for desenvolver ações de revitalização nas praças e nos parques.

No entanto, além da comunidade ser levada em consideração nesses processo, ao concretizar a pesquisa, foi possível constatar que há uma necessidade premente em desenvolver projetos em parcerias entre as Universidades, poder público e comunidades, se possível em conjunto com as associações de moradores, pois estas, institucionalmente, ganham mais força para reivindicar benfeitorias e serem ouvidas. Deve haver uma preocupação das Universidades em propor projetos que envolvam os estudantes, assim como tem ocorrido no GEPLC, pois essas ações em conjunto podem contribuir de maneira decisiva no processo de conscientização do uso e apropriação dos espaços públicos de lazer que fazem parte da cidade.

Dessa maneira, uma boa estratégia, especialmente se for trabalhada nas escolas com crianças dos anos iniciais do ensino fundamental, é a educação para o lazer e a educação para a apropriação da cidade, pois as crianças estão mais dispostas a aprender e a desenvolver uma consciência crítica para cuidar dos espaços públicos de lazer em relação aos adultos.

A partir das experiências de lazer, diferentes organizações coletivas se efetivaram. Independente do grupo que se está falando, no momento em que

lutavam por uma cancha de areia, por um campo de futebol de grama, por uma praça mais qualificada, a ferramenta que agregava as pessoas era a dimensão lúdica. Dessa forma, considero que as contribuições da Educação Física para um processo de organização coletiva são as práticas corporais que se desenvolvem no tempo e espaço de lazer.

Por isso o GEPLC foi uma peça fundamental, pois era esse grupo que trazia esses elementos e qualificava as ações, por meio da educação para e pelo lazer nos diferentes espaços em que atuaram, seja em ambientes educacionais como as escolas, seja nos espaços públicos de lazer.

Apesar de todas as ações realizadas tenho consciência que o PVS apresentou algumas limitações. Como afirmei anteriormente, a proposta inicial era atender os 30 mil habitantes da região, porém não conseguiu atingir o objetivo, pois faltou estrutura e investimentos para atender toda a comunidade. Isso fica nítido na afirmação do representante do IMAP,

Ocorreram as intervenções visíveis que foram os eventos na praça [do bosque] que acabaram sendo muito centralizadas, primeiro em função do vínculo que se criou e acabou se tornando uma zona de conforto àquela região. Justamente porque encontrávamos uma comunidade participativa, que nos ouvia, que conseguiu formar um núcleo duro. [...] realmente houve uma centralização do projeto, mas há de se compreender que não havia pernas para tamanha expansão.

A proposta foi interessante, mas faltou se aproximar das instituições que já realizavam algumas ações dentro da comunidade, dentre elas o grupo do Parque Iguaçu e do grupo "Sou da Panela". Não posso responsabilizar apenas o PVS, por não atingir a comunidade como um todo, pois a pessoa responsável pela articulação procurou a todo momento levar em consideração o interesse da comunidade, dentre eles a construção de um campo de futebol de grama, porém quem tinha o poder de decidir, naquele momento, não achou que fosse relevante. Outra tentativa foi a aproximação com o grupo de jogadores da Praça Homero Oguido, mas que ficou apenas na apresentação do projeto de revitalização.

Nessa direção, afirmo que a comunidade é muito maior que aquela do entorno da praça e da escola, porém o PVS não teve condições de ampliar suas ações pelo fato de não ter conseguido agregar as instituições que são permanentes no bairro. Reconheço os limites do Projeto, assim como a articuladora, quando afirma: "tínhamos muitos núcleos no projeto, porém não se integravam". Seria

fundamental para o Projeto que as escolas assumissem uma posição central, mas infelizmente elas pareciam não compreender a importância do projeto, tanto que foi realizada apenas uma oficina em conjunto.

Várias questões influenciaram nas limitações do PVS, dentre elas destaco a falta de recurso financeiro que dificultou sair da “Praça do Bosque”, o processo eleitoral e a pouca participação da comunidade. A ideia era que o projeto se tornasse da comunidade e não da prefeitura, mas não foi o que aconteceu. Com o final das eleições de 2016 e a mudança do prefeito, o projeto ficou parado por seis meses e quando teve uma reunião, no dia 14 de junho de 2017, já era com outro grupo, pois aqueles que faziam parte das secretarias saíram de seus cargos e entraram outros. Como sempre acontece na mudança de governo, os programas que fazem parte de uma política de governo, mesmo que tenham potencial para ser bons, acabam sendo desprezados. Esse foi o último encontro do chamado Projeto Vila Sustentável.

Dessa forma, retomando o problema de pesquisa, o PVS conseguiu, em partes, viabilizar o processo de apropriação de um espaço de lazer de maneira autônoma que foi a “Praça do Bosque”. Já os outros espaços públicos de lazer que faziam parte do perímetro delimitado para a sua realização não foram envolvidos.

Ao realizar essas críticas ao Projeto também estendo à minha pessoa, enquanto participante e pesquisador. De fato, essas limitações só puderam ser constatadas a partir do mergulho realizado na comunidade.

No processo de qualificação foi sugerido que trouxesse elementos que analisassem meu papel enquanto pesquisador dentro do PVS, que avaliasse os possíveis impactos e quais seriam o(s) avanço(s) dessa pesquisa em relação ao que o GEPLC já desenvolveu na comunidade. Acredito que minha função em todo o processo foi mostrar que a Educação Física apresenta um objeto de estudo e reflexão que pode contribuir para o processo de transformação de diferentes realidades por meio da educação para e pelo lazer. Tive a oportunidade, enquanto representante do GEPLC, de apresentar alguns valores que fazem parte da formação do professor de Educação Física, mas que devem ser disseminadas em todas as áreas do conhecimento e nas diferentes realidades. Durante minhas intervenções nas reuniões tive a preocupação de realiza-las de maneira respeitosa com relação aos integrantes desse coletivo.

Avaliando os impactos da minha presença enquanto representante do GEPEC nesse coletivo e enquanto pesquisador, chego à conclusão de que pude contribuir diretamente para a concretização, principalmente, das ações desenvolvidas na praça e na escola, pelo fato de ter uma visão pedagógica e educacional voltados para a cidade e sempre preocupado com o processo de conscientização da comunidade. Avalio que não bastava estudar o espaço, o lugar e o não lugar dentro do PVS, mas era preciso compreendê-los em conjunto com as diferentes maneiras de vivenciar e experienciar que são concretizadas no cotidiano dos espaços públicos de lazer.

Levando em consideração os avanços que a pesquisa traz em relação aos trabalhos que foram desenvolvidos pelo GEPEC, desde 2008 na região, acredito que a tese avançou principalmente na possibilidade de colocar em prática uma metodologia de intervenção preocupada com a educação para e pelo lazer e conseqüentemente para uma possibilidade maior de apropriação dos espaços públicos de lazer, tanto do bairro quanto da cidade.

Em segundo lugar, destacaria a amplitude do campo analisado e das novas descobertas realizadas em alguns espaços como as *experiências* desenvolvidas na Praça Homero Oguido e no campo de futebol do grupo “Sou da Panela” que acaba por se caracterizar como uma real *apropriação* do espaço público. Algumas descobertas foram positivas e outras nem tanto, principalmente quando me refiro aos *não lugares* e, nesse caso, enfatizo a Praça Anhangava, que se localiza no interior de um enclave fortificado que acaba restringindo as formas de uso e apropriação por parte da comunidade.

Não posso deixar de reforçar que por meio dessa pesquisa tive condições de observar o reconhecimento e a relevância social que o GEPEC apresenta para a realidade estudada. Isso fica evidente nas falas dos diferentes representantes que fizeram parte do PVS. Para a responsável da US⁸², “a participação do grupo foi maravilhosa, trazia muita alegria, faziam o social, eram os anfitriões, davam uma vida, atendiam as crianças bem, conversavam, brincavam. Você via vida no Vila com a presença deles”. Já o representante do IMA⁸³, destaca que

⁸² Entrevista realizada em 06 de Abril de 2017.

⁸³ Entrevista realizada em 21 de Dezembro de 2016.

Primeiramente foi uma grata e grande surpresa. Assim, queria eu ter participado enquanto estava na Universidade de um projeto tal como esse que se envolveu com a comunidade. Acho que faria as pessoas que estão na faculdade compreenderem o seu papel frente a sociedade. Segundo, o papel mais importante do GEPEC dentro do PVS foi tencionar a compreensão que as pessoas tem sobre a Universidade. E a grande contradição que há... hoje somos muito movidos por esportes que trazem a questão da competitividade. E eu lembro em uma reunião que você estava tentando explicar para o Lindomar essa questão... “essa é uma alternativa, mas não é a única”. E isso colabora justamente para o momento que precisávamos nos unir e não competir uns com os outros, precisamos de exemplos que tragam alternativas para que a gente seja feliz. Acho que o GEPEC cumpriu muito com isso, acho que é um legado que fica na própria escola Michel Khury. Nada menos que excelência a atuação do GEPEC no PVS, a própria professora Simone foi a única que argumentou com a Dona Maria em uma das reuniões. Se ela está num ambiente competitivo, jamais ela teria agido dessa forma, em resolver junto. Essa questão da união e de trazer alternativas foi muito legal que o GEPEC trouxe.

Quando questioneei a responsável pela da Fundação Cultural de Curitiba⁸⁴, sobre o grupo, ela ressaltou

Nossa... fundamental. E o resgate que o grupo traz e mostra que na simplicidade se pode fazer, pois vocês trouxeram brincadeiras que estavam esquecidas e você observava durante o processo, dos eventos, o quanto os idosos, os pais, os filhos estavam integrados pela forma como vocês realizavam as atividades. O planejamento de vocês foi fabuloso, fabuloso mesmo. Esse resgate é muito importante e ver que mesmo com pouco recurso é possível fazer algo que contribui para a comunidade.

O representante da SMELJ⁸⁵ destacou que “O GEPEC foi fundamental no desenvolvimento do projeto. A gente foi se conhecendo e aprendendo a respeitar as diferenças e as limitações, sempre se tratando com respeito. Eu compreendi a maneira como vocês trabalham e acredito que todas as regionais deveriam ter um GEPEC para ajudar.”

Levando essa última fala em consideração, fica evidente a importância que a Universidade apresenta tanto para o poder público quanto para a comunidade. Os diferentes grupos de pesquisa deveriam ter a função de desenvolver parcerias com essas instituições, no entanto muitas vezes ficam isolados em seus departamentos e acabam não efetivando sua função enquanto instituição pública, que seria além do ensino e da pesquisa, o trabalho com a extensão.

⁸⁴ Entrevista realizada em 05 de Janeiro de 2017.

⁸⁵ Entrevista realizada em 22 de Dezembro de 2016.

Por acreditar que não existe verdade absoluta, chego a uma conclusão transitória, na qual as experiências vividas no âmbito do lazer podem ser decisivas para a emancipação dos seres humanos. Tais experiências podem promover, por meio do diálogo, da reflexão crítica e da construção coletiva, a constatação e a resistência às injustiças, dando-nos condições de modificar a realidade na qual estamos inseridos.

Mesmo que a comunidade sofra as mazelas sociais que lhes são impingidas, em seu tempo e espaço de lazer, elas conseguem vivenciar outras relações que ultrapassam as dificuldades, sejam elas momentâneas ou não, mostrando que o lazer propicia experiências significativas para as diferentes comunidades. Minha intenção não foi apresentar o lazer como o fenômeno que transformaria a realidade, mas que poderia ser um dos caminhos para proporcionar a organização coletiva em busca da emancipação humana.

O entendimento do fenômeno lazer deve estar direcionado à busca de uma sociedade na qual as pessoas tenham condições de usufruir de um tempo e espaço verdadeiramente livres, instaurando-se, dessa forma, relações humano-sociais efetivamente equitativas e solidárias.

Assim, para se desvendar as minúcias do cotidiano realizadas pelos sujeitos ordinários, é preciso mergulhar nas trajetórias desses praticantes em seus fazeres diários e foi essa minha tentativa no decorrer de toda a pesquisa. Minha participação como integrante do GEPLC no interior desse coletivo pode ter influenciado a maneira como desenvolvi essa etnografia. É muito difícil conseguir separar as funções de integrante e de pesquisador. Faço essa afirmação, pois em alguns momentos a escrita estava mais próxima de uma defesa do PVS do que de sua apresentação. Reconheço que essa foi uma das limitações encontradas por mim nesse período.

Posso afirmar que o processo de pesquisa foi etnográfico, porém a escrita apresentou limites, podendo não ter atingido o objetivo que se esperava. Inicialmente, a intenção não era apresentar um texto específico de metodologia para retratar a pesquisa, o objetivo era trazê-la em cada um dos capítulos conectada com as interpretações, porém esse foi outro limite que encontrei no processo de escrita etnográfico. Não foi por falta de leitura ou de dedicação, mas acredito que por limites do próprio autor. A escrita etnográfica deve ser perpassada a todo momento pela

teoria, trata-se de uma relação dialética e foi o que tentei realizar na composição dos capítulos.

O que procurei apreender nesse processo de mergulho na comunidade foram as relações entre as diferentes experiências corporais apresentadas pelas pessoas que fazem parte da comunidade e os diferentes espaços em que elas vivem, sejam eles considerados lugares ou não lugares.

Quanto mais as pessoas experienciarem os espaços e equipamentos com qualidade no tempo de lazer, mais seus corpos poderão se desenvolver e se identificar com o lugar, efetivando a apropriação.

O processo etnográfico desenvolvido no decorrer de três anos me permite afirmar que a apropriação dos espaços públicos de lazer só se efetivam por meio das experiências corporais sentidas, vividas e internalizadas e dessa maneira as pessoas conseguem dar sentido e significado aos espaços transformando-os em lugar.

REFERÊNCIAS

ALAMI, S.; DESJEUX, D.; GARABUAU-MOUSSAOUI, I. **Os métodos qualitativos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

ALVES, M. R. da S.; LOPES, W. G. R.; SOUSA, G. de B. Apropriação Pelos Usuários de Espaços Públicos: em bairros da zona sul da cidade de Teresina, PI. In: Encontro Nacional de Ensino de Paisagismo em Escolas de Arquitetura e Urbanismo no Brasil, 7., 2004. Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2004.

AUGÉ, Marc. **Não lugares**. Campinas: Papirus, 1994.

BALKENHOL, M. **Tracing Slavery: An ethnography of diaspora, affect, and cultural heritage in Amsterdam**. PhD thesis, VU University Amsterdam, 2014.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.

BATESON, G. **Naven**: um esboço dos problemas sugeridos por um retrato compósito, realizado a partir de três perspectivas, da cultura de uma tribo da Nova Guiné. Tradução Magda Lopes. – 2. ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006

BOFF, L. **Cuidar da Terra, proteger a vida**: Como evitar o fim do mundo. Rio de Janeiro: Record, 2010.

_____. **Sustentabilidade**: o que é: o que não é. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BORJA, J.; MUXÍ, Z.. **El espacio público, ciudad y ciudadanía**. Barcelona, 2000.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília**. Retrieved from: http://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/con1988_06.06.2017/CON1988.asp, 2017.

BRAUN, C.C et al. Vila Sustentável: Desafios, Possibilidades e Contribuições. In: CARLEIAL, L.M.F et al. (org.). **Políticas e Ações Deliberativas em Curitiba**: diálogo-confiança-mediação. Curitiba: IMAP, 2016.

BRUGUÉ, Q. Da gestão pública para a administração deliberativa. In: **Instituto Municipal de Administração Pública (IMAP)**. Estado, planejamento e administração pública no Brasil. Curitiba: IMAP, 2014, p. 65-80.

BRUHNS, H. T. De Grazia e o lazer como isenção de obrigações. In: BRUHNS, H. T. (org.) **Lazer e ciências sociais: diálogos pertinentes**. São Paulo: Chronos, 2002.

CALDEIRA, J. M. **A Praça Brasileira**: trajetória de um espaço urbano: origem e modernidade. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2007.

CALDEIRA, T. P. R. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. 3ª ed. São Paulo: Editora 34: EDUSP, 2000.

CANEVACCI, M. **A cidade polifônica**. Ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana. São Paulo: Studio Nobel, 2004.

CARLOS, A. F. A. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

_____. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007.

CARMONA, M. **Contemporary Public Space, Part One**: Critique. *Journal of Urban Design*, 15(1), 123-148, 2010.

CASTRO, E. A; IMAGUIRE, M. R. G. **Ensaio sobre a Arquitetura em Curitiba 2**: colégios e educandários. Curitiba: Maxigráfica e Editora Ltda, 2006.

CAVALCANTI, S.; ELALI, G. A. (orgs.) **Temas básicos em Psicologia Ambiental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. 22 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CERTEAU, M; GIARD, L; MAYOL, P. **A invenção do cotidiano 2**: morar e cozinhar. Petrópolis: Vozes, 1996.

COSTA, F. L. Desenvolvimento, democracia e governança local - desafios da administração municipal contemporânea. In: Prefeitura Municipal de Curitiba.

Instituto Municipal de Administração Pública (IMAP). (Org.). **Anais do III Seminário Internacional Estado, Planejamento e Administração Pública no Brasil**. 1ed. Curitiba: IMAP, 2016, v. 1, p. 69-80.

CROUCH, D. (2006). Geographies of leisure. In. C. Rojek, S. M. Shaw, & A. J. Veal (Eds.), **A handbook of leisure studies** (pp. 125-139). New York, NY: Palgrave Macmillan, 2006.

CURITIBA. Prefeitura Municipal. **Projeto Vila Sustentável**. Curitiba: SMMA, 2016

CYMBALISTA, R. Há gentrificação nas cidades brasileiras. In. **Retrieved from:** Cidades em disputa. Nexo. <https://www.nexojornal.com.br/especial/2018/01/26/Cidades-em-disputa>, 2018

DAMATTA, R. **A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

FARINASSO, G. C. **A mulher no espaço público: pesquisa exploratória**. USP, 2016.

FENIANOS, E. E. Uberaba, Jardim das Américas e Guabirota – Presentes do Passado – **Coleção Bairros de Curitiba**, vol.26. Curitiba: UniverCidade, 2001.

FREITAG, Bárbara. **Teorias da cidade**. Campinas: Papius, 2012.

GAMA, A; SANTOS, N. P. (Coord.). **Lazer – Da libertação do tempo à conquista das práticas**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.

GAZETA DO POVO. **Após anos de abandono, Parque da Imigração Japonesa é aberto ao público**. Curitiba, 29 de mar. 2018. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/curitiba/apos-anos-de-abandono-parque-da-imigracao-japonesa-e-aberto-ao-publico-dnmpjf1uytrh8nly76xxwkq7m>. Acesso em: 19 jun. 2018.

GEERTZ. C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989

GEHL, J. **Life between buildings: using public space**. Washington: Island Press, 2011.

_____. **Cidade para Pessoas**. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.

GLOVER, T. D., & JOHNSON, A. J. Understanding Urban Public Space in a Leisure Context. **Leisure Sciences**, 35, 190-197. doi: 10.1080/01490400.2013.761922, 2013.

_____. Leisure, social space, and belonging. In K. Spracklen, B. Lashua, E. Sharpe & S. Swain (eds.), **The Palgrave handbook of leisure theory** (873-890). London: Palgrave Macmillan, 2017.

GOMES, C. L. Lúdico. In _____ (Org). **Dicionário crítico do lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

GOMES, P. C. C. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

GONÇALVES, F. S. **Espaços e equipamentos de lazer da Vila Nossa Senhora da Luz: suas formas de apropriação no tempo/espaço de lazer**. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Setor de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

GONÇALVES, F. S.; ALENCAR, I. F.; RECHIA, S.; YANAJARA, S. T. S. Mapeamento dos espaços públicos frequentados por crianças dos 5º anos da Escola Municipal Michel Khury, em Curitiba/Pr. In: **VIII Congresso Sulbrasileiro de Ciências do Esporte**. Anais. Criciúma, 2016.

GRIMAL, P. **Dicionário da Mitologia Grega e Romana**. Tradução de Victor Jabouille. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

HABERMAS, J. **Três modelos normativos de democracia**. Lua Nova: Revista de Cultura e Política. n.36, p.39-43, 1995.

HALLAL, Pedro et al. Avaliação do programa de promoção da atividade física Academia da Cidade do Recife, Pernambuco, Brasil: percepções de usuários e não-usuários. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.26, n.1, p.70- 78, 2010.

HUIZINGA, J. **Homo ludens: o jogo como elemento da cultura**. 5edição. São Paulo: Perspectiva, 2007.

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA. **Nosso Bairro**: Uberaba. Curitiba: IPPUC, 2015.

IPPUC, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. **Histórico dos Bairros de Curitiba** (atualizado), 2012-2013. Disponível em: <[http://curitibaemdados.ippuc.org.br/anexos/1975_Hist%C3%B3rico%20dos%20Bairros%20de%20Curitiba%20\(%20atualizado%20\).pdf](http://curitibaemdados.ippuc.org.br/anexos/1975_Hist%C3%B3rico%20dos%20Bairros%20de%20Curitiba%20(%20atualizado%20).pdf)> Acesso em: 28 maio 2017.

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

LEFEBVRE, H. Barrio y vida de barrio. In: **De lo rural a lo urbano**. Barcelona: Ediciones Península, 1971.

_____. **Critique of Everyday Life**. Tradução de John Moore. London: Verso. 1991.

_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

_____. **A revolução urbana**. Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

_____. **Espaço e Política**. Belo Horizonte, UFMG, 2008.

LEFF, E. **Saber Ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis: Vozes, 1995.

LEITÃO, L. (org). **As praças que a gente tem, as praças que a gente quer**: Manual de Procedimentos para intervenção em praças. Recife: A Secretaria, 2002, 118 p.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O Pensamento Selvagem**. Tradução de Maria Celeste da Costa e Souza e Almir de Oliveira Aguiar. São Paulo: Nacional, 1976

LUCHIARI, Maria Tereza. A categoria espaço na teoria social. **Revista Temáticas**, Campinas, jan./jun. p.191-238, 1996.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MAGNANI, J. G. C. “O (velho e bom) caderno de campo”. **Revista Sexta Feira**, São Paulo, n. 1, p. 8-12, 1997. Disponível em: <<http://nau.fflch.usp.br/artigos>>. Acesso em: 31 mai. 2018.

_____. **Festa no pedaço**: cultura popular e lazer na cidade. São Paulo: Hucitec/UNESP, 2002a.

_____. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** [online]. 2002b, vol.17, n.49, pp.11-29. ISSN 1806-9053. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v17n49/a02v1749.pdf>> Acesso em: 28 maio 2017.

_____.; SOUZA, B. M. de. **Jovens na metrópole**: etnografias de circuitos de lazer, encontro e sociabilidade. São Paulo: Terceiro Nome, 2007.

_____. O direito social ao lazer na cidade do nosso tempo. In: GOMES, C. L. ISAYAMA, H. F. (orgs.), **O Direito Social ao Lazer no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2015, 234 pp. 07-22.

MAGNOLI, M. M. Espaço livre: objeto de trabalho. **Paisagem e Ambiente**: ensaios, 21, p. 175-198, 2006.

MARCASSA, L. Lúdico In: GONZÁLEZ, F.J; FENSTERSEIFER, P.E. (Org.). **Dicionário crítico de Educação Física**. Ijuí: Unijuí, 2005.

MARCELLINO, N. C. **Lazer e educação**. 3ed. Campinas: Papyrus, 1998.

_____. **Estudos do lazer**: uma introdução. Campinas: Autores Associados, 2006.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, Classe Social e Status**. Trad. de Meton Porto Gadelha. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MASCARELLO, M. L. **O barracão e a rua**. Experiências e práticas políticas de catadores de materiais recicláveis em Curitiba – PR. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Paraná, 2015.

MINAYO, M.C.S; ASSIS, S.G; SOUZA, E.R. **Avaliação por triangulação de métodos**: abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005

MYSKIW, M. **Nas controvérsias da várzea: trajetórias e retratos etnográficos em um circuito de futebol da cidade de Porto Alegre.** 2012. 415 fls. Tese (doutoramento) – Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

MONTANER, J. M.; MUXÍ, Z. **Arquitetura e política: ensaios para mundos alternativos.** São Paulo: Gustavo Gili, 2014.

MORO, L. **Conhecendo os parques de Curitiba e seus espaços públicos destinados às brincadeiras infantis.** 148f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Setor de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

MUNNÉ, F. **Psicosociología del tiempo libre: um enfoque crítico.** México: Trillas, 1992.

NEIRA, Marcos Garcia; LIPPI, Bruno Gonçalves. Tecendo a colcha de retalhos: a bricolagem como alternativa para a pesquisa educacional. **Educ. Real.**, Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 607-625, Aug. 2012.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes curriculares de educação física para a educação básica.** Curitiba: SEED, 2008.

PEREIRA, M. A. S. Direito ao lazer e legislação vigente no Brasil. **RECDEFSM - Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM.** 4(2). Doi: <http://dx.doi.org/10.5902/198136947030>, 2009.

PIMENTEL, G. G. DE A., & MARINHO, A. Dos clássicos aos contemporâneos: revendo e conhecendo importantes categorias referentes às teorias do lazer. In: G. G. de A. Pimentel (org.). **Teorias do Lazer** (pp. 11-41). Maringá: Eduem, 2010.

PUIG, J.M; TRILLA, J. **A pedagogia do ócio.** 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

RECHIA, Simone. **Parques Públicos de Curitiba: a relação cidade-natureza nas experiências de lazer.** Campinas. Tese de Doutorado em Educação Física, Departamento de Educação Física. Unicamp, 2003.

_____. O pulsar da vida urbana: o espaço, o lugar e os detalhes do cotidiano. In: CARVALHO, João Eloir (Org.). **Lazer no espaço urbano: transversalidade e novas tecnologias.** Curitiba: Champagnat, p.91-102, 2006.

_____, et al. As experiências no âmbito do lazer e o princípio da inércia: uma analogia para pensar sobre os fatores que influenciam a apropriação dos espaços públicos. **Movimento**, Porto Alegre, v.17, p.1982-8918, 2011.

_____. Cidadania e o direito ao lazer nas cidades brasileiras: da fábula à realidade. In: GOMES, C. L. ISAYAMA, H. F. (orgs.), **O Direito Social ao Lazer no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 234 pp. 45-60, 2015.

_____. **Atividades físicas e esportivas e as cidades**. Background paper. Brasília: PNUD, 2017.

RELPH, Edward. **Place and Placelessness**. London, Pion, 1976.

ROBBA, F; MACEDO, S.S. **Praças Brasileiras**. 2.ed. São Paulo: Editora da USP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

SALDANHA, N. **O jardim e a praça**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1993.

SANTOS, C. N. F. et al. **Quando a rua vira casa**: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro. 3ª ed. São Paulo: Projeto, 1985.

SANTOS, M. O espaço geográfico como categoria filosófica. **Revista Terra Livre**, no 5, São Paulo, AGB-Marco zero, 1981. (p. 9-20)

_____. **A natureza do espaço**: técnicas e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

_____. **Técnica, Espaço, Tempo**: Globalização e Meio Técnico-Científico-Informacional. (1º ed.,1994). 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

_____. **O Espaço do Cidadão**. (1º ed.,1987). 7. ed., 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SENNETT, R. **Carne e Pedra**: o corpo e a cidade na civilização ocidental. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SESP/PR. Estado do Paraná. Secretaria Da Segurança Pública e Administração Penitenciária, Coordenadoria de Análise e Planejamento Estratégico. In: **Relatório estatístico criminal quantitativo de vítimas de crimes relativos à morte janeiro a dezembro de 2017**, Curitiba, 2017.

SILVA, E. A. P. C. et al. Percepção da qualidade do ambiente e vivências em espaços públicos de lazer. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Brasília, v. 38, p.251-258, 2016.

SILVA, G. et al. Evolução, mudanças de uso e apropriação de espaços públicos em áreas centrais urbanas. **Ambiente Construído**, 11(3), 197-212. Doi: <https://dx.doi.org/10.1590/S1678-86212011000300014>, 2011.

SILVA, K. A distribuição dos espaços públicos em Belo Horizonte: uma análise sob a ótica do direito à cidade e do planejamento urbano. **Revista De Direito Da Cidade**, 9(4), 1586-1605. doi:10.12957/rdc.2017.29263, 2017

SOLANA, C. D. O. **50 Anos do Centro Politécnico no Jardim das Américas**. [Monografia], Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas-SCH, Departamento de Ciências Sociais-DECISO, 2014. 88f

SOUZA, M. J. L de. O bairro contemporâneo: ensaio de abordagem política. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, n. 51, p. 139-172, 1989

_____. **Mudar a Cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____.; RODRIGUES, G. B. **Planejamento urbano e ativismos sociais**. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

SUMNER, J.; MAIR, H. Sustainable leisure: building the civil commons, **Leisure/Loisir**, 41:3, 281-295, DOI: 10.1080/14927713.2017.1359658, 2017.

TIRONE, S.; HALPENNY, E. Leisure and sustainability, **Leisure/Loisir**, 41:3, 277-280, DOI: 10.1080/14927713.2017.1368239, 2017.

TSCHOKE, A. **Lazer na infância**: possibilidades e limites para vivência do lazer em espaços públicos na periferia de Curitiba/Paraná. 2010. 99 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Setor de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

_____; RECHIA, S. O lazer das crianças no bairro Uberaba em Curitiba: a dialética entre os espaços de lazer e a problemática urbana na periferia. **Rev. Bras. Ciênc. Esporte**, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 263-280, June 2012.

TUAN, Y. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Tradução de Livia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2012.

_____. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. Tradução de Livia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2013.

URIARTE, U. M. "O que é fazer etnografia para os antropólogos". **Ponto Urbe**, ano 11, novembro de 2012.

VAINER, C., "Cidade de Exceção: Reflexões a Partir do Rio de Janeiro". **Anais do XIV Encontro Nacional da Associação Nacional de Planejamento Urbano (ANPUR)**, vol. 14., 2011.

VAUGEOIS, N.; SCHROEDER, J.; HARNETT, M. The role of leisure in integrated community sustainability plans within Canada, **Leisure/Loisir**, 41:3, 343-364. DOI: 10.1080/14927713.2017.1365621, 2017a.

_____; PARKER, P.; YANG, Y. Is leisure research contributing to sustainability? A systematic review of the literature, **Leisure/Loisir**, 41:3, 297-322, DOI: 10.1080/14927713.2017.1360151, 2017b.

VELHO, G. "Observando o familiar". In: _____. **Individualismo e cultura**: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1980.

VIANNA, J.; MASTRODI, J. A promessa de um novo horizonte: como o processo de urbanização promoveu o direito à cidade e diminuiu a segregação socioespacial numa favela em Jundiaí. **Revista De Direito Da Cidade**, 9(4), 1558-1585. Doi: <https://dx.doi.org/10.12957/rdc.2017.29213>, 2017.

ZÚÑIGA, D.L.; LOW, S.M. **The Anthropology of Space and Place**: Locating Culture. Blackwell Publishing, 2008.

APÊNDICE 1 – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM USUÁRIOS DA PRAÇA

Data:

Hora:

Idade:

Gênero:

Profissão:

1. Você sabe o nome dessa praça?
2. Com que frequência você utiliza a praça?
3. Por qual motivo você utiliza a praça? Se não utiliza, por qual motivo?
4. Como você se desloca até a praça?
5. Você conhece os projetos realizados na praça?
6. Como você sabe quando há projeto/intervenção a ser realizado?
7. Com relação aos mobiliários da praça você avalia como?
8. Quando você vem na praça qual mobiliário utiliza?
9. Com relação a limpeza, como você avalia?
10. Sobre os sons na praça, como você a considera?
11. Você trabalha com a comunidade para a manutenção da praça (limpeza, cuidados gerais)?
12. Caso não trabalhe com a comunidade, você gostaria de contribuir?
13. Você conhece a Associação de Moradores do Bairro? Como você avaliaria a atuação da Associação?
14. Como você considera o relacionamento entre as pessoas na praça?
15. Do que você acha que as pessoas que frequentam a praça sentem falta?
16. Qual é a sua opinião sobre os eventos que acontecem na praça?
17. Você conhece o Projeto Vila Sustentável? Gostaria de conhecer?

APÊNDICE 2 – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM GESTOR

Nº da entrevista: _____ Data: ___/___/___ Horário: _____

Idade:

Nível de Escolaridade:

Profissão:

1. Qual é a sua função na SMMA? Quanto tempo atua na SMMA? Você é liberada para participar das reuniões do Vila?
2. Como surge a ideia do Projeto Vila Sustentável?
3. Qual é o principal objetivo do projeto?
4. Quem é beneficiado com o projeto? Quantas Vilas?
5. O Vila está relacionado com outros projetos?
6. Quem é responsável e quem coordena o Projeto?
7. Como funcionam os comitês locais e de gestores?
8. O que significa o conceito de administração pública deliberativa?
9. Como surgiu a ideia de envolver a comunidade?
10. Como esse coletivo foi pensado? Concretizado?
11. Como começaram a se encontrar?
12. Como os eventos são organizados?
13. Quais os possíveis impactos que esses eventos podem trazer para os moradores do bairro?
14. Qual foi a mudança mais relevante referente aos espaços e equipamentos de lazer com a execução do projeto?
15. Quais são os pontos positivos do projeto?
16. Quais são os pontos negativos?
17. Qual foi o objetivo de apresentar o Projeto na COP21?
18. O Projeto já recebeu algum prêmio?

APÊNDICE 3 – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM PARTICIPANTES DO PROJETO VILA SUSTENTÁVEL

IDENTIFICAÇÃO

Quanto tempo mora no Bairro? Na região?

Nome:

Idade:

Profissão:

Estado civil:

Escolaridade.

Como foi sua trajetória No Vila

SOBRE O PROJETO VILA SUSTENTÁVEL

1. Você pode contar como ocorreu o surgimento do Projeto Vila Sustentável? Quando começou e como tem se desenvolvido?
2. A participação de outras instituições, secretarias, além da comunidade parecem ser fundamentais para o desenvolvimento do projeto, como você vê isso?
3. Como você entrou no Projeto? O que você aponta como fundamental para um projeto como VS consiga se manter e ser bem sucedido?
4. Em quais locais o Projeto Vila Sustentável procura intervir?
5. Sempre ocorreu na mesma praça? O que ela representa? Por qual motivo não foi para outras praças presente no bairro? Como eram divididas as tarefas dentro do projeto?
6. O que seria necessário fazer para que chegasse em outros locais dentro do bairro?
7. Com o que foi desenvolvido até o momento, você acredita que a comunidade tem autonomias para dar sequência no Projeto Vila Sustentável?
8. O processo eleitoral do ano passado prejudicou o desenvolvimento do Vila?
9. Você acha que com essa nova gestão o projeto continua?
10. As ações desenvolvidas pelo PVS representam momentos/oportunidades de lazer ou de trabalho para você?
11. Como funcionava a sua liberação da Unidade de Saúde para participar das reuniões?
12. Qual é a importância do GEPLC-UFPR no desenvolvimento do Projeto?
13. Como você vê o papel dos diferentes componentes do comitê?
14. Quais são os legados do Vila Sustentável? Você acha que ele contribuiu para o desenvolvimento da comunidade?
15. Vocês têm realizado algumas ações na praça?
16. Qual foi a importância do Vila para a sua vida?

APÊNDICE 4 – ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO DAS PRAÇAS

Características físicas

Descrição:

Estado de conservação em geral:

Sistema de segurança:

Manutenção dos equipamentos (caso haja):

Iluminação:

Limpeza:

Acessibilidade:

Localização:

Meios de transporte:

Estacionamento:

Banheiro:

Bebedouro:

Torneira:

Bancos e/ou mesas:

Lanchonetes:

Espaço físico (adequação a pessoas com deficiência):

Estrutura Física:

Áreas para vivências de lazer:

Áreas para práticas esportivas:

Espaço verde:

Usuários:

Atividades desenvolvidas:

Espaços utilizados:

Gênero:

Faixa etária:

Outras informações:

APÊNDICE 5 – QUESTIONÁRIO REALIZADO NAS ESCOLAS MUNICIPAIS

() Menino () Menina

1º) Quais dessas praças você frequenta?

- () Gastão Adolpho Romanó
 () Homero Morinobu Oguido
 () Paulino José Schimitt
 () Praça do Anhangava
 () Praça Renato Russo
 () Praça 2 - Rua Victor Luiz Maganhoto

2º) O que você faz quando vai à praça: ATIVIDADES COM BOLA?

- () Jogar Futebol () Jogar Vôlei () Jogar Queimada
 () Jogar Alerta () Jogar Basquete

BRINCAR? COM QUAIS BRINQUEDOS?

- () Boneco (a) () Skate/Bicicleta/Roller () Pega-pegas
 () Cobra-cega () Esconde-esconde
 () Outro _____

3º) Você considera este espaço como seu? Você se sente dono deste local?

- () Sim () Não

4º) O que você fez para cuidar deste espaço?

- () Não fiz nada () Limpou - Coletou lixos () Plantou árvores/flores
 () Outro _____

5º) Marque os lugares públicos de Curitiba que já visitou:

- () Jardim Botânico () Parque Iguaçu () Parque São José
 () Zoológico () Memorial Japonês () Peladeiro
 () Passeio Público () Bosque do Alemão () Parque Barigui
 () Parque Náutico () Parque Tanguá () Bosque Marumbi
 () Bosque do Papa

FREQUÊNCIA DE VEZES QUE VISITOU:

- () Visitou apenas uma vez
 () Visita uma vez no mês
 () Visita mais de três vezes

6º) O que costuma fazer?

- () Brincar () Jogar bola () Admirar a paisagem
 () Piquenique () Roller () Beisebol
 () Correr () Andar () Comer
 () Jogar Bets () Tirar foto () Conhecer/Passear
 () Mãe cola () Pega-pegas () Mãe senta
 () Perna de pau () Çaçador () Slackline
 () Pipa () Ver animais () Corda
 () Esportes () Cobra cega () Bicicleta () Skate
 () Brincar com o cachorro () Carrinho remoto () Subir nas árvores

FREQUÊNCIA DE VISITAÇÃO:

- () Fins de semana
 () Durante a semana
 () As duas opções anteriores

7º) Com quem você costuma ir?

- () Mãe/Pai () Irmã (o) () Vó/Vô
 () Tios (as) () Primos (as) () Amigos (as)
 () Vizinhos (as) () Escola () Sozinho
 () Outros _____

8º) Você brinca na rua?

- () Sim () Não

9º) Onde mais você costuma brincar?

- () Cancha () Parque () Varanda
 () Bosque () Parquinho () Peladeiro
 () Portal do Futuro () Mirante da Serra () Farol do saber
 () Escola () Rua

ANEXO 1 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Moradores do Bairro - (Entrevista semiestruturada)

Nós, Felipe Sobczynski Gonçalves, doutorando e minha orientadora e pesquisadora responsável Simone Aparecida Rechia do Programa de Pós-graduação do Departamento de Educação Física da Universidade Federal do Paraná, estamos convidando o (a) senhor (a) a participar de um estudo intitulado: Os espaços de lazer como articuladores do Projeto Vila Sustentável desenvolvido no Bairro Uberaba.

- a) Este estudo tem como objetivo avaliar como uma proposta de ação coletiva, desenvolvida em longo prazo possibilita aos moradores do bairro Uberaba se apropriarem dos diferentes espaços de lazer de maneira autônoma.
- b) Caso você participe da pesquisa, será necessário responder as questões por meio de entrevista que será gravada em áudio e poderá ocorrer registros em vídeos e fotos. A entrevista será previamente agendada para que responda sobre as atividades de lazer realizadas na praça no decorrer da semana. Será marcado um lugar e horário que for melhor para você.
- c) Para tanto você deverá comparecer no local agendado e responder as questões de uma entrevista semiestruturada com questões abertas e fechadas relativas às ações desenvolvidas pelo Projeto Vila Sustentável nos diferentes espaços de lazer do bairro que levará aproximadamente 30 minutos.
- d) É possível que o senhor (a) experimente algum desconforto, principalmente relacionado a relatar sobre questões específicas das atividades desenvolvidas no Projeto Vila Sustentável.
- e) Alguns riscos relacionados ao estudo podem ser o constrangimento ou desconforto ao responder algumas questões. Caso o participante sinta-se desconfortável ou constrangido com alguma pergunta realizada, com a gravação em áudio e vídeo ou com as fotos registradas poderá solicitar aos pesquisadores que não realize tais procedimentos ou que apague o que havia sido registrado.
- f) Os benefícios esperados com essa pesquisa são contribuir com os estudos científicos sobre o lazer; a valorização dos diferentes espaços de esporte e lazer presentes na comunidade; conhecer e reconhecer a possibilidade de participar de um grupo que discuta melhorias para os espaços de lazer do bairro; compreender o processo de planejamento, execução e avaliação de eventos que tenham uma proposta de ação coletiva desenvolvida em conjunto com a comunidade.
- g) Os pesquisadores Simone Aparecida Rechia (responsável) e Felipe Sobczynski Gonçalves (doutorando), poderão ser localizadas no Departamento de Educação Física da Universidade Federal do Paraná, na rua Coração de Maria, nº 92, - BR 116, Jardim Botânico, Curitiba/Paraná, CEP 80215, na sala do GEPEC – Grupo de Pesquisa em Espaço, Lazer e Cidade, no telefone (41) 33604329, com e-mail simone@ufpr.br e felipesgon@gmail.com, em horário comercial para esclarecer eventuais dúvidas que você possa ter antes, durante ou depois de encerrado o estudo.
- h) A sua participação neste estudo é voluntária e se o senhor (a) não quiser mais

Participante da Pesquisa e/ou Responsável Legal [rubrica]

Pesquisador Responsável ou quem aplicou o TCLE [rubrica]

Orientadora [rubrica]

fazer parte da pesquisa poderá desistir a qualquer momento e solicitar que lhe devolvam este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado.

i) As informações relacionadas ao estudo poderão ser conhecidas por pessoas autorizadas. No caso os pesquisadores Simone Aparecida Rechia (orientadora) e Felipe Sobczynski Gonçalves (doutorando). No entanto, se qualquer informação for divulgada em relatório ou publicação, isto será feito sob forma codificada, para que **a sua identidade seja preservada e mantida sua confidencialidade.**

j) As entrevistas serão semiestruturadas com registro em áudio. O material obtido, áudios e imagens – será utilizado unicamente para essa pesquisa e será guardado em local sigiloso e seguro sob os cuidados do pesquisador e destruído ao término do estudo, dentro de 6 meses após a pesquisa.

k) As despesas necessárias para a realização da pesquisa tais como, impressões, encadernações, gravador, não são de sua responsabilidade e o senhor (a) não receberá qualquer valor em dinheiro pela sua participação na pesquisa.

l) Quando os resultados forem publicados, não aparecerá seu nome, e sim um código.

m) Se o (a) senhor (a) tiver dúvidas sobre seus direitos como participante de pesquisa, você pode contatar também o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP/SD) do Setor de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Paraná, pelo telefone 3360-7259. O Comitê de Ética em Pesquisa é um órgão colegiado multi e transdisciplinar, independente, que existe nas instituições que realizam pesquisa envolvendo seres humanos no Brasil e foi criado com o objetivo de proteger os participantes de pesquisa, em sua integridade e dignidade, e assegurar que as pesquisas sejam desenvolvidas dentro de padrões éticos (Resolução nº 466/12 Conselho Nacional de Saúde).

n) Autorizo (), não autorizo (), o uso de minha entrevista gravada em áudio e os registros em vídeos e fotos para fins da pesquisa, sendo seu uso restrito a transcrição e utilização em relatórios e trabalhos acadêmicos.

Eu, _____ li esse Termo de Consentimento e compreendi a natureza e objetivo do estudo do qual concordei em participar. A explicação que recebi menciona os riscos e benefícios. Autorizo o registro em áudio (voz) das entrevistas que serão semiestruturadas. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento sem justificar minha decisão e sem qualquer prejuízo para mim. Eu concordo voluntariamente em participar deste estudo.

Participante da Pesquisa e/ou Responsável Legal [rubrica]

Pesquisador Responsável ou quem aplicou o TCLE [rubrica]

Orientadora [rubrica]

Curitiba, ____ de _____ de 2017.

[Assinatura do Participante de Pesquisa]

[Assinatura do Pesquisador Responsável ou quem aplicou o TCLE]

Aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa
em Seres Humanos do Setor de Ciências da
Saúde/UFPR.
Parecer CEP/SD-PB.nº 2362165
na data de 01/11/2017. *[assinatura]*

Participante da Pesquisa e/ou Responsável Legal [rubrica]

Pesquisador Responsável ou quem aplicou o TCLE [rubrica]

Orientadora [rubrica]

ANEXO 2 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) Gestores - (Entrevista semiestruturada)

Nós, Felipe Sobczynski Gonçalves, doutorando e minha orientadora e pesquisadora responsável Simone Aparecida Rechia do Programa de Pós-graduação do Departamento de Educação Física da Universidade Federal do Paraná, estamos convidando o (a) senhor (a) a participar de um estudo intitulado: Os espaços de lazer como articuladores do Projeto Vila Sustentável desenvolvido no Bairro Uberaba.

a) Este estudo tem como objetivo avaliar como uma proposta de ação coletiva, desenvolvida em longo prazo possibilita aos moradores do bairro Uberaba se apropriarem dos diferentes espaços de lazer de maneira autônoma. Além de compreender como se desenvolve o Projeto Vila Sustentável, identificando os diferentes grupos participantes e descrevendo o projeto a partir do olhar de seus integrantes e seus diferentes espaços de atuação, além de averiguar como uma proposta de gestão deliberativa pode contribuir para o empoderamento de certas comunidades.

b) Caso você participe da pesquisa, será necessário responder as questões em entrevista semiestruturada que será gravada em áudio e será previamente agendada para responder sobre as ações realizadas pelo participantes do comitê local que fazem parte do Projeto Vila Sustentável. Será marcado um lugar e horário que for melhor para você.

c) Para tanto você deverá comparecer no local agendado e responder as questões de uma entrevista semiestruturada com questões abertas e fechadas relativas às ações desenvolvidas pelo Projeto Vila Sustentável nos diferentes espaços de lazer do bairro que levará aproximadamente 30 minutos.

d) É possível que o senhor (a) experimente algum desconforto, principalmente relacionado a relatar sobre questões específicas das atividades desenvolvidas no Projeto Vila Sustentável.

e) Alguns riscos relacionados ao estudo podem ser o constrangimento ou desconforto ao responder algumas questões. Caso o participante sinta-se desconfortável ou constrangido com alguma pergunta realizada, com a gravação em áudio e vídeo ou com as fotos registradas poderá solicitar aos pesquisadores que não realize tais procedimentos ou que apague o que havia sido registrado.

f) Os benefícios esperados com essa pesquisa são contribuir com os estudos científicos sobre o lazer; a valorização dos diferentes espaços de esporte e lazer presentes na comunidade; conhecer e reconhecer a possibilidade de participar de um grupo que discuta melhorias para os espaços de lazer do bairro; compreender o processo de planejamento, execução e avaliação de eventos que tenham uma proposta de ação coletiva desenvolvida em conjunto com a comunidade

g) Os pesquisadores Simone Aparecida Rechia (responsável) e Felipe Sobczynski Gonçalves (doutorando), poderão ser localizadas no Departamento de Educação Física da Universidade Federal do Paraná, na rua Coração de Maria, nº 92, - BR 116, Jardim Botânico, Curitiba/Paraná, CEP 80215, na sala do GEPEC – Grupo de Pesquisa em Espaço, Lazer e Cidade, no telefone (41) 33604329, com e-mail simone@ufpr.br e felipesgon@gmail.com, em horário comercial para esclarecer

Participante da Pesquisa e/ou Responsável Legal [rubrica] Pesquisador Responsável ou quem aplicou o TCLE [rubrica] Orientadora [rubrica]
--

eventuais dúvidas que você possa ter antes, durante ou depois de encerrado o estudo.

h) A sua participação neste estudo é voluntária e se o senhor (a) não quiser mais fazer parte da pesquisa poderá desistir a qualquer momento e solicitar que lhe devolvam este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado.

i) As informações relacionadas ao estudo poderão ser conhecidas por pessoas autorizadas. No caso os pesquisadores Simone Aparecida Rechia (orientadora) e Felipe Sobczynski Gonçalves (doutorando). No entanto, se qualquer informação for divulgada em relatório ou publicação, isto será feito sob forma codificada, para que **a sua identidade seja preservada e mantida sua confidencialidade.**

j) As entrevistas serão semiestruturadas com registro em áudio. O material obtido, áudios e imagens – será utilizado unicamente para essa pesquisa e será guardado em local sigiloso e seguro sob os cuidados do pesquisador e destruído ao término do estudo, dentro de 6 meses após a pesquisa.

k) As despesas necessárias para a realização da pesquisa tais como, impressões, encadernações, gravador, não são de sua responsabilidade e o senhor (a) não receberá qualquer valor em dinheiro pela sua participação na pesquisa.

l) Quando os resultados forem publicados, não aparecerá seu nome, e sim um código.

m) Se o (a) senhor (a) tiver dúvidas sobre seus direitos como participante de pesquisa, você pode contatar também o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP/SD) do Setor de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Paraná, pelo telefone 3360-7259. O Comitê de Ética em Pesquisa é um órgão colegiado multi e transdisciplinar, independente, que existe nas instituições que realizam pesquisa envolvendo seres humanos no Brasil e foi criado com o objetivo de proteger os participantes de pesquisa, em sua integridade e dignidade, e assegurar que as pesquisas sejam desenvolvidas dentro de padrões éticos (Resolução nº 466/12 Conselho Nacional de Saúde).

n) Autorizo (), não autorizo (), o uso de minha entrevista semiestruturada gravada em áudio para fins da pesquisa, sendo seu uso restrito a transcrição e utilização em relatórios e trabalhos acadêmicos.

Eu, _____ li esse Termo de Consentimento e compreendi a natureza e objetivo do estudo do qual concordei em participar. A explicação que recebi menciona os riscos e benefícios. Autorizo o registro em áudio (voz) das entrevistas que serão semiestruturadas. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento sem justificar minha decisão e sem qualquer prejuízo para mim. Eu concordo voluntariamente em participar deste estudo.

Participante da Pesquisa e/ou Responsável Legal [rubrica] Pesquisador Responsável ou quem aplicou o TCLE [rubrica] Orientadora [rubrica]
--

Curitiba, ____ de _____ de 2017.

[Assinatura do Participante de Pesquisa]

[Assinatura do Pesquisador Responsável ou quem aplicou o TCLE]

Aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa
em Seres Humanos do Setor de Ciências da
Saúde/UFPR.
Parecer CEP/SD-PB.nº 2362165
na data de 01/11/2017. *[Assinatura]*

Participante da Pesquisa e/ou Responsável Legal [rubrica]
Pesquisador Responsável ou quem aplicou o TCLE [rubrica]
Orientadora [rubrica]